



No fim da festa a gente vira

*Hierarquias Morais e Distinções Sociais nos Consumos de
Cocaínas*

Bárbara Sofia Félix Duarte



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Bárbara Sofia Félix Duarte

TÍTULO DO TRABALHO: *No fim da festa a gente vira: Hierarquias Morais e Distinções Sociais nos Consumos de Cocaínas*

Recife

2025

Bárbara Sofia Félix Duarte

TÍTULO DO TRABALHO: *No fim da festa a gente vira: Hierarquias Morais e Distinções Sociais nos Consumos de Cocaínas*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Sociologia. Área de concentração: Mudança social.

Orientador: José Luiz Ratton

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Duarte, Bárbara Sofia Félix.

No fim da festa a gente vira: hierarquias morais e distinções sociais nos consumos de cocaínas / Bárbara Sofia Félix Duarte. - Recife, 2025.

205f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2025.

Orientação: José Luiz de Amorim Ratton Júnior.

Inclui referências e anexos.

1. Cocaína; 2. Crack; 3. Virado; 4. Moralidade; 5. Consumo;
6. Identidade. I. Ratton Júnior, José Luiz de Amorim. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

Ata da ducentésima septuagésima segunda defesa de Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 29 de agosto de 2025.

Ao vigésimo nono dia do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às 14:30 horas, em sessão pública realizada de forma remota, teve início a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“NO FIM DA FESTA A GENTE VIRA: hierarquias morais e distinções sociais nos consumos de cocaínas”** da doutoranda **BÁRBARA SOFIA FÉLIX DUARTE** na área de concentração mudança social, sob a orientação do Prof. José Luiz de Amorim Ratton Junior. A Comissão Examinadora foi aprovada pela Comissão Gestora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia em 22/08/2025, sendo composta pelos Professores: Dr. José Luiz de Amorim Ratton Junior (Presidente/Orientador), do Departamento de Sociologia da UFPE; Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (Titular Interno), do Departamento de Sociologia da UFPE; Dr. Gabriel Moura Peters (Titular Interno), do Departamento de Sociologia da UFPE; Dr. Rodrigo Figueiredo Suassuna (Titular Externo), do Departamento de Ciências Sociais da UFRN; e Dr. Jean Daudelin (Titular Externo), da Universidade Carleton. Após cumpridas as formalidades conduzidas pelo presidente da comissão, professor José Luiz de Amorim Ratton Junior, a candidata ao grau de Doutora foi convidada a discorrer sobre o conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Comissão Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder-lhe a menção **APROVADO**. Para a obtenção do grau de Doutora em Sociologia, a concluinte deverá ter atendido todas às demais exigências estabelecidas no Regimento Interno e Normativas Internas do Programa, nas Resoluções e Portarias dos Órgãos Deliberativos Superiores, assim como no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade, observando os prazos e procedimentos vigentes nas normas.

Recife, 29 de agosto de 2025.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

UFPE SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 29/08/2025

ATA DE DEFESA DE TESE N° 767/2025 - PPGSOCIO (11.51.14)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/09/2025 11:57)

FRANCISCO JATOBA DE ANDRADE

*COORDENADOR DE POS-GRADUAÇÃO
PPGSOCIO (11.51.14)*

Matrícula: ####633#8

(Assinado digitalmente em 02/09/2025 07:12)

KARINE MENDES DA SILVA

*SECRETARIO - TITULAR
PPGSOCIO (11.51.14)*

Matrícula: ###861#6

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **767**, ano: **2025**, tipo:

ATA DE DEFESA DE TESE, data de emissão: **02/09/2025** e o código de verificação: **ddf83f8661**

Para Joaquim, meu grande amor pequenininho.

AGRADECIMENTOS

Abro este espaço aqui, antes de compartilhar achados e percursos teórico-metodológicos, para agradecer aos incontáveis colaboradores que tive nesta fase da vida, já que esta tese consolida o fim da travessia por onde fui generosamente acompanhada, conduzida, desafiada e transformada por pessoas.

Foram essas pessoas, mas não somente elas, aquelas a quem sempre recorri quando precisei me situar. Estas palavras não se pretendem técnicas, formais ou protocolares... São emoções escritas sobre as marcas - belas e viscerais - deixadas pelas relações que moldaram minha identidade e permanecem em mim. Saúdo com abraços os ombros que me sustentaram e agradeço de todo coração:

Às minhas amadas amigas Bruna Lumack e Luana Leite, por segurarem firme minhas mãos nos desequilíbrios e correrias; pelos inúmeros brindes temperados com lágrimas e desabafos; pelas descobertas que pudemos, ao longo de uma década, observar juntas, tanto no mundo e na ciência quanto em nós mesmas. E aos encontros da vida e amigos do NEPS. ser nutrida por *insights* e desafios ao longo desses tantos anos de UFPE me tornaram quem sou, através de vocês.

Às minhas amigas de trilha no doutorado, registro o quanto foi essencial o nosso espaço de escrita à distância - o Trocas - por diminuir as angústias da solidão acadêmica, principalmente durante os tempos pandêmicos que marcaram este trabalho. Minha gratidão especial, registrada nominalmente, a Lorena Chronenberger, Maria Luiza Rebêlo e Rebecca Melo.

Às minhas companheiras de pesquisa no IPEA, no projeto Dinâmicas da Violência nas Regiões Brasileiras, e em especial à Ana Figueiredo, com quem tive o prazer de trocar inúmeras reflexões sobre esta tese, principalmente durante o percurso de codificação inicial dos dados. Cada contribuição e diálogo foram verdadeiras injeções criativas neste trabalho.

Às minhas amigas do “mundo exterior”, Dayane, Rhauana e Jasmin, agradeço por tantas vezes me retirarem desse lugar de seriedade e inquietações com seus abraços, convites e brechas divertidas da vida. Amo profundamente quem somos juntas. Encontrar vocês foi um presente raro, daqueles que sigo admirando, e que transformam, para sempre, os caminhos e as paisagens que me cercam.

Agradeço a Edna, pelos longos anos de escuta e construções fundamentais pra chegar aonde me propus. À Clarissa Galvão pela ajuda e disponibilidade, além das questões no início deste percurso de escrita.

Agradeço especialmente a Ricardo Caldas, com quem compartilhei ao longo da última década a provocação e os desafios de ser cientista, crítica e curiosa, diante de objetos de pesquisa sensíveis e incômodos, e a vida fora da universidade. A sociologia nos aproximou, nos desafiou e nos manteve conectados, acima de tudo. Obrigada por toda escuta, partilha, sugestão e companhia até aqui, neste fim de ciclo tão importante. Estendo minha gratidão a Clara Maciel, pelo acolhimento, amor e sincero cuidado. Muito obrigada por tudo!

Ao professor José Luiz Ratton, meu orientador desde os tempos da graduação, registro também minha profunda gratidão por ter sido presença constante em minha trajetória acadêmica. Ao longo desses anos, estivemos juntos em inúmeros projetos, desde os primeiros passos na iniciação científica, passando por pesquisas coletivas importantes, até as parcerias profissionais em novos horizontes. Sua capacidade de inspirar inquietações científicas, aliada ao rigor analítico e à abertura para o diálogo, fez toda diferença para que eu pudesse enfrentar as questões propostas nesta tese. Além de todas as empreitadas compartilhadas ao longo destes anos, que só consolidaram meu compromisso com a sociologia e a pesquisa aplicada. Reconhecer o quanto esta ciência pode e deve ser útil vem de todo este percurso junto ao NEPS. Muito obrigada por tudo que aprendi e por todo o apoio que me trouxe até aqui.

À Jean Daudelin, pela generosidade intelectual e pelas inúmeras contribuições durante minha estadia como pesquisadora visitante na *Norman Paterson School of International Affairs* (NPSIA), na Carleton University (Canadá), no âmbito do *Mitacs Globalink Research Awards*. Seus comentários atentos e disponibilidade para o diálogo foram muito importantes para o aprofundamento de vários aspectos deste trabalho, especialmente entre 2022 e 2023.

Ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa, viabilizando as condições materiais e intelectuais necessárias para que este estudo de doutorado fosse possível. À Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por ser, ao longo destes anos, mais do que uma instituição de ensino: um espaço de descobertas, de desafios que expandiram minhas fronteiras intelectuais, de encontros que marcaram minha trajetória acadêmica e pessoal, e de amadurecimento como pesquisadora, sempre comprometida e engajada com a produção de conhecimento crítico e socialmente relevante.

E, por toda imensidão de amor potente e presente, agradeço à minha família. Vocês me dão certeza sobre quem eu sou, de onde vim e para onde sempre voltarei. Faço questão de exaltar aqui os meus mais generosos companheiros nessa longa caminhada: Sandra Félix, minha mãe - meu colo nas alegrias e angústias; Jorge Duarte, meu pai - minha fonte de tranquilidade, cuidado e motivação diária; Heitor Duarte - meu irmão gentil e questionador, e minha dupla desde que nasci, obrigada por ter aberto e guiado meus caminhos; à Taciana Ralph, minha cunhada-amiga-irmã, que sempre fez do horizonte distante uma paisagem mais próxima e que nunca me deixou desanimar; à Clara Félix, minha irmã sagaz, minha artista favorita multitécnicas e meu colo carinhoso nos dias de encontro. À Fernanda Félix, pelo lembrete sobre os ciclos da vida e os tempos do amor. A vida sempre garante surpresas pra quem mergulha no desconhecido. À Vovó Lita, pelo dengo e amor declarados diariamente. Sua energia me inspira a continuar na “brabeza doce” de ser uma mulher que acredita, sempre, poder desafiar um pouco mais o lugar de onde veio. À Laura, Helena e Ângelo, meu trio com energia no 220.

À Cristiane, Márcia, Márcio, João e Alexandre, meus tios que amo profundamente! Obrigada pelo suporte paciente e presente, pelo cuidado e entusiasmo ao logo de toda minha vida.

Aos interlocutores que generosamente compartilharam suas histórias, percepções e experiências de consumo, oferecendo um olhar vivo e complexo sobre realidades muitas vezes invisibilizadas. Esta pesquisa só se tornou possível pela confiança cultivada no encontro e na escuta atenta, que, mais do que dados, nos legou sentidos.

Eu poderia seguir agradecendo e agradecendo, mas cada um destes aqui mencionados representam os tantos encontros e vínculos que o percurso do doutorado foi capaz de fortalecer. Obrigada!

Fui ensinado - pelo meu governo, pela minha cultura - que esse tipo de situação deve ser enfrentado com uma guerra. Todos conhecemos o roteiro: ele está entranhado em nosso subconsciente, como olhar para os dois lados antes de atravessar a rua. Trate os usuários de drogas e os dependentes como criminosos. Reprima-os. Envergonhe-os. Coloque-os contra a parede até que resolvam parar. Essa é a visão que predomina em quase todos os países do mundo. (...) Eu fiquei assustado com o que aprendi com eles. Muitas das nossas premissas mais básicas sobre o assunto estão erradas. As drogas não são o que pensamos. O vício em drogas não é o que nos foi ensinado. A guerra às drogas não é como os políticos a venderam há mais de cem anos. E existe uma história muito diferente por aí esperando para ser ouvida – uma história capaz de nos alimentar de fartas esperanças (Hari, 2018, p.6-7)

RESUMO

Esta tese analisa as percepções de consumidores de pó, virado e crack sobre seus próprios usos, com o objetivo de compreender como se estruturam as distinções morais entre formas de apresentação da cocaína na Região Metropolitana do Recife, e de que modo essas distinções produzem classificações simbólicas sobre os sujeitos, a partir de discursos e práticas cotidianas. A pesquisa mobiliza uma abordagem qualitativa fundamentada em entrevistas semiestruturadas com 15 usuários de cocaínas, articulando os planos empírico e teórico por meio de uma análise sociológica crítica. Do ponto de vista teórico, a tese se ancora nas contribuições de Pierre Bourdieu, Charles Taylor e Erving Goffman para explorar os processos de distinção, construção identitária e estigmatização. A partir desses referenciais, são construídas lentes analíticas que iluminam a constituição de uma hierarquia moral das cocaínas, expressa tanto nas classificações simbólicas das substâncias quanto nos sentidos atribuídos aos seus usos e aos seus consumidores. As tipologias de consumidores identificadas expõem estratégias de manejo identitário diante do estigma e mecanismos de legitimação moral que oscilam entre ocultamento, justificativa e reconhecimento social. Tais estratégias também variam conforme o contexto de uso (público ou privado), a espacialidade urbana e a vigilância exercida pelo modelo repressivo atual. Analisa ainda as hierarquias entre pó, virado e crack, vinculando pureza, sujeira e moralidade às práticas de consumo. Conclui que o consumo de drogas é um campo de disputa moral onde normas sociais, controle estatal e desigualdades estruturais definem quem pode usar drogas de forma mais ou menos marginalizada, revelando tanto violências simbólicas quanto táticas de resistência e reinscrição identitária pelos usuários. A tese contribui para os estudos sociológicos sobre drogas ao propor uma análise que articula moralidade, identidade e desigualdade social, deslocando o foco da substância em si para os sistemas de valoração e julgamento social que estruturam a experiência do consumo. Ao investigar como os consumidores operam significados, o trabalho oferece subsídios para pensar o “problema das drogas” para além de enquadramentos criminalizantes, segundo interpretações ancoradas em disputas morais e dinâmicas sociais situadas.

Palavras-chave: Cocaína; Crack; Virado; Moralidade; Consumo; Identidade;

ABSTRACT

This dissertation analyzes how users of powder cocaine, *virado* (a local variant), and crack cocaine perceive and make sense of their own drug use. It aims to understand how moral distinctions are structured among the different forms of cocaine in the Metropolitan Region of Recife, Brazil, and how such distinctions generate symbolic classifications of the subjects themselves, as shaped by everyday discourses and practices. The research adopts a qualitative approach based on semi-structured interviews with 15 cocaine users, articulating empirical data and theoretical insights through a critical sociological perspective. The theoretical framework draws on the contributions of Pierre Bourdieu, Charles Taylor, and Erving Goffman to examine processes of distinction, identity construction, and stigmatization. These conceptual tools support the development of analytical lenses that illuminate the moral hierarchies surrounding cocaines, as expressed in both the symbolic classifications of the substances and the meanings attributed to their uses and users. The consumer typologies identified in the research reveal strategies of identity management in the face of stigma, including mechanisms of moral legitimization that range from concealment and justification to aspirations for social recognition. Such strategies vary according to the context of use (public vs. private), urban spatial dynamics, and the surveillance practices enforced by the current repressive drug control model. The analysis further explores the moral hierarchies among powder, *virado*, and crack, linking notions of purity, impurity, and morality to patterns of consumption and social perceptions. The study concludes that drug use constitutes a moral battleground in which social norms, state control, and structural inequalities shape who can use drugs with greater or lesser degrees of marginalization. This dynamic reveals not only symbolic violence but also tactics of resistance and identity reinvention on the part of users. The dissertation contributes to the sociological study of drugs by proposing an analytical framework that interweaves morality, identity, and social inequality, shifting the focus away from the substance itself and toward the systems of social valuation and moral judgment that structure drug consumption experiences. By investigating how consumers construct meanings, the study offers insights to rethink the so-called “drug problem” beyond criminalizing narratives, framing it instead within situated moral disputes and lived social dynamics.

Keywords: Cocaine; Crack cocaine; *Virado*; Morality; Consumption; Identity;

RESUMEN

Esta tesis analiza las percepciones de consumidores de polvo, virado y crack sobre sus propios usos, con el objetivo de comprender cómo se estructuran las distinciones morales entre las formas de presentación de la cocaína en la Región Metropolitana de Recife y de qué manera estas distinciones producen clasificaciones simbólicas sobre los sujetos a partir de discursos y prácticas cotidianas. La investigación adopta un enfoque cualitativo basado en entrevistas semiestructuradas con quince usuarios de cocaínas, articulando los planos empírico y teórico por medio de un análisis sociológico crítico. Desde el punto de vista teórico, la tesis se sustenta en los aportes de Pierre Bourdieu, Charles Taylor y Erving Goffman para explorar los procesos de distinción, construcción identitaria y estigmatización. A partir de estos marcos, se construyen lentes analíticas que iluminan la constitución de una jerarquía moral de las cocaínas, expresada tanto en las clasificaciones simbólicas de las sustancias como en los significados atribuidos a sus usos y a sus consumidores. Las tipologías de consumidores identificadas ponen de manifiesto estrategias de manejo identitario frente al estigma y mecanismos de legitimación moral que oscilan entre el ocultamiento, la justificación y el reconocimiento social. Dichas estrategias también varían según el contexto de uso, ya sea público o privado, la espacialidad urbana y la vigilancia ejercida por el modelo represivo vigente. El análisis aborda igualmente las jerarquías entre polvo, *virado* y crack, vinculando pureza, suciedad y moralidad con las prácticas de consumo en las percepciones sociales. Se concluye que el consumo de drogas constituye un campo de disputa moral en el que las normas sociales, el control estatal y las desigualdades estructurales definen quién puede usar drogas de manera más o menos marginalizada, revelando tanto violencias simbólicas como tácticas de resistencia y reinscripción identitaria por parte de los usuarios. La tesis contribuye a los estudios sociológicos sobre drogas al proponer un análisis que articula moralidad, identidad y desigualdad social, desplazando el foco de la sustancia en sí hacia los sistemas de valoración y juicio social que estructuran la experiencia del consumo. Al investigar cómo los consumidores producen significados, el trabajo ofrece elementos para repensar el “problema de las drogas” más allá de los marcos criminalizantes, a partir de interpretaciones ancladas en disputas morales y dinámicas sociales situadas.

Palabras clave: Cocaína; Crack; Virado; Moralidad; Consumo; Identidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pureza, classe e cocaínas	131
Figura 2 - Diagrama de funcionalidade x status social dos consumidores de cocaínas..	157

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Categorização inicial das entrevistas.....	36
Quadro 2 - Operacionalização analítica das entrevistas	38
Quadro 3 - Conceitos síntese do marco teórico.....	81

LISTA DE IMAGENS

Aquarela 1 - A festa	16
Aquarela 2 - O encontro	25
Aquarela 3 – Identidades.....	45
Aquarela 4 – Arranjos.....	84
Aquarela 5 – Disputas.....	116
Aquarela 6 - Manejos	139
Aquarela 7 – Fronteiras	180

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 2: ENTRE DESPISTES E ACEITES: O PERCURSO METODOLÓGICO	26
2.1 Desenho da pesquisa e estratégia qualitativa	27
2.2 Técnicas de coleta de dados.....	28
2.3 Roteiro de entrevistas	30
2.4 Seleção e perfil da amostra	31
2.5 Realização das Entrevistas: desafios e limitações	34
2.6 Análise dos dados.....	35
2.7 Relevância e Originalidade	42
2.8 Considerações éticas	42
CAPÍTULO 3: IDENTIDADE MORAL, DISTINÇÃO E ESTIGMA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	46
3.1 A moral	49
3.1.2.....Por que uma análise moral do consumo de cocaína?	50
3.2 Pierre Bourdieu: habitus, distinção e capitais simbólicos	54
3.2.1 <i>Ação social como prática estratégica</i>	55
3.2.2 <i>O Gosto como marcador de classe</i>	62
3.3 Charles Taylor: identidade, autenticidade e reconhecimento	66
3.4 Erving Goffman: estigma e marcas sociais.....	74
3.4.1 As duas perspectivas do Estigma: O Desacreditado e Desacreditável	75
3.4.2 Reações dos "Normais" e dos "Estigmatizados"	76
3.4.3 Contato Misto e a Carreira Moral.....	77
3.4.4 Estigma como um processo social relacional.....	78
3.5 Operacionalização teórica: moralidade situada, distinções e fronteiras do reconhecimento	80
CAPÍTULO 4: CONSUMO DE DROGAS COMO FENÔMENO MORAL	85
4.1 Percurso histórico e construção social das cocaínas	85
4.2 Representações históricas e morais das cocaínas.....	94
4.3 Políticas de regulação de drogas: Marcos legais e operacionalizações recentes	97
4.3.1 <i>Marcos brasileiros</i>	100

4.3.2 Operacionalizações recentes.....	104
4.4 Como esta moralidade situa a percepção dos consumidores?	112
CAPÍTULO 5: REPRESENTAÇÕES E HIERARQUIA DAS COCAÍNAS.....	117
 5.1. O Campo de disputa moral das Cocaínas.....	117
 5.2. A Construção histórica e simbólica da hierarquias	121
 5.3. A Hierarquia Simbólica das Cocaínas: o Pó, o Virado e o Crack.....	122
 5.4. Pureza, Mistura e Julgamentos orais	128
 5.5. Aspectos econômicos e de mercado na hierarquia	134
 5.6. As diferenças na percepção das cocaínas	137
CAPÍTULO 6: TIPOLOGIA E MANEJO IDENTITÁRIO DOS CONSUMIDORES .	140
 6.1. O Fenômeno Biopsicossocial das cocaínas.....	141
 6.2. Funcionalidade como Critério Moral Central	146
 6.3. Tipos Sociais de Consumidores de Cocaínas	150
 6.4. Estratégias de Manejo Identitário e Estigma	159
 6.4.1 O olhar do outro e a vigilância moral das ruas	162
 6.5. Interação com a Polícia e Desigualdades Estruturais.....	163
 6.6. Corpo e Efeitos: A Experiência como Valoração Moral.....	168
 6.7. Conclusão.....	176
CAPÍTULO 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
ANEXOS	204
Anexo 1 – Roteiro de entrevista	204
Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	205



Aquarela I - A festa
(Clara Félix, 2025)

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Partimos de uma questão central: *Como se estruturam as distinções morais atribuídas às diferentes formas de uso da cocaína por consumidores na Região Metropolitana do Recife e de que modo essas distinções produzem classificações simbólicas sobre os sujeitos?* Essa pergunta não surgiu de maneira repentina. Ela é fruto de um percurso investigativo e reflexivo que se iniciou antes mesmo da elaboração desta tese, amadurecendo a partir de experiências acadêmicas, leituras e observações que orientaram a construção do problema de pesquisa.

Ainda no curso de graduação em Ciências Sociais, a pesquisadora interessou-se por compreender dinâmicas de mercado protagonizadas pelas classes médias. Tal oportunidade ocorreu por meio dos projetos em curso sobre mercados de drogas desenvolvidos no NEPS à época. As primeiras incursões teóricas sobre a literatura produzida acerca dos mercados de drogas sintéticas (2017) permitiram compreender aspectos já mapeados dessas dinâmicas em outros territórios. Já na pós-graduação, realizou-se uma análise qualitativa do funcionamento do mercado varejista de “Doce” e “Bala” no Recife, um mercado de drogas sintéticas majoritariamente estruturado fora do que se concebia como representação de um mercado de drogas (Duarte, 2019).

Inserida nas discussões sobre mercados ilegais e tendo acessado dinâmicas não violentas baseadas em relações de confiança, a pesquisadora, ainda no campo da dissertação, passou a interessar-se por certos comportamentos e discursos de consumidores a respeito de outras substâncias que sequer integravam o recorte da pesquisa, mas que, reiteradamente, atravessavam as entrevistas, acompanhadas de tons e nuances distintas daquelas relacionadas ao ecstasy e ao LSD, suas percepções e transações.

À época, embora o objeto de análise estivesse centrado em outras substâncias, a cocaína surgia, eventualmente, nos relatos sobre consumo. O que tornou o recorte sobre a substância mais instigante foi o fato de que os entrevistados recorrentemente baixavam o tom de voz ao falar sobre a cocaína e suas variações. Durante os diálogos, mesmo ocorrendo em espaços seguros e com garantia de sigilo, era perceptível um desconforto

mais acentuado ao relatar experiências relacionadas a essas formas de consumo, ainda que não fizessem parte do roteiro de perguntas.

Outro aspecto relevante, para além dessas sutis mudanças no tom das entrevistas, foi o fato de que nenhum dos entrevistados de classe média, à época, afirmou consumir cocaína em pedra (crack). Em oposição à justificativa de buscar sempre consumir versões “puras”, essa forma fumada da cocaína aparecia quase sempre associada a discursos repressivos cotidianos, acompanhada, a alguma distância, da versão recifense denominada “pó virado”.

Por tais razões, despertou-se o interesse em compreender com maior proximidade como consumidores de cocaína representam as diferentes formas de apresentação e consumo da substância. Essas diferenças ilustraram, portanto, aquilo que funda o tema central desta tese: as distinções compreendidas no processo de atribuição moral às formas de consumo de cocaína, ou seja, as moralidades da cocaína.

No trabalho sobre as dinâmicas de funcionamento dos mercados de drogas sintéticas (Duarte, 2019), identificou-se a existência de uma hierarquia de tolerância sobre consumos e substâncias nos discursos dos próprios consumidores. Como exemplo, apresenta-se o trecho de uma interlocutora que descreve:

“no mundo das drogas tem algumas coisas que são tabus, tipo, cheirar loló, usar cocaína, são coisas que as pessoas tem preconceito, tipo pessoas como a gente (classe média), nossos amigos e tal. Todo mundo fica tirando onda, é diferente de você usar uma bala, papel, MD. Loló tiram onda, mas todo mundo cheira loló. E ninguém tem orgulho de dizer que usa cocaína. Já a Maconha é mais leve que as sintéticas.” (Entrevistado 01, 2018; Duarte, 2019)

Noutro episódio de diálogo, a cocaína surge novamente no discurso ao tratar das drogas sintéticas, o interlocutor afirma que “o doce tá na nesse contexto das drogas de classe média” mas que isso “não é uma questão mercadológica, não é econômico”. E afirma que é um equívoco pensar que, para a classe média é a droga mais cara. Ele afirmava que dependia de “quem estava no jogo” e exemplifica tal afirmação considerando que “até porque pó não é uma droga de elite. Pó?! tem pó de todo preço! De todo canto!” (Entrevistado 01, em Duarte, 2019).

“O pó, ele é fácil de fazer render, pô... Mesmo que você foda o cliente, velho. Fazer ele ganhar volume é fácil, então... E outra coisa. Você pode vender um negócio pesado; é errado também, sabe? Tipo, o cara que quer cheirar um braite/bright, não quer cheirar um virado. Ele encontra barato, mesmo que seja uma merda. Mesmo que seja uma quantidade, ele encontra e é muito comum. Você vai na hora, cheirando no ambiente bem popular. Talvez aquela pessoa não seja, realmente, fudida de grana. Ele pode estar num ambiente popular. Pode ser daquela classe mediazinha do morro. Enfim, ou então, pode ser o cara que é do movimento, beleza. Tem o infinito disso. A classe média vai diminuindo de um pólo a outro do país, mas assim é, para além de tudo isso existe o consumo. Eu lembro a gente uma vez no Rio, e um bicho conseguiu um pó, muito barato véio. Eu não fazia idéia, enfim, eu não experimentei o pó. Mas, era tipo ele tinha uma dolinha de dois e conhecia, porque a gente tava num era num congresso que a gente tava, num pico. E perto desse pico tinha um morro tá ligado? E ele já conhecia. Já tinha morado no Rio. Tinha família no Rio, esse cara. Era um cara bem fudido. Desse que vive viajando. Bem fudido mesmo. E tipo, a gente ia pro congresso, ele ia pro metrô ficar tocando Alceu Valença e catando moeda. Aí voltava de noite, pra ir pra farra com a gente, tá ligado? E ele era um dos que usava mais droga, mas, assim, cana, maconha prensada do pior que tivesse, assim, e bright. Agora ele dizia: vamo lá, pô. Eu vou subir aqui e vou pegar pra vocês. Pego o que? Não sei o que. Quem vai querer, não, não sei o que. Bright eu consigo baratinho. Ele conseguia muito barato, não sei com que qualidade. Nem quis saber. Mas, assim, eu sempre vi ele cheirado e era o mais liso do rolê, mas, sempre tava cheirado e não era dos outros não.” (Duarte, 2019).

Acho que não é a situação de muita vulnerabilidade. Numa situação de muita variabilidade é, por exemplo, esse cara no rolê, num congresso, numa viagem, uma *trip* ali, se fosse a vida ali e provavelmente e em algum lugar mesmo esse pó fudido ia ficar pior do que o Crack assim. Um pó muito barato. Eu não sei quanto tinha. Eu não sei o peso, porque não pesava. Porque segundo ele, era uma ladeira assim que ele só dizia assim, não sei o quê, aí beleza. aí ele dava o dinheiro pro cara e o cara dizia espera ali, Daqui a pouco, taí oh, pá. Ele nem via, entendesse? Como é que ele vai pesar? Então, certamente devia ser uma quantidade muito pequenininha né? Pra explicar o preço também. Mas, pra além disso, mesmo sendo, mesmo que fosse sei lá, 0,7, não fosse uma grama, fosse uma coisa bem... Mas, 10 conto? É muito barato. Ele deveria ser um pó misturado com sal, com pó de vidro, remédio, com fermento tá ligado? Pó da puta que pariu. Que pó tem dessas coisas né? Muito fácil de misturar. (Entrevistado 02, 2018; Duarte, 2019)

Nessa perspectiva, reconhecemos que os efeitos orgânicos das substâncias são relevantes, mas não constituem a única chave explicativa para o fenômeno do consumo (Vargas, 2001). Trata-se de uma prática social marcada por elementos coletivos, coercitivos e exteriores, embora também internalizada pelos sujeitos. A dimensão da estrutura nos parece estar expressa nos discursos historicamente situados, acessada e evidenciada nas falas dos entrevistados sobre seus usos e percepções, fundamentalmente atravessados pelas experiências vividas.

O consumo de drogas, portanto, é um fenômeno que extrapola as dimensões médicas ou legais do uso. A tolerância social com relação a certas drogas é, portanto, o

resultado de uma série de fatores culturais, sociais e econômicos, e que não estão necessariamente vinculados aos seus efeitos no corpo.

Essas práticas, socialmente construídas, sujeitas a normas, sanções e representações coletivas, são moldadas também por marcadores sociais, disputas morais e classificações simbólicas. Tais elementos normativos e morais orientam, e são também orientados por, significados que variam conforme o contexto e os regimes de legitimidade.

E para compreendermos as construções subjetivas que o atravessam, propomos deslocar o foco da substância em si para os modos como diferentes agentes sociais produzem, classificam e problematizam os consumos de certas substâncias. Esse movimento nos permite revelar os mecanismos simbólicos e morais que sustentam sua regulação social para além das dimensões formais instituídas.

O consumo de cocaína, em específico, configura um exemplo paradigmático desse processo. Apesar de todas as formas da substância compartilharem o mesmo princípio ativo, seja na forma de pó, virado ou crack, seus modos de uso foram ao longo da história associados a grupos sociais distintos, que a partir de diferentes termos e discursos, construíram no imaginário social representações sobre o fenômeno, situadas enquanto problemas públicos estruturalmente heterogêneos. O tipo de cocaína, a forma de uso e o espaço social em que ocorre o consumo se articulam para gerar classificações morais que afetam diretamente a forma como os indivíduos são tratados, tanto no âmbito institucional quanto no cotidiano das relações interpessoais.

Levando em consideração que o consumo de drogas tem sido analisado tanto pelas ciências da saúde e jurídicas quanto pelas ciências sociais, esta tese propõe um enquadramento sociológico específico sobre o consumo de cocaína, a partir da elaboração de um modelo teórico que interpreta essa prática como um fenômeno socialmente construído e moralmente orientado. A apostila de originalidade da pesquisa reside justamente na articulação entre as práticas de consumo, os discursos morais e os marcadores sociais que situam os sujeitos histórica e coletivamente, tomando como referência principal a perspectiva de quem consome.

Para isso, a investigação recorre à integração de três grandes tradições sociológicas e filosóficas: as contribuições de Charles Taylor, Pierre Bourdieu e Erving Goffman. As noções de identidade, *habitus*, distinção e estigma, mobilizadas por esses

autores, permitem compreender o consumo de cocaína como uma prática social entrelaçada a processos de valoração simbólica, reconhecimento moral e classificação social. Esta combinação teórica estrutura o que se denomina aqui como uma sociologia da construção intersubjetiva da prática e da identidade moral, um modelo interpretativo que visa compreender como disposições internalizadas, diálogos identitários e marcas simbólicas produzem, simultaneamente, práticas de consumo e hierarquias sociais.

A partir dessa lente, a tese propõe compreender as categorias morais associadas às diferentes formas de uso de cocaína como expressões das desigualdades e assimetrias sociais. As noções de estigma e distinção, por exemplo, descreve processos de operacionalização simbólica dessas hierarquias, sendo articulados na prática e no discurso dos próprios consumidores. A análise usa-se da noção de *self* como uma construção sócio-histórica, e busca interpretar como os sujeitos elaboram sentidos sobre si e sobre os outros através de categorias morais e rótulos socialmente legitimados, frequentemente ligados a marcadores como classe, gênero, território e estilo de vida.

A construção da lente analítica adotada nesta tese combina uma abordagem teórico-conceitual com procedimentos hermenêuticos e reconstrutivos, de modo a integrar diferentes camadas de análise. De um lado, mobiliza-se o conceito de *habitus*, que permite compreender como as disposições internalizadas moldam as práticas e percepções dos indivíduos. De outro, a teoria da identidade moral de Charles Taylor evidencia os marcos valorativos que fundamentam os julgamentos e os sentidos atribuídos ao uso de substâncias. Complementarmente, a teoria do estigma de Erving Goffman contribui para captar as marcas sociais que atravessam as interações cotidianas dos usuários.

A proposta deste modelo é integrar categorias analíticas que cruzam o plano macroestrutural e o plano microinteracional, articulando dimensões simbólicas, identitárias e morais do consumo de cocaína. Por isso, os dados empíricos foram analisados qualitativamente, com atenção à forma como os sujeitos constroem suas narrativas, legitimam suas escolhas e posicionam-se em relação a normas, valores e estereótipos morais sobre o uso da substância.

Ao propor esse quadro teórico e analítico, a tese busca contribuir para o campo dos estudos sobre drogas ao deslocar o foco das abordagens biomédicas e criminalizantes para uma leitura sociológica crítica e sensível às desigualdades de percepção e tratamento

dos usuários. Essa perspectiva possibilita evidenciar como o consumo é moralmente organizado e socialmente classificado, não apenas pelo tipo de substância, mas pela identidade atribuída a quem consome, e pelo lugar que ocupa na estrutura social.

A partir das hipóteses de distinções simbólicas e morais observadas entre diferentes formas de consumo da cocaína, emerge a necessidade de compreender como tais distinções são produzidas socialmente e atribuídas aos sujeitos a partir de alguns marcadores sociais. Tendo em vista que o processo de moralização dos usos de substâncias não se dá apenas em função de seus efeitos físicos ou normativas legais, mas é também atravessado por uma gramática social que associa certas práticas a estilos de vida legítimos e outras à degradação ou à delinquência.

As hipóteses que orientam a investigação são as seguintes:

- 1: O pertencimento a determinados estratos sociais influencia tanto as práticas e representações sobre o consumo de diferentes tipos de cocaína, moldadas por habitus e condições materiais de existência, quanto a visibilidade e o enquadramento moral-institucional dessas práticas, fazendo com que usos semelhantes recebam tratamentos distintos conforme o grupo a que pertence o usuário.
- 2: As moralidades associadas às experiências situadas moldam percepções sociais desiguais sobre o consumo da substância, legitimando certos usos e estigmatizando outros, enquanto categorias sociais moralmente orientadas são atribuídas aos sujeitos a partir das formas e contextos de consumo, funcionando como classificações implícitas de valor social, respeitabilidade ou desvio.

A partir da questão central, interessa-nos articular o plano empírico, ou seja, o campo de práticas e percepções dos usuários, com o plano teórico, no qual buscamos compreender como se produzem hierarquias morais sustentadas por valores sociais historicamente construídos em relação a três subprodutos da cocaína.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo central o de compreender como se constroem as distinções morais entre diferentes formas de consumo de cocaína e de que forma tais distinções interferem nas práticas de consumo e percepções sociais sobre os consumidores. Buscaremos, assim: Analisar os discursos e representações sociais em torno do pó, do virado e do crack, observando como eles se associam a

marcadores/categorias como classe; Identificar os critérios de julgamento moral utilizados pelos consumidores na classificação dos diferentes tipos de cocaína e de seus usuários; Explorar as estratégias narrativas e simbólicas utilizadas por consumidores para justificar, ocultar ou ressignificar o uso da substância; Contribuir para uma análise sociológica crítica sobre o “problema das drogas”, articulando moralidade, identidade e desigualdade social.

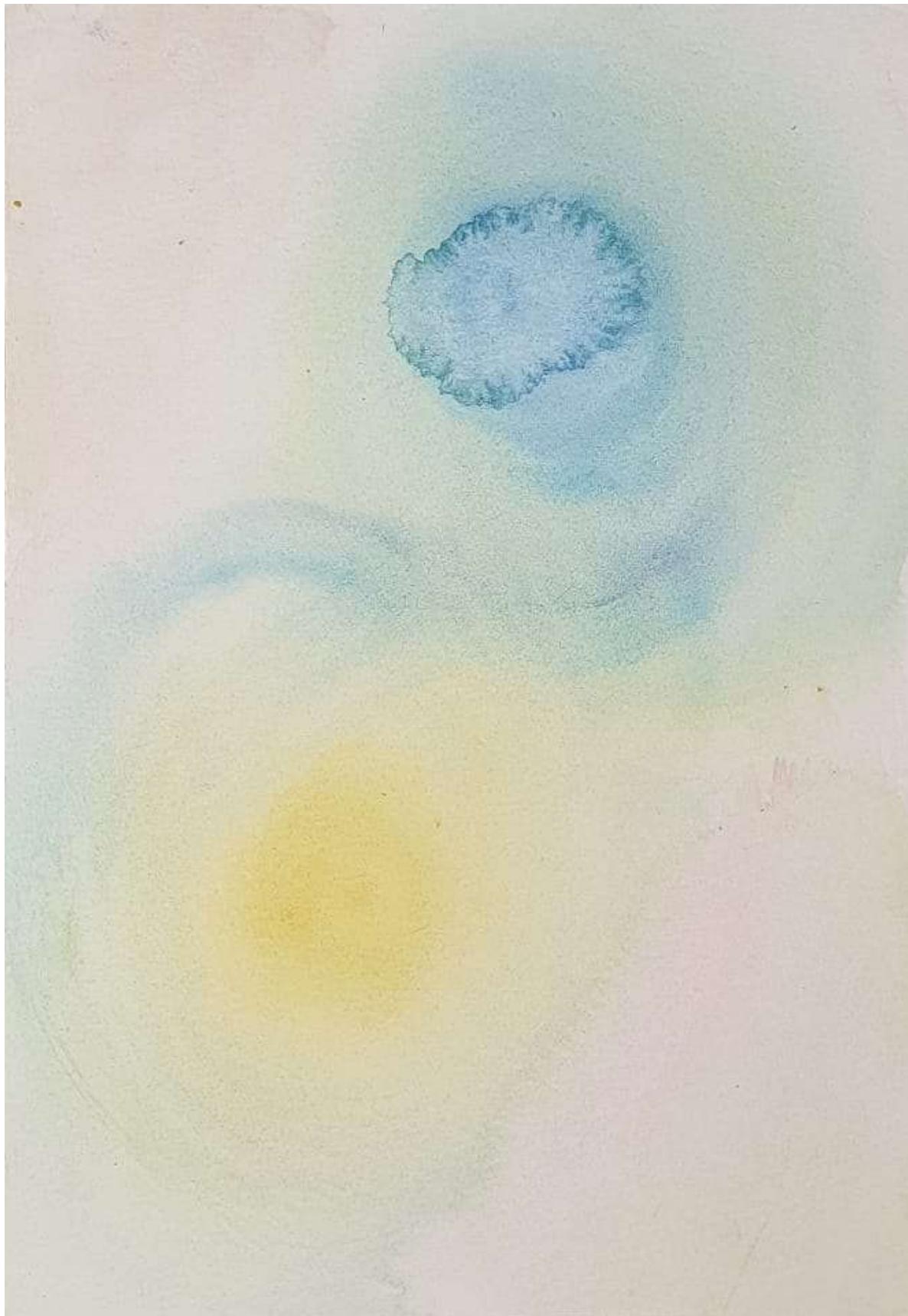
Esta tese está organizada em sete capítulos:

- O Capítulo 1 introduz o problema de pesquisa, apresentando o contexto histórico e social em que se insere o estudo sobre o consumo de cocaínas e situando-o no campo da sociologia da moralidade. Nele são delineados os objetivos, a justificativa teórica e empírica e as principais questões que orientam a investigação.
- O Capítulo 2 descreve os procedimentos metodológicos adotados, explicitando o recorte empírico, a seleção dos interlocutores, as estratégias de acesso ao campo e de produção de dados, bem como os critérios de análise e as reflexões éticas implicadas no trabalho de campo.
- O Capítulo 3 apresenta o marco teórico, articulando as contribuições de Pierre Bourdieu, Charles Taylor e Erving Goffman, cujos conceitos estruturam a análise das hierarquias simbólicas e das práticas identitárias observadas.
- O Capítulo 4 desenvolve a discussão do consumo de drogas como fenômeno moral, explorando a construção histórica e social das substâncias e os sentidos atribuídos aos usos, integrando debates sobre estigma, distinção e reconhecimento.
- O Capítulo 5 aprofunda a compreensão da hierarquia moral das substâncias, examinando como cada forma de cocaína é avaliada, aceita ou rejeitada em função de seus efeitos, contextos e associações sociais.
- O Capítulo 6 organiza e descreve a tipologia dos consumidores de cocaínas, resultante da análise empírica, evidenciando os critérios sociais, simbólicos e comportamentais que diferenciam perfis e modos de uso.
- Por fim, o Capítulo 7 tece as considerações finais sobre como as teorias que constituíram o quadro teórico iluminaram aspectos das tipologias

com as estratégias de manejo identitário e de enfrentamento do estigma, analisando como os consumidores negociam sua visibilidade, legitimidade e pertencimento diante de diferentes públicos. Neste, foram apontadas as principais contribuições do estudo para o campo da sociologia das drogas e indicando possibilidades de continuidade e aprofundamento da pesquisa.

Deste modo, a organização proposta reflete a intenção de conduzir o leitor por um caminho que parte da contextualização histórica e conceitual do problema, avança pela explicitação das escolhas metodológicas e se aprofunda na análise empírica das hierarquias morais e distinções sociais associadas ao consumo de cocaínas. Ao articular os diferentes níveis de análise: estrutural, interacional e subjetivo, a tese busca oferecer uma compreensão integrada do fenômeno, evidenciando como as práticas de consumo, classificações simbólicas e estratégias identitárias se entrelaçam.

Assim, cada capítulo contribui para a construção de um quadro analítico que, ao final, possibilitará não apenas compreender o fenômeno estudado, mas também tensionar discursos e representações amplamente difundidos sobre as drogas, consumos e seus sujeitos-consumidores.



Aquarela 2 - *O encontro*
(Clara Félix, 2025)

CAPÍTULO 2: ENTRE DESPISTES E ACEITES: O PERCURSO METODOLÓGICO

A presente tese se ancora no paradigma interpretativista da pesquisa social, cuja tradição remonta à sociologia compreensiva e à fenomenologia, dado que a realidade é uma construção social complexa, perpassada por significados, interpretações e interações humanas. Esta noção se mostra particularmente adequada para investigarmos a pergunta central sobre as hierarquias morais e distinções sociais no consumo de cocaína, pois os fenômenos da identidade moral, do estigma e da distinção não podem ser apreendidos por meio de uma lógica positivista de causa e efeito. Ao invés disso, demandam acessar aspectos produzidos pela subjetividade dos atores, nos seus processos de atribuição de sentido e nas suas experiências vividas.

Esta seria uma tarefa aos moldes do que propôs Gilberto Velho em relação ao problema das drogas:

A contribuição consiste em mostrar como existem N maneiras de utilizar as substâncias em pauta, em função de variáveis culturais e sociológicas. Estas não só se somam como complexificam as distinções que possam ser registradas ao nível da análise bioquímica. Poder-se-á perceber, inclusive, porque certas substâncias são mais toleradas do que outras, mesmo quando em termos de sequelas pudessem ser até mais graves e violentas. (...) O objetivo do cientista social deve ser procurar entender a relação entre o consumo de drogas com uma visão de mundo e estilo de vida ou, em outros termos, com uma construção social da realidade específica (VELHO, 1980, p. 356).

Ao adotarmos também uma perspectiva construtivista da realidade, reconhecemos que os significados atribuídos às diferentes formas de consumo de cocaína (pó, crack e virado) são socialmente construídos e variam conforme os contextos culturais, as posições sociais e as interações. Dessa forma, a metodologia qualitativa empregada visa aprofundar a compreensão das lógicas internas que orientam as práticas, os discursos e as relações dos consumidores, buscando desvelar as interpretações que moldam suas identidades em face do estigma e das moralidades estabelecidas.

2.1 Desenho da pesquisa e estratégia qualitativa

A partir destas evidências mapeadas na literatura, a investigação central desta tese está em compreender como as diferentes formas de consumo, como a cocaína em pó, o crack e o pó virado são moralizadas pelos próprios consumidores.

Os procedimentos metodológicos adotados consistiram, fundamentalmente, em um percurso qualitativo, buscando captar as dimensões simbólicas, sociais e culturais envolvidas nos consumos da cocaína. Reconhecemos que os dados quantitativos sobre as diferentes percepções sobre as formas de consumo são relevantes e nos servem descritivamente para entender como a história social destes usos e como a reação a eles foi operacionalizada pelos próprios consumidores em relação a seus processos valorativos e identitários.

A abordagem qualitativa se justifica pelo fato de que, embora os dados obtidos possam não capturar a complexidade do fenômeno em sua totalidade, o consumo de cocaína está intrinsecamente ligado a fatores sociais, culturais e subjetivos, que não podem ser adequadamente compreendidos por meio de simples quantificações. As pesquisas qualitativas buscam "acesso a experiências, interações e documentos em seu contexto natural, e de uma forma que dê espaço às suas particularidades e aos materiais nos quais são estudados" (GIBBS, 2009, p. 6). Por essa razão, acessar as narrativas construídas pelos sujeitos em relação os seus consumos viabiliza compreender aspectos sociais “internalizados” e elaborados pelos consumidores, dada a realidade em que estão inseridos.

Por isso, esta análise se sustenta em uma investigação que explora aspectos da subjetividade, os discursos morais, e as relações de poder envolvidas na definição do que significa ser certo tipo de consumidor de cocaína, e como essa identidade é construída e negociada em diferentes contextos. Ao olhar para essas múltiplas camadas, pretendemos iluminar as dinâmicas sociais que perpassam os usos de cocaína, apontando para as hierarquias de valor e os estigmas que afetam consumidores em diferentes circunstâncias.

Dessa forma, o presente trabalho busca contribuir para o aprimoramento do conhecimento sobre o fenômeno do consumo de cocaína em suas variadas formas, propondo identificar lacunas e fortalecendo novas reflexões sobre as interações entre consumos de substâncias, moralidades e sociedade.

2.2 Técnicas de coleta de dados

O percurso metodológico adotado foi, fundamentalmente, qualitativo, uma vez que os dados sobre as diferentes formas de consumo de cocaína nos serviram de maneira descritiva, mas não capturam a totalidade do fenômeno. Os dados quantitativos fornecem um recorte mais acessível da realidade, porém insuficiente para apreender a complexidade do tema, visto que o consumo de cocaína está intrinsecamente ligado a fatores sociais, culturais e subjetivos que escapam à mera quantificação.

No Brasil, os levantamentos disponíveis sobre o consumo de cocaínas tendem a focar em grupos específicos (Carlini et al, 1995; Nappo et al, 2000; Ferreira et al; 2003; Galduroz et al, 2004; Galduroz, 2006, Galduroz et al, 2006; Lucas, 2006; Silva, 2006; Zeferino, 2007; Duailibi et al, 2008; Freire, 2012; Moreira, 2015; Giacomozzi, 2012; Eckschmidt, 2013, Malheiro, 2019) foi possível identificar associações já estabelecidas entre os consumos de determinadas substâncias e perfis socioeconômicos específicos. Esta produção acaba por gerar um viés na leitura da realidade, tendo em vista que os fenômenos monitorados reiteram a histórica análise das associações entre os consumos e as configurações de vulnerabilidade social.

O recorte estabelecido para a coleta de dados, portanto, buscou compreender as percepções sociais sobre as formas de consumo de cocaína em um contexto urbano de usuários de cocaína e seus derivados, focando na Região Metropolitana do Recife.

As entrevistas ocorreram entre março e setembro de 2022 e foram realizadas de duas maneiras: presencialmente e remotamente. A opção por um formato híbrido foi determinada tanto por fatores relacionados à pandemia de COVID-19 quanto por preferências dos próprios participantes. Os impactos da pandemia afetaram diretamente as estratégias mais convenientes para os sujeitos da pesquisa. Foram utilizados práticas metodológicas online e presenciais para realização das entrevistas.

As entrevistas presenciais ocorreram em locais sugeridos pelos próprios entrevistados, como praças de alimentação, parques urbanos, cafés, residências e calçadas, sempre priorizando a privacidade e conforto dos participantes. Durante as entrevistas, foi garantido o anonimato dos entrevistados e o sigilo das informações compartilhadas, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa. Todos os

participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes de serem entrevistados. As entrevistas tiveram duração média de 60 a 90 minutos, e os dados foram registrados através de gravações de áudio (com autorização prévia dos participantes), posteriormente transcritas para análise.

Já as entrevistas online, realizadas remotamente foram conduzidas via plataformas de videoconferência como Zoom, Google Meet e Jitsi Meet¹. Este método de condução de entrevistas ganhou popularização principalmente pelas pesquisas de marketing na década de 1990, grupos focais e entrevistas qualitativas realizadas de forma online passaram a ser empregados com frequência crescente em investigações nas áreas da saúde, ciências sociais e psicologia (Williams et al, 2012). Apesar de muitos pesquisadores terem adotado métodos virtuais como forma de acompanhar os avanços nas tecnologias de comunicação (Fox et al, 2007), ainda é reduzido o número de estudos que discutem o emprego de métodos online como uma abordagem metodológica própria, e não apenas como uma adaptação de técnicas tradicionais mediadas pela Internet.

Diferentemente da pesquisa qualitativa presencial mais convencional, a investigação online possibilita que os participantes relatem suas vivências em um ambiente percebido como anônimo². Tal sensação de anonimato apresenta implicações positivas e negativas, tanto para a etapa de coleta de dados quanto para a experiência global dos participantes ao longo de sua interação com a pesquisa

~~No caso das entrevistas presenciais, que consiste num modelo mais comum de interação dada a dinâmica da pesquisa qualitativa, a metodologia priorizou o conforto e a segurança dos entrevistados, sendo os encontros realizados em locais públicos, como praças de alimentação, parques e cafés, ou em locais privados quando assim solicitado pelos entrevistados.~~

¹ O Zoom é uma plataforma de videoconferência proprietária, amplamente utilizada para reuniões virtuais, com recursos de gravação e transcrição automática integrados. O Google Meet, também proprietário, integra-se ao ecossistema Google, oferecendo funcionalidades semelhantes, porém com dependência de contas Google. Já o Jitsi Meet é uma plataforma de código aberto, gratuita e sem necessidade de cadastro, permitindo a criação de salas de reunião com maior flexibilidade e controle sobre privacidade e dados.

² Embora os métodos online ofereçam vantagens, como o anonimato, eles apresentam desafios metodológicos. Por exemplo, o anonimato, enquanto proporciona um ambiente seguro para os participantes, pode limitar inicialmente a profundidade das respostas. Para dar conta dessa limitação, além de ter sido indicada por pessoas que os interlocutores já confiavam, também buscamos iniciar o diálogo a partir de perguntas mais gerais e que demandavam certo acesso a narrativas passadas, como o início do consumo, e como foram estas experiências. Somente depois de estabelecer proximidade, as perguntas mais atuais da experiência de consumo foram conduzidas

Neste caso, a metodologia de abordagem incluiu principalmente a garantia de conforto e viabilidade no encontro. Dito isto, a forma como o contato seria realizado resultou da opção escolhida pelos entrevistados. Parte deles preferiu encontro face-a-face, em local público, sem que houvesse exposição ou chance de ser ouvido por terceiros. ~~Quando em locais presenciais, as opções foram esquinas de ruas, praças de alimentação, eafés, parques e praças públicas. De todas as entrevistas presenciais, apenas duas aconteceram em ambientes de trabalho e outras duas em ambientes residenciais.~~

2.3 Roteiro de entrevistas

O roteiro de entrevistas foi construído a partir de uma perspectiva semiestruturada, visando captar narrativas subjetivas sobre o consumo de cocaína, crack e “virado” e o instrumento foi dividido em blocos temáticos:

- Percepções sobre as diferentes formas de consumo de cocaína: como os consumidores descrevem o uso de cada tipo de substância (pó, crack e virado) e como percebem as distinções entre elas.
- Motivações subjetivas para o uso: investigações sobre as razões que levam ao uso dessas substâncias, incluindo aspectos sociais, psicológicos e emocionais.
- Padrões e contextos de consumo: perguntas voltadas para a frequência e o contexto em que ocorre o uso de cocaína, desde situações cotidianas até eventos sociais ou festivos.
- Impactos do estigma social: como os usuários percebem e lidam com o estigma social associado ao consumo de drogas, e de que forma essas percepções afetam suas escolhas de consumo.
- Estratégias de adaptação social: perguntas sobre como os entrevistados lidam com as normas em torno dos usos da cocaína e como desenvolvem formas para reduzir os custos sociais do consumo (por exemplo, ocultar o uso, selecionar ambientes específicos para o consumo, etc.).

Antes da coleta oficial, foi realizada uma etapa de entrevistas-piloto, com 2 voluntários, com o intuito de testar a clareza e validade das perguntas. Esse processo resultou em ajustes semânticos e estruturais nos roteiros, para garantir que as perguntas fossem adequadas ao contexto de vida dos participantes e facilitassem o fluxo natural das

conversas, além de incorporar estratégias de aproximação com o tema, já que a resistência a falar sobre os próprios consumos ilícitos sempre se colocou como uma questão.

2.4 Seleção e perfil da amostra

A amostra final foi composta por cerca de 15 entrevistados³, incluindo consumidores de cocaína em diferentes formas: pó, crack e virado. A seleção dos participantes foi feita através de cadeia de referências, resultando numa amostra não probabilística, com base em critérios de conveniência e acessibilidade. Considerando a natureza essencialmente social do uso de drogas, isto é, a presença de vínculos sociais entre a pessoa que consome a substância e seus parceiros, amigos, conhecidos, colegas e até mesmo traficantes, optamos por uma abordagem que reconhece a centralidade dessas relações no acesso aos participantes da pesquisa. O método de cadeia de referências bola de neve ou *snowball* (Patton, 2015) foi o mais apropriado em razão das dinâmicas de consumo das substâncias.

No entanto, devido às dificuldades encontradas para localizar e estabelecer contato com os respondentes, decidiu-se pela não adoção de uma randomização na seleção dos indicados. Ao invés disso, foram contactados todos os indivíduos que haviam sido sugeridos por participantes anteriores e que demonstraram disposição em colaborar com o estudo. Ainda assim, muitos dos entrevistados que aceitaram o contato chegavam bastante receosos com a motivação da entrevista.

³ O percurso metodológico desta pesquisa passou por ajustes significativos ao longo do trabalho de campo. Inicialmente, o projeto contemplava entrevistas com diferentes perfis de atores sociais, incluindo atores externos às dinâmicas diretas do consumo, como profissionais das áreas da saúde, assistência social e segurança pública. Nesse primeiro momento, foram realizadas 38 entrevistas com o objetivo de compreender a percepção social desses atores externos, buscando captar os enquadramentos morais e simbólicos atribuídos aos consumos de cocaínas a partir de suas experiências profissionais e institucionais. Entretanto, no decorrer do processo, optou-se por redefinir o recorte, concentrando o escopo analítico nas percepções, narrativas e práticas de consumidores de cocaínas. Essa mudança teve como finalidade aprofundar a compreensão das distinções internas e das estratégias de manejo identitário presentes no grupo diretamente envolvido com o uso. Neste sentido, alguns perfis previstos na proposta inicial não foram contemplados nesta análise; não por ausência de relevância, mas por limitações estratégicas e operacionais. Do ponto de vista epistemológico, essa mudança de recorte implicou um aprofundamento da perspectiva “de dentro”, priorizando a voz e a experiência dos próprios consumidores como fonte principal para a análise sociológica. Ao invés de comprometer a coerência analítica, o redirecionamento reforçou a articulação com o quadro teórico adotado, alinhando-se à proposta de compreender o consumo não apenas como prática individual, mas como fenômeno relacional, imerso em sistemas de classificação e reconhecimento social.

A opção por este método mostrou-se particularmente apropriada diante da sensibilidade do tema investigado e das dificuldades inerentes ao acesso aos grupos sociais que compõem o universo empírico da pesquisa. Trata-se de populações tanto privilegiadas, quanto marcadas por vulnerabilidades sociais, estigmas e desconfiança em relação a instituições, o que torna o processo de aproximação e construção do vínculo de pesquisa um desafio metodológico relevante. Ainda que a constituição da amostra tenha enfrentado obstáculos práticos, especialmente relacionados ao recrutamento e à manutenção do contato com os participantes, os dados coletados demonstraram consistência e densidade analítica suficientes para se considerar que houve saturação teórica. Essa saturação se evidenciou no momento em que os discursos passaram a apresentar recorrências significativas, sem introduzir novas dimensões relevantes para o aprofundamento da análise.

Conforme argumenta Mason (2010), a saturação é alcançada quando os dados deixam de trazer contribuições substantivas inéditas, passando a reiterar padrões já identificados. Nesse sentido, Charmaz (2006 apud Mason, 2010, p. 114) sustenta que “os objetivos da pesquisa constituem o principal fator orientador tanto do delineamento metodológico quanto da definição do tamanho da amostra”. A autora observa que investigações com escopo mais delimitado e com pretensões analíticas mais modestas tendem a alcançar a saturação de forma mais rápida. Acreditamos que este é o caso de estudos qualitativos voltados à compreensão de fenômenos situados em contextos sociais específicos, como o consumo de drogas em determinados grupos, em contraste com abordagens mais amplas que pretendem descrever padrões generalizáveis sobre o vício em sentido amplo.

Neste estudo, o foco em experiências singulares e socialmente localizadas contribuiu para que a profundidade analítica se sobreponesse à quantidade de entrevistas realizadas, o que nos permite reafirmar a pertinência da estratégia metodológica adotada e o quantitativo final de entrevistados, considerando os aspectos de dificuldades de acesso em torno do tema.

A escolha da amostra foi aleatória, do tipo não probabilística (por conveniência) e accidental, de ambos os sexos. Tendo em vista a composição da amostra, optou-se por não considerar as diferenças de gênero na estruturação dos grupos. A estratégia bola de neve consistiu em identificar um participante inicial (ou “informante-chave”), que, após ser entrevistado, indicou outras pessoas de sua rede de contatos para participarem da

pesquisa. Isso permitiu acessar um número maior de entrevistados, que possuíam confiança e familiaridade com o pesquisador, o que facilitou o processo de coleta de dados.

Os entrevistados foram escolhidos de acordo com as seguintes variáveis:

- Idade: maiores de 18 anos.
- Gênero: incluídos indivíduos de ambos os sexos, sem priorização de gênero, já que o foco estava na diversidade das práticas de consumo e não nas distinções de gênero.
- Tipo de substância consumida: foram incluídos consumidores de diferentes formas de cocaína, permitindo uma análise comparativa entre os perfis de uso de pó, crack e virado.
- Classe social e localização: a amostra foi intencionalmente diversificada para incluir indivíduos de diferentes classes sociais e locais de moradia dentro da Região Metropolitana do Recife, com o objetivo de entender as variações nas práticas e percepções sobre o consumo de cocaína em diferentes contextos socioeconômicos.

Estes sujeitos foram classificados com base na ideia de "posição social", conforme proposto por Figueiredo Santos (2011). Partimos da premissa de que a condição de classe afeta diretamente as percepções e experiências em relação ao consumo de drogas, de modo que foram acessados indivíduos de diferentes classes sociais, com o objetivo de comparar as percepções morais sobre as formas de consumos de cocaínas em Recife.

2.5 Realização das Entrevistas: desafios e limitações

2.5.1 Acesso em função do tema

A coleta de dados enfrentou alguns desafios significativos, principalmente no que diz respeito ao acesso aos participantes. Como o tema do consumo de drogas é sensível, alguns indivíduos relutaram em participar, e houve dificuldades na manutenção de compromissos agendados, especialmente em razão das limitações impostas pela pandemia. As entrevistas remotas, por sua vez, trouxeram limitações na interação, já que a ausência de contato face a face reduziu a capacidade de captar sutilezas da comunicação não verbal. O título deste capítulo diz respeito aos percursos cheios de despistes que também fizeram parte do caminho trilhado para construção do campo. As dinâmicas de entrevistas já descritas anteriormente, revelam que um dos maiores desafios enfrentados foi o acesso inicial a pessoas que consomem cocaínas.

Para dar conta de viabilizar a pesquisa, tendo em vista que estas não são substâncias de consumo próprio desta pesquisadora, as primeiras incursões foram feitas por meio de redes de contato pessoal, através das quais buscaram-se indivíduos que pudessem intermediar o contato com consumidores. Como dito, a pandemia também afetou diretamente a viabilidade de alguns encontros, resultando em cancelamentos de última hora e dificuldades de acesso a determinados participantes.

A não-linearidade do processo de pesquisa foi evidente, especialmente na tentativa de acesso a interlocutores sobre um tema sensível como o consumo de cocaína. Inicialmente, tentou-se acessar grupos de apoio, como CAPS e clínicas particulares, mas essas estratégias não garantiram acesso aos perfis necessários. A partir disso, optamos por redes sociais e contatos de confiança para ampliar o alcance aos sujeitos da pesquisa.

O uso da técnica de amostra por cadeia de referencias ajudou a mitigar parte dessas dificuldades, facilitando o acesso a participantes por meio de redes de confiança. No entanto, reconhecemos que essa técnica pode limitar a diversidade da amostra, uma vez que os participantes tendem a indicar pessoas com perfis semelhantes aos seus. Mas no percurso do campo, percebemos que houve diversidade e saturação suficientes para os objetivos aqui empregados.

Ainda que as confirmações tivessem ocorrido previamente, é importante refletir também sobre as ausências no campo, já que cerca de 1/3 dos contatos “dispostos” não apareceram nos dias e locais marcados, acompanhados muitas vezes de mensagens de desculpas momentos antes do encontro marcado, ou até da chegada no local combinado por parte da pesquisadora. Estes despistes e silêncios do campo também aparecem relevantes em relação ao que podemos inferir sobre a disponibilidade dos sujeitos em tratar do tema “publicamente”.

2.6 Análise dos dados

2.6.1 Transcrição e Organização dos Dados

Após a coleta de dados das entrevista, quando houve permissão para gravação dos áudios, os conteúdos foram transcritos com o objetivo de garantir a fidelidade dos discursos. As transcrições foram realizadas manualmente e organizadas em um banco de dados digital, permitindo uma análise detalhada das falas. A transcrição, portanto, envolve uma "mudança de meio e, assim, um grau de transformação e interpretação dos dados" (GIBBS, 2009, p. 27). Este corpus textual é o que constitui o material fundamental das análises aqui realizadas. Nesse processo, os participantes foram identificados por códigos alfanuméricos para garantir o anonimato e a confidencialidade dos trechos utilizados nas interpretações, distanciando as narrativas existentes de qualquer possibilidade de identificação e possíveis constrangimentos.

2.6.2 Codificação dos Dados

O processo de análise envolveu a codificação temática das transcrições, utilizando o software *Atlas.Ti* para gerenciamento e categorização dos dados qualitativos. A codificação consistiu em identificar e classificar trechos relevantes das falas dos entrevistados em categorias pré-definidas e emergentes do campo. Esta fase de categorização foi feita em dois percursos.

A análise de conteúdo esteve ancorada nas premissas de Bardin (2011), que a concebe como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens,

indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. Tal método proposto pela autora articula três fases principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, com a interpretação e inferência.

A categorização inicial, portanto, estabeleceu *codes* emergentes dos temas das entrevistas, buscando mapear os principais tópicos, bem como dinâmicas recorrentes e grandes categorias subjetivas. Este primeiro momento resultou em um mapeamento dos conteúdos, com foco em três eixos centrais: as substâncias, as representações e os manejos nos consumos.

Quadro 1 - Categorização inicial das entrevistas

Categoria Principal	Code (por subtema)	Descrição
Representação	1. Pré-concepções	Preconceitos sobre as substâncias.
	2. Perfil socioeconômico	Profissão, onde mora, raça/etnia.
	3. Representações da substância	Imagem social associada às drogas.
	4. Preconceitos percebidos	Preconceitos sobre os consumidores.
	5. Tipos sociais	Representações sociais sobre quem consome.
	6. Consumo problemático	Quando o consumo passa a ser problemático.
	7. Representações do consumidor	Referências ao comportamento do consumidor.
	8. Discurso moral	Juízos de valor baseados no 'certo' e no 'errado'.
	9. Redes de sociabilidade e moralidade	Interações sociais e valores morais associados ao consumo.
Manejo	10. Finalidade de uso	Motivações sobre o consumo.

	11. Gerenciamento do uso	Estratégias para lidar com o consumo.
	12. Uso recreativo	Tipos de consumo voltados para lazer.
	13 Auto controle (ou ausência de)	Controle sobre o consumo ou sua falta.
	14. Formas de consumo	Modos de uso, como cheirada ou fumada.
Substâncias Específicas	15. Noções de mercado	Preços, redes e estratégias de compra.
	16. Acesso à substância	Redes de compra e uso.
	17. Uso para produtividade	Consumo relacionado ao aumento de produtividade.
	18. Virado	Referências específicas ao 'virado'.
	19. Crack	Forma de apresentação da cocaína.
	20. Pó	Cocaína aspirada considerada 'pura'.
	21. Relação com a polícia	Ações e envolvimento policial no contexto do consumo.

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

Estas categorias serviram para, além de mapear os principais conteúdos, estabelecer elementos comparativos entre os discursos e representações dos consumidores sobre cada uma das formas de apresentação da cocaína, além das práticas de manejo desempenhadas tendo em vista as principais estratégias realizadas, com base nas diferenciações morais e práticas das substâncias. Daí iniciamos a análise dos elementos distintivos presentes nos conteúdos discursivos.

No segundo momento, buscamos estabelecer um mapeamento orientado pela articulação teórica da tipologia de análise, com foco nas economias e fronteiras morais descritas pelos consumidores. Os resultados serviram a construção de um conjunto de tipificações objetivas, ou seja, uma descrição dos Tipos sociais dos consumidores e suas noções de identidade legítima, baseadas em regras morais. A partir daí propusemos uma hierarquia moral das cocaínas, passando pela classificação simbólica das substâncias e

contextos de uso. Esta hierarquia se construiu a partir das representações do pó, do virado e do crack e valores distintivos, em perspectiva de marcadores como classe e território, produtores de estigmas e distinções. Por fim, analisamos discussões em torno da subjetividade moral dos discursos, conectando-os às discussões sobre fontes morais, guiados por alguns imperativos de vida boa, controlada e organizada, além das demandas humanas de busca por reconhecimento, pertencimento, resistência e sobrevivência.

Quadro 2 - Operacionalização analítica das entrevistas

Conceitos teóricos	Subcategorias:	Descritores operacionais:
1. Habitus e disposições incorporadas	Disposições morais e estéticas sobre o uso Trajetórias sociais e experiências previas Práticas de consumo como expressão de estilo de vida	Falas que revelam “formas de consumo habituais” Justificativas naturalizadas para o uso Expressões como “é assim que eu sou”, “aprendi assim”, “já fazia parte de mim”
2. Campo moral e distinções simbólicas	Fronteiras morais Hierarquias entre tipos de cocaína (pó, crack, virado) Classificações de usuários (nós x eles, controlado x viciado, trabalhador x nóia) Performance de autenticidade x desvio	Julgamentos morais entre usuários Termos como “usuário funcional”, “usuário de rua”, “viciado”, “recaída”, “controlado” Contrastes entre o consumo privado e o público
3. Distinção de classe, gosto e valor	Estilização da prática (forma de consumo, ambiente, rituais) Gosto legítimo x gosto vulgar Consumo como marcador de pertencimento ou exclusão	Referência a roupas, festas, ambiente ou companhia no uso Falas sobre “como se usa”, “quem usa desse jeito” Marcação estética da conduta: “limpo”, “desleixado”, “com classe”

4. Reconhecimento e identidade moral	<p>Luta por reconhecimento</p> <p>Avaliações fortes e distinções qualitativas</p> <p>Relação entre identidade e prática de consumo</p>	<p>Frases que demonstram desejo de ser reconhecido como “responsável”, “coerente”, “autêntico”</p> <p>Juízos sobre o que é digno ou indigno no consumo</p> <p>Comparações com a sociedade ou com o “moralmente aceitável”</p>
5. Estigma e violência simbólica	<p>Estigmatização do uso de crack ou do virado</p> <p>Estratégias de defesa simbólica ou de ocultamento</p> <p>Repercussões sociais do julgamento moral</p>	<p>Relatos de exclusão, humilhação ou vergonha</p> <p>“Me olham como...”, “não sou como os outros”, “acham que sou...”</p> <p>Descrições de reações familiares, comunitárias, institucionais</p>
6. . Capitais (econômico, cultural, social, simbólico)	<p>Capital simbólico associado ao consumo “discreto” ou “sofisticado”</p> <p>Capital cultural em práticas e linguagens do uso</p> <p>Repertório de justificações ou rationalizações</p>	<p>“Não sou qualquer um que usa”, “sei como me comportar”, “sei quando parar”</p> <p>Referência a saberes técnicos ou códigos de comportamento</p> <p>Uso do consumo como distinção social ou estratégia de mobilidade</p>
7. Práxis situada e estratégias de uso	<p>Cálculo situacional para evitar repressão ou julgamento</p> <p>Estratégias de ocultamento, dosagem, ou mistura de substâncias</p> <p>Relação com a norma, com a regra, com a autoridade</p>	<p>“Uso só quando...”, “se eu for pego...”, “me controlo para...”</p> <p>Relatos sobre lidar com polícia, família, trabalho, vizinhos</p> <p>Estratégias morais para justificar o uso (“eu não incomodo ninguém”)</p>

Fonte: elaboração da autora, 2025.

Essas categorias descritas no quadro acima permitiram articular elementos estruturantes da vida social com as disposições subjetivas, observando como os sentidos atribuídos às formas de uso de são atravessados por julgamentos morais, estratégias identitárias, distinções simbólicas e experiências de exclusão. Os resultados destas análises estão explorados principalmente nos capítulos 6 e 7, ancorados nas construções

históricas e teóricas levantadas nos capítulos anteriores. Ou seja, cada um destes capítulos propõe analisar nuances e configurações do fenômeno, orientados por fragmentos teóricos que da proposta detalhada no Capítulo 3.

Já no Capítulo 5, dedicado à análise da hierarquia moral das cocaínas, concentrou as categorias analíticas de “Campo moral e distinções simbólicas”, “Distinção de classe, gosto e valor” e “Estigma e violência simbólica”. As representações do pó, do crack e do virado foram interpretadas a partir de contrastes simbólicos entre pureza e sujeira, controle e descontrole, funcionalidade e marginalidade. Os julgamentos entre os próprios usuários revelaram uma gramática moral interna ao campo do consumo, marcada por distinções que reproduzem estruturas de classe e reforçam hierarquias simbólicas. As práticas de consumo são estilizadas e performadas conforme expectativas morais e estéticas: o local de uso, a forma de apresentação, o tipo de substância e a companhia revelam, simultaneamente, o lugar ocupado pelo sujeito na hierarquia social e a tentativa de se posicionar moralmente frente a outros modos de uso considerados degradados.

Neste capítulo, a análise dos estigmas cruzados, a partir da substância, classe, território e a própria dimensão do corpo, evidenciou como a violência simbólica opera na naturalização das desigualdades, produzindo exclusões sociais que vão além da criminalização formal e se manifestam na linguagem, nos silêncios e nas microperceções que orientam o julgamento moral cotidiano.

Algumas subcategorias como a luta por pertencimento, a subjetividade moralizada e o alinhamento a ideais de autenticidade revelam um tipo de profundidade ética com que os sujeitos elaboram suas narrativas de uso, muitas vezes contrariando os discursos públicos que os desqualificam como irracionais ou desviantes. A partir das fontes morais mobilizadas, o consumo parece poder ser ressignificado também como forma de resistência, sobrevivência ou certa expressão estética em razão da forma de uso, tensionando os limites normativos da moralidade social vigente.

Assim, ao distribuir analiticamente essas categorias ao longo dos capítulos, buscou-se evidenciar a complexidade moral do consumo de cocaína, suas gramáticas simbólicas e os modos como os sujeitos lidam com reconhecimento, distinção e estigmatização em suas práticas e discursos cotidianos.

No Capítulo 6, que trata da tipologia dos consumidores e dos modos de manejo identitário, foram mobilizadas principalmente as categorias de “*Habitus* e disposições

incorporadas” e “Práxis situada e estratégias de uso”. Essas categorias permitiram captar como os sujeitos constroem práticas cotidianas de uso que expressam esquemas internalizados de percepção e ação, revelando um saber prático que legitima, justifica ou naturaliza o consumo.

A forma como os consumidores descrevem suas sensações corporais, os contextos de iniciação e as rotinas de uso foram interpretadas como expressões de um *habitus* socialmente condicionado. Além disso, as estratégias narrativas de contenção, controle ou ocultamento, articuladas ao desejo de “não incomodar” ou “usar com responsabilidade”, evidenciaram táticas orientadas pela posição social que ocupam nos campos e pelas restrições normativas a que estão submetidos.

Ainda nesse capítulo, a categoria de “Capitais (econômico, cultural, simbólico)” foi fundamental para compreender os recursos acionados pelos entrevistados para manejá suas identidades em contextos de estigmatização. O uso de linguagens legitimadoras, o domínio de códigos de conduta e o saber sobre “como usar” e “com quem usar” expressam formas de capital cultural e simbólico que operam como proteção moral e como instrumento de distinção frente a outros usuários mais desqualificados.

A abordagem de análise utilizada buscou se alinhar a uma sociologia interpretativa, ancorada na perspectiva de que as práticas de consumo de cocaína são mediadas por fatores sociais, culturais e simbólicos. O objetivo foi compreender como os consumidores dão sentido às suas práticas de uso e como esses significados são negociados no contexto de suas relações sociais.

De maneira geral, a análise buscou dar conta de três aspectos principais:

- Uma interpretação das motivações subjetivas e finalidades de uso: onde buscou-se compreender como os entrevistados justificam e explicam suas motivações para os consumos das cocaínas, levando em consideração suas narrativas pessoais e os significados atribuídos a essas práticas.
- Uma análise dos estigmas e das moralidades, que corresponderia a um segundo nível de análise. Este focou na forma como os consumidores negociam o estigma social associado ao uso de cocaína e como eles se posicionam em relação às normas morais que condenam esse comportamento. A pesquisa explorou as estratégias que os usuários adotam para minimizar os custos sociais de serem identificados como consumidores de drogas, como, por exemplo, ocultar o uso em

certos ambientes ou redefinir o consumo como uma prática socialmente aceitável em contextos específicos.

- Uma comparação entre os “padrões” de uso e os diferentes contextos sociais. Neste terceiro nível de análise, foram comparadas as percepções e práticas de consumo entre indivíduos de diferentes classes sociais. Este viés buscou identificar como as experiências e interpretações do uso de cocaína variam conforme a posição socioeconômica dos entrevistados, destacando as diferenças nas representações e justificativas sobre o consumo.

2.7 Relevância e Originalidade

Acreditamos que a relevância desta pesquisa está em sua abordagem qualitativa, ao buscar colaborar com a literatura existente sobre o consumo de cocaína, evidenciando discussões em torno das percepções subjetivas e as variações nas formas de consumo entre diferentes estratos sociais. A pesquisa propôs identificar como as moralidades em torno dos consumos de cocaína variam entre os diferentes grupos sociais, sugerindo que as preferências de consumo se relacionam com lógicas de distinção social, afetando a forma como esses consumos são moralmente julgados e socialmente negociados.

Embora o estudo não tenha a pretensão de generalizar os resultados, buscou contribuir para as discussões sobre o consumo de cocaína no contexto urbano do Recife e oferecer reflexões sobre as representações coletivas em torno dessas substâncias. Esta investigação se propõe a compreender aspectos destas desigualdades, trazendo uma contribuição inovadora ao pensar o consumo de cocaína a partir de um recorte sociológico e comparativo, especialmente entre grupos de classe média e classe baixa.

2.8 Considerações éticas

A presente pesquisa respeitou integralmente os princípios éticos que regem as ciências humanas e sociais, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Ainda que, por suas características, o estudo não demandasse submissão obrigatória ao Comitê de Ética em Pesquisa, todos os cuidados relativos à proteção dos participantes foram rigorosamente observados.

Dada a sensibilidade do tema e a vulnerabilidade potencial de parte dos interlocutores, foram adotadas estratégias de proteção ética desde o início do processo de campo. Todos os participantes foram previamente informados sobre os objetivos da pesquisa, sobre a forma de uso dos dados e sobre seus direitos, incluindo o de recusar ou interromper a participação a qualquer momento. A participação foi condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que explicitava a garantia do anonimato, do sigilo das informações e da não identificação dos interlocutores em quaisquer publicações futuras.

O anonimato foi assegurado por meio da utilização de códigos alfanuméricos atribuídos a cada entrevistado, eliminando qualquer dado que pudesse, direta ou indiretamente, permitir sua identificação. As entrevistas foram gravadas apenas mediante autorização expressa, e, nos casos em que os participantes se recusaram à gravação (três, ao todo) optou-se por realizar registros de campo detalhados imediatamente após o término da interação, respeitando os limites éticos estabelecidos e garantindo a fidelidade às falas.

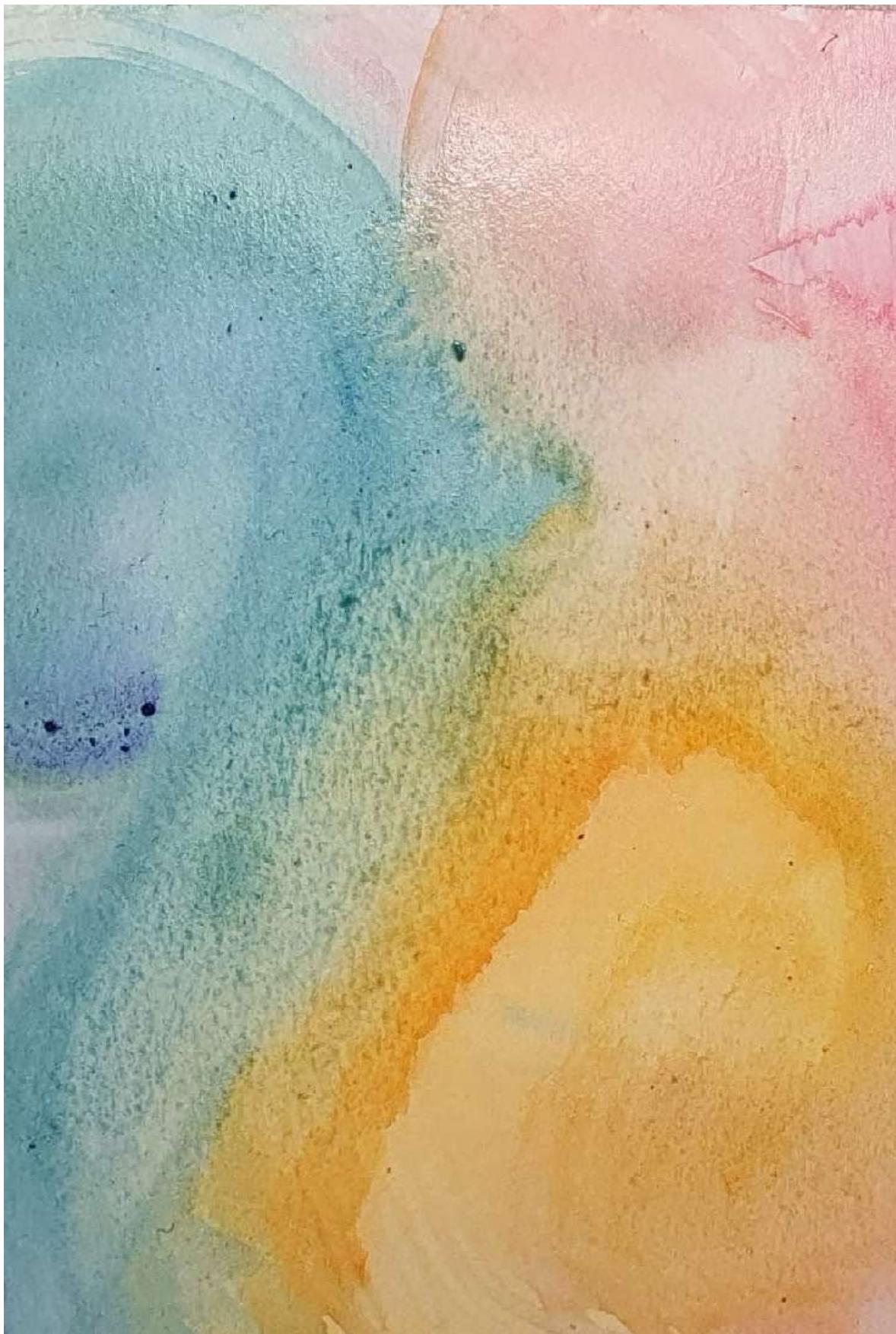
As justificativas para a recusa à gravação indicam, por si só, os riscos simbólicos e práticos que os interlocutores associam à exposição: um dos participantes estava recém-egresso do sistema prisional, ainda sob monitoramento por tornozeleira eletrônica; outro declarava envolvimento com um grupo do crime organizado; e uma terceira interlocutora, em situação de rua e usuária de serviços de redução de danos, relatou medo de perseguição policial. Esses relatos evidenciam a necessidade de prudência, empatia e cuidado ético redobrado nas interações de pesquisa, sobretudo diante de sujeitos cuja trajetória de vida inclui experiências de criminalização, estigmatização e exclusão.

Para além das formalidades, o compromisso ético da pesquisa se expressou também no modo de condução das entrevistas: respeitou-se o ritmo e disponibilidade da fala, além dos silêncios e códigos utilizados para minimizar os constrangimentos posteriores diante do que participantes acreditava ser um risco. neste sentido, foram privilegiados locais sugeridos por eles próprios, junto ao esforço para criar um ambiente de confiança e escuta não julgadora.

Outro elemento relevante foi o esforço de uma escuta reflexiva, visando minimizar assimetrias, já que as posições entre pesquisadora e entrevistados também evidenciam

certas desigualdades estruturais, que atravessam as trajetórias dos sujeitos e suas formas de narrar suas experiências com o consumo.

A ética, neste estudo, não se restringiu somente ao cumprimento de protocolos formais, mas foi compreendida como uma dimensão transversal de todo o percurso metodológico, já que orientou decisões sobre os acessos, a forma de escuta, as estratégias de registro e o uso posterior dos dados coletados. Esse compromisso ético visou garantir não apenas a integridade e a confiabilidade da pesquisa, mas também o respeito aos interlocutores que, generosamente, aceitaram compartilhar parte de suas concepções e experiências de consumo que resultou nas análises aqui desdobladas.



Aquarela 3 – Identidades
(Clara Félix, 2025)

CAPÍTULO 3: IDENTIDADE MORAL, DISTINÇÃO E ESTIGMA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Então, mesmo que criticasse a guerra às drogas, ela estava sendo travada dentro da minha cabeça. (HARI, 2018, p. 6)

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as bases teóricas que sustentam a análise sociológica desenvolvida nesta tese, a qual busca articular o *plano empírico*, constituído pelas entrevistas com consumidores de diferentes formas de cocaína (pó, virado e crack), ao *plano conceitual*, a partir do qual se pretende compreender como se produzem distinções morais, classificações simbólicas e estratégias identitárias associadas a essas práticas de consumo.

A partir da pergunta orientadora “como se estruturam as distinções morais atribuídas às diferentes formas de uso da cocaína por consumidores na Região Metropolitana do Recife e de que modo essas distinções produzem classificações simbólicas sobre os sujeitos?”, o esforço aqui empreendido é o de construir uma lente teórico-analítica capaz de iluminar as hierarquias morais e os regimes de valoração que atravessam e organizam os sentidos compartilhados, as narrativas justificatórias e as práticas de uso socialmente situadas.

Mais do que recorrer a abordagens normativas ou biologizantes, propõe-se partir de uma fenomenologia socialmente condicionada⁴, inspirada na sociologia da prática de Bourdieu, que reconhece que as práticas, seus sentidos e seus julgamentos morais, são estruturados por condições históricas, econômicas e simbólicas que moldam disposições e estratégias de ação. Diante disso, assumimos a premissa de que os sujeitos conhecem a realidade em que estão inseridos, elaboram explicações e atribuem sentidos às suas práticas com base em estruturas de valoração que articulam elementos da vida social (como a posição social, as trajetórias morais e contextos de uso). É através da tentativa

⁴ A expressão “fenomenologia socialmente condicionada” não é utilizada por Bourdieu como um conceito positivo, mas como uma forma crítica de reelaborar as intuições fenomenológicas da ação em direção a uma sociologia da prática. Trata-se de uma incorporação crítica das dimensões da experiência e da percepção, agora compreendidas como produtos das estruturas sociais objetivas, internalizadas sob a forma de disposições práticas. O *habitus*, nesse sentido, realizaria uma transposição das categorias fenomenológicas para um plano relacional e histórico, onde as condições sociais de possibilidade da ação são centrais. É a partir dessa transposição que acrescentamos a dimensão histórico-moral de Charles Taylor, e a microssociologia de Goffman, compondo o modelo analítico desta tese.

de articular subjetivismo e objetivismo, através dos enunciados dos entrevistados nesta investigação, que esses discursos serão analisados enquanto expressão de esquemas práticos e estruturas internalizadas.

A produção do sujeito social se dá numa intensa relação entre o indivíduo e o corpo social, na medida em que capacidades, habilidades e práticas individuais incorporadas passam a ter anuência ou reprovação do corpo social (SOUZA, 2016). Neste sentido, a percepção social pode ser compreendida enquanto uma forma de “discurso” de opinião particular em relação a determinada realidade. E este processo cognitivo tem por base valores morais e culturais mais gerais e, de certa forma, configura uma percepção de representações sociais mais gerais.

Como efeitos das dinâmicas entre os sujeitos, observamos como se dão algumas relações de reconhecimento e processos de estigmatização. Estes seriam os fundamentos centrais para a leitura das distinções que organizam os diferentes modos de consumir cocaína e os juízos morais que recaem sobre seus consumidores.

Dito isto, estabelecemos os três eixos teóricos que sustentam esta perspectiva analítica. Em primeiro lugar, foram mobilizados os conceitos de *habitus*, campo e distinção, tal como desenvolvidos por Pierre Bourdieu, para compreender como as práticas de consumo se estruturaram a partir de disposições socialmente inculcadas e de estratégias práticas situadas em contextos de classe, moralidade e estilo de vida. O consumo, neste caso, não deve ser visto como uma escolha livre ou isolada, mas como a expressão de um sistema de disposições que organiza percepções, preferências, juízos e ações, e que atua como operador simbólico das fronteiras entre o legítimo e o ilegítimo, o distinto e o vulgar, o normal e o problemático.

Nesse ponto, as contribuições de Michèle Lamont (2000) ampliam a leitura bourdieusiana ao destacar que, especialmente entre trabalhadores, a moralidade é um princípio estruturante na definição de fronteiras simbólicas, funcionando como recurso para a construção de dignidade e distinção em contextos onde o capital econômico é limitado. Lamont mostra que critérios morais, como a disciplina, a responsabilidade e a integridade, operam como marcadores de pertencimento e exclusão, reforçando a dimensão simbólica da estratificação social.

Da mesma forma, Beverley Skeggs (2004; 2005) aprofunda o debate sobre a moralidade de classe ao evidenciar como valores e práticas considerados “respeitáveis”

são desigualmente distribuídos e apropriados, servindo para legitimar hierarquias sociais e estigmatizar grupos posicionados como “outros”, o que se articula diretamente com os processos de distinção que observamos neste estudo.

Em segundo lugar, recorremos à obra de Charles Taylor (1997) para aprofundar a dimensão valorativa do julgamento moral, especialmente a partir de suas contribuições sobre a ética da autenticidade, a formação do self e a luta por reconhecimento. Os trabalhos de Taylor ofereceram um importante construto instrumental para pensarmos como os sujeitos articulam narrativas morais sobre si mesmos e sobre os outros, ao mobilizarem fontes de bem que estruturam aquilo que consideram valioso, digno e justificável.

O fenômeno dos consumos de substâncias, neste enquadramento, torna-se um espaço de disputa simbólica em que os indivíduos tentam alinhar suas práticas a estilos de vida reconhecíveis e a modelos de autenticidade culturalmente legitimados, ainda que isso se dê de formas contraditórias, ambíguas ou “ilegais”. Acrescentamos aqui Axel Honneth (2011) ao compreender a formação do sujeito como uma luta por reconhecimento, atravessada por esferas emotivas, de estima social e jurídico-morais. Sua abordagem ilumina a maneira como conflitos sociais emergem da violação de expectativas recíprocas de reconhecimento, permitindo-nos analisar como determinados consumos de cocaína são vividos como ataques à identidade moral e como respostas a essas violações podem envolver a reafirmação de valores e pertenças.

Por fim, foram integradas aos demais conceitos as contribuições de Erving Goffman, especialmente a sua análise sobre o estigma e a noção de identidade deteriorada, para examinarmos os processos relacionais por meio dos quais determinados consumidores são desqualificados por outros, ainda que existam fronteiras de proximidade entre os elementos que as diferencia. A partir das categorias de “desacreditado” e “desacreditável”, Goffman nos permite observar como os sujeitos manejam suas identidades diante do que percebem como uma ameaça de desvalorização moral; por vezes tentando ocultar, justificar ou ressignificar seus consumos visando evitar serem rebaixados simbolicamente ou até excluídos.

O estigma, neste contexto, pode ser compreendido como um mecanismo de regulação moral que opera, aqui, enquanto uma micropolítica das interações, além de reforçar as fronteiras simbólicas que hierarquizam os usos e os consumidores. As

formulações de Howard Becker, por sua vez, dialogam diretamente com essa perspectiva ao mostrar como a rotulação social participa ativamente da construção da identidade desviante, sendo o “desvio” menos uma qualidade intrínseca do ato e mais um produto das reações e definições socialmente atribuídas. Sua análise dos processos de etiquetamento complementa a visão goffmaniana, permitindo compreender como categorias como o “consumidor de crack” ou o “consumidor recreativo de cocaína” carregam significados morais e efeitos sociais distintos, moldando as trajetórias e interações desses indivíduos.

Desta maneira, a estrutura disposicional de Bourdieu, a orientação valorativa de Taylor e a dinâmica relacional do estigma em Goffman configuram as três principais lentes teóricas sobre o fenômeno. Estas não serão mobilizadas de maneira compartmentalizada, mas articuladas entre si em diálogo contínuo com o material empírico, apresentado nos capítulos 5 e 6.

Nestas discussões posteriores, utilizaremos conceitos específicos, detalhados a seguir, para compreendermos como os sujeitos lidam com a moralidade dos consumos. Ou seja, como estes sujeitos narram e se posicionam em relação aos valores dominantes, como são percebidos pelos outros, e como buscam, através de formas de uso, exibições performáticas, ocultamentos e justificativas, quando acreditam representarem uma identidade legítima ou proteger-se do julgamento.

3.1 A moral

Cabe, antes de adentrarmos nos três eixos teóricos centrais, uma discussão em torno da moral, visto que sua análise não pode estar dissociada da dimensão prática da vida coletiva. A moralidade se manifesta no plano da ação e orienta os princípios que classificam a realidade, estabelecendo gradientes de valor que modulam a expressão e a legitimação social da dimensão subjetiva do indivíduo. Ao mesmo tempo, a vida em grupo produz e reproduz configurações orientadoras que servem como fontes de validação ou condenação, moldando as consequências simbólicas e materiais dos atos.

Na tradição filosófica, Aristóteles (2009), em *Ética a Nicômaco*, já definia a moralidade como virtude prática (*areté*) guiada pela razão e pelo equilíbrio (*mesotés*). O *ethos*, entendido como caráter formado por hábitos, revelava desde cedo a ligação entre

prática reiterada e formação de um sujeito ético. Hume (2013), em Uma Investigação sobre os Princípios da Moral, desloca o centro de gravidade para o sentimentalismo moral, enfatizando que práticas e costumes geram sentimentos coletivos de aprovação e desaprovação, fundamentando a moralidade na simpatia e não apenas na razão. Kant, por sua vez, em Fundamentação da Metafísica dos Costumes (1785), propõe o imperativo categórico como princípio universal da ação moral, sustentando que a validade moral decorre de máximas que possam ser universalizadas, independentemente de interesses subjetivos. Já no século XIX, Mill (2000), com “O Utilitarismo”, introduz uma abordagem consequencialista, avaliando a moralidade a partir dos resultados das ações e da busca pela maximização da felicidade.

Na sociologia clássica, Émile Durkheim concebe a moralidade como fato social, estruturando normas e sustentando a coesão coletiva (DURKHEIM, 1984; 2007). Max Weber (1904) explora o vínculo entre valores religiosos, ética e racionalização econômica, articulando formas de ação racional a disposições morais historicamente situadas. Em “A Política como Vocaçao” (1919), Weber distingue entre ética da convicção e ética da responsabilidade, abrindo espaço para a análise dos dilemas morais nas esferas públicas e privadas. Na antropologia interpretativa, Geertz (1973) enfatiza a moral como construção cultural, informada por sistemas simbólicos que estruturam práticas e significados em contextos específicos.

Essas tradições, embora distintas, convergem na ideia de que a moralidade não é um elemento abstrato ou externo à vida social, mas um componente constitutivo das práticas e das formas de organização coletiva. É a partir desse reconhecimento que se torna possível compreender o consumo de drogas, e, no caso desta pesquisa, o de diferentes formas de cocaína, como um fenômeno atravessado por juízos de valor, regimes de classificação e disputas simbólicas.

3.1.2 Por que uma análise moral do consumo de cocaína?

Nas últimas décadas, os discursos e interesses da opinião pública brasileira reforçaram a relevância deste tema na construção de formas de justificação de diversos fenômenos sociais. Valores como família, corrupção, dignidade e justiça sempre desempenharam um papel central na forma como a sociedade brasileira tem organizado

consensos e disputas morais. Esses valores não apenas servem para informar posicionamentos individuais, mas estruturam narrativas midiáticas, mobilizam campanhas políticas e moldam políticas públicas, frequentemente sendo invocados como critérios de legitimação ou condenação de práticas sociais.

Assim, temas como o consumo de drogas são imediatamente atravessados por moralizações que os associam a ameaças à ordem familiar e à degradação da dignidade individual, por exemplo. Entender o consumo de cocaína dentro desse cenário significa reconhecer que não se trata apenas de um ato individual mas de um ponto de ancoragem para processos coletivos, discursos valorativos e estratégias de controle social legitimadas em nome da moralidade pública. Neste cenário, a sociologia da moral tem se consolidado como um campo plural que articula valores, julgamentos, normas e práticas, revelando como se produzem distinções entre o aceitável e o reprovável na vida social.

Com o passar dos anos, observou-se um renovado interesse da opinião pública brasileira para o tema dos valores na sociedade. Do mesmo modo, nas ciências sociais também tem crescido o número de publicações científicas que lidam com o tema mais diretamente. Na sociologia brasileira contemporânea, por exemplo, já encontramos disponíveis algumas etnografias sobre as experiências morais dos indivíduos (Camargo et al, 2013) , com maior ênfase nas experiências de desrespeito e rebaixamento moral (Vallim, 2015), e também nos conflitos discursivos em interações interpessoais do cotidiano (Marques et al, 2022).

No entanto, além da maior parte da produção sociológica sobre os valores se apoiar principalmente em etnografias realizadas em regiões do Sul e Sudeste do país, ainda há poucas pesquisas sociológicas preocupadas em mapear os valores mais frequentes e as variações morais na vida cotidiana das classes sociais. Com o objetivo de aprofundar teoricamente o conhecimento sociológico a respeito da relação entre valores, identidade e agência, este estudo se apoia nos aportes teóricos da nova sociologia da moralidade e procura investigar empiricamente os modos como os atores das classes médias e populares do Nordeste constroem e significam suas narrativas de vida e práticas sociais a partir de noções diversas de boa vida e de justiça incorporadas e acionadas ao longo das trajetórias biográficas.

No dossiê *Sociologia da Moral*, Weiss (2015) reúne diferentes contribuições que situam a moral como um eixo transversal às instituições, às interações cotidianas e às

subjetividades. Essa literatura pode ser organizada em três abordagens complementares. A primeira remonta a Émile Durkheim, para quem a moralidade funciona como cimento social, integrando indivíduos por meio de regras coletivas e sanções normativas. Para este clássico, a moralidade não se reduz a um verniz superficial que recobre as relações sociais: ela constitui a espinha dorsal que organiza os vínculos entre indivíduos e grupos (Durkheim, 1912). Em diálogo com a premissa de que este cimento corresponde ao conjunto de regras impostas, que devem ser seguidas para assegurar uma vida coletiva aceitável, a moral é definida como um “sistema de normas imperativas” (Durkheim, 1893) que regula comportamentos e legitima a coesão social.

Uma segunda perspectiva, fortemente influenciada por Michel Foucault (1975; 1976), entende que a moralidade integra as tecnologias de governo e de si. Nesse enquadramento, ela deixa de ser apenas um código coletivo e passa a ser também um conjunto de práticas e discursos por meio dos quais os sujeitos se autogovernam, internalizando normas e regulando a própria conduta. Essa vertente enfatiza que a produção de sujeitos morais é inseparável das estratégias de poder, das rationalidades políticas e das formas de subjetivação, articulando o plano institucional com o plano íntimo da experiência. Assim, a moralidade é vista como dispositivo de regulação que opera simultaneamente na esfera pública e no domínio privado, modulando tanto condutas visíveis quanto disposições internas.

Uma terceira abordagem, inspirada em autores contemporâneos como Charles Taylor (1989) e Didier Fassin (2012), enfatiza a moralidade como um campo de disputas simbólicas e de valoração, no qual se entrelaçam sistemas éticos, afetos e demandas de reconhecimento. Nessa perspectiva, a moral não é apenas imposição normativa ou tecnologia de governo, mas também um espaço de negociação e criação de sentidos, onde diferentes grupos buscam legitimar suas práticas e identidades. A moralidade, assim concebida, é situada, plural e atravessada por hierarquias de valor que informam julgamentos sobre pessoas, condutas e modos de vida.

Ao longo do século XX, esse campo se diversificou e ganhou novos contornos, notadamente com a sociologia pragmática francesa de Luc Boltanski e Laurent Thévenot. Em *De la justification* (1991), os autores deslocam o foco para as situações de crítica e justificação, mostrando como, em contextos de conflito, atores mobilizam gramáticas morais para legitimar posições e acusar desvios. A moral torna-se visível nos momentos

de disputa, pois é na controvérsia que os princípios morais são postos à prova, explicitados e renegociados.

Weiss (2015) ressalta que o atual ressurgimento da moral como tema sociológico difere do momento fundacional por dois motivos principais: (1) o reconhecimento de uma pluralidade teórica e de múltiplos níveis de análise; e (2) a abertura à interdisciplinaridade, especialmente ao diálogo com filosofia, antropologia, psicologia e neurociências. Esse movimento plural, porém, não é isento de tensões, pois a definição do que se entende por “moral” permanece disputada, com diferentes correntes propondo conceitos e escalas de análise específicos.

Ao situar o consumo de cocaína nesse enquadramento, é possível apreender como diferentes “economias morais” (Fassin, 2012) se formam em torno das distintas formas da droga, atribuindo graus variados de legitimidade, compaixão ou condenação a seus usuários. As entrevistas desta pesquisa revelam que tais economias operam tanto no nível da interação, regulando o que se diz, a quem e em que contexto, quanto no nível estrutural, reproduzindo hierarquias de classe, raça e gênero. A análise moral do consumo ilumina, assim, as fronteiras simbólicas que os próprios usuários traçam, os estigmas que enfrentam e as estratégias identitárias que desenvolvem para negociar reconhecimento e dignidade.

Ao considerarmos o contexto do consumo de cocaína, a abordagem parte de uma análise moral nos permite capturar nuances de uma autoimagem ou noção identitária de quem usa estas substâncias, junto aos conteúdos de tensões que mobilizam emoções como prazer e culpa, vergonha e responsabilidade, redenção ou criminalidade para justificar ou condenar certos consumos, além das formas como reagem ao estigma e à (possível) vigilância.

A proposta teórica aqui desenvolvida não se encaixa de forma rígida em nenhum desses caminhos, mas combina elementos de todos para explorar o consumo de cocaína como um fenômeno moralmente denso. Já que parte do princípio de que o uso de substâncias psicoativas, longe de ser apenas um ato privado ou biomédico, é moldado por julgamentos públicos, políticas de criminalização, narrativas de risco e experiências subjetivas.

As entrevistas qualitativas evidenciam que usuários justificam, relativizam ou ocultam seus consumos segundo códigos morais que variam conforme o contexto, o

grupo de pares e as interações com instituições de cuidado ou repressão. Assim, olhar para o consumo sob a ótica moral permite entender como se produzem adesões, resistências e racializações.

Paralelamente, a compatibilização entre teoria e realidade se ancora na convicção de que a análise sociológica, ao iluminar as dimensões morais de um tema sensível como as cocaínas, oferece subsídios para pensarmos sobre a realidade de maneira complexa e com menos suposições sobre as experiências.

Assim, observa-se que a moralidade, longe de ser um conceito único, transita entre o campo da filosofia normativa, da sociologia como fato coletivo, da antropologia como construção simbólica e de outras abordagens teóricas, conformando as discussões sobre o tema em um campo de múltiplas interpretações e aplicações.

Diante de tais premissas, o percurso teórico aqui delineado não apenas sustentará a interpretação dos conteúdos das entrevistas realizadas, mas também busca contribuir para uma crítica à histórica construção social do “problema das drogas”. Ao evidenciar que as formas de uso da cocaína (pó, virado e crack) não são apenas diferentes na materialidade da substância, mas também nos regimes de sentido, nas valorações morais e nos dispositivos classificatórios que lhes são atribuídos. Aqui, buscamos ilustrar aspectos de suas dimensões simbólicas, morais e relacionais como centrais para a compreensão do fenômeno.

3.2 Pierre Bourdieu: habitus, distinção e capitais simbólicos

Para iniciar o marco teórico proposto, abordamos algumas concepções bourdiesianas que servirão de base para a análise das moralidades no contexto desta pesquisa. A perspectiva adotada considera que as moralidades não constituem um adendo às práticas sociais, mas sim um pano de fundo estruturante que atravessa e orienta as interações, os julgamentos e as classificações.

As formulações teóricas de Pierre Bourdieu, particularmente em *O senso prático* (1980) e *O poder simbólico* (1989), evidenciam que as ações humanas são práticas socialmente situadas, ao mesmo tempo estruturadas e estruturantes. Por essa razão, não se configuram nem como atos puramente voluntários nem como comportamentos

totalmente determinados. No esquema da dupla objetivação, Bourdieu destaca que as “maneiras de perceber, sentir e agir” são produto direto da posição social dos indivíduos e de sua história de vida, operando como disposições incorporadas que mediam a relação entre estrutura e agência.

3.2.1 Ação social como prática estratégica

Em *Coisas ditas* (1987), Bourdieu reafirma que a ação dos agentes sociais não pode ser reduzida à obediência literal a regras ou à execução mecânica de normas. Como afirma o autor, “a ação dos agentes não é uma simples execução de uma regra” (1987, p. 21). Ao contrário, envolve um “senso de jogo” (1987, p. 22), isto é, a capacidade de mobilizar disposições adquiridas para lidar de forma prática, adaptativa e improvisada com situações imprevistas.

Assim, as práticas sociais não são nem cegamente reguladas, nem puramente racionais: orientam-se por estratégias que se desenvolvem dentro de “limites objetivos” impostos pela realidade social, como a estrutura de classes, as condições materiais de existência e os recursos simbólicos disponíveis. Desse modo, os indivíduos não agem como autômatos, tampouco como calculadores estritamente racionais. Suas ações constituem respostas estratégicas ajustadas às restrições econômicas, à vigilância moral e às oportunidades simbólicas com as quais se deparam.

Toda prática social resulta, portanto, de um ajustamento dinâmico entre condições objetivas e disposições subjetivas, inscritas no *habitus* (BOURDIEU, 2011). Este, entendido como

um sistema de esquemas que orienta a percepção, a apreciação e a ação, constitui-se como “princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação de tais práticas” (BOURDIEU, 2011, p. 164).

O *habitus* é, portanto, o elo que conecta a estrutura social à ação individual, permitindo compreender como as condições objetivas de existência moldam esquemas duradouros de percepção e julgamento, que por sua vez reproduzem ou transformam o espaço social.

As construções teóricas de Bourdieu em *O senso prático* (1980) e *O poder simbólico* (1989) demonstram detalhadamente que as ações humanas são práticas socialmente situadas, estruturadas e estruturantes. E por esta razão, não são nem puramente voluntárias nem totalmente determinadas. Segundo o esquema da dupla objetivação, as “maneiras de perceber, sentir e agir, são produto de sua posição social e história de vida”.

Além disso, Bourdieu (1987), reafirma que a ação dos agentes sociais não pode ser reduzida à simples obediência a regras ou à execução mecânica de normas. Como o autor afirma, “a ação dos agentes não é uma simples execução de uma regra” (1987, p. 21). Em vez disso, envolve um “senso de jogo” (1987, p. 22) que permite aos indivíduos mobilizarem disposições adquiridas para lidar, de forma prática e improvisada, com situações imprevistas. Assim, as práticas não são cegamente regradas nem puramente racionais, elas são orientadas a partir de certas estratégias dentro de “limites objetivos” da realidade, como a estrutura social, condições materiais de existência, os recursos disponíveis, etc.

Para a ação estratégica, é necessário que o agente perceba a realidade. Em *A Distinção* (2011) Bourdieu descreve que “as estruturas cognitivas utilizadas pelos agentes sociais para conhecer praticamente o mundo social são estruturas sociais incorporadas” (BOURDIEU, 2011), de maneira que “o conhecimento prático do mundo social que supõe a conduta “razoável” nesse mundo serve-se de esquemas classificatórios - ou, se preferirmos, de “formas de classificação”, “estruturas mentais”, “formas simbólicas”, ou seja, outras tantas expressões que, se forem ignoradas as respectivas conotações, são praticamente intermutáveis.” (BOURDIEU, 2011).

No entanto, a realidade não é interpretada pelos agentes a partir de elementos disponíveis para qualquer indivíduo no plano da experiência. Bourdieu evidencia que “os esquemas históricos de percepção e apreciação” são o produto da divisão objetiva da sociedade. Estas divisões em classes corresponderiam às variadas formas de classificação dos agentes a partir de características como faixas etárias, classes sexuais, classes sociais, e que funcionam aquém da consciência e do discurso individual.

Bourdieu afirma que estas divisões seriam, portanto, o produto da incorporação das estruturas fundamentais de uma sociedade, de maneira que esses princípios de divisão são comuns ao conjunto dos agentes de determinada sociedade. E é a partir deste

compartilhamento de divisões que se torna possível a produção de um mundo comum e sensato, chamado por ele de um mundo de senso comum.

todos os agentes de determinada formação social têm em comum, de fato, um conjunto de esquemas de percepção fundamentais que recebem um começo de objetivação nos pares de adjetivos antagonistas comumente utilizados para classificar e qualificar as pessoas ou os objetos nos diferentes domínios da prática. (BOURDIEU, 2011, p.436)

Este mundo compartilhado resulta nestes esquemas de percepção em comum, que são construídos e transmitidos historicamente, de maneira que constituem as estruturas estruturadas estruturantes

O esquema do espaço social emergem das categorias historicamente constituídas e adquiridas que organizam o pensamento do mundo social do conjunto dos indivíduos pertencentes a esse mundo e modelados por ele. (BOURDIEU, 2011, p. 435)

Ou seja, as percepções sociais em relação à realidade são construídas a partir do compartilhamento de divisões sociais que estruturam os mecanismos de julgamentos, situados. Dentre os vários tipos de julgamentos da realidade, estão aqueles que partem de critérios morais.

Neste sentido, Bourdieu evidencia sua capacidade de articular estrutura e agência, revelando como as práticas cotidianas estão profundamente ancoradas em estruturas sociais historicamente constituídas. A posição que os agentes ocupam dentro do espaço social é a expressão conforme os esquemas de percepção, avaliação e ação incorporados ao longo de suas trajetórias sociais. Essas práticas, portanto, não apenas expressam preferências subjetivas, mas também reproduzem hierarquias sociais e simbólicas existentes.

Tais hierarquias podem ser analisadas a partir da compreensão da operacionalização da ação dos agentes dentro de campos específicos. O campo, em Bourdieu, é um microcosmo relativamente autônomo de relações sociais estruturadas, com regras próprias e uma lógica interna de funcionamento, no qual os agentes ocupam posições distintas e disputam formas específicas de capital, como econômico, social, cultural e simbólico. É nesse espaço de luta simbólica que se produzem e se legitimam classificações sociais, distinções de valor e formas de consagração.

A reprodução das desigualdades se dá, assim, através de mecanismos sutis e muitas vezes invisíveis, como os códigos de leitura da realidade (Distinção, ano), que definem o que é considerado legítimo, superior ou digno de reconhecimento. Esses códigos operam como fronteiras simbólicas que naturalizam as distinções e geram exclusões, pois determinam quais práticas, gostos, estilos de vida ou discursos são valorizados, e quais são relegados à inferioridade ou ao estigma. A ação dos agentes, portanto, se dá dentro de limites condicionados pelas estruturas objetivas do campo, mas também pelas disposições subjetivas que os levam a jogar esse jogo com diferentes graus de competência, interesse e reconhecimento.

As hierarquias sociais e simbólicas “funcionam como instrumentos ordinários de classificação de classe, orientando a forma como grupos sociais validam ou desqualificam condutas e preferências (BOURDIEU, 2011, p. 501). Em a Distinção (), Bourdieu demonstra que adjetivos aparentemente neutros, funcionam como orientadores e carregam uma dimensão valorativa daquilo que é esperado socialmente naquele contexto. Este conjunto de classificadores co-relacionados são continuamente reavaliados por sistemas de classificação moral que se apresentam, por vezes, como naturais, mas que estão colocados para a realidade a partir de critérios situados.

Estes critérios morais são construídos e articulados a partir e elementos estruturantes das afirmações, já que os sentidos dados à realidade consistem numa articulação lógica (mas nem sempre coerente) organizada a partir dos elementos já conhecidos. Ao afirmar que “o olho é um produto da história reproduzido pela educação (BOURDIEU, 2011 p.10)”, Bourdieu enfatiza como a “práxis é socialmente condicionada”, o que é a premissa fundamental da sua teoria da prática situada.

A formulação das hierarquias de gosto e do julgamento moral, portanto, é fruto dos processos de inculcação socialmente situados, pelos quais os agentes interiorizam disposições que refletem sua posição nas estruturas de classe e nos campos sociais. Para ilustrar esta noção de campo, Bourdieu utiliza metáforas como espaço de jogo, regras de jogo, “o que está em jogo”, evidenciando que este é resultado de um longo processo histórico de autonomização, já que “não se entra no jogo mediante um ato de consciência, se nasce no jogo, com o jogo, e a relação de crença, de *illusio*, de investimento é tanto mais total, incondicional, quanto ela se ignora como tal” (2009, p. 109).

As disposições, incorporadas sob a forma de *habitus*, orientam preferências estéticas e avaliações morais que, ao mesmo tempo em que expressam distinção simbólica, contribuem para a reprodução das desigualdades sociais. O *habitus*, portanto, é mais gerador, flexível e multidimensional do que o simples hábito (Bourdieu, 1993, p. 87), sem que seja determinista. Ou seja,

o *habitus* fornece “estratégias objetivamente organizadas” para a ação, mas a estratégia empregada em uma interação particular é apenas uma entre muitas estratégias possíveis disponibilizadas pelo *habitus*, as quais são utilizadas de forma diferenciada em relação aos campos sociais nos quais são mobilizadas (Bourdieu 1977, p.73).

Acrescentamos ainda o conceito de “*habitus qualificado*” (Sayer, 2005), principalmente para evidenciar seu funcionamento através do marcador “classe”. Sayer afirma que as disposições possuem uma estrutura que reflete o *habitat* (*que seria* uma posição dentro de um campo mais amplo de relações sociais, incluindo relações com outros semelhantes e diferentes, como membros de outra classe).

No que diz respeito à classe, o *habitus* das classes superiores classifica as coisas como refinadas ou vulgares, elevadas ou inferiores, atribuindo implicitamente mais valor ao primeiro termo de cada par. As classificações tácitas são formadas por oposições estruturadas por homologias entre fenômenos diversos.

O *habitus* é, portanto, ao mesmo tempo produtivo e econômico, utilizando um número reduzido de distinções para classificar não apenas uma vasta gama de objetos familiares, mas também fenômenos novos. (Sayer, 2005, p.24)

*Essa “habituação a determinada posição” nas estruturas de relações sociais e nas condições materiais é que produz uma estrutura correspondente de disposições ajustadas a elas. Quando ativadas, essas disposições geram ações que tendem a reproduzir as estruturas externas, de maneira relacional, ou seja, se orientam para outras pessoas e objetos. E desenvolvem um *habitus* ajustado a certos tipos de relações e tratamentos.*

A análise de Lamont (2000) também nos oferece elementos centrais para compreendermos como as percepções sobre a realidade são moldadas por hierarquias de classe, articulando-se diretamente com a noção bourdieusiana de *habitus* e de capital simbólico. Para Bourdieu, os esquemas de percepção e apreciação que orientam a ação social não são escolhas individuais isoladas, mas disposições incorporadas, formadas a partir das posições objetivas ocupadas pelos agentes no espaço social. Lamont demonstra

como, nesse processo, a moralidade atua como recurso fundamental para a construção da autoimagem, para o reconhecimento e para a afirmação de dignidade, especialmente entre grupos cuja mobilidade econômica é restrita.

A autora afirma que a moralidade geralmente estaria no centro do mundo desses sujeitos investigados no seu trabalho sobre a classe operária. “Eles encontram sua autoestima em sua capacidade de se disciplinar e de levar vidas responsáveis e, ao mesmo tempo, atenciosas para garantir a ordem para si e para os outros. [...] “A partir destes padrões, eles definem quem são e, tão importante quanto, quem não são” (LAMONT, 2000, p. 17). Tal formulação converge com a concepção bourdieusiana de que as práticas e representações sociais são moldadas por capitais e distinções simbólicas, produzindo fronteiras entre grupos e legitimando exclusões.

Em sua análise, Lamont identifica a centralidade de um “eu disciplinado”, um *habitus* orientado para a ética do trabalho, a responsabilidade e o autocontrole, como pilar de distinção moral. Esse ethos legitimaria a rejeição de condutas percebidas como desvios e sustentaria a percepção de superioridade em relação a outros grupos, tendo em vista que traçam fronteiras ainda mais fortes contra certos grupos rejeitados (neste caso os negros e pobres) com base em uma moralidade universal organizada em torno do ‘eu disciplinado’. Este eu estaria particularmente pautado em “uma ética de trabalho e senso de responsabilidade” (LAMONT, 2000, p. 57).

Essa dimensão também se estrutura pela vigilância e distanciamento em relação a “elementos poluidores”, como as drogas, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Esse “policíamento de fronteiras” ecoa a noção bourdieusiana de fronteiras simbólicas enquanto mecanismos de preservação do *habitus* e defesa contra a desvalorização social. Estes imperativos também se apresentaram nos resultados a serem analisados nos capítulos finais. Como descrito por ela, a moralidade não é apenas um código normativo, mas um recurso simbólico para produzir hierarquias de valor, operando como capital moral articulado à uma distribuição desigual dos demais capitais.

Lamont (2000, p. 57) observa que tais fronteiras são produto de uma “lógica relacional de ‘nós’ versus ‘eles’”, e que “as fronteiras morais que os trabalhadores traçam são uma extensão direta de sua visão de mundo moral mais ampla” (LAMONT, 2000, p. 51). Na chave bourdieusiana, essas fronteiras operam como sistemas de classificação social, estruturando as percepções sobre quem é legítimo, quem merece respeito e quem é

excluído do espaço simbólico de pertencimento. No caso específico do consumo de substâncias ilícitas, a desaprovação moral seria parte de um sistema de distinção social e simbólica que reforça hierarquias de classe, definindo quem pertence ao “mundo respeitável” e quem é enquadrado em outras categorias.

Além disso, as disposições, quando ativadas, produzem resultados que são sempre mediados de alguma forma (facilitados, bloqueados, superados ou refratados e modificados) pelas condições contextuais, e, de fato, os próprios agentes podem conscientemente optar como lidar com elas. Neste sentido, a regulação da maioria das ações se situa em um ponto intermediário de um contínuo que vai de reflexos inconscientes até a deliberação racional e a escolha. O que reforça o fato de que as respostas dadas ao mundo pelos indivíduos são, em grande parte, moldadas por disposições, sentimentos e habilidades corporificadas. E em contextos “familiares”, essas disposições fornecem um “senso de jogo”, ou capacidade, de agir com eficácia. Esse funcionamento fica mais evidente quando experimentamos sensações de desconforto, seja por deslocamento, seja por desconhecimento do ambiente social ou não saberíamos “jogar”.

E, como já assumido, grande parte da nossa orientação normativa em relação ao mundo se dá no nível das disposições e das emoções, as quais são adquiridas pela prática como disposições inteligentes que nos permitem, frequentemente, reagir de forma apropriada a situações instantaneamente, sem necessária reflexão.

Desta forma, as práticas, portanto, só fazem sentido dentro de um “cosmos de significados”, correspondente à estrutura de posições e relações onde foi habituado. Assim, poderíamos pensar que o “campo moral” e o “campo do consumo” articulados significariam também entender que os usos de substâncias fazem parte de uma rede de significados, normas, moralidades públicas e privadas, políticas de criminalização e mercados ilícitos aos quais serão investigados nos capítulos seguintes.

Neste sentido, os conceitos de “arena moral” ou “universo moral de referência” funcionaria neste trabalho como uma adaptação do conceito de campo para fins analíticos. Já que esta investigação não segue estritamente os sentidos colocados nos exercícios de pesquisa de Bourdieu, quando analisou o campo científico, educacional ou artístico.

Além disso, segundo Bourdieu, “as disposições sociais contam mais que as competências garantidas” (BOURDIEU, 2011 p.142) já que possibilita aos agentes o universo que corresponde a sua posição social e assim, as disposições repercutem na expectativa social em relação a eles.

3.2.2 O Gosto como marcador de classe

Numa análise dos grupos sociais, Bourdieu demonstra que preferências e juízos estéticos são produtos de condicionamentos sociais. Dessa forma, “adjetivos como “baixo” e “elevado”, “fino” e “grosseiro” seriam, na verdade, “instrumentos ordinários do julgamento de classe” (BOURDIEU, 2011, p. 500). Isso também se traduz em fronteiras que separam práticas legitimadas de práticas condenadas, distinguindo-os.

Para Bourdieu, “à hierarquia socialmente reconhecida (...) - e, no interior de cada uma delas, corresponde à hierarquia social dos consumidores. Eis o que predispõe os gostos a funcionar como marcadores privilegiados de "classe". As maneiras de adquirir sobrevivem na maneira de utilizar as aquisições: a atenção prestada às maneiras tem sua explicação se observarmos que, por meio destes imponderáveis da prática, são reconhecidos os diferentes modos de aquisição, hierarquizados, da cultura” (BOURDIEU, 2011, p.9)

A noção de obra de arte, como examinada por ele, por exemplo, corresponde a um lugar legitimado de reconhecimento; ou seja, há uma validação social de que aquilo seja considerado “arte”. A partir dessa noção de arte dos consumidores da obra, emergem as condições em que esses bens e gostos foram construídos. É possível descrever nesse contexto, não apenas as diferentes maneiras de apropriação de alguns desses bens, que foram considerados em determinado momento arte, como também, é possível compreender as condições sociais da constituição desse modo de apropriação conceituado como legítimo. (BOURDIEU, 2011 p.9)

Ou seja, não basta o acesso à obra ou ao bem simbólico, é preciso saber como apreciá-lo de maneira reconhecida como válida. E este saber é o que diferencia o julgamento das classes. Isso se dá em virtude da "maneira legítima" de apreciar o mundo, seja a arte, o gosto, ou o comportamento, que consistiria numa construção social ligada à dominação simbólica. Ao naturalizar tal forma de julgamento, as classes dominantes

reproduzem sua posição privilegiada sem recorrer à coerção direta. Este processo Bourdieu denomina de violência simbólica, que opera pela internalização dos critérios de valor.

Isto é, “o gosto classifica aquele que procede à classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas”. (BOURDIEU, 2011, p. 13) De maneira que o consumo legítimo exige um aprendizado, e esse aprendizado estaria ligado às condições sociais de possibilidade de acesso aos meios de apropriação legítima.

Ademais, o “privilégio da indiferença à própria maneira” evidencia que certos consumidores de alta classe, por exemplo, são moralmente blindados. O que significa que certos grupos poderiam transgredir normas morais sem sofrer sanções, pois detêm os recursos simbólicos e competências culturais (p. 91) que neutralizam a condenação “prevista”. Segundo Bourdieu,

Por definição, a maneira só existe para outrem e as detentores estatutários da maneira legítima e do poder de definir a valor das maneiras, pronuncia, apresentação de atitude tem o privilégio da indiferença à sua própria maneira (dispensando-os de fazer fita); ao contrário, os "novos-ricos" que pretendem agregar-se ao grupo dos detentores legítimos, ou seja, hereditários, da maneira adequada sem serem a produto das mesmas condições sociais, encontram-se confinados, façam o que fizerem, na alternativa da hiper identificação ansiosa ou do negativismo que, na própria revolta, confessa sua derrota: ou a conformidade de uma conduta "tomada de empréstimo", cuja correção ou até mesmo hipercorreção lembra que ela imita e o que macaqueia, ou a afirmação ostensiva da diferença que é votada a aparecer como uma confissão da impotência a identificar-se. (p.91)

Os gostos e os estilos de vida funcionam, portanto, como “marcadores” simbólicos privilegiados da “classe”. Os pares de qualificativos, cujo sistema constitui o aparato conceitual do julgamento do gosto, são adequados a proporcionar ou exprimir o sentimento do indefinível, já que cada uso singular de um desses pares só adquire seu sentido completo em relação a um universo de discursos sempre diferente, na maior parte das vezes, implícito - já que se trata do sistema das evidências e dos pressupostos

admitidos como óbvios no campo em relação ao qual se definem as estratégias” de ação. (BOURDIEU, 2011, p.437)

Além disso, há o “julgamento no estado implícito”, tendo em vista que muitas condenações morais operam fora do discurso explícito, mas tornam-se “visíveis” através das classificações, sejam elas através dos discursos, ou através de outros tipos de linguagem expressiva.

A dimensão visível, em outro sentido, também pode ser referida à “estilização da vida”. Que refere-se ao comportamento pelo qual os indivíduos imprimem formas de valorização estética em práticas comuns aparentes (como comer, vestir-se ou decorar a casa). É a dimensão do aparentar-se, aqui também concebida como “forma”. Assim,

A disposição estética recebe seu terreno por excelência, ocorre que, em qualquer campo da prática, é possível se afirmar a intenção de submeter as necessidades e as pulsões primárias ao requinte e à sublimação; além disso, em todos os campos, a estilização da vida, ou seja, o primado conferido à forma em relação à função, à maneira em relação à matéria, produz os mesmos efeitos. E nada determina mais a classe e é mais distintivo, mais distinto, que a capacidade de constituir, esteticamente, objetos quaisquer ou, até mesmo, “vulgares” (por serem apropriados, sobretudo, para fins estéticos, pelo “vulgar”) ou a aptidão para aplicar os princípios de uma estética “pura” nas escolhas mais comuns da existência comum por exemplo, em matéria de cardápio, vestuário ou decoração da casa - por uma completa inversão da disposição popular que anexa a estética à ética. (Bourdieu, 2011, p.13)

Para os consumos, existiriam formas mais “prováveis” em determinados grupos, atrelados ao “conjunto de referências e expectativas” sociais em torno do agente a ser julgado, sejam elas visíveis (como certas performances), sejam elas implícitas. Em adição, os processos de normalização também garantiriam graus de proteção moral para certos grupos, em função de outros capitais acumulados, que agem como atenuantes no jogo de pesos e contrapesos do julgamento moral.

A noção de poder simbólico em Bourdieu é crucial para compreender como as hierarquias nos consumos de cocaína, e as distinções entre pó, crack e virado, são estabelecidas e legitimadas sem o uso explícito da força. É através da violência simbólica (1989) que as classes dominantes reproduzem sua posição privilegiada sem recorrer à coerção direta.

Esse poder opera através da imposição de categorias de percepção e julgamento, que fazem com que os indivíduos incorporem as distinções sociais como se fossem naturais. Assim, a valoração desigual das formas de consumo e dos próprios

consumidores reflete a violência simbólica de um campo onde o "gosto" e o "capital" atuam como classificadores. De tal maneira que "o gosto classifica aquele que procede à classificação".

Os mecanismos da violência simbólica e do gosto, portanto, nos parecem cruciais para entender como a hierarquia entre pó, crack e virado não é explícita, mas opera de forma sutil e internalizada, legitimando as distinções mapeadas através das entrevistas. Evidenciando também que quem é o agente a partir de seu lugar social importa, junto às estratégias de jogo utilizadas na forma de consumo, já que o sentido moral do ato mudaria conforme o habitus de quem o pratica.

O *habitus*, como sistema de disposições duráveis e transponíveis, molda não apenas as práticas, mas também as percepções e os julgamentos dos indivíduos em relação ao mundo social. A escolha e o modo de consumo de diferentes tipos de cocaína (pó em ambientes controlados vs. crack em espaços mais marginalizados) podem ser lidos como manifestações desse *habitus*, que se articula com o capital cultural e social dos sujeitos. A "estilização da vida", que se expressa nos rituais de consumo, nos locais e na interação com outros, atua como um marcador de distinção, reforçando as fronteiras entre os grupos de usuários.

A perspectiva bourdieusiana oferece, portanto, as bases para compreender o consumo de cocaína como prática social e moralmente situada. Por meio de conceitos como habitus, campo e distinção, torna-se possível articular estrutura e agência, revelando como disposições incorporadas, fruto de socializações específicas, orientam práticas que, ainda que pareçam escolhas individuais, reproduzem hierarquias de classe e códigos morais historicamente construídos. Essa leitura não apenas ilumina as motivações subjetivas que permeiam o consumo, mas também fornece elementos para pensar políticas públicas capazes de responder à complexidade social do fenômeno.

3.3 Charles Taylor: identidade, autenticidade e reconhecimento

Para compreendermos como os valores moralmente compartilhados orientam o julgamento das práticas de consumo, tomamos por referência a análise de Taylor (ano) sobre as fontes do self. Seus conceitos de interioridade, ética da autenticidade e luta por reconhecimento estruturam o pano de fundo normativo das avaliações fortes e distinções qualitativas atribuídas pelos próprios consumidores e pela sociedade.

No processo de construção da identidade, o self relacional depende do processo de reconhecimento para a própria formação desse “eu público”. Ao compreender a identidade não como uma essência interior, mas como algo constituído por relações de valor em mundos compartilhados, Taylor propõe uma abordagem que permite iluminar os processos pelos quais sujeitos constroem juízos morais sobre si mesmos e sobre os outros a partir de suas práticas, discursos e escolhas.

Taylor (1994) argumenta que todo sujeito moderno se orienta por fontes do bem. Estas fontes de bem seriam referências morais que guiam os julgamentos e conferem sentido à vida. Essas fontes não são arbitrárias nem meramente individuais. O autor coloca que elas são social e historicamente situadas, compartilhadas em práticas culturais que definem o que conta como uma “vida boa”.

Podemos compreender essas três fontes do bem, segundo Taylor (1994), como ancoradas em tradições históricas que moldaram o imaginário moral da modernidade. A primeira é a valorização da interioridade, que remonta à virada agostiniana e à ênfase na vida interior como espaço de verdade e autoconhecimento. A segunda é a afirmação da vida ordinária, que emerge com força a partir da modernidade, deslocando o prestígio moral de esferas heroicas ou aristocráticas para o trabalho, a família e a vida cotidiana. A terceira é a relação com a natureza, entendida não apenas como um recurso a ser explorado, mas como um domínio dotado de sentido moral e estético, cuja contemplação e cuidado participam da constituição de uma vida boa. Essas três fontes, apesar de originadas em contextos históricos específicos, permanecem interligadas no horizonte moral contemporâneo, funcionando como balizas para a avaliação das condutas.

O self para Taylor está atrelado às noções de bem, e para compreendê-lo, seria necessário investigar como estas representações evoluíram. De maneira que a

individualidade e o bem, ou a identidade e a moralidade são temas “inextricavelmente entrelaçados” (Taylor, p.15, 1994). Taylor mostra que na modernidade há uma tendência de deslocar o foco do bem viver para a obrigação de agir corretamente, enfraquecendo a noção robusta de fontes do bem. A partir desta ampliação do espectro de descrições morais legítimas, é possível examinar os assentamentos dos alicerces e os sentidos que são reconhecidos a partir da linguagem.

No contexto da presente investigação, essas fontes situariam por que determinadas práticas de consumo são avaliadas de modos tão distintos. Entendemos que a interioridade orientaria as narrativas de autenticidade e autocontrole, frequentemente mobilizadas por usuários que buscam legitimar seu consumo como consciente e deliberado. A vida ordinária nos serve de parâmetro também para avaliar se o uso compromete ou preserva funções sociais como o trabalho, o cuidado familiar e a participação comunitária. Já a relação com a natureza aparece de forma mais indireta, menos objetivada, mas ainda relevante, na medida em que certos discursos associariam modos de consumo a estilos de vida “naturais”, conferindo-lhes maior ou menor valor moral. Dessa forma, as três fontes do bem não nos parecem operar isoladamente, mas atuam de forma combinada nas variadas justificativas e até condenações que estruturaram as distinções qualitativas no campo analisado.

Os discursos dos consumidores nos levaram por este caminho, tendo em vista que esta premissa guiou o mecanismo entre o que é dito e reflete a prática e quais seriam as ideias-alicerces destas concepções. De maneira que,

a vida destas pessoas pode estar totalmente estruturada por tais distinções qualitativas extremamente importantes em torno das quais elas vivem e morrem. Isso fica sobremodo evidente nas admoestações que elas lançam a suas próprias ações e às ações alheias. (p.37, 1994)

E deste exercício, portanto, os resultados que serão apresentados tentarão formular de modo explícito quais bens, qualidades ou fins são articulados em tais distinções qualitativas.

Se voltarmos aos argumentos traçados pelo autor, encontramos referencias de que desde a Antiguidade o ideal de vida boa estava vinculado ao domínio de si, com ênfase na razão orientando os desejos (p.37, 1994). Já na idade moderna, há o que ele chama de “self despreendido”, capaz de objetificar o mundo e as próprias emoções e inclinações, medos

e compulsões, e de atingir por meio disso uma espécie de distanciamento e autocontrole que lhes permitiria agir racionalmente.

E em consequência disso, certa expectativa de “configuração do autodomínio por meio da razão” (p.37, 1994). Junto a isso, há a prevalência ética do altruísmo como dimensão superior da vida. Neste sentido, a dedicação ao bem universal obtém admiração e reverência, e tal conduta é fruto de certo “direcionamento da vontade”. Na modernidade, tal visão negaria a explicação naturalista e redutivista, e corresponderia a parte do “quadro das configurações com base nas quais vivem as pessoas em nossos dias” (p.37, 1994). Assim, compreendemos que as configurações proporcionam o fundamento, explícito ou implícito, de nossos juízos, intuições ou reações morais” (p.44, 1994)

A identidade, portanto, corresponderia à compreensão daquilo que tem importância crucial para nós. Já que saber quem se é é uma forma de saber em que posição se colocar. Tendo como ponto de partida a definição dos compromissos e identificações que proporcionam estrutura ou o horizonte, cujo o âmbito é possível determinar caso a caso o que é bom, valioso, ou até o que se deveria fazer, ou aquilo que endosso ou me oponho. A identidade é definida a partir do “horizonte dentro do qual sou capaz de tomar uma posição”. Há uma ligação, assim, entre a identidade e uma espécie de orientação (moral), moldada pelo que julgamos serem compromissos universalmente válidos, garantindo estruturas de sentido.

Complementando a perspectiva de Taylor, as discussões aqui relevantes, que também tocam a sociologia da identidade, podem se beneficiar substancialmente da contribuição de Paul Ricoeur, que enfatiza o caráter intrinsecamente narrativo da construção do *self*. Em sua obra seminal *Si mesmo como um outro* (1991), Ricoeur busca uma “hermenêutica do si, enfrentando a questão da identidade pessoal e da identidade narrativa” (SILVA, 2008, p. 103). Para o autor, a identidade não se restringe a uma essência estável, mas se configura como uma história que o indivíduo constrói sobre si mesmo, negociando as diversas experiências e os reconhecimentos (ou a ausência deles) recebidos ao longo do tempo.

A teoria narrativa, para Ricoeur (1991), encontra sua maior justificação no papel que exerce entre o ponto de vista descritivo da ação e o ponto de vista prescritivo. Como aponta a resenha de Silva (2008), "descrever, narrar e prescrever - cada momento dessa tríade implica uma relação específica entre constituição da ação e constituição do si"

(SILVA, 2008, p. 103). Nesse sentido, o tempo emerge como um fator primordial na compreensão das identidades, pois uma narrativa é o espaço de convergência temporal que permite articular a questão do si.

Ricoeur aborda a identidade a partir da distinção fundamental entre mesmidade (*idem*) e ipseidade (*ipsi*) (SILVA, 2008, p. 103). A mesmidade refere-se ao que permanece idêntico, à permanência no tempo, ao caráter e aos hábitos. É a identidade no sentido de "o mesmo" (identidade-*idem*), que pode ser observada e descrita por terceiros. Por outro lado, a ipseidade diz respeito à identidade do *self* como um "si mesmo", àquilo que permite ao sujeito se reconhecer como autor de suas ações e responsável por seus compromissos, mesmo diante de mudanças no "*idem*". É a capacidade de manter-se e de se prometer no tempo, caracterizada pela reflexividade e pela singularidade de uma existência.

Ao discorrer sobre esses conceitos, Ricoeur defende que o conteúdo do si "apresenta uma dupla visão. Em parte, retrospectiva em direção ao campo prático (ações) e noutro ângulo, prospectiva em relação ao campo ético (caráter)" (SILVA, 2008, p. 104). Essa dualidade é crucial para a tese, pois permite analisar como os consumidores constroem suas narrativas. A visão retrospectiva pode ser identificada nas justificativas e explicações sobre o percurso do uso e as ações passadas (o "porquê" de terem começado ou continuado a usar), enquanto a visão prospectiva se manifesta nas projeções sobre o futuro, nos projetos de interrupção ou controle do uso, e na afirmação de um caráter que busca se distinguir dos estereótipos estigmatizantes (como a busca por "pureza" ou por ser um "usuário funcional").

Essa construção narrativa é fundamental para integrar as experiências estigmatizantes e manter um senso de continuidade e ipseidade, mesmo diante de rótulos sociais negativos e das hierarquias morais que lhes são impostas. A capacidade de reinterpretar o próprio percurso e de projetar um *self* coerente é uma estratégia de resistência à "identidade deteriorada" (Goffman, 1981) que discutiremos adiante e à violência simbólica (Bourdieu, 2007), que buscam desqualificar o sujeito. A narrativa pessoal, portanto, torna-se um campo de disputa e negociação da identidade moral.

Em Taylor (1997), a própria ação do *self* consiste na capacidade de agir estrategicamente luz dos fatores situacionais. E é neste espaço moral, que independe dos cursos individuais de fracasso ou sucesso, onde consideramos ser possível e necessário

realizar um rastreamento do que seriam as avaliações fortes, as distinções qualitativas, e as intuições morais.

O argumento propõe que as avaliações fortes estruturam a identidade moral, tendo em vista que elas permitem distinguir entre o que é apenas desejado e o que é considerado *digno* de ser desejado. Neste caso, as distinções qualitativas dependem das avaliações fortes, pois ordenam estes conteúdos da realidade em esquemas e são a expressão das avaliações fortes a partir de hierarquias ou contrastes de qualidade moral e existencial.

Por trás daquilo que está expresso, poderíamos acessar os pressupostos que informam como as pessoas fazem avaliações fortes e distinções qualitativas, estas seriam as intuições morais. No entanto, o autor afirma que estariam num horizonte pré-reflexivo de sensibilidades (*background horizon*). A identidade moderna, portanto, se constitui em relação a horizontes morais que continuam orientando as escolhas, mesmo em contextos de aparente relativismo de valores. Assim, a moralidade que embasa as “necessidades” funciona como princípio organizador, validando práticas de distinção e legitimando formas de consumo.

Então, enquanto a avaliação forte é um ato de juízo, e a distinção qualitativa é o contraste entre qualidades, a intuição moral é o pano de fundo de sensibilidades que torna esses juízos possíveis ou plausíveis. Estas dimensões subjetivas nem sempre, ou quase nunca nos aparecem refletidas, e no campo, a experiência nos apontou que a articulação das explicações esteve sendo provocada a partir da situação da entrevista, e consideramos esta um reflexo das atribuições vivenciadas e nem sempre objetivadas e problematizadas em argumentos ou justificativas na vida cotidiana.

Neste sentido, a identidade seria definida a partir dos horizontes dentro do qual o indivíduo é capaz de tomar uma posição (Taylor, 1997). Essas fontes, portanto, não seriam arbitrárias, mas social e historicamente situadas.

Em “*Multiculturalism and the Politics of Recognition*” (1992), Taylor argumenta que o reconhecimento é essencial para o florescimento individual e coletivo, pois a identidade das pessoas é, em grande parte, moldada por como elas são vistas pelos outros. Ao desenvolver em seu ensaio, a política do reconhecimento, sobre o papel central do reconhecimento na constituição do self, o autor afirma que o reconhecimento não é apenas um bem desejável, mas uma necessidade humana fundamental.

Ele afirma que o não reconhecimento, ou o reconhecimento negativo (*misrecognition*), poderiam ferir a identidade, comprometendo a capacidade de autoconstituição dos sujeitos. Ou seja, a falta ou distorção de reconhecimento poderiam levar à opressão ou à alienação, minando a autenticidade e o desenvolvimento pessoal. Como reafirma Taylor, a constituição da identidade pessoal é indissociável das relações de reconhecimento estabelecidas no interior de contextos sociais e culturais específicos. De maneira que a ausência de reconhecimento não constitui apenas uma falha moral ou relacional, mas representaria uma forma de *violência simbólica* capaz de comprometer a capacidade de autoconstituição dos sujeitos. Nesses termos, tal prática violenta não apenas nega a dignidade do outro, mas o reconfigura de maneira depreciativa, produzindo efeitos destrutivos sobre o seu senso de valor próprio e sobre sua possibilidade de desenvolver uma relação autêntica consigo mesmo, validada positivamente pelo outro.

Esta dinâmica é particularmente relevante para a análise de processos e experiências de estigmatização, que discutiremos mais adiante. Os processos de não reconhecimento ou reconhecimento degradante atuam na produção e reprodução de trajetórias de marginalização, estruturadas a partir da oposição entre um “eu” legitimado e um “outro” desqualificado. Ao reforçar classificações morais e simbólicas excludentes, esses processos não apenas ferem identidades individuais, mas também consolidam fronteiras sociais hierárquicas que limitam o acesso ao que seria um “reconhecimento pleno” e à participação ética na vida coletiva de variadas formas.

Na reflexão crítica sobre os dilemas morais da modernidade tardia, em *A ética da autenticidade* (2011), Taylor aprofunda a análise sobre as formas contemporâneas de constituição do self. Ao identificar o que denomina de “três mal-estares da modernidade”, como o individualismo exacerbado, o predomínio da razão instrumental e o eclipse das dimensões morais da vida pública, o autor vai problematizar o processo de esvaziamento ético que acomete as sociedades ocidentais contemporâneas. Nesse contexto, o ideal moderno de autenticidade, que originalmente faz alusão à exigência de ser fiel a si mesmo, tem sido progressivamente distorcido por tendências “relativistas e narcisistas”, resultando em uma perda de profundidade moral na vida individual e coletiva.

A autenticidade, na concepção de Taylor, não se confunde com a simples espontaneidade nem com a expressão subjetiva desvinculada de critérios normativos. Pelo contrário, exige o enraizamento do indivíduo em uma matriz de significados compartilhados e em um horizonte ético que dê sentido às escolhas. Assim, o autor

enfatiza que a ética da autenticidade não é subjetivismo puro, mas diz respeito a um compromisso com valores compartilhados (Taylor, 1991). O que está em jogo aqui, portanto, é a tensão entre o reconhecimento da singularidade da experiência individual e a necessidade de fundamentação intersubjetiva dos valores que orientam a ação moral. Ser autêntico, nesse sentido, implicaria um comprometimento com aquilo que realmente importa. Ou seja, um comprometimento com valores que, embora interiorizados, encontram ressonância em um mundo social e culturalmente situado.

A contribuição de Taylor se mostra central para compreender os modos contemporâneos de justificação moral, ao articular a busca por autenticidade com a demanda por reconhecimento e pertencimento. Segundo ele, a falta de reconhecimento ou o reconhecimento distorcido podem levar à opressão ou à alienação (Taylor, 1994). Essa dinâmica é central para compreender a estigmatização no consumo de drogas, na medida em que as classificações morais excludentes consolidam fronteiras hierárquicas e limitam o acesso ao reconhecimento pleno.

A lógica desse argumento, sustentada pelo mapeamento das conexões entre os sentidos do self e as concepções morais, também foi desenvolvida por Honneth (2011). Em Luta por reconhecimento, o autor contribui para a compreensão das dinâmicas implícitas nos conflitos sociais contemporâneos. Na teoria do processo de formação do sujeito, a produção de identidades ocorre como uma luta por reconhecimento motivada moralmente.

Segundo Honneth, os sujeitos buscam reconhecer-se a partir do outro em três esferas: emotiva, de estima social e jurídico-moral (Honneth, 2011, p. 10). A esfera da estima social é particularmente relevante, pois representa um quadro moral fundamentado em critérios socialmente generalizados que funcionam como classificadores do outro.

A ocorrência de conflitos sociais pode ser explicada pela “infração das regras implícitas do reconhecimento recíproco” (Honneth, 2011, p. 259). Essa ruptura afeta diretamente a identidade dos sujeitos, fragilizando-a. O conceito de identidade, aqui, é definido a partir das concepções sobre o que significa ser um agente humano. O valor da dignidade não é estendido a todos indiscriminadamente; é necessário que haja correspondência e adequação dos comportamentos aos valores compartilhados para que se alcance o reconhecimento.

Neste sentido, sua proposta analítica resgata a dimensão normativa da vida ética sem que se abra mão de uma valorização da subjetividade. Desta forma, ele opera em direção a uma crítica simultânea ao niilismo moral e à rigidez moralista. Esta formulação oferece uma via de análise fundamental para pensarmos as disputas em torno da moralidade nas sociedades contemporâneas, especialmente quando colocamos em perspectiva certo conjunto de práticas sociais “controversas”, como consumos de substâncias ilícitas. Nestas práticas, que constituem nosso escopo analítico, observamos como os sujeitos recorrem a diferentes fontes morais para legitimar suas próprias escolhas e estilos de vida em relação a outras práticas submetidas a critérios baseados em “ser o outro”.

A contribuição de Charles Taylor se mostra essencial para compreender que os julgamentos morais que atravessam o uso de drogas não se limitam a opiniões individuais. Eles se ancoram em mundos morais que organizam o sentido de certo e errado, digno e indigno, autêntico e desviado. O referencial tayloriano evidencia que as disputas por reconhecimento e as tentativas de alinhar-se (ou resistir) a modelos socialmente valorizados de autenticidade operam no cerne das distinções feitas pelos consumidores entre si e nas suas formas de autoclassificação.

Nesse sentido, o uso do “pó” tende a ser associado a performances de autenticidade, controle, produtividade e prazer estético, valores reconhecidos e até admirados em determinados estratos sociais. Já o consumo de crack, frequentemente vinculado à perda de si e à degradação, é interpretado a partir de fontes morais consideradas negativas, o que reforça sua associação com a marginalidade. Essas valorações refletem métricas socialmente estabelecidas sobre o que constitui uma “vida boa”, tal como discute Taylor.

Em muitos casos, a negação de reconhecimento no consumo de crack se manifesta tanto nos julgamentos públicos quanto nas narrativas defensivas dos próprios usuários. Enquanto alguns consumidores de pó apresentam seu uso como coerente com estilos de vida produtivos, a perda de controle associada ao crack compromete essa coerência no imaginário social. Tais construções discursivas revelam que a percepção da substância está profundamente imbricada com a percepção de quem a consome.

3.4 Erving Goffman: estigma e marcas sociais

Além das noções de Bourdieu e Taylor, também recorremos ao conceito de estigma goffmaniano. Este conceito, tornado clássico na sociologia, remonta a uma antiga conotação grega, referindo-se a “marcas corporais” que são capazes de revelar um certo status moral degradado do indivíduo. Contudo, na contemporaneidade, a noção transcende o aspecto físico, passando a designar a própria “desgraça” que recai sobre o sujeito, em detrimento da evidência corporal de outrora. Essa transição semântica evidencia a natureza relacional e construída do estigma.

Os gregos, que estavam sempre em busca de sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava, criaram o termo 'estigma'. Os sinais eram feitos com cortes ou queimaduras no corpo e visavam a denunciar algo de ruim e de extraordinário sobre o status moral do portador do sinal. Hoje em dia, o termo é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. (GOFFMAN, 2008, p. 11)

A sociedade, em sua organização, opera por meio de um complexo sistema de categorização social, que atribui a cada grupo um conjunto de atributos considerados naturais e comuns. Nesse contexto, ao interagir com um indivíduo, a antecipação de sua "identidade social virtual" se estabelece a partir de prévias categorizações e atributos esperados. No entanto, quando um atributo divergente emerge, ele subverte essa expectativa, transformando o indivíduo em alguém "estragado e diminuído", configurando assim o estigma.

A sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e o conjunto de atributos que consideramos ser comum e natural para os membros de cada uma dessas categorias. Quando um estranho é apresentado, especialmente em um ambiente de interação pessoal, as primeiras aparências nos permitem categorizá-lo e então a nossa experiência anterior nos permite prever sua 'identidade social virtual', isto é, a categoria e os atributos que ele de fato possui. Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências fortes de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – de fato, em casos extremos ele deixa de ser visto como uma pessoa comum e completa para se transformar em uma pessoa estragada e diminuída. Esse atributo é um estigma, especialmente quando o seu efeito desfavorável é muito grande e ele não deixa que os outros lhe deem a devida atenção. (GOFFMAN, 2008, p. 11-12)

Nesta análise, é crucial ressaltar que o estigma não reside inherentemente no atributo em si, mas na relação social que o confere sentido depreciativo. Um mesmo atributo pode estigmatizar um indivíduo e, paradoxalmente, validar a normalidade de outro. A natureza contextual e interacional do estigma é, portanto, central para sua compreensão sociológica. Goffman (1981) ainda delinea três categorias de estigma: as abominações corporais, as culpas de caráter individual (incluindo o vício, o que é diretamente relevante para esta tese) e os estigmas tribais de raça, nação e religião.

Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. Por exemplo, algumas ocupações podem ser consideradas desonrosas; para o desempregado, porém, a falta de emprego é o seu estigma. Do mesmo modo, uma ‘fisiognomia agradável’ pode ser um trunfo para uma mulher em nossa sociedade, mas uma desvantagem para outra, que se queixa do fato de a sua ‘beleza’ obscurecer a sua inteligência. O que importa é a linguagem de relações e não de atributos. As deficiências físicas mais visíveis são um exemplo de estigma, assim como certas características de caráter, como a desonestade, a fraqueza de vontade ou a falta de discernimento. Estas são as ‘culpas de caráter individual’, que são deduzidas, muitas vezes, a partir de distúrbios mentais, vícios, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento radical ou de dissidência política. Por último, os ‘estigmas tribais de raça, nação e religião’ podem ser passados através de linhagem e contaminar, igualmente, todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 2008, p. 14)

3.4.1 As duas perspectivas do Estigma: O Desacreditado e Desacreditável

No estudo do estigma, Goffman propõe uma distinção fundamental entre o indivíduo "desacreditado" e o "desacreditável". O primeiro refere-se àquele cujo estigma já é conhecido ou imediatamente perceptível no contexto social, tornando sua condição uma realidade manifesta na interação. Por outro lado, o "desacreditável" possui um estigma que pode ser ocultado, gerando uma dinâmica complexa de manejo da informação.

Para a compreensão teórica do estigma, é útil distinguir entre o indivíduo que tem um estigma que o torna diferente e que já é conhecido ou é imediatamente evidente (o ‘desacreditado’) e aquele que tem um estigma que não é nem conhecido pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles (o ‘desacreditável’). (GOFFMAN, 2008, p. 55)

Para os indivíduos "desacreditáveis", a principal questão reside na gestão da informação sobre seu estigma, ou seja, no "encobrimento". Esta prática envolve um esforço contínuo para controlar a revelação de atributos que, se expostos, poderiam levar

à desqualificação social. A natureza do consumo de drogas, em particular, muitas vezes opera nessa esfera de dissimulação, tornando o controle da informação uma estratégia central para os usuários.

Para o desacreditável, o problema central é a manipulação da informação oculta que desacredita o eu, ou seja, o encobrimento. (GOFFMAN, 2008, p. 55)

3.4.2 Reações dos "Normais" e dos "Estigmatizados"

A interação entre indivíduos "normais" e estigmatizados frequentemente revela uma assimetria de poder e percepção. Aqueles que não possuem o atributo estigmatizante tendem a desenvolver uma teoria do estigma, uma ideologia que explica a inferioridade do outro e, por vezes, racionaliza uma animosidade já existente, inclusive aquela baseada em diferenças de classe social. Essa perspectiva ressalta o caráter construtivo do preconceito e da discriminação.

Nós, os 'normais', e eles – os estigmatizados – não são, na verdade, pessoas, mas antes perspectivas. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. (GOFFMAN, 2008, p. 14)

Concomitantemente, o indivíduo estigmatizado frequentemente internaliza as crenças depreciativas da sociedade sobre sua própria condição, o que pode culminar em sentimentos de vergonha e autodepreciação. Essa internalização não impede, contudo, a busca por aceitação, embora esta seja muitas vezes negada ou concedida de forma relutante pelos "normais".

Assim, a vergonha se torna uma possibilidade central para o estigmatizado. Ele concorda que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser. E é dessa forma que ele pode, ao mesmo tempo, sentir-se à vontade conosco e envergonhado em relação a nós. A característica central da situação de vida do indivíduo estigmatizado é a questão da aceitação. Aqueles com quem ele pensa que se encontrará, ou não o recebem, ou o fazem de maneira hesitante, ou, ainda, não conseguem lhe dar o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social os haviam levado a prever. (GOFFMAN, 2008, p. 16)

Diante do estigma, os indivíduos podem empregar diversas estratégias de manejo. Uma delas é a tentativa de corrigir diretamente a fonte do "defeito", como em intervenções físicas ou terapias. Outra abordagem envolve a compensação indireta, mediante o esforço e excelência em áreas de atividade que, de outra forma, seriam consideradas inacessíveis ou inadequadas para eles.

Para compensar, ele pode tentar corrigir diretamente o que considera a base objetiva de seu defeito. Assim, uma deformidade facial pode ser corrigida através de cirurgia plástica; a gagueira, por um tratamento ortofônico; a cegueira, por meio de óculos; uma deformidade física, por exercícios ortopédicos ou fisioterapia. Ou ele pode tentar corrigir sua condição indiretamente, dedicando um grande esforço individual ao domínio de áreas de atividade consideradas, geralmente, como fechadas. (GOFFMAN, 2008, p. 18-19)

3.4.3 Contato Misto e a Carreira Moral

A dinâmica dos "contatos mistos" constitui um campo de incerteza e potencial desconforto tanto para o indivíduo estigmatizado quanto para o "normal". A simples antecipação desses encontros pode influenciar profundamente as estratégias de vida dos estigmatizados, levando-os a estruturar sua existência de modo a evitar situações que possam expor sua condição. A ansiedade e a insegurança sobre como a interação se desenvolverá são sentimentos frequentemente vivenciados.

Nos contatos mistos, tanto o normal quanto o estigmatizado se encontram num dilema de interação. O normal pode não saber como se referir ao estigmatizado e, por isso, tenta fazer de conta que o estigma não existe. O estigmatizado, por sua vez, pode reagir à situação com ansiedade e, talvez, com algo ainda pior, no caso de se considerar a inveja como realmente pior do que a ansiedade. (GOFFMAN, 2008, p. 23)

A experiência do estigma, em suas múltiplas manifestações, tende a moldar uma "carreira moral" para o indivíduo, caracterizada por padrões semelhantes de aprendizado e por transformações na concepção do eu. Essa "carreira" reflete como a identidade do sujeito é continuamente renegociada e redefinida ao longo do tempo, em resposta às interações sociais e às percepções de sua condição estigmatizada. A identidade do eu, ou identidade experimentada, é construída por essa trajetória singular.

As pessoas com estigma tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativas à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu, uma ‘carreira moral’ semelhante, a qual deve ser levada em conta para a compreensão da sua forma de vida. A identidade do eu ou identidade experimentada, em contraste com a identidade social (virtual ou real) ou identidade pessoal, é o sentido subjetivo de sua própria situação e sua própria continuidade e caráter que um indivíduo vem a obter como resultado de suas várias experiências sociais. É essa identidade sentida que torna possível a organização da experiência e a tomada de decisão. (GOFFMAN, 2008, p. 27, 69)

3.4.4 Estigma como um processo social relacional

A concepção goffmaniana de estigma transcende a mera atribuição de um defeito individual, posicionando-o como um processo social dinâmico e relacional. Não se trata de uma divisão estática entre estigmatizados e normais, mas de uma perspectiva na qual cada indivíduo pode participar de ambos os papéis em diferentes contextos e fases da vida.

O estigma não envolve tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. (GOFFMAN, 2008, p. 124)

Essa visão enfatiza o fato de que a manifestação do estigma emerge das situações sociais, particularmente nos "contatos mistos", em virtude de normas sociais não cumpridas. Assim, o estigma não é uma característica intrínseca ao indivíduo, mas um produto da interação e das normas sociais que atuam sobre o encontro, revelando sua natureza construída e mutável.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências fortes de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – de fato, em casos extremos ele deixa de ser visto como uma pessoa comum e completa para se transformar em uma pessoa estragada e diminuída. Esse atributo é um estigma, especialmente quando o seu efeito desfavorável é muito grande e ele não deixa que os outros lhe deem a devida atenção. (GOFFMAN, 2008, p. 11-12)

Conforme Goffman, o estigma emerge de um atributo que desvia o indivíduo das expectativas sociais de "normalidade", transformando-o em uma pessoa "estragada e

diminuída". No contexto dos consumos de cocaína, certos atributos geram uma "identidade social deteriorada", levando o sujeito a concordar, em alguma medida, com a desvalorização que lhe é imposta, resultando em vergonha. Este processo nos remete ao que Misce denomina de “sujeição criminal”.

A sujeição criminal constitui-se na “representação social dominante, o que se poderia chamar de um fantasma social, um inimigo interno específico cujo perigo será representado como tanto maior quanto maior for sua incorporação por membros da sociedade” (MISSE, 1999, p.172).

Assim, a vergonha se torna uma possibilidade central para o estigmatizado. Ele concorda que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser. E é dessa forma que ele pode, ao mesmo tempo, sentir-se à vontade conosco e envergonhado em relação a nós. A característica central da situação de vida do indivíduo estigmatizado é a questão da aceitação. Aqueles com quem ele pensa que se encontrará, ou não o recebem, ou o fazem de maneira hesitante, ou, ainda, não conseguem lhe dar o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social os haviam levado a prever. (GOFFMAN, 2008, p. 16)

O Estigma funciona, enquanto processo social, como um mecanismo operante do que Becker (2008) tece na sua Teoria da Rotulagem. A partir da noção de *labelling* (Becker, 2008), a moralidade pode ser compreendida como um processo dinâmico, inscrito nas interações e permeado por relações de poder, no qual a designação de “desvio” opera como mecanismo de controle social e de manutenção de fronteiras simbólicas. Becker, complementa essa perspectiva ao demonstrar como o desvio é construído socialmente através da aplicação de rótulos, que, uma vez internalizados, podem se tornar parte central da identidade do indivíduo e de sua "carreira moral" no desvio. Essa abordagem desloca o olhar da essência do ato para os contextos e agentes que definem e sancionam comportamentos, revelando a dimensão relacional e política da moral.

Para a compreensão teórica do estigma, é útil distinguir entre o indivíduo que tem um estigma que o torna diferente e que já é conhecido ou é imediatamente evidente (o ‘desacreditado’) e aquele que tem um estigma que não é nem conhecido pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles (o ‘desacreditável’). Para o desacreditável, o problema central é a manipulação da informação oculta que desacredita o eu, ou seja, o encobrimento. (GOFFMAN, 2008, p. 55)

Goffman (2008) também ressalta que o fato de que estigma não é um atributo intrínseco, mas, um processo social relacional, emergindo da interação e das normas não cumpridas. A distinção entre o "desacreditado" e o "desacreditável" revela, portanto, as complexas estratégias de manejo da informação que os indivíduos empregam para evitar ou mitigar a desaprovação social. Ou seja,

O estigma não envolve tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. (GOFFMAN, 2008, p. 124)

Sendo assim, a perspectiva de Goffman permite compreender as tensões entre identidade moral e identidade deteriorada, evidenciando que o estigma atua como um mecanismo de degradação simbólica que precisa ser constantemente gerido pelos consumidores. Nesse manejo, o capital simbólico, como propõe Bourdieu, pode atuar como um atenuante para determinados grupos, conferindo-lhes uma espécie de “proteção moral” frente a julgamentos negativos. Assim, o “gosto legítimo” e as “avaliações fortes” se entrelaçam como produtos da história social, da posição de classe e da incorporação de valores específicos.

3.5 Operacionalização teórica: moralidade situada, distinções e fronteiras do reconhecimento

A partir da mobilização dos aportes de Charles Taylor, Pierre Bourdieu e Erving Goffman, construímos um modelo analítico que nos permite compreender o consumo de diferentes formas de cocaína (pó, crack e virado) como prática social e moralmente situada, marcada por distinções simbólicas, hierarquias de valor e disputas identitárias. Os fragmentos teóricos anteriormente descritos convergem nesta articulação ao tratarem das relações entre ação, estrutura e moralidade. Embora sejam oriundos de tradições teóricas distintas, sustenta-se aqui o fato de que dão corpo às contribuições desses autores, articuladamente e de forma complementar em três principais eixos analíticos: as estruturas disposicionais, as orientações valorativas e as dinâmicas relacionais. Para compreender as percepções dos consumos e onde estão sociohistóricamente situados,

propomos um quadro de análise síntese teórica a ser operacionalizada nas análises dos capítulos 6 e 7.

Quadro 3 - Síntese dos conceitos gerais

Conceito	Definição	Papel	Sobre sujeito o	Contribuição	Papel Analítico
Habitus - Bourdieu	Conjunto de disposições socialmente incorporadas, que estruturam percepções, gostos, julgamentos e estratégias práticas de ação	Explica como disposições internalizadas, adquiridas ao longo da socialização, estruturam as práticas dos indivíduos. O habitus fornece o pano de fundo prático que molda a ação e a percepção.	Em que estrato está situado, e o que aparenta performar	Foca a dimensão pré-reflexiva da ação, as regularidades estruturais nas práticas e as formas como as desigualdades são reproduzidas.	Explica como as práticas de consumo e os julgamentos morais são moldados por disposições de classe e estrutura social. Permite entender o “senso prático” que ajusta estratégias de uso, justificativas e distinções simbólicas entre formas de consumo.
Identidade Moral- Charles Taylor	Construção reflexiva e relacional do self, fundamentada em fontes do bem, avaliações fortes e na busca por reconhecimento.	Introduz a ideia de que a identidade é formada em diálogo com os outros e enraizada em valores, narrativas e fontes de reconhecimento. Taylor destaca a busca por autenticidade e por uma "vida boa".	Quem é este sujeito e como deseja ser reconhecido	Complementa o habitus ao enfatizar a dimensão reflexiva e narrativa da formação identitária, salientando os valores e significados que orientam as escolhas individuais e coletivas.	Explica como os indivíduos justificam moralmente suas práticas de consumo articulando narrativas de autenticidade, autocontrole e coerência com valores socialmente valorizados. Fundamenta a leitura das falas como disputas de sentido e alinhamento moral.
Estigma - Erving Goffman	Marca social que desacredita e marginaliza o indivíduo perante o grupo, associada a atributos vistos como desvios.	Analisa como os indivíduos carregam marcas sociais desvalorizadas e como essas marcas moldam as interações sociais, criando dinâmicas de inclusão e exclusão.	Como os outros classificam este sujeito?	Oferece uma lente sobre as relações de poder e os processos de rotulação, que operam em níveis micro (interações) e meso (instituições).	Analisa como os consumidores gerenciam impressões, occultam ou ressignificam suas identidades para mitigar julgamentos e distinguí-los. Os conceitos de Desacreditado e Desacreditável, por exemplo, iluminam as dinâmicas de exclusão, rotulação e resistência nos contextos interacionais.

Fonte: Elaboração da autora, 2025

A operacionalização do modelo teórico adotado neste estudo desenvolveu-se em três movimentos articulados. O primeiro consistiu na codificação das entrevistas com

base em indicadores derivados dos conceitos-chave mobilizados, incluindo disposições incorporadas, fontes morais, manejo do estigma, economias morais e fronteiras de reconhecimento. O segundo movimento compreendeu a análise relacional entre padrões de consumo, justificativas morais e estratégias de reconhecimento, estabelecendo conexões com as posições sociais e com os capitais disponíveis aos agentes. Por fim, o terceiro movimento consistiu na construção de tipologias que sintetizam as hierarquias morais internas e externas ao grupo de consumidores, explicitando como classe, contexto e códigos simbólicos se combinam para legitimar ou condenar determinadas formas de uso.

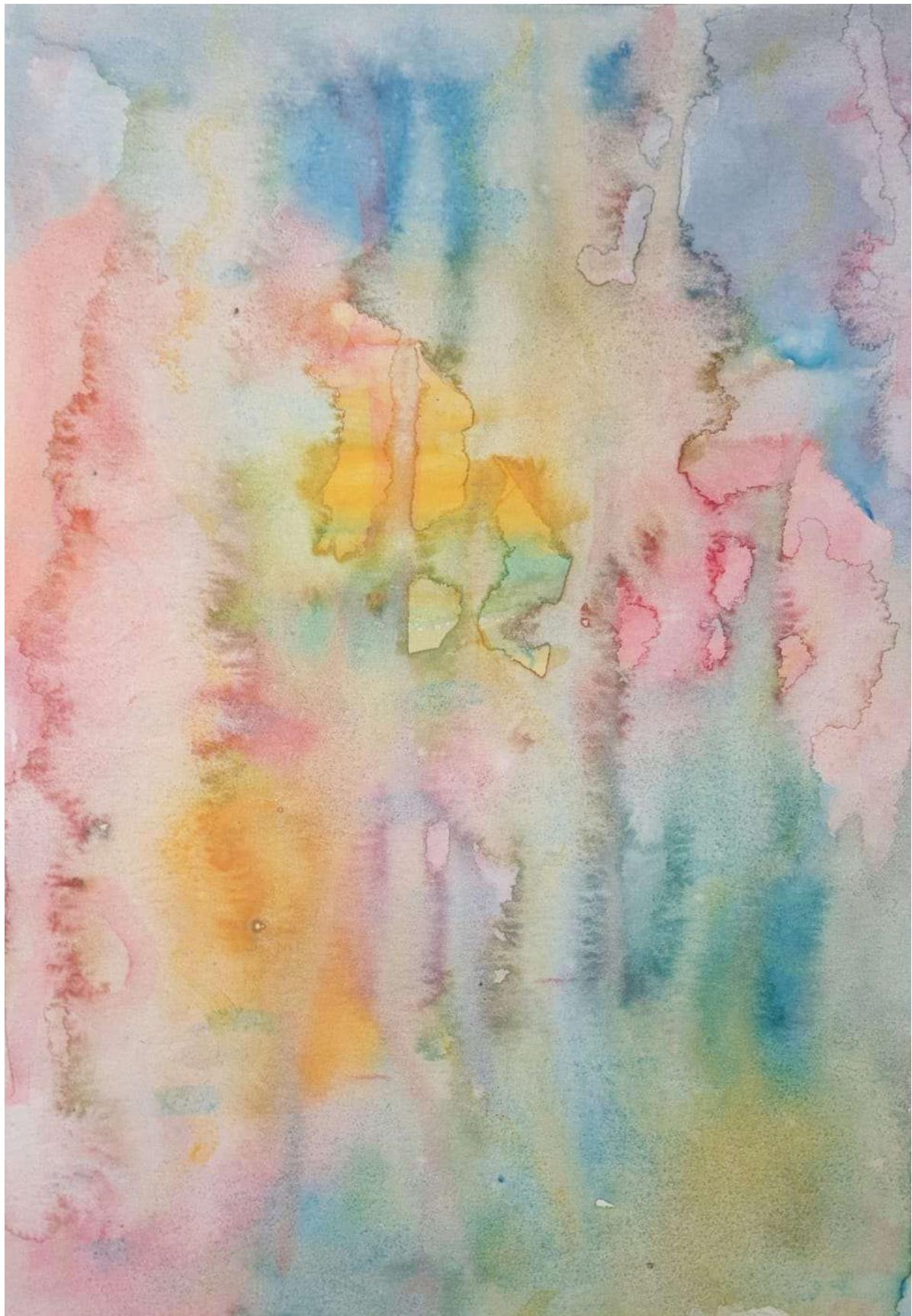
Nesse contexto, os julgamentos morais desempenham papel central para compreender as percepções em torno das práticas de consumo de crack, cocaína em pó e virado. A partir de diferentes elaborações, o estudo busca desvendar os mecanismos de produção de situações e de inculcação de referências simbólicas, considerando simultaneamente as estruturas que moldam as práticas e as interpretações valorativas da realidade social que delas emergem. Parte-se do pressuposto de que os sujeitos conhecem a realidade em que estão inseridos e articulam narrativas que explicam suas práticas concretas, situando o consumo em um campo moral capaz de legitimar ou condenar determinadas formas de uso.

O consumo de cocaína, tal como outras práticas sociais, não é um ato puramente individual ou restrito à dimensão biomédica. Trata-se de um fenômeno regulado por códigos morais, no qual as ações se apoiam em disposições aprendidas em contextos de sociabilidade, lazer, status ou necessidade. As diferentes formas de uso são posicionadas em hierarquias simbólicas que reforçam fronteiras de classe e identidade, ainda que contenham a mesma substância como seu principal ingrediente psicoativo, estas adquirem significados morais distintos conforme quem a consome e como a consome, além de sugerirem dinâmicas de mercado muito diferentes (UNODC, 2021).

As narrativas dos consumidores frequentemente operam como mecanismos de legitimação, distinguindo entre tipos considerados legítimos e ilegítimos de uso, com base em critérios como pureza, forma de preparo, contexto e autocontrole. O habitus orienta desde a escolha dos ambientes de uso até as formas de justificar ou ocultar a prática. Essa moralidade, embora raramente explicitada de modo reflexivo, é resultado de esquemas adquiridos pela socialização, pela censura simbólica e por coerções implícitas que regulam comportamentos e percepções.

Na sociedade contemporânea, imperativos de autenticidade, autonomia, saúde, bem-estar e produtividade estruturam de modo desigual o julgamento moral sobre os consumos, incidindo com maior rigor sobre sujeitos em condição de vulnerabilidade social. Assim, a análise contrasta usuários que se enquadram em padrões reconhecidos como “funcionais” com aqueles classificados como “desviantes” ou “problemáticos”, frequentemente estigmatizados. Esses imperativos são incorporados via habitus, mas condicionados por estruturas sociais e por capitais desigualmente distribuídos, de modo que a moralidade do consumo reflete a experiência concreta dos agentes em seus contextos situados.

Por fim, a combinação entre Bourdieu, Taylor e Goffman, articulada às contribuições de Fassin e Lamont sobre economias e fronteiras morais, fornece uma matriz de análise capaz de interpretar o consumo de cocaína como prática atravessada por distinções simbólicas, disputas por reconhecimento e estratégias de manejo do estigma. Essa matriz evidencia que não existe um olhar neutro para a substância, mas sim uma rede de significados interessadamente construída, na qual cada forma de uso é avaliada segundo princípios de pertinência que combinam classe, capital cultural e contexto social. Nesse enquadramento, um mesmo ato pode ser percebido como sinal de sofisticação ou de degradação moral, a depender de quem o realiza, onde e como ocorre, revelando a dimensão relacional e situada das moralidades do consumo.



*Aquarela 4 – Arranjos
(Clara Félix, 2025)*

CAPÍTULO 4: CONSUMO DE DROGAS COMO FENÔMENO MORAL

Se ficarmos concentrados somente nessas imagens menores, ou seja, se continuarmos parados onde estamos, nunca sairemos do lugar. Mas e se encontrássemos uma maneira de nos afastar para conseguir enxergar, de forma abrangente, o quadro geral? (HARI, 2018, p. 7)

Neste capítulo, buscamos tensionar alguns dispositivos que nos parecem ordenar os sentidos do “problema das drogas”, além de expor como certos arranjos morais, políticos e legais foram construídos para sustentar as atuais maneiras de lidar com o problema.

Ao percorrer os itinerários históricos da cocaína e de seus derivados, que vão desde sua aceitação médica até sua demonização legal, evidenciamos como os discursos que cercam essas substâncias não se ancoram apenas em seus efeitos farmacológicos, mas, sobretudo, nas classificações morais atribuídas aos seus usos e usuários. A droga, portanto, não é apenas uma substância: ela se apresenta como um significante saturado por narrativas - do risco à punição - e é justamente nesse ponto que o fenômeno do consumo de drogas se revela como profundamente moral, visto que é sistematicamente atravessado pelas disputas normativas que distinguem, na prática, o lícito do ilícito, o normal do problemático, o recuperável do eliminável.

Mais do que uma descrição linear das normas e políticas, o que se propõe aqui é a análise de alguns dos mecanismos materiais e simbólicos que organizam as práticas de criminalização e medicalização do consumo, assim como mobilizam certos marcadores sociais ao definirem quem será prioritariamente “visado” por essas práticas. Ao rastrear os sentidos produzidos sobre a cocaína e suas formas, este capítulo procura iluminar os dispositivos morais que legitimam práticas de seletividade penal, reforçam e institucionalizam certas desigualdades e operam, cotidianamente, sob a internacional retórica da proteção e da ordem.

4.1 Percurso histórico e construção social das cocaínas

É válido reafirmar que o uso de substâncias psicoativas acompanha a humanidade há milênios, mas foi apenas no final do século XIX que algumas delas passaram a ser nomeadas como “drogas” e a serem tratadas como um problema público, uma questão social.

Ao longo dos séculos, diversos governos instituíram regras em torno desses consumos, reservando-os, em certos contextos, para fins terapêuticos e/ou religiosos, além de restringirem sua permissão apenas a “pessoas autorizadas” (Silva, 2003). Como destaca Reinaman (1979), essa lógica seletiva e simbólica do uso de substâncias já estava presente em civilizações antigas.

Durante o Império Inca, por exemplo, o uso da coca era restrito a rituais religiosos e recompensas por serviços meritórios. Considerada

“a Planta Divina”, um presente do Deus Sol, Manco Cápac, a coca estava sob o domínio do Estado, que controlava as plantações — os “cocales” — e concedia seu uso apenas a nobres favorecidos. Embora ainda fosse mastigada, a folha não era amplamente acessível à população. Esse controle sobre a produção e distribuição da coca simbolizava a autoridade dos governantes sobre o povo e evidenciava sua centralidade na sociedade incaica. (Reinaman, 1979, p.226)

Tentativas e estratégias de proibição, como aquelas impostas no século XVIII por meio da elevação de taxas sobre a comercialização de determinadas substâncias⁵, visaram restringir o acesso das populações às drogas. Esse momento antecede, embora já sinalize, a configuração moderna do que viria a ser denominado “problema social das drogas”, fortemente atrelado aos discursos repressivo, e por vezes bélicos, que se consolidaram nos Estados Unidos e foram posteriormente disseminados em escala global.

Na Era Moderna, a expansão do comércio a níveis mundiais viabilizou um intercâmbio de diversos produtos, entre os quais aqueles com efeitos psicoativos. O que é relevante refletir é o fato de que substâncias como o café, o chá e o tabaco, por exemplo, ganharam ampla aceitação social em pouco tempo, sendo incorporados a culturas

⁵ Na Inglaterra, em 1887, na tentativa de controlar a venda de opiáceos, por exemplo, houve a criação do “Sales of Poisons Bill”, que posteriormente influenciou o Pharmacy Act (1868). Este de fato regulamentou a venda de drogas. Disponível em: [https://hansard.parliament.uk/Lords/1868-06-15/debates/4b940bda-b98c-4c50-9ae8-bcb5d54c7391/SaleOfPoisonsAndPharmacyAct\(TheEarlGranville\)](https://hansard.parliament.uk/Lords/1868-06-15/debates/4b940bda-b98c-4c50-9ae8-bcb5d54c7391/SaleOfPoisonsAndPharmacyAct(TheEarlGranville))

alimentares e adquirindo funções significativas na vida social, enquanto substâncias como o ópio, a cocaína e seus derivados, foram inicialmente aceitas, posteriormente questionadas e, por fim, criminalizadas.

No final do século XIX, a ascensão de diversos movimentos que buscavam reformar certos costumes sociais a partir de uma perspectiva profundamente puritana, marcaram especialmente os Estados Unidos. Como descreve Escohotado (2005), o *Prohibition Party*, fundado em 1869, foi um dos primeiros partidos políticos a articular, em termos institucionais, uma plataforma centrada na abstinência alcoólica, promovendo a ideia de que o consumo de bebidas era responsável pela degradação moral e social da nação. E “como fruto de seus esforços, em 1882 foram aprovadas as primeiras leis que estabeleciam obrigatoriamente uma ‘educação para a sobriedade’ em todas as escolas públicas de alguns Estados” (2005, p. 380).

Por sua vez, a *Anti-Saloon League*, criada em 1895, tornou-se uma das mais influentes organizações da era do proibicionismo, ao defender uma “América livre da ebriedade, dos jogos e da fornicação” (Escohotado, 2005, p.380), mobilizando argumentos religiosos e patrióticos para sustentar tal cruzada moral. Esses grupos moralizadores não apenas moldaram o imaginário coletivo sobre os “vícios”, como também exerceram influência direta na formulação das políticas públicas subsequentes, além de contribuírem para a promulgação da Lei Seca (1920-1933) e para a naturalização da ideia de que o controle do comportamento individual seria condição para a ordem e o progresso social. Estas leis, portanto, começaram a ser impostas no século XX sustentadas pelo argumento de controle de risco (Escohotado, 2005).

Em meados do século XIX, período em que a adição começou a ser entendida como doença⁶, houve um fortalecimento da criação de leis com intenção de controlar e erradicar o uso de determinadas substâncias psicoativas. Como aponta Reinerman (1979):

A proscrição da cocaína, por exemplo, foi moldada por uma confluência de interesses, incluindo a busca por prestígio e controle da profissão médica, o desejo de farmacêuticos por regular o comércio de medicamentos e os

⁶ Uma das consequências mais marcantes da intersecção entre a medicina e o direito é que grande parte dos usuários das drogas consideradas ilegais passa automaticamente a ser tratado como criminoso. O uso transformou-os em transgressores da Lei. Isso fica evidente através do gerenciamento biopolítico a partir de diferentes modos de controle de corpos por meio de práticas disciplinares com o objetivo de criar uma padronização de comportamentos. (Nascimento, 2019) Associado ao problema da adição e à sua constante sombra de medo, emergiram também os tratamentos, muitas vezes sustentados por lógicas punitivas.

objetivos políticos e econômicos dos Estados Unidos, particularmente em relação ao comércio internacional (Reinarman, 1979, 249).

A lógica de controle resultou numa “fabricação do vício” (Carneiro, 2002) que também funcionou como um processo de construção do doente em função das várias concepções sobre o consumo de substâncias. Quando o vício tornou-se doença, segundo a medicina, consolidou-se um caminho de sustentação e justificação das práticas repressivas em razão do perigo social construído.

Estes processos transformaram o entendimento sobre as drogas e, a partir daí, estabeleceram fortes associações entre perigos e grupos já marginalizados socialmente. Hari descreve que naquele contexto

a cultura norte-americana estava procurando uma forma de extravasar um pouco a sensação de ansiedade que só se intensificava. Buscava-se um objeto físico e real que pudesse ser destruído, na esperança de acabar com o medo diante de um mundo que se transformava rápido demais. As substâncias químicas foram escolhidas para ser esse objeto a ser perseguido. Essa decisão foi tomada em 1914. Vamos destruir as drogas. Varrê-las da face da Terra. Vamos livrar o mundo desse mal. (HARI, 2018, p. 12)

Também é importante ressaltar que grande parte dessas mudanças ocorreu, sobretudo, em meio a uma atmosfera de pós-guerra, marcada por xenofobia, pela ascensão da medicina e por questões político-econômicas que contribuíram para o fenômeno do medo da adição (Berridge e Edwards, 1982). Como consequência, esse medo foi reificado na própria ideia do que é “droga” e, como destacam Berridge e Edwards (1982), funcionou como um importante alicerce moral.

Ainda que os discursos sobre drogas sejam relativamente autônomos de quaisquer problemas objetivos relacionados ao uso de substâncias (Reinarman e Levine, 1989), esse fundamento moral parece ecoar em muitos dos discursos contemporâneos, como já indicava Szasz (1975). Considerando que “toda sociedade tem o direito moral - e, de fato, a obrigação - de proteger a si mesma de perigos reais e iminentes” (Goode e Ben-Yehuda, 2009, p. 2), essa obrigação coletiva traduziu-se em reações desproporcionais diante de ameaças percebidas, nas quais moralidade, política e mídia se entrelaçaram.

Nessa mesma perspectiva que se deu o que estamos considerando como a construção social das cocaínas. Sintetizada nos anos 1860, foi inicialmente introduzida como uma “substância maravilhosa” e considerada pelos médicos um remédio

antidepressivo, “alimento para os nervos” e “forma inofensiva de curar a tristeza”. Por volta de 1885, a Companhia Parke-Davis já a fabricava sob diversas formas, para ser bebida, fumada, inalada, injetada ou aplicada sobre a pele, tendo como garoto-propaganda ninguém menos que o jovem Sigmund Freud.

Entre as décadas de 1920 e 1960, o consumo de cocaína ainda era pequeno em escala mundial. Segundo o *Federal Bureau of Narcotics*, em 1939 havia mais usuários desta substância em Paris do que nos Estados Unidos. Na Inglaterra, sua popularidade teria aumentado a partir dos anos 1950, quando era utilizada juntamente com heroína, mas o historiador Richard Davenport-Hines identifica o crescimento de sua utilização com o início das restrições feitas às anfetaminas a partir do final dos 1960 e com proibições consolidadas internacionalmente em 1971 (Delmanto, 2011).

Foi então nas décadas de 1970 e 80 que a demanda por cocaína assumiu um movimento crescente, especialmente nos Estados Unidos (Gootenberg, 2008). Frequentemente vista como uma droga “leve”, embora relativamente cara, era associada à riqueza, ao sucesso e ao meio artístico. Particularmente na Califórnia, vários livros sobre cocaína foram publicados na época, alguns em formatos caros de “mesa de centro”. Os títulos incluíam *The Pleasures of Cocaine* (Gottlieb, 1976) e o *Cocaine Consumer Handbook* (Lee, 1976), com conteúdos que combinavam textos com fotografias brilhantes e desenhos Art Déco.” (UNODC 2021, p.25).

Na década de 1970, a base livre de cocaína tornou-se um produto da moda entre alguns grupos de usuários nos Estados Unidos. Anos depois, o tratamento em torno do crack seguia sentido oposto, passando a ser considerada a “droga mais perigosa e viciante das recentes decadências”. A chamada “epidemia do crack” (UNODC, 2021, 25) marcou a longa história americana de demonização de drogas e determinismo farmacológico.

Na primavera de 1986, políticos norte-americanos e a mídia noticiosa iniciaram um extraordinário frenesi antidrogas que perdurou até 1992. Jornais, revistas e redes de televisão veiculavam regularmente histórias sensacionalistas sobre uma nova “epidemia” ou “praga” de uso de drogas, especialmente de crack. (REINARMAN; LEVINE, 1997, p. 1)

Neste contexto, o debate público e a política tinham a tendência de desconsiderar efeitos sociais e psicológicos do *set* e do *setting*. Embora o *freebasing* - seu precursor - tenha se tornado amplamente conhecido pela associação a astros do rock e celebridades de Hollywood (Reinarman e Levine, 1997, p. 12), no caso do crack, entre esses efeitos,

os mais importantes parecem ter sido moldados pela pobreza, pelo racismo e pela variedade de outros problemas humanos que deles decorrem.

Assim, dois panoramas contrastantes tomaram força: enquanto a cocaína em pó era glamourizada e associada a uma elite sofisticada e artística, o crack era estigmatizado como uma substância vil e perigosa. A popularização do seu consumo recreativo foi acompanhada da conscientização sobre seus efeitos colaterais e, nos EUA, da estigmatização social e racial decorrente da prevalência entre as populações afro-americanas do sul do país.

Em pouco tempo, a substância passou a ser associada à violência urbana e familiar, à degradação moral e ao desequilíbrio mental, desencadeando uma onda legiferante no país para seu controle (Silva, 2013, p. 65).

A dicotomia nessa percepção não apenas refletia diferenças socioculturais, mas também era amplificada por empreendedores morais, incluindo políticos, ativistas e meios de comunicação. Eles desempenharam um papel crucial na formação de políticas que tratavam o crack com punições mais severas em comparação com a cocaína em pó. Esse contraste na percepção e tratamento legal das duas substâncias, apesar de suas semelhanças químicas e farmacológicas, ilustra o poder das narrativas sociais em moldar políticas de drogas e as complexidades intrínsecas à legislação em torno dessas substâncias.

É através da figura dos empreendedores morais que vinculamos os discursos promovidos ao estabelecimento de atribuições e consequências sociais sobre o fenômeno das drogas. Para Becker (1997), os empreendedores morais seriam indivíduos ou grupos que tomam para si a tarefa de mudar as normas e valores dentro de uma sociedade, e, com frequência, buscam fazer cumprir regras morais ou legais. Seriam pessoas com poder, como políticos ou especialistas (Cohen, 1972) que selecionam um determinado grupo de pessoas para serem vistos como “o outro”, os “demônios populares”, os “inimigos públicos”, e utilizam meios de comunicação para convencer o público que este grupo é o culpado pelos males da sociedade. Como os empreendedores morais dominam as pessoas de seus respectivos grupos sociais, o público acredita nas reivindicações e exige uma solução para os problemas trazidos por esses demônios populares. Seriam estes os empreendedores das ideias que justificaram os primeiros acordos de banimento das práticas “desvirtuadas”, como o uso de substâncias psicoativas, já que:

A única diferença consistente entre drogas lícitas e ilícitas tem sido a definição legal/moral. Historicamente, isso depende da medida em que uma determinada droga ou seus usuários são percebidos como uma ameaça por aqueles com o poder de defini-lo. Embora o abuso de cocaína possa ter sérias consequências, sua transformação moral e proscrição foram produtos de uma interação entre tensões político-econômicas específicáveis e interesses morais-empresariais. O resultado familiar foi uma reencarnação de uma ideologia que retrata certas drogas e usuários como ameaças ao *status quo*⁷ (Reinerman, 1979, p. 249-250).

Importa destacar, como visto, que os processos de criminalização dessas substâncias não se basearam exclusivamente em seus efeitos farmacológicos. Estes foram fortemente atravessados por processos de estigmatização social e racial, impulsionados pela associação do consumo a determinados grupos populacionais. A título de exemplo, a prevalência de certas formas de consumo entre populações afro-americanas nos Estados Unidos foi um dos elementos centrais na consolidação dessas substâncias como ameaças sociais, revelando a criminalização como uma estratégia de controle social seletivo.

Dentre as diversas substâncias que foram alvo desses empreendimentos morais e processos de criminalização seletiva, as cocaínas ocupam um lugar central na construção contemporânea do medo e da desordem. Embora inserida no conjunto mais amplo das chamadas “drogas ilícitas”, a cocaína - em suas variadas formas - adquiriu características simbólicas e sociais particulares, sendo gradativamente convertida em signo privilegiado da degeneração moral, do descontrole psíquico e da ameaça urbana. Sua trajetória revela como certos entorpecentes são alçados à condição de problema público não apenas por suas propriedades farmacológicas, mas sobretudo pela maneira como se articulam a processos históricos, disputas discursivas e estratégias de controle social. É nesse

⁷ Este status quo pode ser compreendido também a partir do argumento do contrato social e do processo civilizador de Elias(1939). O contrato social por si pressupõe abrir mão de certas liberdades individuais em prol do bem comum e do funcionamento harmonioso das pessoas em co-vivência. De maneira geral, pauta-se a lei e a proteção de direitos dos outros membros além do cumprimentos de deveres que estão posto neste marco fundador da sociedade. Elias nos apresenta um percurso de formação e desenvolvimento da sociedade europeia do final da Idade Média até os tempos modernos, onde analisa a transformação dos comportamentos e das normas sociais, concebendo o que compreendemos, em certa medida, como o modelo de adequação da modernidade. Essa gradual imposição de controle sobre os comportamentos individuais e coletivos, resultaria em uma sociedade mais complexa e estruturada, pacificada e com contenção dos impulsos e emoções humanas, resultando em um aumento da autocontenção e autodisciplina. Essa é a expectativa permanente dos comportamentos humanos nas sociedades atuais. Sem que voltemos inteiramente à história de desenvolvimento do Estado e à formação de uma estrutura social mais centralizada, ainda sim é possível discutirmos alguns aspectos em relação a regulação dos comportamentos a partir de caminhos “jurídicos” através da normas formais, e principalmente das regras informalmente estabelecidas, a qual atribuímos o conceito de moral. Estes parâmetros de certo e errado nos direcionam o olhar exatamente para o que compõe nossas expectativas sociais através da internalização de valores, reprodução dos costumes. A percepção sobre a realidade pauta-se a partir de uma construção social.

contexto que se insere a associação direta, construída nas últimas décadas, entre alguns dos consumos de cocaínas e a violência, a marginalidade e a perda de valor social do sujeito que consome.

Os acordos de banimento destas práticas “desvirtuadas” impactaram diretamente as ideias sobre a substância ao longo do tempo. Hoje, os dispositivos do uso de drogas cada vez mais ordenam a produção e a reprodução dos discursos sobre o tema, sendo o principal deles a repressão, seguida do dispositivo da medicalização.

No Brasil, foi no início dos anos 1990 que figuras como o “nóia” (Rui, 2012) e o “cracudo” (Silva, 2014) emergiram nos discursos populares como representações dos usuários de crack. Essas figuras correspondiam a “uma pessoa incapaz de seguir regras e que não possua direitos, nem mesmo o direito à vida” (Manso, 2012, p. 228). A associação entre práticas violentas e esses tipos sociais era frequente, sustentando a ideia de que, além de autores de violências, os dependentes apareciam nos anos 1990 também como vítimas preferenciais daqueles que matam (Manso, 2012, p. 228). Acusados de perturbar o cotidiano, acumular dívidas no mercado de drogas, cometer roubos e “manchar a reputação do local”, esses sujeitos passaram a ser associados à transformação do espaço público em um lugar de perigo.

Muito presentes no cotidiano social, essas figuras foram amplificadas por discursos alarmantes produzidos e reproduzidos pela mídia e pela política, os quais retroalimentavam o medo coletivo. Seu papel foi central na consolidação da sensação de pânico em torno do crack, de maneira que seus discursos associavam sistematicamente a imagens de descontrole, sujeira e degeneração à substância. Essa representação não apenas construiu e reforçou estigmas, mas também atuou como mecanismo de legitimação para políticas repressivas que estavam cada vez mais sendo fortalecidas. Tais discursos midiáticos operaram como dispositivos simbólicos ao ativar uma gramática de exclusão : o usuário de crack é o outro abjeto , desprovido de redenção (RUI, 2012) .

Como já pontuava Reinerman, os “sustos” seriam uma forma de pânico moral ideologicamente construída para determinar um ou outro “bicho-papão químico” como a causa central de uma ampla gama de problemas públicos preexistentes (Reinerman e Levine, 1997, p. 2). O pânico moral é, portanto,

um alarme social sobre uma ameaça, ou suposta ameaça, representada por desviantes ou “demônios populares” (folk devils), uma categoria de pessoas que, presumivelmente, se envolvem em práticas malignas e são responsabilizadas por ameaçar a cultura, o modo de vida e os valores centrais de uma sociedade. A palavra “alarme” (scare) implica que a preocupação com o medo de ou a hostilidade contra esses demônios populares é desproporcional à ameaça real que se alega existir (Goode, p.2, 2009).

O conceito de pânico moral, segundo Cohen (2011, p. 27), “evoca algum desconforto, especialmente sobre sua própria moralidade”. Essa lógica ganha força nos discursos sobre drogas, que operam com a premissa de que o consumo possui um potencial iminente de abuso e, por consequência, está exposto a uma série de problemas correlacionados, como a dependência química, a deterioração da saúde física e mental, dificuldades financeiras, comprometimento das relações interpessoais e envolvimento em atividades criminosas para sustentar o vício. Tais discursos produziram a ideia de que o usuário representa um risco não apenas individual, mas para a “sociedade como um todo” (Fiori, 2012), mobilizando certos afetos coletivos em torno do medo, da intolerância e da repressão.

Como demonstrado por Fiori (2002), ao analisar discursos médicos contemporâneos sobre o uso de “drogas”, parte-se do pressuposto de que tais substâncias e seu consumo não foram, desde sempre, questões públicas. O próprio termo “droga” possui origem etimológica incerta e, do ponto de vista farmacológico, refere-se genericamente a qualquer substância capaz de provocar alterações fisiológicas em um organismo sem ser essencial à sua sobrevivência. No entanto, sob a perspectiva social, o conceito de droga extrapola seus efeitos físicos ou químicos, carregando sentidos morais, políticos e culturais.

As estruturas discursivas que sustentam essa noção se organizam, em grande medida, a partir de dois paradigmas centrais: a medicalização e a criminalização. Esses dois regimes de interpretação e intervenção não operam de forma estanque; ao contrário, articulam-se no interior de um mesmo dispositivo, orientando simultaneamente a produção de saberes e os contornos do que se consolidou como debate público sobre “drogas”.

A descredibilização da medicina popular com a implantação da medicina social no Brasil fortaleceu o monopólio epistemológico sobre os procedimentos de cuidado e

medicalização. Como exemplo desse processo, pode-se citar a transformação de práticas outrora legítimas, como o uso de xaropes à base de cocaína, amplamente indicados para diversos males, da asma à depressão, em substâncias proibidas e criminalizadas. Paralelamente, consolidou-se um rígido controle sobre o receituário popular, uma vez que a prescrição de medicamentos passou a ser competência exclusiva dos médicos. Os fármacos, antes acessíveis por diferentes vias, tornaram-se cada vez mais “controlados” ou banidos, submetidos à vigilância sanitária e penal. À medicina coube promover a saúde, e ao Estado coibir a prática médica ilegal e controlar as substâncias banidas, declaradas ilícitas (Fiori, 2002).

Este foi o “padrão que prevaleceu por mais de um século” (Goode e Ben-Yehuda, 2009; Cohen, 2011) no que se refere aos empreendimentos morais que levaram certas substâncias a ocupar diferentes posições no imaginário social ao longo do tempo. Foram protagonistas desses empreendimentos “o álcool, o ópio e a cocaína no século XIX e início do século XX, a maconha na década de 1930, o LSD na década de 1960, o PCP na década de 1970, o crack na década de 1980, o ecstasy no final da década de 1980 e a metanfetamina no século XXI” (Goode e Ben-Yehuda, 2009, p. 208). Essas narrativas, em muitos casos, foram acompanhadas por argumentos centrados na violência, no risco e nos problemas sociais. A droga tornou-se, assim, o mal a ser combatido pelas instituições. Nesse sentido, a consolidação da ideia de que certas substâncias psicoativas representariam uma ameaça à ordem social e à saúde pública não pode ser dissociada do processo de internacionalização das políticas de controle, como veremos.

4.2 Representações históricas e morais das cocaínas

O Brasil é “o caso que merece mais atenção” quando tratamos do tema da cocaína (Gootenberg, 2021). A importância se justifica pelo fato do país apresentar o potencial de superar os Estados Unidos como a principal cultura de consumo da substância no mundo, corroborando certa tendência que vem se consolidando há décadas. O país, desde os anos 2000, é identificado pela ONU como o segundo maior país consumidor de cocaína do mundo. Junto a esta dimensão que nos é cara, “o território tende a ocupar a posição de principal ponto de distribuição mundial da droga, assim como a Colômbia no passado” (p.295, 2021).

“Há razões estruturais por trás da ascensão do Brasil como o próximo polo na história da cocaína, embora essa história no país ainda seja pouco documentada. Em primeiro lugar, o gosto pela cocaína (como nos Estados Unidos) tem um passado longo e marcante: cenas boêmias urbanas do início do século XX, uso hedonista da substância em boates nas cidades e portos brasileiros nas décadas do meio do século, período marcado pela cocaína ilícita ainda incipiente vindas dos Andes, além de uma prática (de consumo) em constante crescimento entre as classes médias modernas emergentes e a nova elite festeira desde a explosão da produção de cocaína na Colômbia, Peru e Bolívia, a partir de meados da década de 1970.” (Resende 2006; Gootenberg 2008: 270–72; Apud Gootenberg, p.296, 2021)

A cocaína, derivada da planta *Erythroxylum coca*, tem uma longa história de uso tradicional entre populações indígenas andinas. Seu princípio ativo foi sintetizado nos anos 1860, e os discursos médicos no início de sua circulação nos mercados descreviam a substância como “maravilhosa”, considerada um remédio antidepressivo, servia de “alimento para os nervos” e era uma forma “inofensiva de curar a tristeza”.

Em 1885⁸, a cocaína já era fabricada de diversas formas: “para ser bebida, fumada, inalada, injetada ou aplicada sobre a pele”. Silva (2013) A alta demanda, em virtude da diversidade de produtos, também foi um importante fator para o aumento do cultivo comercial de coca em países como Peru e Bolívia. A regra do mercado de que a alta da demanda gera aumento dos interesses comerciais e da produção esteve sempre presente.

Por volta dos anos 1980 a Bolívia se transformou em um importante produtor de pasta de coca e de cocaína refinada, cujo consumo tem ganhado cada vez mais relevância, seja via ótica do mercado, seja enquanto prática social. O aumento do consumo recreativo também provocou outros efeitos; em décadas posteriores, intensas iniciativas de “conscientização sobre os efeitos colaterais” provocaram mudanças na maneira como a substância apareceria no meio político. Dessa maneira, a base livre de cocaína tornou-se um produto da moda entre alguns grupos de usuários de cocaína nos Estados Unidos a partir da década de 1970, quase 10 anos antes do surgimento da “epidemia do crack” nos Estados Unidos. (UNODC 2021, 25)

⁸ Por volta de 1885, a Companhia Parke-Davis era uma fabricante de cocaína e tinha o jovem Sigmund Freud como garoto-propaganda (Silva, 2013)

No final da década de 1970, foram publicados livros focando exclusivamente no freebase⁹, promovendo seus efeitos como altamente prazerosos e listando diversos métodos de preparo. Os kits para a preparação em pequena escala de base livre eram vendidos em lojas de apetrechos para drogas ou por correspondência. Esses kits disponíveis comercialmente incluíam equipamentos básicos e pequenas quantidades de produtos químicos como bicarbonato de sódio, amônia, hidróxido de sódio e éter. Cinco desses kits e 5 métodos de preparação de base livre (incluindo um envolvendo a preparação do que hoje chamamos de crack) foram avaliados em um estudo científico realizado pela Universidade da Califórnia do Sul no início dos anos 1980 (Siegel, 1982).

Assim como a cocaína , ou mais ainda, por ser reservada a usuários exigentes de cocaína “pura” , o *freebase* era cercado por uma aura de prestígio e foi descrito como “o modelo de Cadillac *top de linha* das drogas” (Perry, 1980) e “a versão *couture* do crack” (O'Rourke, 1991). Aqui, o exemplo do *freebase* é interessante para pensarmos como uma cocaína fumada, glamourizada e prestigiada se tornou febre entre celebridades, músicos e elites urbanas dos Estados Unidos nas décadas de 1970 e início dos anos 1980; quando mesmo décadas depois a prática de fumar cocaína passou a ser entendida como socialmente degradante.

Ao relacionarmos as dinâmicas culturais de valorização e marginalização com o consumo de drogas dentro de uma hierarquia, observamos que, no contexto exposto, a cocaína fumada na forma de *freebase*, utilizada em círculos de sofisticação e glamour, ocupou um lugar social diferenciado do crack. Apesar de também fumado, o crack passou a ser marcado por estigmas e sujeito a políticas de criminalização extremas, por deter maior popularidade especialmente entre grupos marginalizados. Este fenômeno têm como base os mecanismos pelos quais determinados produtos culturais, ou substâncias, têm sua percepção transformada à medida que transitam de um espaço de exclusividade para um de ampla difusão, perdendo parte de seu valor simbólico entre as elites. Assim como tendências da moda são inicialmente estabelecidas por uma elite cultural e, ao se popularizarem, sofrem uma depreciação de valor ou prestígio, é possível traçar esse paralelo com o consumo de certos tipos de drogas.

⁹ Freebase ou base livre (tradução nossa) é uma forma específica de processamento da cocaína em pó, com o uso de solventes inflamáveis (como amônia ou éter) para remoção de sais e impurezas, resultando apenas na “base pura” da substância e aumentando sua volatilidade para o uso fumado em cachimbos. Por ser fumada, esta apresentação da cocaína popularizou-se ao produzir um efeito mais rápido e intenso do que o pó de cocaína comum (cloridrato de cocaína).

Alguns estudos culturais enfatizam que o excesso de popularidade pode, inversamente, reduzir a aura de exclusividade e, com isso, alterar a forma de julgamento social e político da prática. Ainda que discursos evidenciem a forma fumada de cocaína como algo negativo, degradante e perigoso, fumar nem sempre foi representado assim. A substância “limpa”, consumida por uma classe prestigiosa, teve sua história bem diferente do crack.

Sendo assim, a moda também funciona como um produto estratégico de controle e indução de comportamentos coletivos. No entanto, as trajetórias do *freebase* e do crack são marcadas por variáveis históricas que ultrapassam as tendências culturais. A criminalização e o tratamento diferenciado desses produtos não decorrem apenas da popularização e da perda de prestígio, mas também de estratégias institucionais e políticas públicas que frequentemente atingem populações vulneráveis de maneira desproporcional.

Além disso, destacar certos mecanismos culturais, semelhantes aos processos que operam na moda, nos ajuda a compreender como o uso de determinadas substâncias é socialmente percebido e valorizado, se levarmos em conta as condições socioeconômicas e políticas que, historicamente, contribuíram para a criminalização e marginalização de determinadas substâncias. Outras camadas analíticas poderiam ser associadas, com a dimensão estética e o jogo de gostos, ao lado dos fatores estruturais já discutidos, como a desigualdade social e o racismo, que influenciam tanto a criminalização quanto o estigma associados a cada substância.

4.3 Políticas de regulação de drogas: Marcos legais e operacionalizações recentes

Entre os principais marcos desse processo de internacionalização das políticas de controle estão a Convenção Internacional do Ópio, realizada em Haia em 1912, e, posteriormente, a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961. Esses acordos estabeleceram as bases normativas e institucionais para a regulação global das drogas, promovendo a centralização das decisões sob a lógica proibicionista e a vigilância internacional (Paiva, 2018).

Ainda que inicialmente motivadas por preocupações comerciais e geopolíticas entre as grandes potências mundiais, tais convenções acabaram por padronizar os regimes de criminalização e medicalização em diversas partes do mundo, influenciando de forma

significativa os ordenamentos jurídicos nacionais. No caso brasileiro, por exemplo, essas diretrizes internacionais moldaram as primeiras legislações voltadas ao controle de substâncias, oferecendo sustentação moral e legal à repressão do consumo, especialmente no que se refere à cocaína.

Inserida nesse contexto de regulação, a construção social da cocaína como uma ameaça ganhou força de fato no início do século XX, já impulsionada por estes primeiros acordos internacionais voltados ao controle de substâncias psicoativas. Embora a Convenção Internacional do Ópio tenha sido realizada em Haia em 1912, seus efeitos só começaram a se refletir mais claramente na política brasileira a partir da década de 1920.

Como dito, a Convenção Única sobre Entorpecentes, em 1961, também fortaleceu as bases do paradigma proibicionista. Na ocasião, a cocaína foi listada na Tabela I. A justificativa normativa que orientava a listagem destas substâncias foi baseada em critérios que consideravam o “potencial de abuso, a capacidade de criar dependência física ou psicológica e a utilidade médica das substâncias”. Juntamente com outras substâncias, a cocaína passou a ocupar relevante posição nos tratados do regime de controle internacional. O argumento que sustentava tais critérios tinha como objetivo “proteger a saúde pública e promover o uso controlado e racional dessas substâncias”.

A construção das convenções internacionais de drogas, particularmente a Convenção de Viena de 1988, teve como objetivo ampliar a cooperação entre os Estados para o combate ao tráfico ilícito, promovendo a criminalização não apenas do comércio, mas também de condutas relacionadas ao consumo e ao financiamento das drogas. Essa Convenção consolidou a lógica de “guerra às drogas” - que havia sido impulsionada nos EUA nas décadas anteriores - e institucionalizou mecanismos de repressão transnacional que refletiram fortemente nas maneiras de lidar com o problema das drogas, sempre enfatizando substâncias específicas como o crack.

As resoluções desses acordos internacionais são amplamente lembradas e permanecem sendo discutidas como os marcos fundadores do modelo internacional de combate ao que passou a ser denominado “flagelo das drogas” (Fiori, 2012). Vale ressaltar que a imposição destas normas proibicionistas internacionais frequentemente ignoravam as realidades locais e a pluralidade de práticas culturais em torno do uso de substâncias psicoativas. O resultado disso foi a promoção de uma repressão “homogeneizada” fincada num discurso de saúde pública e segurança global.

No entanto, essa homogeneização da repressão demanda certas ressalvas analíticas, uma vez que a importação do modelo, na prática, reproduziu e, em muitos casos, aprofundou os mecanismos de desigualdade já operantes nas realidades locais. A aplicação seletiva do aparato penal, sustentada por estímulos raciais, de classe e de território, tornou-se elemento estrutural da política de drogas. Tendo em vista que a repressão não incide igualmente sobre todos os corpos - ela se orienta por uma lógica de gerenciamento moral das populações, na qual certos grupos são socialmente produzidos como mais puníveis -, os dispositivos globais de controle foram apropriados e reinterpretados de forma a reforçar hierarquias sociais preexistentes, institucionalizando um padrão de criminalização dirigido majoritariamente aos sujeitos considerados desviantes ou descartáveis.

Embora a culpabilidade seja tradicionalmente compreendida no âmbito da dogmática penal como um juízo de reprovação individual, Zaffaroni et al. (2003) propõem que esse juízo deve ser relativizado pela compreensão da seletividade estrutural do sistema penal, a qual é diretamente informada pelas desigualdades sociais e simbólicas que conformam os sujeitos vulneráveis à punição. O juízo, muitas vezes, acaba por vincular o injusto ao seu autor de maneira personalizada, resultando em vulnerabilidade.

Essa vulnerabilidade, por sua vez, não deve ser entendida como uma condição natural, mas socialmente produzida e diretamente relacionada à posição do sujeito na escala social, sendo esta atravessada por fatores como classe, ocupação, renda e estímulos aplicados, que determinam o grau de exposição à criminalização. Desse modo, o risco de ser atingido pelo sistema penal, portanto, é variável. Ou seja, difere conforme o nível de proteção simbólica e material de que o indivíduo dispõe.

Essa perspectiva encontra ressonância na análise de Boiteux (2006) ao evidenciar que a internalização acrítica de tratados internacionais colaborou para consolidar uma política criminal seletiva, com efeitos desproporcionais sobre populações vulnerabilizadas. A submissão a esses marcos ocorreu sem amplo debate público, resultando na institucionalização de um modelo excludente que associa o uso de drogas à ameaça social. Como destaca Brandão (2019), a seletividade do sistema penal é resultado de um processo ativo de escolha, construído por meio da articulação entre diferentes agências de controle. Em última instância, o Direito Penal, mesmo fundado

sobre a dogmática e a criminologia crítica, opera como instrumento de poder, permeado por elementos subjetivos que orientam a aplicação desigual de sanções penais.

Nessa perspectiva, fica evidente que o Brasil seguiu trajetória semelhante a outros países signatários de diversas convenções e acordos internacionais, ao incorporar recomendações e disposições que visavam formular uma resposta coordenada ao aumento do uso e do tráfico de drogas, por meio da cooperação global e da unificação das estratégias de controle. A influência do sistema internacional de controle de drogas sobre as políticas nacionais é antiga e profunda, uma vez que tais convenções impuseram obrigações legais que exigiam dos Estados não apenas a criminalização do tráfico, mas também do porte e do uso pessoal, salvo em casos excepcionais e fortemente restritos. A adoção desses dispositivos acabou por reforçar a lógica criminalizante e limitar a possibilidade de avanços significativos em políticas alternativas, como a redução de danos e a regulação diferenciada, que continuam a enfrentar resistência no cenário nacional até os dias atuais.

4.3.1 Marcos brasileiros

4.3.1.1 Decreto-Lei nº 891/1938: Criminalização inicial e ênfase no controle penal

O Decreto-Lei nº 891¹⁰, de 1938, pode ser considerado o marco inicial da criminalização das drogas no Brasil, formalizando a entrada do país no regime jurídico internacional de controle de entorpecentes. Esse diploma legal instituiu o primeiro enquadramento penal específico para o uso e o comércio de substâncias psicoativas, estabelecendo sanções criminais e configurando a repressão como eixo estruturante da política nacional sobre drogas. Alinhado às diretrizes das convenções internacionais da época, o decreto consolidou a ideia de que o enfrentamento ao “problema das drogas” deveria ocorrer por

¹⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-891-25-novembro-1938-349873-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Aprova%20a%20Lei%20de%20Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Entorpecentes,&text=S%C3%A3o%20consideradas%20entorpecentes%2C%20para%20os,e%20o%20p%C3%B3%C3%A7%C3%A3o%20d%20Dover.>

meio da combinação entre repressão, prevenção e tratamento, com ênfase na redução da oferta e, secundariamente, da demanda.

Ainda que mencionasse o tratamento como uma possibilidade, o enfoque predominante era penal, evidenciando a centralidade da punição na construção do imaginário jurídico-político sobre os entorpecentes. A partir desse momento, o país passou a organizar sua legislação sob o paradigma proibicionista, o que teve efeitos duradouros tanto na formulação das normas subsequentes quanto na consolidação de um modelo repressivo que associava o consumo de drogas à criminalidade e à degeneração moral. Esse marco fundacional seguiu influenciando a política de drogas brasileira nas décadas seguintes, dificultando a adoção de abordagens alternativas centradas na saúde pública, nos direitos humanos e na redução de danos.

4.3.1.2 Lei nº 6.368/1976: Consolidação do sistema repressivo e início da governança institucional

A promulgação da Lei nº 6.368¹¹, de 1976, representou um momento de consolidação do paradigma repressivo no ordenamento jurídico brasileiro, ao mesmo tempo em que inaugurou formas mais sistematizadas de governança institucional sobre o tema das drogas.

Em um contexto de ditadura civil-militar, marcado pela ênfase no controle social e na segurança nacional, a legislação reforçou a criminalização tanto do tráfico quanto do uso pessoal, unificando-os sob uma mesma lógica punitiva. Embora mencionasse a possibilidade de tratamento para usuários, a lei não diferenciava, do ponto de vista penal, o consumidor do traficante, o que resultava na aplicação indistinta de sanções severas, incluindo penas de privação de liberdade a pessoas que experienciavam situações muito distintas em relação às substâncias.

Ao mesmo tempo, foi a Lei de 1976 que, de certa forma, previu mecanismos articulados de controle e repressão sobre entorpecentes. Naquele momento já haviam tentativas de organizar, centralizadamente, os órgãos públicos envolvidos no tema das drogas. Ao

¹¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm

estabelecer instrumentos normativos e institucionais que permitissem uma atuação mais ampla do aparato repressivo, o Estado brasileiro demonstrou cada vez mais suas iniciativas para se alinhar às diretrizes da Convenção de 1961 e de outros tratados internacionais. Nesta Lei, também foram incorporados dispositivos de cooperação internacional, no controle da produção e na circulação de substâncias, ampliando cada vez mais a esfera de atuação do Estado e da polícia sobre territórios e populações historicamente consideradas problemáticas.

4.3.1.3 Lei nº 11.343/2006: Criação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD)

Atualmente, é possível afirmar que o campo jurídico nacional baseia-se principalmente nos desdobramentos da Lei nº 11.343/06¹², conhecida como a Lei de Drogas. Foi através deste instrumento jurídico que se deu, de fato, a instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

A partir da integração e revogação dos dois instrumentos normativos anteriores, as Leis 6.368/1976 e 10.409/2002, foram “reconhecidas” as diferenças entre traficantes e usuários/dependentes que passaram a receber tratamentos distintos e a serem abordados em capítulos separados da Lei. Essa diferenciação representou, ao menos no plano normativo, uma tentativa de romper com a lógica que historicamente equiparava o consumo ao tráfico. Entre as alterações mais significativas, destaca-se a extinção da pena de prisão por posse e cultivo de plantas destinadas à preparação de drogas ilícitas, desde que fossem comprovadamente “para consumo pessoal”.

Idealmente, este marco regulatório delineou medidas para a prevenção do uso indevido, cuidado e reintegração social de usuários e dependentes de drogas. No entanto, paradoxalmente, a legislação tem sido apontada como responsável pela expansão em mais que o dobro da população carcerária do país condenada por delitos de drogas (Campos, 2015), já que abriu margem para a atuação discricionária de diversos atores da administração da justiça penal (Azevedo e Hipolyto, 2023).

¹² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm

Segundo dados do INFOPEN (2023), mais de 757 mil pessoas estão presas no Brasil e cerca de 180 mil, 28% desse contingente, correspondem à condenação por tráfico. Desta maneira, nossos padrões de encarceramento são reflexo não somente da narrativa desses marcos regulatórios, mas principalmente das estratégias práticas em que eles são operacionalizados (Campos, 2018).

4.3.1.4 Portaria Interministerial nº 2/2017 e o Decreto nº 9.761/2019: Redefinições na Política Nacional sobre Drogas

Ao longo dos últimos anos, diferentes iniciativas incrementaram a Política Nacional sobre Drogas. Em 2017, a Portaria Interministerial nº 2, elaborada conjuntamente pelos Ministérios da Justiça e da Saúde, representou um esforço institucional de reposicionamento a partir de uma abordagem orientada pelos direitos humanos, por articulações intersetoriais e pelo reconhecimento da complexidade social do fenômeno do uso de substâncias psicoativas.

Ao propor uma revisão das diretrizes vigentes, a Portaria enfatizava a centralidade de ações como o cuidado em liberdade, a valorização das práticas de redução de danos e o fortalecimento das redes públicas de atenção psicossocial, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Reforma Psiquiátrica brasileira. Nesta iniciativa, as diretrizes reforçavam a compreensão dos sujeitos usuários não como ameaças, mas como cidadãos de direitos e protagonistas de processos de cuidado mais humanizados e territorializados.

Em sentido oposto, o Decreto nº 9.761/2019, promulgado no início do governo Bolsonaro, reinaugurou uma inflexão autoritária na condução da Política Nacional sobre Drogas quando revogou as diretrizes anteriores e substituiu a perspectiva da saúde pública pela lógica da segurança e em defesa da abstinência compulsória. Sob a justificativa de mais uma vez combater o “flagelo das drogas”, o Decreto conferiu protagonismo à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), subordinando o enfrentamento ao uso de substâncias à lógica repressiva do Ministério da Justiça. Os efeitos desse processo reforçaram a deslegitimização das práticas de redução de danos, vulnerabilizando

grande parte daqueles que demandavam tratamentos de cuidado para comunidades terapêuticas com forte viés moral-religioso.

A oscilação entre orientações mais progressistas e as abordagens repressivas revela uma importante instabilidade conjuntural da política brasileira sobre drogas, marcada por disputas ideológicas, fragilidade institucional e pela ausência de um projeto continuado de cuidado e regulação.

Mais uma vez, as novas diretrizes reatualizam o paradigma proibicionista, relegando os usuários a um lugar de sujeição, exclusão e criminalização, sem que estes sejam “reconhecidos” enquanto uma categoria homogênea. Tal instabilidade recai de forma ainda mais severa sobre os sujeitos mais vulneráveis. Sobretudo aqueles marcados por interseccionalidades de classe, raça, território e saúde mental, que se veem atravessados por políticas que na maior parte das vezes trata-os como criminosos.

4.3.2 *Operacionalizações recentes*

Do ponto de vista técnico, tanto o crack quanto a cocaína em pó são derivados do cloridrato de cocaína e estão listados como entorpecentes proibidos na Portaria SVS/MS nº 344/1998. Segundo o art. 33 (Lei nº 11.343/2006), é crime “importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar [...] drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”, com pena variável entre 5 a 15 anos de reclusão, mais multa.

No entanto, a inexistência de critérios objetivos (Boiteux et al., 2009; Grillo, Policarpo e Veríssimo, 2011) para quantidades abre precedentes para uma atribuição da dosimetria da pena que produz importantes circunstâncias de diferenciação judicial se compararmos os casos do crack e da cocaína, por exemplo. A partir de critérios como a “natureza da droga”, o crack é frequentemente considerado mais nocivo e perigoso socialmente, levando à fixação de uma pena-base mais alta do que para o pó, mesmo com quantidades iguais. Circunstâncias legais que consideram agravantes e atenuantes, como ser réu primário ou fazer confissão espontânea também interferem, mas a própria leitura sobre o potencial comportamental do indivíduo nos parecem determinantes.

Em certa entrevista, ainda na fase inicial exploratória do campo, o relato de um juiz da vara de entorpecentes chamou bastante atenção ao descrever seus procedimentos na atribuição da dosimetria da pena. Seu processo decisório tem sido baseado em dimensões objetivas e subjetivas para o julgamento de inúmeros casos com os quais lidou durante sua atuação na vara de entorpecentes. O operador do direito afirmou que gosta da Lei de Drogas de 2006:

É a lei é boa, eu entendo como boa, privilegia o consumidor porque o consumidor também leva um puxão de orelha bom. A partir do art. 28 da Lei de Drogas o consumidor não é preso mas responde a um processo, como o pai que que vai repreender o filho. Só que aí é um processo, né? E dou um bom puxão de orelha, umas boas advertências: - Não faça mais isso porque tá errado, entendeu? E é isso que o juiz faz em relação ao consumidor. Quanto ao traficante, eu sou tido aqui como um juiz muito rigoroso. Glória a Deus. E sou. Eu reconheço. Não sou injusto. Não sou cruel de forma alguma. Mas o que tem que ser aplicado eu aplico. E faço isso por quê? Atendendo aos princípios, não é mais nem da Lei de Drogas, mas do próprio Código Penal que no art. 59 manda que o juiz avalie as circunstâncias judiciais. Então nós vamos para culpabilidade. Qual é a culpabilidade desse rapaz? Antecedentes criminais. Conduta social, personalidade, circunstâncias, consequências do crime, motivos e ainda mais, se houvesse... porque no crime de drogas a vítima é a sociedade. E não o cidadão, como nos outros crimes. Também a atuação da vítima, porque muitas vezes a vítima provoca. (Juiz entrevistado, 2022)

Esse trecho é um retrato de quem julga através da aplicação da Lei. É possível identificar as várias interferências no processo decisório, principalmente no que tange à dimensão de como o ator percebe os sujeitos, julga-os e aplica os fundamentos que considera adequados, mas não somente através de evidências objetivas, na medida em que grande parte destas interferências parecem pautadas em estereótipos, como no trecho que relata suas ferramentas pessoais:

Aí vai da avaliação que o juiz faz dele (de quem foi preso). E você sabe, todo juiz tem que ter um pouquinho de psicologia. Mesmo aquela psicologia longe a gente sabe. Eu por exemplo sei quando o camarada é um um traficante de ponta de esquina, de rua, que merece uma chance. O camarada pelo tom da voz. Pelo tipo de... como é que eu diria? O uso das palavras, o sotaque. (...) Quer dizer, aí com essas palavras a gente vai percebendo que não é um noviço. O mesmo vendedor de droga numa esquina ele não merece mais ser encarado como um jovem que precisa de proteção. O crime já está incrustado como eu dizia um pouco antes... As pessoas só querem ver as causas exteriores do crime. Ninguém se preocupa com as causas do mundo interior de cada, de cada infrator. Tem criancinha que já se diferencia das demais criancinhas, dessa criança que olha pra o coleguinha o coleguinha está com um carrinho. Ele pega e quebra o carrinho do colega e deixa lá. Então isso é um comportamento de criança. Tudo bem. Mas isso já vai determinando algo que essa criança pode ser no futuro. Muita rebeldia, pode ser que a pessoa queira, a criança queira liberdade. Mas será que é só liberdade que essa criança quer ou é libertinagem? Afrontar os pais, afrontar o professor, afrontar isso, aquilo outro? Será que isso é normal para uma criança? Quando todas as demais crianças agem diferentemente e aí eles esses que agem dessa forma começam a dizer: "isso é

um otário, Isso é um trouxa.” Eu chamei ele pra, pra ir ali fazer uma viradinho. Alguma coisa errada. O outro diz, “vou nada, tá doido?”, entendeu? Então (o perfil) dessas crianças...são de estudos, não sou eu que tô dizendo não. Eu tirei essas tendências lendo, estou ainda lendo, mente criminosa, que o autor é um psiquiatra forense de cinquenta anos de exercício da função lá nos Estados Unidos. Bom vamos voltar... quando essa, esse jovem chegam aqui eu fico analisando isso, até para a dosimetria da pena. A dosimetria da pena é a pena base que a gente vai aplicar a partir desse, dessas considerações. De culpabilidade, de personalidade. Eu acho engraçado que alguns tribunais quando se fala de personalidade dentro de um processo, né? Quando dá aplicação da pena. Alguns tribunais muitas vezes se queixam de que o juiz não é psiquiatra. Tá fazendo avaliações na personalidade do agente criminoso. Ora, mas são eles mesmos que dizem que o juiz é o perito dos peritos. E que todo juiz criminal, ele tem quase que por obrigação **sentir essas situações**. O sujeito chega aqui todo metido todo arrogante. Eu já vou dizendo esse daí não tem jeito. Não tem jeito. Se vocês ouvissem o que esse pessoal diz nos seus interrogatórios. A gente sente nessas situações. Agora quando o sujeito chega “não doutor, cometi esse crime estou muito arrependido, e sei que a conduta minha não deveria ser essa” a gente sente a sinceridade, a verdade daquelas palavras. Eu pelo menos tenho como fazer essa avaliação. Aí a gente vai retirando da nossa mente aquele agente perigoso. Mas com ele foi uma eventualidade. Se isso foi realmente uma necessidade, alguma coisa desse estilo... Aí eu faço essa avaliação, se é essa a sua a sua pergunta. Eu faço essa avaliação, eu sei fazer dosagem. Eu trabalho distinguindo o criminoso de carreira, um profissional, do eventual. **Não sei distinguir tudo, eu sei aplicar a pena bem de acordo com a pessoa do sujeito. Visando sempre o sofrimento da sociedade**. Eu trabalho mais com a sociedade. Eu digo... um crime desastroso. E quando, a depender do crime, da ousadia, da insensibilidade moral de muitos outros fatores eu elevo a pena, e quem não gostar que reduz lá pelos tribunais. (Juiz entrevistado¹³, 2022)

A dimensão subjetiva, portanto, figura como elemento legitimador das decisões do operador do direito que, em razão de sua posição social, tem decidido o destino de muitos daqueles que são levados pela polícia até os tribunais, julgados a partir de critérios relativos à política de drogas. Fica evidente que elementos da ordem psíquica e empática mobilizam flexibilidade ou rigidez no julgamento. Onde a aplicação da lei ultrapassaria os fundamentos dogmáticos (materiais e processuais), em razão da ausência de parâmetros objetivos de aferição dos requisitos da minorante - deficiência legislativa - e, de outro, da persistência de uma visão preconceituosa, inadequada e estereotipada, do traficante de drogas” (Boiteux, 2008, p. 104).

Assim, a seletividade penal se expressa não apenas nos índices alarmantes de encarceramento de pessoas negras e pobres, mas também nas formas como a sociedade constrói suas percepções sobre os consumidores, guiadas por marcadores sociais como raça/cor, classe, território e gênero. Ainda que, em tese, as políticas de drogas sejam formuladas com um caráter “*race-blind*” (Alexander, 2012), seus efeitos concretos

revelam uma distribuição marcadamente desigual em termos raciais e econômicos. No Brasil, onde raça e classe social estão profundamente entrelaçadas, tais políticas têm levado à prisão jovens negros em números desproporcionalmente altos. Essa análise dos vieses cognitivos, sistemas de poder e preconceitos que moldam a percepção da realidade ilustra como as instituições - aqui, primordialmente, do sistema de justiça criminal - interagem com diferentes grupos sociais, evidenciando a seletividade penal.

Os números em relação a apreensões e tipos de substâncias são indicadores resultantes das estratégias institucionais alinhadas ao atual discurso da “guerra às drogas”. Quando olhamos para o perfil socioeconômico da grande maioria dos indivíduos nessa condição de encarceramento, principalmente em crimes relativos às drogas, entendemos o reforço desse tipo de discurso na legitimação das ações de classe pelo Estado, destacando o padrão discricionário e estratégico de atuação do sistema de justiça criminal (Borges, 2018).

Tendo em vista que a legislação não estabelece distinção objetiva entre quem é “usuário” e quem é “traficante”, resta, muitas vezes, em primeiro plano, ao policial fazer esta distinção, que se constitui desde a abordagem inicial e pode determinar o curso do processo quando tipificam o fato. Ou seja, “está na subjetividade dos critérios legais o espaço para a reificação dos preconceitos sobre quem seriam estes sujeitos” (Grillo, Policarpo e Veríssimo, 2011, p?). Desse modo, a seleção da conduta a ser enquadrada é realizada de maneira discricionária, seletiva. Como resultado prático visível nos dados decorrentes da atuação policial, houve o aumento das tipificações de casos como tráfico e uma diminuição de enquadramentos como consumos (CAMPOS, 2015). Este argumento parece reiterar a lógica da polícia como “porta de entrada” (Valença e Freitas, 2021) do sistema criminal, tomando por base que os julgamentos dos indivíduos pautados por uma cultura organizacional interferem nas estatísticas e reforçam as percepções em torno das probabilidades que foram definidas em razão de estruturas enviesadas da atividade policial.

Do ponto de vista do controle, é importante observar que a prática cotidiana da repressão ao uso e tráfico de drogas é operacionalizada principalmente pelas forças de

segurança pública estaduais, cujo policiamento ostensivo incide de maneira seletiva sobre espaços públicos ocupados por jovens negros, pobres e em situação de rua¹⁴.

Tomando como exemplo analítico central para a discussão, a experiência da antiga política de segurança pública Pacto pela Vida, em Pernambuco, teve suas diretrizes baseadas na perspectiva proibicionista da última década. Um exemplo disso é a Lei Estadual nº 15.596/2017¹⁵, que prevê a Gratificação à Polícia Civil e ao Pacto pela Vida da Polícia Militar - GPPV. Esse regime, com forte viés produtivista, visava combater os entorpecentes por meio de incentivos à ação repressiva direcionada pela polícia, sobretudo na apreensão de crack, cocaína e pasta base¹⁶.

Um dos principais indicadores de desempenho estabelecido é o GPPV - Repressão ao Crack, cuja métrica de produtividade se fundamenta na quantidade de substâncias apreendidas¹⁷. Conforme o artigo 4º da referida lei, “entende-se por ‘crack convertido’ a quantidade de cocaína ou pasta base apreendida, multiplicada por três (3), e acrescida da quantidade de crack apreendido”, estabelecendo, portanto, uma equivalência artificial que amplia simbolicamente o volume de drogas contabilizadas para fins de premiação. Além disso, o §3º do art. 3 determina que, para o recebimento da gratificação com base neste indicador, “serão selecionados até 150 policiais de cada Órgão Operativo, após a elaboração do ranking referido no inciso II do art. 6”, o que explicita o caráter competitivo e meritocrático do modelo. Ainda que a gratificação, de natureza jurídica de premiação meritória (conforme o artigo 5º) não integre a remuneração regular dos servidores, tal

¹⁴ Os dados sobre o encarceramento por tráfico em Pernambuco não apenas revelam a dimensão punitivista da política de drogas, mas também ilustram como o Estado opera sobre os corpos mais vulnerabilizados a partir de um modelo de justiça que, sob o discurso da segurança, reforça hierarquias morais, raciais e de classe. A abordagem policial, muitas vezes marcada pela violência e discricionariedade, configura o primeiro elo de uma cadeia punitiva que se desdobra em processos de criminalização, encarceramento e estigmatização, reiterando padrões históricos de seletividade penal e desproteção social.

¹⁵ Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=58B0D5AAD3ADB209032581AE005B308C&tipoprop=>

¹⁶ Em Pernambuco, ao serem analisados os critérios objetivos no tribunal estadual de justiça comum, 42% das apreensões de cocaína registradas nos processos criminais por tráfico de drogas correspondem à quantidade igual ou inferior a 10 g (p.61) e considerando quantidade igual ou inferior a 15 g (p.61), observa-se 47% das apreensões de cocaína (IPEA, 2023). As prisões por drogas estão desproporcionalmente relacionadas à raça e resultam da ênfase da atividade repressiva sob os mercados de drogas (Daudelin e Ratton, 2017). O fenômeno, portanto, também evidencia como estão estruturadas as crenças e os valores que orientam a ação policial. A cultura historicamente retroalimentada no âmbito das forças repressivas auto realizam suas profecias (Merton, 1948) de maneira que o padrão se estabelece através do exercício da função que seleciona seus alvos

¹⁷ Conforme estabelecido em lei, “cada apreensão só será contabilizada a partir da quantidade mínima de 12 (doze) gramas de crack convertido” (PERNAMBUCO, 2017)

arranjo institucional reforça uma lógica de guerra às drogas sustentada por metas de produtividade que incentivam a intensificação de abordagens policiais.

Mesmo que o foco declarado da política não fosse somente o crack, uma vez que, do ponto de vista da gratificação policial (GPPV), a cocaína em pó ou pasta base tinha mais “peso” do que o crack - segundo critérios os normativos, sua apreensão deveria ser multiplicada por 3 para efeitos de cálculo -, a ação policial teve seu foco institucional de apreensões nos contextos mais vulneráveis, classificados como mercados abertos e descobertos (Daudelin e Ratton, 2017). Isto é, os mercados de crack.

A racionalidade proibicionista, ao privilegiar a repressão em detrimento da prevenção ou da redução de danos, se ancora em dispositivos institucionais como a premiação por produtividade policial, que incentivam a intensificação de operações com base na quantidade de apreensões, e não em sua relevância social ou efetividade. Como mostra Alexander (2012), mesmo em políticas ditas “neutras”, os resultados tendem a ser racial e economicamente desiguais, contribuindo para a legitimação de desigualdades estruturais sob a aparência de legalidade.

Tendo em vista as considerações feitas desde o início deste processo de regulação, é importante considerar a existência de diferentes percepções, crenças e valores dos operadores do sistema de justiça e segurança pública no que diz respeito à aplicação das disposições da Lei. Esses aspectos ideológicos pessoais resultam em padrões seletivos do sistema penal como um todo que têm um impacto significativo na aplicação da Lei de Drogas (Boiteux, 2006). Como afirma Fiori (2018), “o Estado não se isola de prescrições morais mais amplas da sociedade em que está inserido. O álcool, por exemplo, amplamente consumido e historicamente normalizado, é objeto de regulações estatais muito menos restritas do que a cocaína, droga ligada a significados sociais mais negativos”. Por esta razão, as percepções sobre a droga retroalimentam as políticas, ainda que seus efeitos potenciais sejam intensos.

Entidades, atores e espaços religiosos têm desempenhado intensa influência com formulações moralizantes em relação à conduta sobre os usos das substâncias. Essas formulações, nesse sentido, dizem respeito a uma perspectiva normativa e prescritiva do dever ser. À dinâmica entre as diferentes prescrições morais e as resistências a elas, somam-se atores que falam a partir de outros espaços sociais, como aqueles que estão em representação política e trazem consigo todo arcabouço moralizante, de base por vezes

religiosa, na ordenação dos comportamentos através de normativas. “O problema incide principalmente na reação moral e normalizadora que vincula o consumo de diferentes tipos de substâncias a vícios de comportamento é a principal responsável pela criminalização conjuntural dessas substâncias” (Misse, 2011, p. 2)

Desde o princípio, a busca das nações esteve em dominar o que estava “fora do controle” e, a partir daí, a construção do pânico moral e as tentativas ineficientes de “acabar com o problema mais grave” - até mais mobilizador que outros problemas infinitamente mais relevantes como a fome, a degradação do meio ambiente e das condições de sobrevivência da própria humanidade - foram sobrepostas por muito tempo pelo problema demoníaco das substâncias, como visto.

O “mundo das drogas” (Velho, 1994)¹⁸ pode ser entendido, na verdade, como mais um produto de ações institucionais moralizantes que determinam os acontecimentos dentro e relativos a este contexto. Enquanto campo socialmente construído e relativamente cindido da sociedade dominante, este pode ser compreendido, mais precisamente, como uma produção simbólica e institucional que se ancora em ações moralizantes do Estado e de seus aparelhos, as quais não apenas regulam esse universo, mas também o constituem como um espaço de alteridade moral e de diferenciação social.

Esta interpretação parte da concepção de “onde emergem certos objetos sociais específicos (como “droga” e “dependência química”), certas categorias identitárias (usuário, traficante), alguns discursos normativos (proibicionismo, ideologia antidrogas) e práticas sociais instituídas (prevenção, tratamento, repressão)” (Sousa, 2019, p. 352). Nesse sentido, em vez de um campo autônomo ou apenas marginal, o “mundo das drogas” se revela como uma extensão moralmente hierarquizada da própria ordem social, onde se negociam, reproduzem e tensionam valores, normas e mecanismos de controle.

¹⁸ A noção de “mundo das drogas” trabalhada por Gilberto Velho em *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social* (1994) é formulada a partir da ideia de universos sociais relativamente autônomos, onde operam códigos próprios, formas específicas de sociabilidade e trajetórias marcadas por ambiguidades normativas. Para o autor, esses mundos não são totalmente apartados da sociedade, mas tensionam suas fronteiras morais e jurídicas, revelando contradições da ordem dominante. Nesta tese, retoma-se criticamente essa formulação, propondo que tal “mundo” não deve ser entendido apenas como um campo à parte ou produto de desvios, mas como uma construção ativa de instituições e discursos moralizantes, que operam diversas classificações, impõem regimes de visibilidade e invisibilidade e organizam a experiência do uso e da circulação das drogas a partir de valores sociais normativos. Trata-se, portanto, de enfatizar menos a autonomia desses mundos e mais sua imbricação com os mecanismos de produção simbólica da marginalidade e da diferença.

Isso se dá na medida em que as ideias compartilhadas coletivamente são formadas a partir de noções carregadas de sentido, transmitidas e com efeito na ação prática dos indivíduos, tendo sido produzidas no mesmo curso histórico de outros fatos sociais. Assim, compreendemos que as representações coletivas das drogas estão orientadas a partir de uma ótica valorativa, a qual orientaria condutas éticas em relação aos lugares onde cada comportamento deve ser colocado, sustentando-se nas noções normativas, coletivamente pactuadas através do contato social, como discutido anteriormente.

O percurso analítico traçado neste capítulo, ao evidenciar como tais construções simbólicas e institucionais moldam o campo das drogas e suas hierarquias morais, preparando o terreno para as considerações que se seguirão, nas quais serão retomados os principais argumentos e delineadas as implicações teóricas e empíricas desta análise.

4.4 Como esta moralidade situa a percepção dos consumidores?

A partir dessa composição narrativa sobre as cocaínas, situada no interior do problema social mais amplo das drogas, evidencia-se que as percepções dos consumidores não decorrem de um fenômeno isolado, nem podem ser reduzidas a efeitos estritamente farmacológicos. Os elementos jurídicos, políticos e subjetivos que organizam tais percepções operam como parte de um tecido social intrincado, historicamente constituído e moralmente estruturado ao longo de décadas. Ao deslocar o olhar para além das lentes puramente biomédicas ou jurídicas, desvelamos uma realidade onde a substância, em suas diversas formas, é perpassada por discursos, valores e disputas que moldam sua percepção e o tratamento de seus usuários.

A trajetória histórica das cocaínas, tanto no cenário brasileiro quanto global, serviu como um importante prisma para observarmos essa transformação: de um "remédio maravilhoso" e "alimento para os nervos" nos séculos XIX e início do XX, a substância foi metamorfoseada em um signo de "degeneração moral, descontrole psíquico e ameaça urbana". Essa profunda alteração simbólica, impulsionada por "empreendedores morais" e "pânicos morais" que se valeram de contextos de ansiedade social, xenofobia e pós-guerra, culminou na consolidação de uma dicotomia marcante: a cocaína em pó, frequentemente glamourizada e associada a um estilo de vida de elite, em contraste flagrante com o crack, intensamente estigmatizado e vinculado à decadência e à marginalidade.

Evidenciamos ainda que a "guerra às drogas" não é um combate neutro, mas uma estratégia de controle social seletivo, cujas sanções e repressão incidem de forma desproporcional sobre grupos já marginalizados por marcadores sociais como classe e território. As políticas de regulação no Brasil e as redefinições mais recentes, embora prometam uma diferenciação entre usuário e traficante, na prática, têm ampliado o encarceramento, especialmente de jovens negros e pobres, e reforçado a seletividade penal. A ausência de critérios objetivos para a dosimetria da pena, por exemplo, abre precedentes para que fatores subjetivos e estereótipos operem como determinantes no sistema de justiça criminal. As narrativas de um juiz e de consumidores revelaram a dimensão subjetiva e enviesada da aplicação da lei, onde critérios como aparência, sotaque e uma avaliação da "personalidade" do indivíduo se sobrepõem à dogmática legal, perpetuando desigualdades e "sujeição criminal".

A ação policial, por sua vez, opera com uma "moralidade urbana pragmática", onde a visibilidade do uso no espaço público e a categorização dos usuários como "ameaçadores" ou "não-ameaçadores" orientam a repressão. Essa lógica, muitas vezes, prioriza a produtividade policial (medida por apreensões, incentivada por gratificações) em detrimento de uma atuação mais equitativa e humana, levando a um "tempo perdido" quando se detêm usuários de crack, que são "descartáveis" e não "valem a pena" para a lógica da produtividade. A interação entre usuários e polícia, mediada por acordos informais e pela percepção de impunidade para alguns grupos sociais ("Por ser branca, classe média, estar em certos lugares, e as pessoas que a gente convive...E de ser mais ou menos informado sobre até onde eles (podem) podem ir."), destaca a seletividade intrínseca a essa "guerra".

O "mundo das drogas" é, em sua essência, uma produção simbólica e institucional do Estado e da sociedade. E longe de ser um campo autônomo, ele se configura como um espaço onde "se negociam, reproduzem e tensionam valores, normas e mecanismos de controle" continuamente. Podemos assumi-lo como um "campo de disputa moral", que é permanentemente permeado por normas, valores e classificações que constroem quem é o "sujeito desviante" e quem é o "normal". Desta forma, a moralidade materializa-se nas interações cotidianas, nas políticas públicas e nas percepções que definem o aceitável e o reprovável, revelando o consumo das cocaínas - mas também de várias outras substâncias cabíveis de paralelos, como um campo onde a dimensão ética e social é indissociável da prática.

Diante disso, torna-se possível acessar noções diretamente vinculadas a estereótipos e a processos de estigmatização direcionados a determinados grupos sociais, sobretudo quando estes são associados a pertencimentos coletivos definidos por hábitos e estilos de vida específicos. Em termos interacionistas, comportamentos culturalmente classificados como desviantes não são intrinsecamente desviantes: eles passam a sê-lo na medida em que são nomeados, rotulados e interpretados à luz de referências morais socialmente disponíveis. Assim, as categorias que organizam o desvio operam como mecanismos de classificação social, que vinculam certas práticas e sujeitos à suspeição e à desqualificação, constituindo identidades deterioradas e fronteiras simbólicas entre os "normais" e os "desviantes" (Becker, 2008).

Essa lógica se torna ainda mais evidente quando pensamos as cocaínas, uma vez que o próprio "problema das drogas" não se apresenta como um dado natural, mas como

um processo histórico e socialmente elaborado, sustentado por disputas normativas, repertórios morais e mecanismos institucionais de controle. As substâncias, portanto, não carregam apenas propriedades químicas: elas adquirem significados socialmente compartilhados que orientam o seu lugar em sistemas de classificação, hierarquias de legitimidade e regimes de tolerância ou punição.

Ao analisarmos as representações e a hierarquia moral atribuídas às diferentes substâncias, é evidente a necessidade de revisitação e aprofundamento dessas fundações socioculturais para identificação das atribuições morais mobilizadas no exercício perceptivo da diferença e hierarquia das formas de cocaína.

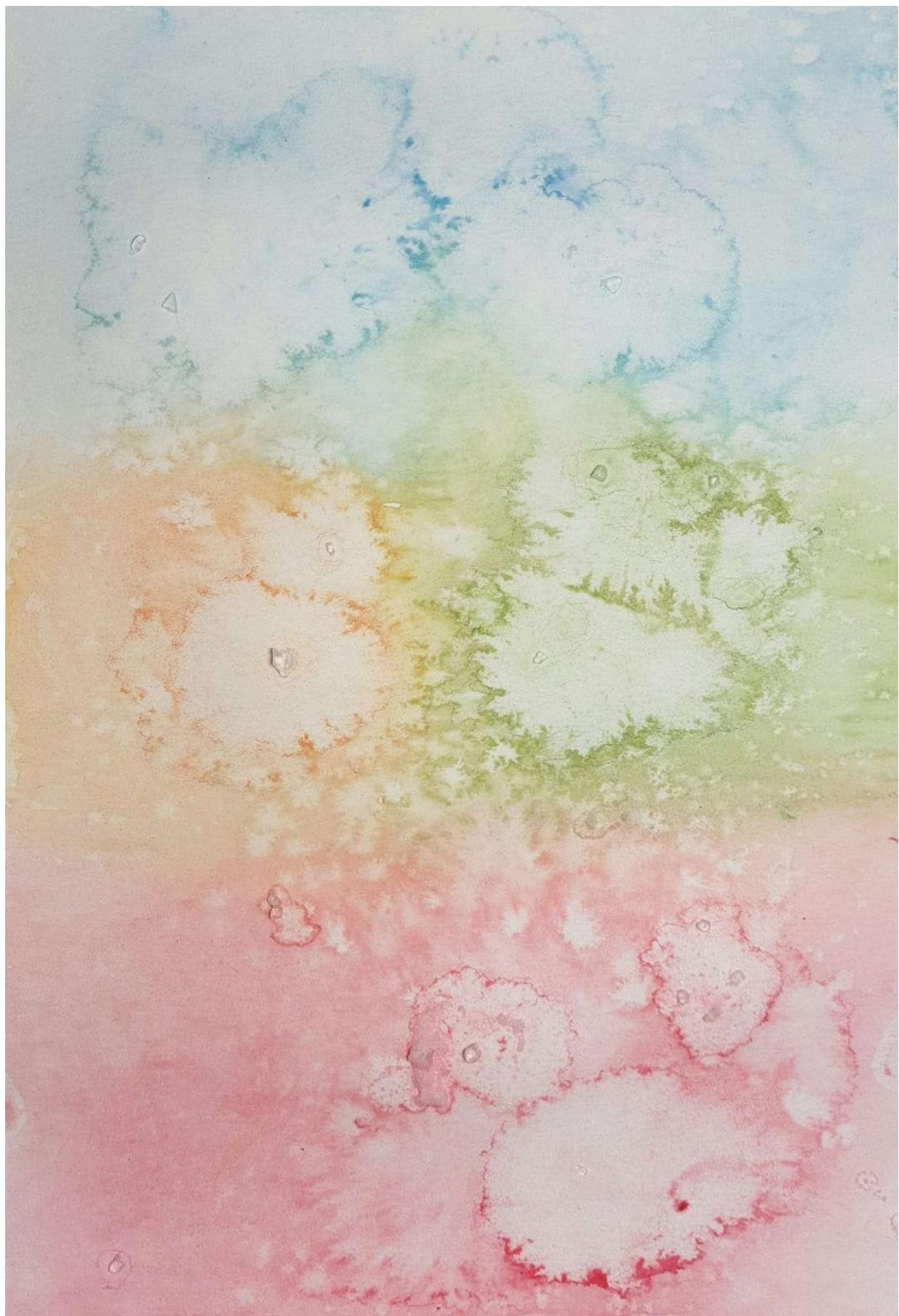
Nesse sentido, elementos simbólicos socialmente partilhados, sejam metáforas, narrativas, sejam imagens públicas, rótulos e estereótipos, não apenas influenciam, mas também são continuamente reafirmados (ou tensionados) pelas percepções e atitudes, individuais e institucionais. Tais elementos se articulam por meio de esquemas sociais (Fiske e Taylor, 1984), entendidos já como estruturas cognitivas e interpretativas construídas pelos sujeitos para tornar o mundo social inteligível. Tais esquemas necessariamente simplificadores estão frequentemente atravessados por vieses perceptivos, dada a impossibilidade de apreensão totalizante da realidade. É precisamente a partir desses esquemas que se organizam e se reforçam classificações morais sobre substâncias e usuários, seja no senso comum, seja no interior das instituições.

Como Rangel (2023) destaca as representações sociais da cocaína não são uníssonas. No seu estudo etnográfico que explora os discursos e conhecimentos sobre o consumo da substância, analisando representações de consumidores e peritos criminais. Segundo o autor, existiriam duas classificações entre consumidores de cocaína, uma “para fora” e uma “para dentro”:

A primeira se relaciona a uma representação comum a grande parcela da população, reproduzida principalmente por diversos campos da saúde pela mídia, que classificam o usuário de cocaína como um potencial dependente (categoria médica) ou viciado (categoria acusatória) onde termos estigmatizantes como drogados, chincheiros, entre outros são usados para classificar depreciativamente essas pessoas. A segunda se refere ao universo dos consumidores da substância a partir do bar. Estes não se classificam desse modo simplista e homogenizante. Ao contrário, criam tipologias para distinguir os usos e os usuários. No topo da pirâmide estão os consumidores que fazem (ou acreditam fazer) uso moderado da droga, os usuários (como grupo dos coroas). Já na base estão os que vivem em função da droga, os viciados (como vermes e bondes) (RANGEL, 2023, p.177)

Essa diferenciação corrobora o argumento desenvolvido anteriormente: os esquemas sociais (Fiske e Taylor, 1984) estruturam não apenas a percepção “externa” sobre as drogas, mas também as classificações internas entre consumidores, funcionando como gramáticas morais que organizam fronteiras simbólicas, definem graus de legitimidade e sustentam hierarquias de valor. Nesse sentido, opiniões e atitudes em relação às drogas não variam de modo aleatório, mas tendem a se associar a critérios como experiências anteriores de socialização, intensidade de exposição a práticas de consumo e a usuários, idade de iniciação, além de eventuais mudanças nas disposições morais associadas à aceitação ou rejeição do consumo. Em outros termos, a percepção do fenômeno e a valoração do usuário diferenciam-se em função do lugar social ocupado, dos capitais mobilizáveis e das expectativas de reconhecimento e respeitabilidade em jogo.

É precisamente nesse ponto que a moralidade situada ganha densidade sociológica. A moralidade atravessa tanto o dispositivo estatal de controle (lei, sistema de justiça e polícia) quanto as práticas e classificações cotidianas dos próprios consumidores, produzindo distinções que não se limitam à substância em si, mas ao tipo de sujeito que se imagina associado a cada forma de consumo. Assim, a oposição entre pó, virado e crack não expressa somente diferenças materiais ou farmacológicas, mas uma hierarquia moral que articula raça, classe, território e corporalidade, definindo quais usos podem ser interpretados como “recreativos” ou “administráveis” e quais são enquadrados como “ameaças”, “decadência” ou “fracasso/sem salvação”. Dessa maneira, a moralidade não apenas “situa” a percepção, ela a estrutura, organizando a experiência, orientando estratégias de diferenciação e delimitando, na vida social, o que pode ser tolerado, ocultado, punido ou estigmatizado.



Aquarela 5 – Disputas
(Clara Félix, 2025)

CAPÍTULO 5: REPRESENTAÇÕES E HIERARQUIA DAS COCAÍNAS

Este capítulo se aprofunda na dimensão íntima e subjetiva da experiência do consumo, que é perpassada pela moralidade, pelas fontes de valor e pelas incessantes demandas por reconhecimento que a moldam. Longe de ser um ato meramente fisiológico ou uma transgressão unidimensional, o consumo de drogas revela-se como um fenômeno eminentemente moral, um "campo de disputa moral" onde se entrecruzam regras tácitas, códigos normativos e expectativas sociais, definindo quem pode usar drogas de forma mais ou menos marginalizada.

5.1. O Campo de disputa moral das Cocaínas

Nesse campo, as substâncias psicoativas não são apenas objetos de consumo ou de regulação estatal: elas condensam relações de poder, desigualdades históricas e processos de classificação social. O que está em disputa não é somente o uso ou a posse de determinado produto, mas o próprio estatuto moral de quem consome, pautado nas distinções que atravessam marcadores como classe, raça, gênero e território, e que determinam o grau de aceitação ou estigmatização social.

Neste sentido, a hierarquia das substâncias pode ser abordada como um fenômeno histórico, moral e político, ao examinarmos como são representadas pelos consumidores, ancorados em uma moral pública, alimentada pela mídia e pelas políticas estatais e nas trocas cotidianas. Ao mesmo tempo, essas hierarquias funcionam como mecanismos de legitimação de fronteiras simbólicas, delimitando o que é “uso recreativo” legítimo, o que é “uso problemático” e o que é considerado uma ameaça moral à ordem social.

A ênfase recai sobre os mecanismos que constroem e sustentam tais hierarquias: metáforas, discursos científicos e religiosos e dispositivos legais, todos parecem operar em conjunto para fixar sentidos e ordenar substâncias num gradiente que vai do aceitável ao proibido. Essa produção de sentidos é dinâmica: resulta de disputas discursivas e práticas sociais que envolvem atores estatais, mercados, especialistas, usuários e o público em geral, cada qual buscando impor a sua visão legítima sobre o consumo e sobre o consumidor.

Ao longo deste capítulo, veremos como a moralidade associada a cada substância não é estática, mas fruto de disputas históricas e relações de poder (Fiori, 2018). Esses deslocamentos revelam que a hierarquia das substâncias não é apenas técnica: é também uma hierarquia de valores, de interesses e de imaginários coletivos. Ao historicizar essas transformações, torna-se possível compreender como certos consumos passam de práticas socialmente toleradas a símbolos de degradação moral, e, em alguns casos, fazem o caminho inverso, ganhando novas legitimidades.

A análise das substâncias e de seus padrões de consumo é frequentemente construída com base nos efeitos fisiológicos provocados pelas drogas e nas características individuais dos usuários, o que Zinberg (1984) denomina de *set*. No entanto, os estudos conduzidos pelo autor demonstram que é sobretudo o ambiente social (*setting*) que desempenha um papel central no controle do uso das chamadas drogas ilícitas. Isso ocorre porque o uso de qualquer substância psicoativa estaria atravessado por um conjunto de valores e regras de conduta (sanções sociais), além de padrões comportamentais (rituais sociais), que em conjunto configuram formas específicas de controle social sobre o fenômeno.

Harding & Zinberg (1977) ilustram que ainda que operem de forma distinta a depender dos grupos sociais e dos contextos em que o consumo ocorre, tanto os rituais quanto as sanções sociais estão presentes nos usos de todas as drogas. Nas dinâmicas protagonizadas por “grupos menores”, por exemplo, as normas tendem a ser mais variadas e intimamente vinculadas às circunstâncias locais, se comparadas umas com as outras. Na maior parte das vezes, trata-se de regras informais, não explicitadas, o que é particularmente significativo, pois os próprios usuários não reconhecem essas normas como aprendidas socialmente; em vez disso, passam a percebê-las como traços de sua personalidade, o que evidencia o grau de internalização dessas sanções e rituais como observa Jansen (1992).

A ênfase dada ao *setting* também evidencia como certos grupos de maior privilégio são capazes de criar controles informais de consumo, como rituais e sanções. Nestas estratégias de controle, percebemos a existência de certos padrões e significados atribuídos aos usos, como descreve MacRae e Simões (2000) sobre o estudo de rodas de fumo, por exemplo.

Assim, compreender o consumo como campo de disputa moral implica deslocar o olhar do ato individual e da substância isolada para a rede de significados, relações e estruturas que o sustentam. É reconhecer que, mais do que o efeito químico ou a proibição legal, o que determina o lugar social de uma substância, e de seu usuário, é o entrelaçamento de moralidades, políticas e desigualdades que compõem a trama social contemporânea.

A partir de uma classificação simbólica das cocaínas, defenderemos aqui algumas nuances de como tais substâncias psicoativas não ocupam apenas um lugar farmacológico ou jurídico: elas carregam camadas de significado que moldam sua percepção social, evidenciadas nas próprias narrativas dos consumidores. Esses significados não são neutros nem universais; são construídos socialmente, circulam em redes de interação e se sedimentam em práticas de distinção. Atributos como “melhor” e “pior”, “pura” ou “impura”, “barata” ou “cara” funcionam como marcadores culturais, operando como sinais de valor simbólico que atravessam o discurso e a experiência.

Quando um consumidor afirma que determinada cocaína é “melhor”, essa classificação não remete apenas à intensidade do efeito fisiológico, mas à sua adequação a um padrão de consumo legitimado em determinado grupo social. O mesmo poderia se aplicar ao adjetivo “pura”, que carrega conotações de autenticidade, qualidade e até mesmo de segurança. Estes seriam valores que se opõem ao estigma associado ao “produto batizado” ou “misturado”. Essa pureza, contudo, não é apenas uma condição química mensurável, mas um marcador de status, frequentemente associado a redes de acesso privilegiadas, preços mais altos e relações de confiança na cadeia de circulação da substância.

De modo semelhante, a oposição entre “barata” e “cara” vai além da referência objetiva ao custo: ela estrutura percepções sobre o lugar social do consumidor e o tipo de experiência que ele busca. O barato tende a ser associado a públicos mais vulneráveis e a contextos de consumo mais estigmatizados, enquanto o caro é vinculado à exclusividade, ao consumo privado e a um imaginário de controle e sofisticação. Esses atributos, portanto, não apenas descrevem as substâncias, mas funcionam como dispositivos de classificação social que hierarquizam consumidores e consumos, reforçando fronteiras simbólicas e legitimando desigualdades no campo moral das drogas.

Nesse sentido, tais marcadores culturais atuam simultaneamente como linguagem e prática: linguagem, porque dão forma discursiva a um sistema de avaliação amplamente

compartilhado; prática, porque orientam escolhas, organizam interações e moldam a própria economia moral do consumo. Ao classificarem as substâncias, os consumidores classificam também a si mesmos e aos outros, posicionando-se numa hierarquia que é tanto material quanto simbólica.

A criminalização seletiva também impacta diretamente nos processos sociais de atribuição de valor. Já que a discrepança no tratamento social e jurídico de diferentes formas da cocaína revela muito sobre as hierarquias morais que estruturam o consumo de drogas. Enquanto o pó, geralmente associado a consumidores de camadas médias e altas, tende a ser interpretado socialmente como uma prática mais “controlada” ou “recreativa”, o crack, e, em alguns contextos, o virado, é recorrentemente construído como símbolo de degradação moral, marginalidade e risco social.

Essa distinção não se limita ao imaginário coletivo: ela se materializa nas práticas institucionais e no sistema de justiça criminal. Estudos e dados oficiais evidenciam que o enquadramento jurídico de um indivíduo flagrado com cocaína em pó tende a ser mais frequentemente interpretado como porte para uso pessoal, enquanto o mesmo volume de crack pode levar à acusação de tráfico, especialmente quando o consumidor pertence a grupos sociais já vulnerabilizados por raça, classe ou território.

Assim, o valor simbólico atribuído à substância não é independente da estrutura social: ele se entrelaça com dispositivos legais, práticas policiais e narrativas midiáticas que reproduzem e reforçam a desigualdade. O que é considerado “uso recreativo” em certos espaços pode ser definido como “crime grave” em outros, mesmo tratando-se da mesma substância em composições químicas semelhantes. Essa seletividade não apenas reforça a hierarquia entre drogas, mas também legitima uma hierarquia entre consumidores, na qual determinados grupos gozam de maior margem de tolerância social e institucional.

Dessa forma, certos atributos culturais discutidos anteriormente não apenas operam no nível simbólico, mas estão imbricados em processos mais amplos de controle social e exclusão. Eles se tornam indicadores que ajudam a definir não só a reputação de uma substância, mas também o destino social e jurídico daqueles que a consomem, configurando um campo moral profundamente atravessado por distinções de classe e acesso a direitos.

5.2. A Construção histórica e simbólica da hierarquias

A compreensão das hierarquias entre substâncias psicoativas exige que se olhe para além de seus efeitos químicos e de seus enquadramentos legais. É necessário considerar a dimensão histórica e simbólica que molda a forma como cada substância é percebida, classificada e regulada. A moralidade associada a uma droga não é uma característica fixa ou inerente: ela é produzida e transformada no tempo, a partir de disputas discursivas, relações de poder e interesses econômicos e políticos.

As substâncias não existem em um vazio social. Ao longo da história, as mesmas drogas já ocuparam posições radicalmente distintas na hierarquia moral e cultural. A maconha é um exemplo paradigmático: introduzida no Brasil durante o período colonial, foi associada a usos medicinais e rituais, e só posteriormente passou a ser vinculada a grupos sociais marginalizados, adquirindo conotações de perigo moral e criminalidade. Nas últimas décadas, esse mesmo produto vem sendo reconfigurado em certos contextos como um bem de consumo associado a estilos de vida saudáveis, terapias alternativas e um mercado legal crescente em diversos países. Essa transformação ilustra como as hierarquias de valor não são estáveis, mas constantemente renegociadas.

No caso da cocaína, essas mutações simbólicas também se fizeram presentes. Se, em um momento histórico, seu uso esteve associado a elites intelectuais e à indústria farmacêutica, carregando um selo de modernidade e sofisticação, e posteriormente, a mesma substância foi reconfigurada como uma ameaça social, especialmente nas formas de apresentação e consumo associadas às classes populares. Essa transição não foi apenas fruto de novas descobertas científicas sobre seus riscos, mas resultado de processos políticos, campanhas midiáticas e ações repressivas que redefiniram os contornos morais do seu uso.

Uma analogia possível é com as tendências da moda. Tal como uma peça de vestuário que, em determinado momento, representa status e bom gosto, mas que, com o tempo, pode se tornar ultrapassada ou associada a estilos considerados “inferiores”, as substâncias transitam entre o prestígio e a degradação conforme mudam os regimes discursivos, os grupos que delas fazem uso e as forças que as representam publicamente. Assim como na moda, essa mudança de posição raramente é espontânea: ela envolve

disputas de significados, interesses econômicos e a atuação de agentes capazes de influenciar a percepção coletiva.

Ao longo da história das cocaínas, tivemos variados tipos de consumo socialmente valorizados. Na década de 1970, principalmente, quando a geração baby boomer retomou o interesse pela substância (Courtwright, 2002) sem que houvesse uma memória social viva dos impactos negativos associados aos seus usos. Impulsionada por uma oferta crescente de coca andina e pela consolidação de redes de tráfico mais eficientes, especialmente no continente americano.

Nesse sentido, as hierarquias entre as cocaínas devem ser entendidas como construções sociais dinâmicas, nas quais se articulam as dimensões histórica, tendo em vista que dependem de trajetórias específicas de difusão, regulação e uso; simbólica, porque se baseiam em atributos culturais e imaginários coletivos que excedem qualquer base puramente farmacológica; e política, já que refletem e reforçam disputas de poder, mecanismos de controle social e projetos de ordenamento moral da sociedade.

Ao adentrar as experiências empíricas, veremos que essas camadas históricas e simbólicas, discutidas no capítulo não apenas informam os discursos dos consumidores, mas também orientam suas práticas e escolhas, situando-as dentro de um campo de disputas mais amplo, onde o passado, a cultura e a política se encontram para definir o valor e o sentido de cada substância.

5.3. A Hierarquia Simbólica das Cocaínas: o Pó, o Virado e o Crack

5.3.1 O Pó

O pó (cloridrato de cocaína) ocupa, na hierarquia simbólica das formas de cocaína, a posição socialmente menos estigmatizada. Entre consumidores de determinados estratos sociais, especialmente nas camadas médias e altas urbanas, sua presença é frequentemente associada a um estilo de vida cosmopolita, recreativo e até mesmo glamourizado, permeando contextos de festas, eventos e redes de sociabilidade valorizadas. Tal associação é reforçada por representações que o vinculam a práticas de lazer “sofisticadas” e a círculos sociais de prestígio, nos quais a visibilidade do consumo é controlada e recoberta por narrativas de funcionalidade, desempenho e autocontrole.

Mas sei lá, eu acho que eu venho sabendo ao longo do tempo que é uma droga que todo mundo usa, todo mundo cheira pó, eu acho. Chega a hora de assumir que todo mundo cheira pó. Tipo, meu chefe sempre cheirava pó. E tem uma família estruturada. (CP9)

O relato de CP9 ilustra a naturalização dessa forma de consumo no ambiente profissional e familiar, ao reconhecer que “é uma droga que todo mundo usa... meu chefe sempre cheirava pó. E tem uma família estruturada”. Essa observação revela como, em determinados contextos, o uso do pó pode ser invisibilizado ou mesmo relativizado por fatores como capital social, estabilidade econômica e conformidade a outros padrões de respeitabilidade.

Contudo, essa representação não elimina completamente o peso moral atribuído ao pó. CP7 observa que “o social é muito pesado com isso do pó mesmo”, indicando que, embora menos estigmatizado em comparação ao crack ou ao virado, o pó ainda carrega uma carga negativa, especialmente quando extrapola os códigos tácitos que regulam seu consumo. A fala de CP9, ao considerar que “cheirar pó é a pior droga que você pode usar assim”, também aponta para uma tensão simbólica: o pó é simultaneamente o emblema de um consumo “elitizado” e um marcador de transgressão moral.

A partir dessas narrativas, é possível perceber que o pó é dotado de um estatuto ambíguo na hierarquia moral das drogas: enquanto pode ser incorporado como “é também um cano de escape, mas da farra” (CP8) e símbolo de pertencimento a determinados circuitos sociais, também é alvo de discursos que reconhecem certa potencialidade destrutiva, sobretudo quando associado ao uso excessivo, à perda de controle ou à degradação da imagem social do usuário.

5.3.2 O Crack

O crack ocupa, na hierarquia simbólica das cocaínas, a posição de degradação máxima, marcado por uma densidade estigmatizante profunda. É socialmente articulado a narrativas de degeneração física e moral, abandono, periculosidade e desvio extremo, sintetizado na figura do “*cracudo*”, que funciona como um “antimodelo de cidadania, estética e comportamento” e como um “corpo abjeto” na esfera pública.

“O imaginário de usar a substância crack, é algo totalmente assim, meio que fora da realidade das pessoas. É tipo assim, se eu for usar crack, eu vou chegar no fundo do poço, tá ligado? Esse é o imaginário. E eu acho que eu penso

diferente por conta do meu contexto também, né? Por causa do meu trabalho e tal. Mas eu não penso assim. Eu não penso tipo assim ‘Ah. Vou provar crack hoje’. Pelo amor de Deus, Deus me livre, entendeu? Mas as pessoas pensam assim.” (CP10)

A percepção hegemônica, expressa em diferentes depoimentos, situa o crack como substância que arruina não apenas a saúde física e mental, mas também a posição social do indivíduo.

“É muito forte. Ela é muito forte. É destruidora. Ela acaba com tudo, tanto mentalmente como... Não sei, a sua saúde assim. (...) Ele vai tirar você dali para você ir para a pobreza e ficar lá nesse ambiente. Aí, por isso que geralmente eles dizem que é droga de pobre. Porque aquilo vai tirar seu trabalho, vai tirar sua fome, vai tirar tudo. Você vai ficar uma visão do mendigo.” (CC7)

Esse imaginário reforça a associação entre o crack e a marginalidade urbana, vinculando seu consumo a populações em situação de rua e a imagens de sujeira, dependência compulsiva e fracasso social. Como quando CP7 afirma: “quando você vê uma pessoa ali no cantinho da rua dando um tiro e tal, é coisa de gente de rua, marginal e tal.” (CP7) ou seja, a substância é descrita como o “último degrau” de uma suposta “escada das drogas”, a partir da qual não há retorno.

“É porque o crack, na escola de drogas, ele é a que está na última assim, né? Você chegou no crack, é raro sair, é muito complicado, né? Segundo as pessoas e segundo o que a gente vê. Então, o crack realmente não é uma droga que você usa hoje e vai trabalhar amanhã tranquilo. Não. Você fica escravo da droga. Aí já se torna assim, são geralmente mendigos, moradores de rua. E às vezes o que leva a essa condição é justamente ter começado a usar a droga. Porque não é uma droga cara de manter o vício, mas é uma droga que você precisa toda hora, todo dia. Aí se você realmente consome o crack, não tem como você voltar e ter uma vida normal usando o crack. Eu acho que não tem como, não. Conheço ninguém que use crack e trabalhe, tenha uma vida normal. Já a galera que consome cocaína, tem a vida normal. Consumiu ali no final de semana, dia de semana, trabalho, tudo super tranquilo.” (CP6)

A estigmatização do crack se reproduz inclusive em espaços de cuidado, como os serviços de saúde mental, onde a droga é percebida como mais grave e degradante que outras substâncias, independentemente de evidências clínicas comparativas.

“A coisa do crack, por exemplo, mesmo quem trabalha com saúde mental, ainda é um problema, sabe? Tipo, parece que é muito pior do que outras drogas e, enfim, fisiologicamente, eu não tenho nenhum partido para dizer o que é e o que não é. Mas assim, o usuário de crack vai ser tratado diferente do usuário de qualquer outra droga. Como é que ele é tratado? — Ele é tratado de um jeito muito mais... marginal. Eu não consigo pensar em outra palavra para definir

isso. É o lixo do lixo, assim. É uma pessoa que se ela está no crack, ela já... sabe?” (CP9, 2022)

Essa construção simbólica consolida o crack como o ponto mais baixo na escala moral das drogas, servindo como contraponto negativo para demarcar fronteiras de respeitabilidade, inclusive entre consumidores de outras formas de cocaína.

5.3.3 *O Virado*

O uso do virado, por sua vez, surge nos discursos como uma espécie de estratégia liminar, nem tão prestigiada quanto o pó, nem tão rebaixada quanto o crack. Em alguns casos, ele é apresentado como uma forma de se aproximar da potência da pedra, mas com um certo “controle” ou, ao menos, com menor estigma social. Tal construção pode ser interpretada como uma tentativa simbólica de reconfigurar a narrativa da degradação, aproximando o uso fumado a um consumo mais “aceitável”.

“Tipo, uma pedra tu acha que é um grupo de pessoas específico e o pó é outro, ou são as mesmas pessoas...”

CC1: São as mesmas pessoas, é porque chega um momento, no começo da sua relação com o uso da droga. Ou você tem que se esconder de algo, de algum problema... um refúgio de alguma coisa... Você teve educação de pai e mãe, e tem outros que têm medo, têm vergonha.

B: Tu acha que essa vergonha vai gerar, assim... é gerada pelo que?

CC1: Pelo preconceito de dizer ‘sou dependente de uma droga’, então não vou dizer que eu uso crack, mas eu uso o crack. Eu vou dizer que cheiro pó. O que pó só quem usa, geralmente, é rico, né? Que é caro, né? Mas pobre também usa pó virado. Foi comprar a pedra de 10, virar, misturar com bórico, e cheira do mesmo jeito e faz o mesmo efeito. Dependendo do seu uso, seu tipo de uso, vai ter que botar 3, 4 pedra pra dá o efeito. E tem gente que bota uma pedra só, com boricuzinho, cheira e dá o mesmo...”

O consumo de virado e de outras substâncias misturadas representa uma zona de transição entre diferentes tipos sociais. Como no relato de CP7, ao descrever sua relação com uma amiga que consumia múltiplas substâncias, evidencia-se a complexidade desse tipo social, que transita entre a experimentação e a vulnerabilidade.

“Uma amiga [...] ela usa crack, ela fuma melado, ela cheira pó, cheira virado. [...] Ela trabalha com moda, que é super desenrolada, que constrói uns coletivos aqui. [...] Não é uma pessoa assim... É uma pessoa com superior completo, mas ela diz: eu não estou usando crack, mas eu digo: cê tá usando crack sim.” (CP7, 2022)

Em um dos poucos trabalhos que tratam especificamente do virado, *Virado: A New Method of Crack Consumption in Brazil*, Nappo et al. (2012) descrevem que:

“[...] a necessidade de comprar crack para processar em um pó cheirado (virado) introduz esses usuários à cultura do crack e cria a possibilidade de que eles se tornem usuários de crack. Essa situação é alarmante para as autoridades de saúde pública porque o crack é mais viciante do que a cocaína cheirada e está associado a mais problemas sociais.” (p. 1)

Em contraponto, segundo Castro Neto (2021) em *Caracterização espectroscópica do Pó Virado: uma nova forma de apresentação da cocaína*, a associação predominante é feita com a cocaína enquanto substância matricial, reforçando o vínculo com o pó e não com a pedra.

Nos discursos, o consumo de virado é associado a uma transição entre diferentes tipos sociais e a deslocamentos na hierarquia simbólica das substâncias. Embora haja resistência em afirmar que o virado se equipara ao crack, a distinção é construída principalmente a partir de quem consome, onde, com quem e como se consome. O próprio ato de “virar” a pedra é descrito com constrangimento e repulsa:

“Eu comprei, eu morava na Tabajara essa época. Eu comprei a porra do crack, aí fui lá e mandei virar pra mim. Aí depois eu não sabia fazer, era pra ir pra um final de semana na casa de praia. Eu queria levar drogas, aí não tinha dinheiro, não sabia quem vendia na época, aí pensei ‘vou virar’... Mas me arrependi disso daí. Tenho até nojo de falar. Eu usei crack, porra, cheirei crack.” (CP5, 2022)

O virado, portanto, não é apenas uma mistura química, mas uma categoria social em disputa, marcada por tentativas de preservação de valor moral e pertencimento a grupos menos rejeitados. Os usuários mobilizam estratégias simbólicas e práticas para controlar os efeitos do estigma, evitando certos espaços, diferenciando discursivamente as substâncias e redefinindo simbolicamente o produto.

“O pó já vem prontinho, a gente nem sabe o que tá ali. Se for coisa pior do que o Benegrip e o crack, estamos cheirando igual. Se o processo for assim de um negócio bem amarelão e tal, eu não tenho vontade de usar, assim.” (CP7, 2022)

“Dos que eu conheço é ‘pouquíssimosíssimos’ mesmo. Acho que um ou dois são tipo... que topa fumar (crack). (...) E é sempre em casa. Pra fumar é em casa. Mas pra cheirar o virado assim, o povo cheira em qualquer lugar também, como se fosse um pó normal. (B: Aí vocês, tipo, quando compram o virado

compram ele já virado ou compram a pedra para virar?) Não, compra a pedra pra virar.” (CP11, 2022)

“Se a cocaína acabou, é hora do virado, mas eu nunca virei.” “Eles dizem: eu não uso crack, eu uso virado.” “Para eles, virado não é crack.” (CP11, 2022)

“Quando fala ‘vai cheirar virado?’, eu falo ‘Eu não vou’. Aí a galera fica ‘que frescura, é pó, não sei o quê’, aí eu falo ‘não quero não que isso é crack’. Aí fala ‘não é crack não’, é crack sim. Mas enfim, pra essa galera, não é crack. Tem uma onda assim.” (CP7, 2022)

Nestes trechos, emerge uma estratégia discursiva de diferenciação moral: ao afirmar “eu não uso crack, eu uso virado”, o indivíduo procura gerir a autopercepção do estigma e se reposicionar dentro de uma escala moral de consumo. Assim, constrói-se uma fronteira simbólica no próprio universo do uso, na qual a linguagem atua como instrumento de distanciamento identitário (Goffman, 1981; Becker, 2008). O virado, portanto, ocupa uma zona cinzenta, onde fumar é pior que cheirar, e o gesto de transformar a pedra em pó atua como medida apaziguadora do estigma historicamente construído em torno do crack.

A leitura conjunta dos discursos sobre o pó, o virado e o crack revela que a classificação moral das diferentes formas de cocaína não se apoia unicamente em suas características químicas ou efeitos fisiológicos, mas, sobretudo, nos significados sociais, nas formas de consumo e nos contextos relacionais em que essas substâncias circulam.

O pó aparece como a forma mais legitimada, associado a sociabilidades de classe média e alta, e frequentemente descrito como um consumo recreativo, controlado e socialmente mais aceitável. Ainda que não seja isento de estigma, sua vinculação a contextos de trabalho formal, festas e redes sociais de prestígio contribui para a percepção de que se trata de um “uso limpo” ou “sofisticado”, permitindo ao usuário preservar a imagem pública e minimizar o risco de degradação social.

O virado ocupa um espaço intermediário, um território liminar em que a pedra é transformada em pó para ser cheirada, numa tentativa de manter distância simbólica do ato de fumar crack. Essa prática opera como estratégia de gestão do estigma, permitindo que o consumo seja verbalizado como algo distinto do crack, ainda que se trate da mesma base material. A linguagem (“eu não uso crack, eu uso virado”) e a escolha de contextos

de uso funcionam como mecanismos de distinção e autopreservação moral, situando o virado como um “mal menor” na escala hierárquica das cocaínas.

Já o crack é descrito como a materialização máxima da degradação social. Sua imagem pública está profundamente enraizada em estereótipos de abandono, periculosidade e desvio extremo, condensados na figura do “cracudo”, um corpo abjeto, um antimodelo de cidadania. O estigma que recai sobre o crack é denso e transversal, atingindo não apenas a percepção externa, mas também a forma como os próprios usuários internalizam sua posição social ao consumi-lo.

Assim, a hierarquia simbólica das cocaínas é estruturada por uma lógica de gradação moral em que o pó ocupa o topo, o virado transita no meio e o crack figura na base. Essa escala não é rígida, mas construída e negociada a partir das experiências, trajetórias e posições sociais dos usuários, revelando fronteiras permeáveis, mas fortemente marcadas pelo valor moral atribuído a cada forma de consumo. Trata-se de um ordenamento que reforça desigualdades e distinções internas no próprio universo do uso, onde o que se consome, como se consome e com quem se consome são fatores decisivos para a manutenção ou perda de reconhecimento social.

5.4. Pureza, Mistura e Julgamentos Morais

Outra dimensão presente nos discursos está atrelada aos atributos de pureza e limpeza, colados aos conceitos (Baudrillard, 1996) estabelecidos sobre as substâncias. Tais supostas características interferem diretamente na reputação de quem as usa e justificam as distâncias em relação à aproximação ou experimentação de novas formas de uso.

“Por que tem uns que é misturado, e tem puro.. e como é que tá rolando aqui... Tem um que chama de **vinagre**, tem outro que é o **acetona**. Cada um é um certificado de como, né, e porque eles ganham esse nome, mas tem uns que tem um cheiro diferente, tem um efeito diferente aí... Aí ele sempre sabe onde é o melhor, onde tem o pior e tal.” (CP11, 2022)

Vocês chamam virado ou a cocaína pura, ou como é? Eu chamo tudo de pó... As formas que a gente pega geralmente são mais baratas, né? Então não é exatamente pó puro, às vezes tem cheiro de solvente. Mas acho que, na maior parte do tempo, é virado. Já chegava com o pó.(CP9, 2022)

Tu acha que tem um, digamos, um reconhecimento assim, ó, eu uso isso, eu curto isso da pessoa se colocar... A- Sim B- Status social. Ah eu só compro pó puro, não sei o que não sei o que lá. Isso rola A- E até de falar de outras drogas como não drogas. Não pode misturar isso com isso, porque aí você vai tirar toda a pureza disso. Quando é uma coisa que acontece muito para as pessoas que eu conheço, que não tem muito dinheiro, de arranjar seu jeito de fazer a maconha, ou a droga no geral, a droga para mais. E aí é todo um instituto de pureza que eles têm com a droga, de uma maneira de consumir a droga pura e tudo mais, mas é uma coisa que ninguém mais consegue fazer, porque é muito caro. (CP9, 2022)

A negociação sobre pureza e impureza aparecem com ênfase nas representações do virado, que em partes giram em torno da ideia de "impureza" e "qualidade inferior" em comparação com o pó puro, o que reforça sua marginalização simbólica. A caráter de exemplo, CP11 diz que o virado é um "derivado do crack", uma substância que "já tem um peso maior", tanto físico quanto socialmente.

A noção de pureza não se restringe ao conteúdo químico das substâncias, especialmente considerando que, na prática, inexiste para a maioria dos consumidores a possibilidade acessível e sistemática de testagem e controle da composição do que se consome. Mais do que um atributo técnico, a “pureza” funciona como marcador simbólico e moral, mobilizado nos julgamentos sobre qualidade, valor e legitimidade de uso.

Segundo o *Relatório sobre Pureza da Cocaína* (SENAD, 2023), que analisou amostras apreendidas em quatro estados brasileiros, o crack comercializado em Pernambuco, particularmente na capital, Recife, apresentou uma pureza média superior à observada para o cloridrato de cocaína (pó). Entre as amostras de crack, a maior parte apresentou pureza média de 69,0%, com 83,3% das amostras acima de 60%, desafiando a percepção corrente de que se trata de um produto “mais sujo” ou “degradado”. No caso do pó, embora também houvesse amostras com alta pureza, estas eram proporcionalmente menos frequentes, com pureza média de 49,4%, e com apenas 25% das amostras acima de 60%.

As análises referentes ao estado indicaram ainda que a base de cocaína/crack apreendida apresentava menor incidência de adulterantes e padrões de corte distintos dos identificados no pó. Segundo as análises, a presença frequente de fenacetina¹⁹ no crack e

¹⁹ A Fenacetina é um fármaco analgésico, sujeito a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em qualquer concentração. Tem sido considerado um adulterante e diluente capaz de

de Levamisol²⁰ no pó reflete estratégias diferenciadas na manipulação de cada forma, sugerindo dinâmicas próprias de circulação e comercialização. Em Pernambuco, tais características parecem estar associadas a processos de produção e distribuição que preservam maior teor de pureza no crack, o que também se reflete em um preço de mercado relativamente mais elevado em comparação com outras regiões.

Quando vem uma coisa mais "flocada", que a galera fala, mais duro, como se fosse um... não uma pedra de crack, mas como se fosse um pedaço... porque... é, um gesso. É mais duro e você quebra, pra virar o pó. Quando vem mais pozinho, até mais úmido, é porque já fizeram esse processo. Já é mais virado, já misturaram alguma coisa ali. Não que é crack virado, mas já misturou uma coisa ali, sei lá oque, não vou saber. (CP3, 2022)

Paradoxalmente, as representações sociais sobre o grau de pureza do crack se mostram diametralmente opostas ao que os dados do relatório indicam. Esses atributos, curiosamente “equivocados”, servem de base para sustentar julgamentos morais sobre os consumidores. Nesse sentido, a ideia de pureza é também moral: reproduz e reforça a rejeição social dirigida aos grupos excluídos e marginalizados. A preferência, ao menos no discurso, por consumir aquilo que é “limpo” funciona, assim, como uma forma de não se “sujar” socialmente, operando como mecanismo de distinção.

B - Porque é ruim? Porque é o resto do resto do resto da cocaína. É o resto de tudo que já foi processado e que não serve. Eles juntam e fazem um negocinho, uma pedrinha, né? Aí realmente é pior. É tipo um prensado, é coisa de ruim qualidade, apesar de ser maconha, uma coisa de péssima qualidade, né? Vou fumar um zarel, uma baga, é um resto já, uma coisa que já foi processada e que teoricamente não era pra servir a nada, né? Mas a galera, mesmo assim, arranja um jeito de transformar isso em mercadoria, porque no fundo é isso também, né? Vicia de alguma forma e dá dinheiro, por mais que seja barato. A pessoa está constantemente mantendo aquele barato, né? A pessoa tá constantemente comprando, né? (CP8, 2022)

Relatos como o de CP8 também evidenciam como a percepção de impureza transcende o químico e se enraíza no imaginário coletivo a partir de outros sinais de degradação. Isso contribui para a associação do virado a espaços e sujeitos

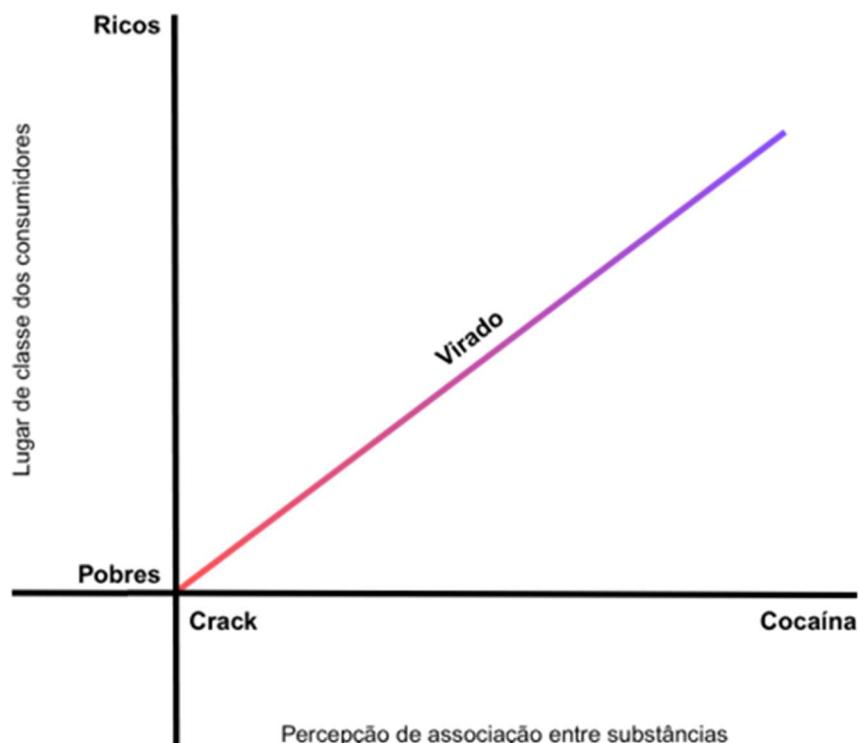
serem empregado na preparação de cocaínas, por conferir aparência mais homogênea e aumentar o peso do produto. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/produtos-quimicos/legislacao/listas.pdf>

²⁰ O Levamisol, originalmente utilizado como anti-helmíntico veterinário e imunomodulador, é frequentemente adicionado às cocaínas por apresentar efeito vasoconstritor, potencializando alguns efeitos estimulantes da substância. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/produtos-quimicos/legislacao/listas.pdf>

estigmatizados, reforçando o ciclo de desvalorização social. Tal paradoxo revelado pelos dados da SENAD evidencia que o estigma da “sujeira” atribuído ao crack não é uma categoria técnica, mas uma construção moral de classe. Aqui, a violência simbólica opera em sua forma mais pura: o consumidor de pó de classe média parece ignorar a impureza química de sua substância para sustentar uma “pureza moral” que o distanciaria do usuário de crack, transformando um dado material em um juízo de valor sobre o caráter do outro.

Ainda que ambas formas de consumo de cocaína sejam em pó, o usuário de pó “puro” se distingue socialmente do consumidor de virado, pois, este é visto como alguém que por vezes “não tem outra opção”, seja pela indisponibilidade de compra no espaço, seja pelo preço mais barato em relação ao pó “puro”. Essa moralidade da pureza reflete distinções de classe, em que o consumidor de pó puro demonstra poder econômico e controle, enquanto o consumidor de virado é percebido como precário e vulnerável. Essa construção reforça, mais uma vez, a lógica de valorização social associada à capacidade de consumir produtos “puros”/limpos.

Figura 1 - Pureza, classe e cocaínas



Fonte: Elaboração da autora, 2025

O diagrama acima propôs sintetizar a posição intermediária ocupada pelo virado entre o crack, fortemente associado à pobreza, marginalidade e degradação, e a cocaína em pó, vinculada a contextos de maior prestígio social e poder econômico nos discursos. Essa posição liminar não é apenas uma questão de composição química, mas reflete principalmente as disputas simbólicas e morais que atravessam o consumo, como foi discutido.

No plano das representações ilustradas pelos interlocutores, o virado é frequentemente descrito como “impuro” e de “qualidade inferior” principalmente pelos consumidores de classe média. Essa percepção ultrapassa a dimensão técnica da pureza da substância, já que em vários discursos há “uma desconfiança de ser virado”, por aspectos como coloração, preço, lugar de compra e etc. E o fato de ser produzido a partir do crack, que já é um marcador de degradação, insere-o num território ambíguo, onde a proximidade material com a pedra contaminaria moralmente sua imagem. Ao mesmo tempo, o ato de “virar” opera como tentativa de distanciamento do estigma do crack, buscando reposicionar o consumo dentro de um patamar mais aceitável.

A moralidade da pureza se articula, portanto, como um marcador de classe, onde o consumidor de pó puro é visto como alguém que demonstra poder econômico, capacidade de escolha e controle sobre o uso, enquanto o consumidor de virado é percebido como precário e vulnerável, incapaz de acessar o produto “legítimo” ou “nobre”. Nessa lógica, a pureza não é apenas um atributo químico, mas um símbolo de distinção social e de pertencimento a um determinado universo moral.

Dito isto, a representação do virado como “impuro” não só reforça sua posição intermediária no gradiente entre crack e cocaína, como também materializa as fronteiras simbólicas que diferenciam não apenas substâncias, mas identidades e lugares sociais. Ao rotular o virado como inferior, constrói-se um dispositivo discursivo que reafirma hierarquias, legitima distinções e estabiliza a ideia de que o valor moral da substância reflete o valor social do próprio consumidor.

O que também nos parece relevante é que, a depender do contexto de uso, como em espaços de festa, há certa flexibilização dessa resistência, especialmente quando as circunstâncias econômicas ou a disponibilidade da substância impõem alternativas.

Quando a gente está com um dinheirinho aí se reúne, as amigas: vamos comprar pó hoje. Aí se acaba o pó durante a noite é virado. Não tem dinheiro pra comprar o pó, a gente vai cheirar virado. Aí eu digo, eu não vou, aí eu paro,

sabe? Nenhuma vez eu topei assim não. Mas as meninas vão se embora como se fosse então mesmo assim. Não tem essa diferenciação não. Faz a diferenciação pro começo, né? Como é que a gente vai começar o rock? Vamos começar com um pozinho, uma coisa boa. A gente está com a mas depois que já está louca é virado, é qualquer coisa. [...] Mas nenhuma dessas fumam a pedra. Elas tem uma resistência assim de: não isso aí eu não uso. Inclusive tem a resistência de falar que o virado é crack né? Quando eu falar vai vai cheirar virado num sei o que, eu falo que eu não vou. A galera Fica que frescura, pô?! entendeu? eu digo quero não que isso é crack. Quero crack não. E pra essa a galera isso não é crack não. eu digo é sim. É uma onda inclusive isso. Tem um amigo meu que ele é tipo daqui da rua que ele diz: isso é pó, pow!, Eu digo: é não meu irmão. Isso é crack que tu tá cheirando. Tipo a galera não quer assumir que está usando pedra. Tem essa resistência. "Eu não uso crack, eu uso virado." (CP08, 2022)

O relato evidencia uma lógica situacional na hierarquia das substâncias, em que a distinção moral entre pó e virado se mantém mais rígida no início do consumo, mas tende a se diluir à medida que o efeito da substância e o contexto festivo avançam. Nessa dinâmica, o “virado” surge como alternativa de contingência, um recurso possível quando a “boa” cocaína se esgota, mas que ainda se mantém distante, no discurso, da pedra fumada. Essa negociação moral é reforçada pela resistência em admitir que o virado é crack, criando uma fronteira discursiva que preserva, ainda que tenuemente, a distinção simbólica entre usuários, mesmo que, na prática, a substância derive diretamente da pedra.

Essa resistência verbal não apenas revela estratégias de manejo identitário (Goffman, 1981), como também indica um jogo de reclassificação moral do consumo, no qual o nome atribuído à substância atua como marcador de status e pertencimento. Nesse sentido, o relato de CP08 ilustra como a recusa ao termo “crack” e a afirmação de “eu uso virado” funcionam como um mecanismo para se afastar das identidades mais estigmatizadas, especialmente aquelas associadas à marginalidade. Aqui, o estigma não recai somente sobre o ato de fumar, mas também sobre a forma como a substância é nomeada e percebida, reforçando que, no campo moral das drogas, as fronteiras simbólicas podem ser tão ou mais determinantes que as fronteiras químicas.

Em síntese, as diferenças significativas na percepção dos consumidores em relação ao uso do crack, cocaína em pó e virado variam conforme a hierarquia socioeconômica, a capacidade de funcionamento, a motivação/finalidade do consumo e as consequências aparentes (dimensão física dos efeitos atribuídos aos consumos).

5.5. Aspectos econômicos e de mercado na hierarquia

A dimensão econômica como mediadora da moralidade do consumo também coloca a substância numa posição estratégica, à depender das circunstâncias. Ele surge como uma alternativa viável para quem não pode mais sustentar o custo da cocaína em pó, tendo em vista as diferenças de preço. A decisão de consumir virado, portanto, não é apenas farmacológica, mas parece ser pragmática e também simbólica. Neste caso, a entrevistada também marca que há um “perfil” dos usuários de cocaína mais aceitos socialmente, são eles: os médicos, advogados, policiais e as pessoas com poder aquisitivo. A partir deste trecho poderíamos também interpretar que o virado se inscreveria como um marcador de declínio de capital econômico e simbólico, mas que ainda possibilita certa distinção frente ao uso do crack. Ao tentar reter valor social pelo próprio ato de consumo, ocuparia uma posição intermediária entre a respeitabilidade e a marginalização. Esse tipo de cocaína opera numa zona de ambiguidade moral, configurando uma certa “fronteira porosa” entre o consumo cheirado e glamourizado do pó e o estigma máximo atribuído ao crack.

A galera é preconceituosa. Eu sinto dos caras, como eu não quero sentir o cheiro do virado, a gente não quer entrar em contato com essa substância mas ao mesmo tempo que a gente não quer usar. Mas eu sinto que no nosso convívio, se fosse a última opção, a gente usava, entendeu? [...] Não é o que queremos usar, mas assim: estamos realmente com vontade de sair hoje, não tem nada, só tem esse virado. Vamos? Acho que diríamos vamos. (CP8, 2022)

Este trecho aponta para uma certa ambivalência moral em torno do virado. Isso se dá em função de que apesar de ser uma substância rejeitada por parte dos usuários (especialmente aqueles que priorizam o uso da cocaína em pó), o virado é tolerado em situações de escassez. Ao revelar um uso condicionado à falta de alternativas mais socialmente valorizadas, o que nos remeteria à noção de uso contingente, ainda guarda uma preocupação com o julgamento coletivo tendo em vista que parte das permissões e escolhas são feitas a partir da opinião do grupo em que o consumo está acontecendo. A *galera* atuaria, portanto, como um espaço moral de validação ou rejeição do uso, operando como um campo simbólico de pertencimento (Bourdieu, 2007). Neste campo, a prática é classificada a depender das circunstâncias e da visibilidade pública, de maneira que o jogo das escolhas e a performance em torno do estigma, tornam o virado refém de

uma classificação não-fixa, mas socialmente negociada, já que tantos elementos contextuais necessitam ser incorporados e analisados para compreendermos como funcionam os mecanismos de legitimidade da ocasião de uso.

Por outro lado, para entender um pouco sobre o lugar do virado nas dinâmicas de uso, e seus sentidos atribuídos, consideramos destacar o fato de que os preços das substâncias são bastante diferentes além das estratégias de mercado. No Recife, o crack, segundo os entrevistados, é normalmente comprado por 10 reais (equivalente a 0,19 USD). Os preços podem variar conforme o tamanho, como descrito por um dos informantes sobre o valor da substância em um dos presídios da região metropolitana. No espaço prisional é possível comprar pequenas pedras de crack por até 2 reais (0,39 USD).

A grama da cocaína tem valor bastante superior quando comparado a unidade de pedra do crack. Os informantes afirmam que compram a “bag” ou o “pino” por valores entre 40,00 e 120,00. Estes valores, segundo os entrevistados varia a partir da formatação da compra: se individual ou coletiva, antecipada ou nos espaços de festa como shows, bares e casas noturnas. A compra antecipada e coletiva garante melhores preços com os fornecedores.

Além disso, o preço é mobilizado enquanto diferenciador de “qualidade” em relação à velocidade do efeito sob o corpo:

(...) O de 50 bate mais rápido. Os de 50 bate mais rápido. O de 100 eu sinto que ele vai vindo mais devagarzinho, assim. Esse de 50 você dá um cheiro, já está com os dentes dormente, já está cortando a gente assim. O de 100 não, é um processo mais gradual mesmo. (CP7, 2022)

No outro dia me dá um mal estar muito grande. O nariz dói. Principalmente quando é virado, por conta do bórico, que é uma substância altamente agressiva, você se sente muito mal, dá dor de barriga. Às vezes o nariz fica entupido, congestionado, você não consegue respirar. E a ressaca, né? Porque você cheirou, você conseguiu beber mais. Então é ruim, não é bom. E conforme.. Assim, como eu já estou com 26 anos, eu não tenho mais o pique de antes. Antes eu não ficava de ressaca, eu conseguia beber e voltar. No outro dia conseguia fazer minhas coisas, estudar, trabalhar. Hoje em dia, se eu beber, por exemplo, durante a semana, no outro dia eu já acordo, não consigo fazer mais nada, entendeu? Aí pra mim eu não vejo mais, não acho mais tão legal, sabe? (CP6, 2022)

No contexto dos mercados de cocaínas, assim como em outros mercados ilegais, não há mecanismos institucionais de testagem ou certificação, e a pureza torna-se uma construção social e relacional, mais dependente das redes de confiança do que de parâmetros técnicos/objetivos. Nos discursos analisados, a fidelidade ao “dealer” aparece como um dos principais mecanismos informais de controle de qualidade, operando como

uma forma de minimizar riscos e incertezas. O ato de comprar sempre com a mesma pessoa não apenas favorece o acesso a uma substância “já conhecida”, seja pela experiência prévia, seja pela recomendação de outros consumidores, mas também cria uma espécie de capital simbólico atribuído à figura do fornecedor confiável.

Essa dinâmica aproxima-se do que ocorre em outros mercados ilegais, nos quais a confiança interpessoal e a manutenção de relações duráveis substituem certificados, marcas ou garantias formais. O “bom” *dealer* não é apenas aquele que oferece um preço competitivo, mas aquele que assegura uma experiência previsível, seja no efeito desejado, na ausência de adulterantes indesejados ou na possibilidade de negociar quantidades e formas de pagamento. Assim, a qualidade deixa de ser exclusivamente um atributo físico-químico e passa a ser também um atributo relacional.

No caso do virado, a percepção de “impureza” e “qualidade inferior” complica ainda mais essa equação. Por ser associado ao crack e produzido a partir da pedra, seu valor simbólico já parte de uma posição moralmente depreciada. Nesse cenário, a confiança no *dealer* atua como estratégia compensatória: um virado adquirido de uma fonte conhecida pode ser narrado como mais “seguro” ou “limpo” que aquele obtido de fornecedores aleatórios. Essa mediação não anula o estigma, mas suaviza a percepção de risco e degradação, permitindo que o usuário preserve parte de sua identidade moral e se distancie da imagem do “usuário de crack”, mesmo que, na prática, consuma uma substância derivada dele.

As relações de fidelidade com o fornecedor também reforçam fronteiras simbólicas de classe. O consumidor de pó puro, frequentemente de classes médias ou altas, não apenas tem mais acesso financeiro ao produto de “alta qualidade”, mas também mantém redes de confiança exclusivas, onde circulam substâncias de maior prestígio. Já o consumidor de virado, associado a contextos de maior vulnerabilidade, depende de redes mais restritas e produtos de menor valor simbólico, o que reforça sua posição na hierarquia moral das drogas.

Assim, a noção de pureza, e sua negociação por meio da confiança na figura do *dealer*, evidencia que, no mercado ilegal de drogas, qualidade é tanto uma questão de química quanto de sociabilidade. E no fim, as relações pessoais operam como um sistema informal de certificação, onde a reputação substitui “o selo de garantia” e onde a escolha do fornecedor e do local das configurações da compra podem ser determinantes para

compreendermos tanto o valor simbólico da substância quanto o conteúdo material/ tipo de cocaína.

5.6. As diferenças na percepção das cocaínas

Neste capítulo, ao aprofundarmos as análises das representações e da hierarquia das cocaínas, buscamos desvelar que o fenômeno do consumo transcende em muito suas dimensões farmacológicas ou meramente individuais. Longe de ser uma questão neutra, a análise demonstrou que as diferentes formas de cocaína são, antes de tudo, significantes saturados de símbolos que moldam profundamente sua percepção social e orientam julgamentos coletivos e individuais. A moralidade que as perpassa não é estática, mas emerge como fruto de disputas históricas e intrincadas relações de poder, revelando que a hierarquia das substâncias é, na sua essência, uma hierarquia de valores, interesses e imaginários sociais.

A classificação simbólica das cocaínas, anteriormente mapeada (e articulada às tipologias de consumidores e estratégias de manejo identitário discutidas nos anteriores), serve de ponto de partida para compreender a dimensão macroestrutural das representações. Ficou evidente que atributos como "melhor" ou "pior", "pura" ou "impura", "barata" ou "cara" não são meras descrições objetivas; são, na verdade, marcadores culturais que orientam julgamentos e produzem distinções sociais profundas. A pesquisa demonstrou que, apesar de compartilharem o mesmo princípio ativo, o pó, o virado e o crack são associados a diferentes grupos sociais e carregam valorações morais distintivas, com o pó frequentemente glamourizado e o crack estigmatizado como degradação máxima, e o virado ocupando uma "zona cinzenta" de ambiguidade moral.

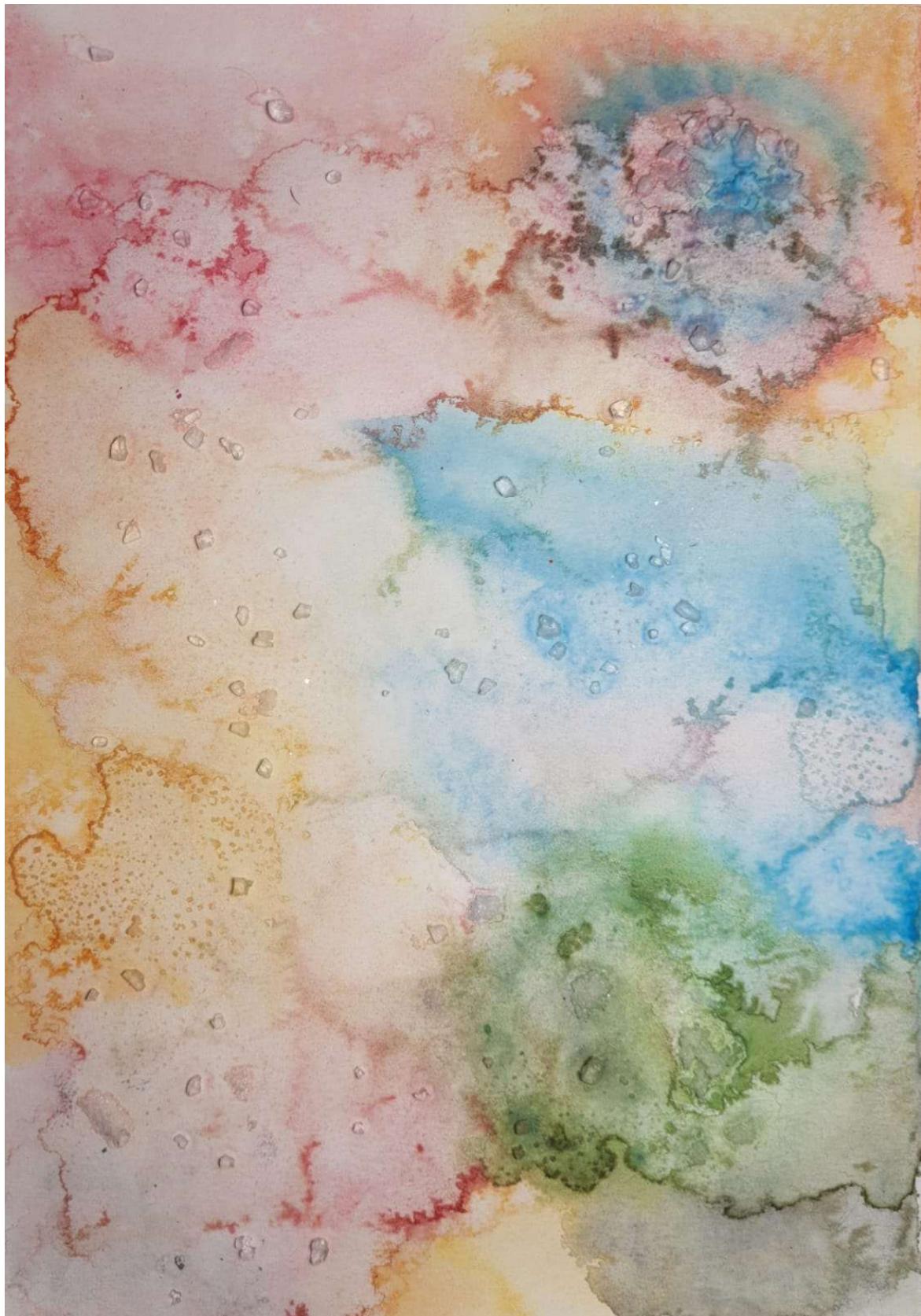
A análise aprofundou-se na construção social do "problema das drogas", contextualizando a criminalização da cocaína como um processo histórico e politicamente orquestrado, impulsionado por figuras-chave: os "empreendedores morais". Políticos, meios de comunicação e ativistas desempenharam um papel crucial na demonização de certas substâncias e grupos, selecionando "demônios populares" e os responsabilizando pelos males sociais, culminando em "pânicos morais" que desconsideraram os efeitos sociais e psicológicos do "set" e do "setting" de uso. Essa demonização seletiva resultou na formação de políticas que trataram o crack com punições mais severas em comparação

com a cocaína em pó, apesar de suas semelhanças químicas e farmacológicas. O "cracudo", por exemplo, tornou-se um "antimodelo de cidadania, estética e comportamento", um "corpo abjeto" que justifica discursos de tutela, higienização e expulsão.

As transformações simbólicas das substâncias foram exploradas através de analogias com as tendências da moda, onde a popularização de um produto cultural pode levar à depreciação de seu valor simbólico entre as elites. A trajetória do *freebase*, inicialmente prestigiado entre celebridades, contrasta bastante com o estigma do crack, evidenciando que a forma de consumo (*cheirar versus fumar*) e o contexto social influenciam drasticamente o “produto” do julgamento moral e da criminalização seletiva.

A ideia de "pureza" da substância, seja ela química ou moral, também se mostrou crucial, com a preferência pelo "limpo" servindo como uma forma de distinção social e de não "se sujar socialmente". A higienização das práticas, assim, esteve atrelada a valores de superioridade e de decência (Brás, 2008). O "virado", nesse sentido, representa uma estratégia discursiva de diferenciação moral, um "mal menor" que permite aos usuários gerir a autopercepção do estigma e manter alguma distância da "degradação máxima" e da sujeira associada ao crack. Essa, em partes, maleabilidade moral do "virado" é também mediada por dimensões econômicas, surgindo como alternativa para quem não pode sustentar o custo do pó, mas ainda buscando distinção frente ao crack.

Se, no capítulo anterior, investigamos como as diferentes formas de cocaína se organizam em uma hierarquia simbólica marcada por distinções morais, atributos de pureza e significados sociais historicamente construídos, o capítulo que se segue propõe um deslocar o foco para os sujeitos que habitam esse universo enquanto consumidores de cocaínas. Ao explorar as tipologias sociais dos consumidores e suas estratégias de manejo identitário, buscaremos compreender como essas classificações de substâncias se articulam com as classificações de pessoas, evidenciando que as fronteiras morais não se estabelecem apenas entre o pó, o virado e o crack, mas também entre diferentes modos de consumir, diferentes corpos e diferentes lugares de fala. Essa passagem do olhar sobre a substância para o olhar sobre o consumidor nos permitirá aprofundar como se produzem e se negociam posições de prestígio ou degradação no campo social do uso de cocaínas.



Aquarela 6 - Manejos
(Clara Félix, 2025)

CAPÍTULO 6: TIPOLOGIA E MANEJO IDENTITÁRIO DOS CONSUMIDORES

Este capítulo aprofunda a análise das tipologias de consumidores e dos mecanismos de manejo identitário identificados ao longo da pesquisa, tomando como ponto de partida as classificações sociais e simbólicas atribuídas às diferentes formas de consumo das cocaínas. A investigação busca compreender como os consumidores, inseridos em contextos atravessados por desigualdades e moralizações, operam significados e constroem suas identidades morais e percebem os outros diante dos estigmas e das expectativas sociais.

Ao observar as narrativas e práticas de uso, evidencia-se que as estratégias de legitimação ou de distanciamento em relação a determinados rótulos mobilizam não apenas critérios práticos, como frequência, contexto e forma de uso, mas também alinhamentos com valores e imperativos como o da autenticidade, do autocontrole e da respeitabilidade, tal como definidos socialmente. Em alguns casos, o consumo é ressignificado como forma de resistência ou afirmação identitária, deslocando parcialmente os sentidos negativos impostos. Estes movimentos, interpretados à luz de Bourdieu, Taylor e Goffman, configurariam tentativas do que compreendemos como um manejo dos estigmas, já que buscam reposicionar o indivíduo nas hierarquias simbólicas.

A partir dessa compreensão, o capítulo está organizado para discutir, inicialmente, o enquadramento do consumo de cocaínas como fenômeno que transcende dimensões isoladas, articulando aspectos biológicos, psicológicos e sociais, para então avançar na descrição e interpretação das tipologias e das estratégias identitárias associadas.

6.1. O Fenômeno Biopsicossocial das cocaínas

O fenômeno do consumo de cocaínas também revela nuances de um “imaginário social sobre os consumidores”. Do ponto de vista dos indivíduos, percebemos que os discursos criam e reforçam tipos sociais específicos, atrelados não apenas à substância em si, mas principalmente a marcadores de classe, moralidade e pertencimento social. Essas lógicas simbólicas se desdobram nas classificações distintivas sobre os consumidores, evidenciando como diferentes perfis de uso se ancoram em narrativas que legitimam ou condenam determinadas práticas associadas ao imaginário social das substâncias.

Se analisássemos somente o comportamento do consumo, atentariamos para elementos como motivação das escolhas, os gosto, e suas consequências sociais. Estas últimas podem ser concebidas a partir da leitura social destes sujeitos diante daquilo que o símbolo atrela. Já que haveria uma repetição nos padrões de escolha dos indivíduo, seja uma prática, um objeto consumido, ou uma propriedade capaz de representar um conjunto de outros elementos ocultos, porém validados por um mesmo grupo de referência moral.

À luz de Bourdieu (1983), os consumos realizados por determinados estratos sociais, são resultado de processos de construção do gosto da classe, evidenciando que tais escolhas não são naturais e centradas apenas na dimensão individual. A dimensão subjetiva do próprio gosto resultaria de um processo de aprendizado de diferentes modos de “aquisição da cultura”, onde o gosto estético (na análise feita pelo autor) evidenciariam os gostos próprios de classes sociais. Pertencer, portanto, a uma classe social guiaria as preferencias e discursos sobre a realidade, conforme discutido no capítulo teórico.

Ancorados na premissa de que as escolhas são constituintes de diferenciação, analisamos como a produção de identidades e a percepção dos outros estão atravessadas por estes mecanismos de diferenciação. Ou seja, é a partir do consumo de substâncias ilícitas (aqui concebidas como bens simbólicos e materiais) que os atores também se vinculam a objetos distintivos que marcam as dinâmicas de diferenciação

Este processo reforça nossa lente teórica, focada na construção social das categorias morais identitárias, de maneira que estas refletem e reforçam processos mais amplos de assimetria e desigualdade social. Tal perspectiva nos permite estabelecer

conexões diretas entre os aspectos microssociais (experiências dos consumidores) e os macrossociais (que compõem a estrutura social).

Aqui, a análise também se volta para as contribuições de Taylor, cujas noções de identidade, ética da autenticidade e luta por reconhecimento oferecem um arcabouço robusto para interpretar os complexos processos de valoração e julgamento que os próprios consumidores mobilizam. Busca-se desvelar como os sujeitos elaboram sentidos sobre si e sobre os outros através de categorias morais e rótulos socialmente legitimados, frequentemente atrelados a marcadores como classe, raça, território e estilo de vida. A partir da perspectiva dos indivíduos que consomem, investigaremos as "avaliações fortes" e as "distinções qualitativas" que estruturam suas narrativas, revelando o pano de fundo de sensibilidades e imperativos que dão sentido às suas escolhas e à sua compreensão do que é uma "vida boa".

Ao articular a dimensão valorativa e subjetiva de Taylor com as estruturas disposicionais de Bourdieu e as dinâmicas de estigmatização de Goffman, este capítulo visa oferecer uma compreensão mais matizada das hierarquias morais inerentes ao consumo de cocaínas. Em última instância, o que está em jogo não é apenas o uso de uma substância, mas a complexa teia de valores, relações e auto-percepções que definem o lugar simbólico que esse consumo ocupa na vida moral dos sujeitos e nos regimes sociais que os qualificam e desqualificam.

Este ponto que nos parece fundamental está na análise da tipificação objetiva dos consumidores. Estes tipos conceituais são o resultado das categorias conceituais emergentes dos dados empíricos e operam como gramáticas morais internalizadas e negociadas produzidas a partir das experiências de classe num contexto de desigualdades (Skeggs, 2005).

Estas gramáticas morais estariam traduzidas em diferenças de opinião e visões sobre as substâncias e seus usos, que segundo Hanson (2009), variam segundo critérios como experiências anteriores de socialização como o grau de exposição ao uso e a usuários, idade da exposição ao uso e eventuais mudanças de atitude no que se refere à aceitação ou rejeição do uso de drogas. Ou seja, as opiniões em relação ao fenômeno se diferenciam, em geral, a partir do lugar social que os indivíduos estão em relação ao fenômeno, junto a dimensão da trajetória individual.

O parâmetro classificatório destes outsiders se constrói a partir da noção de “desvio social” (Becker, 2008). Como afirma o autor, “as regras sociais não são naturais ou auto evidentes, mas o “produto da iniciativa de alguém” (Becker, 2008 ,p.153). E a forma como são classificados corresponde ao modelo de normalidade e adequação produzido num complexo conjunto de interações, nas quais alguns tipos sociais aplicam “classificações e enquadramentos segundo a promoção e imposição de certos valores sobre outros” (Rodrigues, 2017, p.49).

Para Becker, os consumidores frequentes e/ou simpatizantes do uso de drogas são muitas vezes considerados “*insiders*” em relação ao fenômeno, enquanto os não-usuários e/ou opositores seriam “*outsiders*”. Entretanto, nesta análise, as categorias foram concebidas inversamente, tendo em vista a tentativa analítica de favorecer o protagonismo de quem . Os insiders seriam os consumidores, e os outsiders, aqueles que não usam as substâncias, às quais buscamos associar as categorias relacionadas. Essas duas classificações resultam em conjuntos diferentes de valores e atitudes sobre o uso e os usuários de drogas, ainda que reflitam como processos sociais forma internalizados e são legitimadores das noções percebidas pelos próprios consumidores. Num plano mais geral, os próprios outsiders reproduzem certas noções das construções mais hegemônicas dos *insiders*.

Dentro dessa inversão de posições, analisaremos os processos de classificação do ponto de vista interno do grupo, ou seja, como produto elaborado subjetivamente a partir de dimensões estruturais e históricas em relação aos seus “semelhantes”²¹.

Considerando as diversas formas de classificação social existentes, interessa-nos particularmente a análise de comportamentos e atitudes considerados imorais. As múltiplas formas de atribuição simbólica a pessoas vistas como “imorais” ou termos de julgamento negativo constituem importantes motivadores de preconceitos que resultam em maior ou menor reprovação. Entre as práticas que frequentemente provocam esse tipo de atitude está o uso de psicoativos, mas, como observa Rodrigues (2017, p. 51), “não todo uso, tampouco o uso de qualquer droga psicoativa”.

²¹ A noção de semelhança aqui significa que duas ou mais coisas/situações possuem características em comum, mas não são necessariamente idênticas. Esta premissa faz referência ao princípio ordenador da análise, a cocaína, e o lugar social de que são consumidores de substâncias daí derivadas.

Nas sociedades ocidentais, por exemplo, consagra-se o uso de álcool e tabaco, embora certas leis restritivas tenham ampliado a ojeriza social ao fumante. Ao mesmo tempo, repudia-se o uso de opiáceos ilegais e de estimulantes proibidos (como a cocaína), enquanto se estimulou, em escala global, a produção e comercialização de anfetaminas e antidepressivos fabricados por multinacionais da indústria farmacêutica e pelos próprios Estados nacionais.

Esta forma como os consumidores estão alocados nestes parâmetros classificatórios também evidencia manejos sociais manobrados por certos grupos em relação à sua produção simbólica pública, conforme os processos descritos por Goffman (2008). Nesta análise, nos apoiaremos nas categorias analíticas para compreender como aspectos distintivos podem ser manejados em razão da produção de uma identidade social menos deteriorada.

Nas camadas médias, é possível identificar múltiplas estratégias de proteção e manutenção de “aparências”. A exemplo disto temos o emblemático estudo de Gilberto Velho (1998)²² sobre os consumos de drogas pela classe média carioca. Velho evidenciou como o consumo de substâncias havia entrado em um jogo mais amplo do que a obtenção dos efeitos desejados e passou a demarcar hierarquias em situações específicas, dentro de certo estilo de vida (Alves e Pereira, 2019).

Os padrões do uso de drogas, segundo Bertolote (1997), dizem respeito aos graus de interação que os usuários mantêm com as substâncias autoadministradas, e são utilizados para identificar tipos diferentes de usuários e tipos diferentes de consumo, classificados a partir do contexto interacional entre o consumidor e a substância, bem como considerando o propósito a que se volta o ato do uso²³.

Essa perspectiva permite avançar para um ponto central desta análise: compreender como, para além das classificações gerais já discutidas, outros elementos emergem nos discursos dos consumidores, revelando dimensões mais amplas da vida cotidiana que atravessam o uso de substâncias.

²² A análise de Velho (1998) esteve centrada principalmente nos consumos de maconha e cocaína nas camadas médias.

²³ Substâncias psicotrópicas de acordo com a OMS (1981) são aquelas que agem no Sistema Nervoso Central produzindo alterações de comportamento, humor e cognição, possuindo grande propriedade reforçadora sendo, portanto, passíveis de autoadministração.

Entretanto, outros aspectos se destacam nos discursos classificatórios, sobretudo no que diz respeito a como cocaína, crack e virado são associados a atributos como classe, raça, ocupação e gênero. Essas associações não apenas reforçam a existência de “tipos sociais” de consumidores, mas também mostram como cada substância opera como marcador de pertencimento e, simultaneamente, de exclusão em determinados contextos sociais

Aos marcadores já abordados, soma-se a própria substância consumida como fator de diferenciação. Essa relação, contudo, não é unívoca. Em diferentes contextos, a substância atua como um elo de vinculação a certos grupos sociais, mas tal pertencimento exige a articulação de outros capitais para que seja legitimado nesta diferenciação. .

Este capítulo apresenta, assim, o primeiro conjunto de análises qualitativas a partir dos dados coletados nas entrevistas com consumidores das várias formas de cocaína. O objetivo é descrever os tipos de consumidores que emergem nos discursos de entrevistados e compreender como determinados comportamentos e marcadores sociais operam no manejo identitário diante das normas morais e classificações sociais associadas ao uso. Também buscou-se analisar o sentido atribuído ao consumo e as estratégias utilizadas para lidar com o estigma que o acompanha.

Ao observarmos as diferentes formas de relação com as substâncias, considerando sensações corporais, estratégias de silêncio e tentativas de legitimação identitária estruturadas por normas morais, torna-se visível a construção social de tipos de consumidores de cocaína, crack e virado, bem como o manejo identitário associado a cada um deles. Nesse processo, nota-se uma relação intrínseca entre hierarquias de classe, moralidade e pertencimento social, atravessada por experiências singulares que decorrem das múltiplas formas de consumo da cocaína.

A partir do diálogo entre narrativas empíricas e os referenciais teóricos previamente mobilizados, partiremos de três dimensões analíticas para pensar uma tipologia dos consumidores: centradas nos tipos sociais, nas performances narrativas (a exemplo do silêncio, e da dissimulação), e nas regras morais presentes no universo das práticas. Ao invés de partirmos de categorias pré-estabelecidas, constrói-se aqui uma tipologia sociológica ancorada nas classificações nativas, explícitas ou implícitas, expressas pelos próprios consumidores ao narrar suas experiências, seus corpos, seus limites e seus contextos.

A noção de “tipo social”, aqui, não corresponde a uma tipificação normativa, mas a um esforço analítico de reconstruir padrões recorrentes de posicionamento identitário. Esses tipos operam como gramáticas morais internalizadas e negociadas em práticas concretas. Mais do que descrever perfis, o capítulo analisa como esses enquadramentos são ativados estrategicamente pelos consumidores para legitimar seu uso, reposicionar sua imagem ou, em alguns casos, ocultar marcas consideradas deteriorantes.

6.2. Funcionalidade como Critério Moral Central

A funcionalidade aparece, nas narrativas analisadas, como um critério central na definição moral do consumo. Os consumidores compararam sensações corporais produzidas por diferentes tipos de substância e evidenciam que percebem benefícios, e por isso a substância é uma escolha. O uso a partir da finalidade “funcional” das substâncias demonstra que não estão desconectados do contexto, como “usar crack pra ficar doidão no rolê, pra curtir, é massa” (CC7). Portanto, ficar desinibido e mais sociável são objetivos pautados na situação, ainda que não sejam interpretados da mesma forma, como

Ir pra festa, ainda é uma coisa que vai muito pra conversar, combina mais pra conversar do que pra dançar. Eu não sinto vontade de dançar. Eu gosto de dançar. Então, quando eu vou pra uma festa e eu quero dançar, eu não vou usar cocaína. É, não dá vontade, saca. Sei lá, vou pra uma festa de carnaval, num festival, não vou ficar usando, né? Que não vai me dar vontade de dançar, de ver o show, de curtir. Porque você acaba conversando, palestrinha e tal, essas coisas. Então, não tem sentido.(...) Não é leve, mas assim, você fica agitado, mas também não é "ah", explosão, né? Você vai mantendo. (CP3, 2022)

Em geral, as substâncias são descritas como estimulantes para interação e performance social, em situações de festa, enquanto que em contextos privados, como o ambiente de trabalho, os relatos destacam o uso para aumentar a concentração ou para suportar jornadas exaustivas. Essa interação entre corpo, substância e ambiente revela como as sensações físicas também são moduladas pelo contexto, influenciando as percepções sobre moralidade e funcionalidade do consumo. Há, portanto, uma adaptação ao contexto de uso a partir dos efeitos físicos, mas com controle das aparências.

Ao analisar a funcionalidade como critério moral, observa-se que os interlocutores constroem fronteiras simbólicas claras entre o uso considerado legítimo e o uso

problemático. Essas fronteiras estão diretamente relacionadas à capacidade de manter a autonomia, cumprir responsabilidades e preservar vínculos sociais.

A constância e a finalidade do consumo aparecem como critérios-chave para definir o que é problemático. Quando o uso deixa de ser pontual e recreativo, ou é usado como “fuga” de problemas pessoais e sociais, ele é considerado nocivo, prejudicial. A partir desta fronteira, é fica evidente o papel das escolhas individuais e da autorregulação no julgamento moral do consumo dentro deste conjunto de atribuições de valor.

A constância e o que se faz quando tá doidão, veí. Esse ex companheiro, dessa minha amiga, ele começou, estava devendo a todo mundo aqui do ***. Saiu daqui arribado. Foi para uma clínica porque estava doidão. Precisava sair daqui porque o povo estava querendo já matar ele. A constância é o que você faz a partir daquilo, né, o controle mesmo que você tem daquele uso. Essa minha amiga mesmo, J, ela usa, por exemplo, ela cheira virado pra trabalhar e ela tá fazendo tipo o jurídico da campanha de uma deputada federal. Assim, ela é... virada com a porrada assim.." (CP11, 2022)

"(Essa funcionalidade) é Trabalhar, viver a vida, dar conta das suas obrigações, pagar suas contas, suas responsabilidades. Se meu uso pode atrapalhar meu trabalho, aí é um problema. Seria o limite, né? Da funcionalidade." (CP3, 2022)

Como visto, algumas substâncias, como o crack, são frequentemente associadas a um maior grau de dependência e marginalização, enquanto outras, como a cocaína em pó, são vistas como mais aceitáveis dependendo do contexto e finalidade de uso. Essa distinção está menos ligada às propriedades químicas da substância e mais relacionada à sua história social e às representações que consolidam categorias de usuários. A rejeição social a quem usa tensiona a oposição entre um “tipo ideal de consumidor” e o “consumidor rejeitável”. A diferença, nesse caso, recai sobre a consciência e o controle do ato. “Usar para ficar doidão no rolê” (CP7) não é, por si só, um problema; o problema está na ideia de uso inconsciente, fora do campo das escolhas estratégicas do jogo social.

Na festa, por vezes, há uma mudança de expectativas, existindo nesse contexto um novo conjunto de regras a serem seguidas, tangenciadas por quem poderia ou não ser livre nestes espaços. Essa diferenciação reflete não apenas os efeitos fisiológicos, mas também construções culturais e morais que hierarquizam as drogas e seus consumidores.

É que você não faz mais nada da vida, veí. Você fica só naquela. Assim, acho que se a pessoa quiser usar um crack, como usar um pó, usar um LSD , como usar uma bala, como usar crack pra ficar doidão no rolê, pra curtir é massa. Mas eu acho que o consumo constante... E aí eu não sei até que ponto é a questão da substância que vicia mais, ou é a questão da pessoa que está em situações que fazem ela se viciar mais, né? As questões sociais, as questões

familiares e tal, eu não sei. E tem a substância que vicia mais mesmo, né? Vício mesmo, como um café, sei lá, enfim. Acho que tem substâncias que fisicamente, organicamente, nos viciam mais, e aí se a gente tiver numa situação que tiver buscando mais saída, pra o que se vive, uma fuga da realidade, sei lá como falar, esse uso fica maior ainda, né? Mas, por exemplo, se você vê uma pessoa que tem grana, que usa muito pó, isso não é uma questão problemática. Porque você vê os políticos, por exemplo, os caras, tudo cheira, né? Mas eles tem dinheiro. Eles usam nos apartamentos dele. Eles estão em outra relação assim da sociedade mesmo, né? Como a sociedade olha aquilo. Mas eu acho que vicia tanto quanto o crack, o pó. É, a condição social que a pessoa está, que a pessoa vivencia e tal. Os castelos, os problemas, né? O ócio... (CP7, 2022)

Ainda neste ponto, segundo o trecho, nos parece ser um ponto positivo aquele consumidor que não esquece do que fez no dia anterior. O interlocutor afirma que o uso do pó garante a memória e isso nos parece relevante do ponto de vista de manter-se funcional, responsável pelo que aconteceu enquanto estava usando a substância.

O que eu mais gosto do pó é porque, tipo, quando eu bebo e uso outras coisas, eu não consigo lembrar de nada no outro dia. Eu tenho muito esse problema. Se eu uso um... LSD, começo a beber e fumar maconha, não lembro de nada. Se eu estou bebendo e usando pó no outro dia eu lembro de tudo. (CP7, 2022)

Noutra perspectiva, o consumo que visa desconexão da realidade e das obrigações parece ser um problema. A "fuga" aparece reiteradamente nos discursos como um comportamento moralmente reprovável, contrapondo-se às ideias de controle e autonomia, ao destacar a valorização do "uso consciente" e funcional.

Minha opinião é, quando você usa como forma de esquecer algum problema, “estou com problema em casa, vou usar, estou triste, vou usar, estou com problema no trabalho, vou usar”... Na minha opinião, quando você usa só com a finalidade de diversão e consegue ter sua vida normal, trabalhar.. Não é prejudicial a curto prazo, a longo prazo, sim, por conta da saúde, mas ali no momento você consegue ter sua vida normal e consumir a droga. É igual, eu até brinco, é igual a açúcar. Ela tá ali consumindo açúcar todo dia e, poxa, açúcar faz um mal do caramba, mas você não está nem aí porque a curto prazo ali não está fazendo mal. A cocaína, é bem dizer assim, se você conseguir realmente usar só em momentos que você tiver bem, eu acho que não vai lhe prejudicar não. Mas a partir do momento que você começa a consumir com a finalidade tipo “eu estou mal e preciso esquecer que estou mal” Aí você pode caminhar para um caminho complicado assim. (CP6, 2022)

Essa questão mesmo do meu colega, do meu colega de escola. Ele tinha muito problema em casa, né? Aí ele usava nas festas como diversão. Aí depois começou... Tu tem que parar de usar, porque tu estás começando a usar para fugir dos teus problemas. E pronto, de repente a pessoa começa a consumir sempre, sempre, sempre e aí se torna viciado. O que eu sempre falo assim, para você se tornar alcoólatra, viciado, são as escolhas que você faz, o momento que você vai consumir aquela aquela droga. Se você consumir no momento

que você está mal, aí você não tem muito controle psicológico e pode levar para um caminho mais complicado mesmo, como falei.

Como visto no trecho, a tentativa de escapar da realidade, seja ela adversa ou não, é atribuída como um problema em si. De maneira que a própria justificativa de fuga já simboliza um comportamento reprovável. Isso parece ocorrer em função desta ideia de fuga ser uma contraposição às ideias de controle, autonomia e comprometimento coletivo que figuram como imperativos de um indivíduo responsável. Ou seja, estes imperativos sobre si e sobre a relação com os outros seriam os eixos de avaliação onde o consumo deve ser controlado e funcional para que não se torne um problema, e até uma ameaça coletiva.

Eu ainda acho que a parte do motivo de usar drogas é para buscar essa fuga, mas eu acho que é uma fuga consciente dessa vez, do que quando eu era mais nova e eu usava pó para fugir das coisas e eu não sabia que estava fazendo isso e hoje eu tenho plena consciência. (CP9, 2022)

Ainda neste ponto, segundo o trecho, nos parece ser um ponto positivo aquele consumidor que não esquece do que fez no dia anterior. O interlocutor afirma que o uso do pó garante a memória e isso nos parece relevante do ponto de vista de manter-se funcional, responsável pelo que aconteceu enquanto estava usando a substância.

Os discursos sobre fuga inconsciente destacam que esta também seria uma dimensão de fragilidade moral do consumidor, já que o torna “egoísta” em relação às dinâmicas e relações contextuais. Onde a auto regulação seria um marcador de moralidade individual, reforçando a ideia de que o problema não é apenas a substância, mas o comportamento do usuário em relação a ela. Em vários discursos como os de CP6 e CP3 há uma construção da ideia de um "uso consciente", estruturada no pilar em que o sujeito consumidor continua funcional. A capacidade de controlar o uso em termos de quantidade, frequência e impacto nas responsabilidades diárias esperadas seria fundamental para diferenciar a prática de consumo funcional e problemático.

Outras narrativas destacaram como o consumo problemático afetou dinâmicas familiares, como no caso de negligência das necessidades básicas ou de ter recorrido a práticas ilícitas para sustentar o uso. Narrativas como as de CC7 revelam como o consumo de drogas pode ser visto como um atentado não apenas contra o sujeito, mas contra a função social que ele deveria ocupar no interior da família, especialmente como no caso

de um homem que deixa de prover alimento ou proteção aos filhos. Neste sentido, as dinâmicas familiares demandariam outro conjunto de expectativas, levando em consideração o espaço relacional ocupado por agentes posicionados, capitais específicos em jogo - como o respeito, e até certa sacralização desta entidade, além da busca por reconhecimento nas funções sociais ocupadas. A família aparece, portanto, como instância normativa, e os trechos ilustram como o consumo é julgado não apenas pelos seus impactos individuais, mas também pelas consequências nas relações sociais e afetivas, sejam elas familiares, de trabalho, de vizinhança.

A funcionalidade, erigida como o principal critério de julgamento entre os interlocutores, revela bem o que Taylor denomina de “afirmação da vida ordinária”. Tal ilustração pode ser aplicada à lógica de que o consumo ‘correto’ é aquele que não interrompe a produtividade, o trabalho ou o cuidado familiar. Assim, a identidade moral do usuário é validada não pela substância que ele ingere, mas também pela sua capacidade de permanecer dentro do “horizonte de sentidos da modernidade”: ser um sujeito autônomo, previsível e útil ao sistema social.

6.3. Tipos Sociais de Consumidores de Cocaínas

A substância importa, mas a análise de quem a consome, onde e com quem, evidencia mecanismos pelos quais as substâncias adquirem sentidos sociais diversos. O consumo aparece, assim, como um campo simbólico atravessado por desigualdades e disputas por reconhecimento, em que classificações e juízos morais se articulam à posição social dos indivíduos e aos contextos de uso.

Antes de pensarmos os tipos sociais em si, faz-se necessário um debate sobre o caráter de funcionalidade (ou ausência dela) em perfis de consumidores distintos, considerando suas relações cotidianas com as substâncias que utilizam. Nos relatos das entrevistas, o consumo problemático é fortemente associado à perda de funcionalidade e ao afastamento das obrigações sociais. Os interlocutores indicam que o problema se instaura quando o uso deixa de ser percebido como recreativo e passa a interferir nas responsabilidades individuais, entendidas como compromissos que devem ser mantidos independentemente do uso.

Essas responsabilidades estão intrinsecamente vinculadas às expectativas sociais dos papéis desempenhados no contexto capitalista²⁴, abrangendo atividades cotidianas como trabalhar, estudar, sustentar a família e garantir a própria autonomia, ou seja, “dar conta de si mesmo”. Tal capacidade, de manter estabilidade material, emocional e relacional, surge como parâmetro de avaliação moral do consumo. Nesse sentido, a funcionalidade associada a tarefas ordinárias torna-se um critério moral central: práticas que a comprometam, como o uso abusivo ou descontrolado de substâncias, tendem a ser interpretadas não apenas como desvios de conduta, mas como falhas morais no cumprimento de papéis socialmente esperados.

Essa distinção entre consumo funcional e problemático opera, portanto, como um marcador moral que não depende apenas do tipo ou da quantidade da substância, mas da capacidade do indivíduo de manter intacta uma imagem de competência e responsabilidade socialmente valorizada. Tal compreensão remete a um processo de vigilância moral recíproca entre pares e à interiorização de padrões normativos que orientam tanto a autopercepção quanto à forma como os consumidores avaliam uns aos outros.

Neste sentido, a relação entre moralidade, funcionalidade e consumo evidencia a centralidade dos papéis sociais na definição do espectro onde os consumos são categorizados. Segundo um dos consumidores, o uso problemático é quando:

“Uma pessoa tá viciada, né? Uma pessoa que deixa de exercer as coisas que você tem que exercer enquanto uma pessoa que está dentro do sistema capitalista, né? Você sabe que você pode viver de qualquer jeito dentro desse sistema. Só naquele rolê do hedonismo. “Ah, vou sentir só prazer, prazer, prazer.. Vou usar só droga, droga, droga”.. Então, acho que quando vinha essa imagem do drogado na minha cabeça era isso.. Uma pessoa que deixa de exercer sua responsabilidade e as suas.. não digo nem sua responsabilidade.. mas as suas outras funções de existência mesmo.. tipo, deixa de ser filho, deixa de ser pai, deixa de ser profissional, deixa de ser estudante, deixa de ser amigo e foca só ali na questão da droga, entendeu?”

²⁴ O "contexto capitalista" aqui referido diz respeito a uma certa ordem social estruturada por imperativos de produtividade, autonomia e responsabilização individual (Harvey, 2011). Nesse contexto, há um *ethos* capitalista (Weber, 2004), mas aqui ancorado em disposições morais incorporadas (Bourdieu, 1998) que naturalizam a valorização do trabalho disciplinado, da frugalidade e da autorresponsabilidade como virtudes sociais. Esse “espírito” persiste como uma força orientadora invisível das condutas reconhecidas ou rejeitadas socialmente, influenciando a forma como se avalia o valor dos sujeitos. E neste modelo, o valor social dos sujeitos é frequentemente medido por sua capacidade de se manterem funcionais, ou seja, produtivos economicamente, autônomos em suas decisões e capazes de gerir sua própria vida sem depender de auxílios externos. Comportamentos são, assim, classificados como adequados ou inadequados a partir do grau em que se alinharam a essas expectativas.

Os sentidos sociais atribuídos às diferentes formas de consumo de cocaína se organizam em relação a quem as consome, onde, como e com que visibilidade, como já foi parcialmente discutido. Aqui, é válido ressaltar como a experiência de classe²⁵, o status percebido aparecem como elementos cruciais para a definição do que é ou não considerado um “uso problemático”. Essa percepção se baseia principalmente nas dinâmicas simbólicas e morais que atravessam a vida social dos sujeitos.

O consumo parece desempenhar um papel importante, e até central, na composição da identidade de si e da maneira como os outros são reconhecidos e classificados. Isso ocorre principalmente quando considerada a junção entre os diferentes usos e manejos das substâncias e as posições sociais associadas. Isso fica evidente no trecho de CP5 ao afirmar

Não conheço ninguém bem sucedido que fume crack. Agora que bem sucedido aqui usa cocaína, eu conheço de monte vei. É mais ou menos por aí.

B- Então tu olha para essas pessoas e tu almeja?

Com certeza, né, porque aí pra você poder consumir de boa tem que ter uma condição financeira boa, se não você vai ter que roubar e comprar droga e consumir seu vício. Mais ou menos por aí, né. (...) (Se eu não tiver) ai eu não cheiro, vei. Eu não vou faço coisas erradas, tenho boa índole. (Cp5, 2022)

Nesse sentido, os consumos parecem ocupar um lugar de distinção social: quem consome, o que consome e como consome influenciam diretamente a forma como as pessoas são vistas socialmente. Ainda que uma pessoa de classe média possa comprar/ter acesso ao crack, ela costuma rejeitá-lo em certa medida, preferindo, quando há interesse, por outras formas que não carreguem consigo o peso social daquela forma de consumo. Junto a quem tem dinheiro, que costuma não comprar o mais barato em maior quantidade. Há uma clara preferência, entre os consumidores que possuem poder aquisitivo, por substâncias que comunicam status e distinção, rejeitando aquelas que são percebidas como de “baixo prestígio” ou associadas a grupos marginalizados.

²⁵ Reiteramos que a leitura sobre classe deve ser imbricada com outros marcadores sociais, sobretudo o racial. A literatura já evidenciou como o estigma do consumo de crack no Brasil afeta desproporcionalmente jovens negros e periféricos, mesmo quando as práticas de consumo não diferem em relação a outros grupos raciais ou territoriais (Rui, 2012; Teixeira & Silva, 2019). Assim, embora o foco analítico deste tópico seja a classe, reconhecemos que raça e classe operam de modo entrelaçado na produção das distinções morais aqui analisadas. Por essa razão, ainda que as discussões aqui desenvolvidas não tomem esses marcadores sociais como referências detalhadas de análise, sabemos que ao falar de classe também falaremos de raça.

O tipo de substância consumida não é apenas uma escolha individual, mas também um marcador identitário, ou seja, reforçando a posição específica do indivíduo dentro da hierarquia social dos consumidores. A substância é, portanto, uma marca. E estar associado a uma substância significa ocupar uma posição simbólica específica dentro da hierarquia social dos consumidores, refletindo tanto aspectos do imaginário social quanto os próprios processos de autoconstrução identitária dos consumidores.

Eu nunca vi um cara de alto escalão, por exemplo, fumando crack. Você vê quem fuma crack é noiado na rua, todo fudido já, sem dente... Já é uma droga que realmente estraga a pessoa, né? Agora a cocaína, sei lá. Aécio neves cheira, os políticos cheira, todo mundo cheira. Tá ligado? (CP5, 2022)

Nas entrevistas, é recorrente a ideia de que usuários em situações de maior vulnerabilidade socioeconômica sejam mais identificados como viciados ou desviantes, enquanto indivíduos de classes mais altas, ainda que consumam substâncias igualmente potentes, conseguem se manter à margem dos estigmas do consumo. Esta marginalização positiva se dá, muitas vezes, por meio da próprio privilégio da invisibilidade. Além disso, a associação com estilos de vida valorizados garantem legitimação simbólica do consumo, resultando em distinções morais

No imaginário social sobre o consumo, os discursos dos próprios consumidores revelaram construções específicas de tipos sociais atrelados às substâncias e marcados por hierarquias de classe e pertencimento a determinados espaços sociais. A partir dos relatos coletados, evidencia-se que os consumos de cocaínas não são apenas uma prática individual, mas um fenômeno social profundamente estruturado, onde as percepções externas e internas desempenham papel fundamental na produção de estigmas e distinções sociais. A análise evidenciou como o processo de classificação moral do consumo reflete, e ao mesmo tempo reforça, desigualdades sociais mais amplas.

Nos discursos sobre consumidores das substâncias há recorrente articulação entre a prática do consumo e a associação com marcadores sociais. A lente categórica utilizada para este conjunto de discursos é a de tipos sociais atrelados às substâncias. Neste percurso evidenciaremos elementos daquilo que chamamos de construção social das categorias morais identitárias relacionadas ao consumo das cocaínas.

À depender das substâncias, os entrevistados descrevem diferentes perfis de consumidores, e mencionam atributos principais como classe, raça, ocupação e gênero. Estas associações correspondem ao imaginário sobre o consumo onde os discursos dos

próprios consumidores ajudam a delinear tipos sociais característicos associados ao crack, a cocaína e ao virado. Nesse processo, as substâncias não apenas sinalizam práticas específicas, mas também servem como marcadores de pertencimento a certas camadas sociais.

A construção destas categorias parte de representações morais, de classe e de comportamento resultando em uma hierarquia clara entre os consumidores. De maneira que os consumidores de pó variam em posição, mas nos discursos há uma importante fixação hierárquica dos consumidores de crack e de virado. Esses últimos estão geralmente posicionados em lugares de maior estigma e marginalização, o que reflete a interação entre o consumo de drogas e os valores sociais que atravessam essas práticas na perspectiva dos próprios consumidores.

Os resultados da pesquisa apontam que é possível estabelecer tipos sociais de consumidores a partir de suas associações a substâncias específicas, são eles:

Figura 2 - Tipos de consumidores de cocaínas



Fonte: Elaboração da autora, 2025.

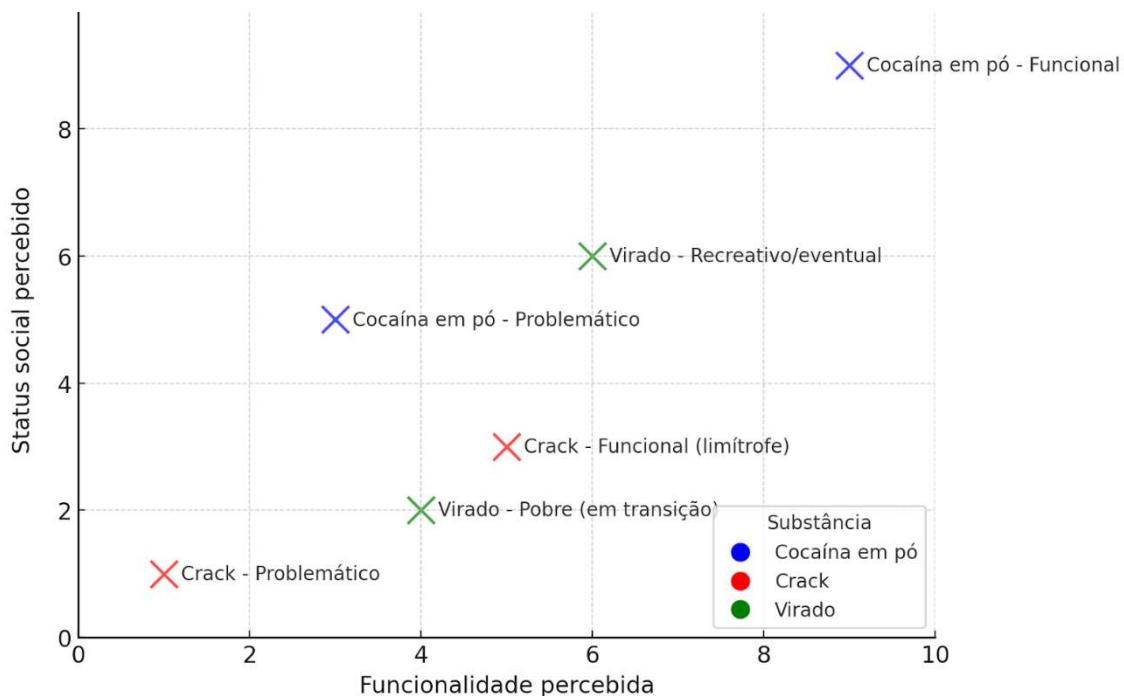
A identificação desses tipos sociais de consumidores não se limita a uma classificação descritiva, mas se ancora na compreensão de que cada categoria emerge de processos sociais, simbólicos e morais que moldam tanto a experiência de uso quanto sua leitura pública. Ao articular as distinções entre funcional e problemático, o esquema evidencia como a mesma substância pode ser investida de sentidos antagônicos, a depender do contexto social, dos capitais detidos pelo indivíduo e da posição que ocupa nas hierarquias simbólicas.

- **O consumidor de cocaína funcional** (o trabalhador que controla o vício): que consegue controlar o vício e mantém uma vida social e profissional ativa. Esse tipo é visto como parte da classe média ou alta, geralmente preservando seu status.
- **O consumidor de cocaína problemático** (o viciado estigmatizado e criminoso): é comumente criminalizado, cuja perda de controle sobre o consumo é associada a um comportamento desviante e marginal. Este tipo costuma ser visto como uma figura trágica, resultado de fracassos sociais e pessoais de alguém que decaiu ou perdeu o controle.
- **O usuário de crack funcional** (que ainda não perdeu tudo): é visto como aquele que ainda possui vínculos sociais, lugar para morar e não está sem recursos financeiros. Mas que aparenta estar consumindo algo muito problemático e que em questão de tempo, chegará no limite do que é aceitável.
- **O usuário de crack problemático** (o pobre, marginalizado e improdutivo): é frequentemente associado à rua e à exclusão social. A figura simboliza o extremo da degradação moral e econômica no imaginário coletivo.
- **O consumidor de virado recreativo/eventual/contextual** (aquele que usa “sem saber”, ou que se dispõe no fim da festa): refere-se aqueles que desconfiam de ter usado uma substância de má qualidade, onde o consumo eventual foi motivado pelo contexto das relações sociais.
- **O consumidor de virado pobre** (aquele que transita entre a experimentação e a decadência): é um tipo ambíguo. Muitas vezes, ele é percebido como alguém que está em uma trajetória de risco, podendo tanto retornar a um consumo funcional quanto cair na marginalização.

Neste sentido, as categorias mapeadas não dizem respeito apenas a classificações descritivas, mas a como os consumidores são vistos a partir de um conjunto de fatores

que definiriam sua posição. A representação abaixo nos permite visualizar certa sobreposição de critérios sociais e comportamentais que parecem estruturar as hierarquias internas do universo do consumo, tornando explícito que o julgamento moral não se baseia apenas na substância utilizada, mas na forma como ela é manejada e no lugar social que o consumidor ocupa.

Figura 3 - Diagrama de funcionalidade x status social dos consumidores de cocaínas



Fonte: Elaboração da autora, 2025

O diagrama acima corresponde ao esforço de sintetizar, em formato bidimensional, a relação entre a funcionalidade percebida e o status social atribuído aos diferentes tipos sociais de consumidores de cocaínas identificados na pesquisa. No quadrante superior direito, destacam-se os consumidores de cocaína em pó funcional. Com alto grau de funcionalidade e maior status social, este tipo social é frequentemente descrito como trabalhador, profissional qualificado ou membro de camadas médias e altas, capaz de manter a rotina e controlar a visibilidade do consumo. Esta posição elevada no eixo do status social revela que o capital econômico, cultural e simbólico (Bourdieu, 2007) operariam como amortecedor dos estigmas (Goffman, 1987), mesmo diante do uso de uma substância ilícita.

Em uma posição oposta, no quadrante inferior esquerdo, localizamos o usuário de crack problemático, que é aquele que concentraria o menor índice de funcionalidade e um status social mais baixo. Esta posição pode ser associada à figura do “corpo abjeto”(Rui, 2012), ou seja, daquele típico “marginal improdutivo”, este é o mais estigmatizado e o mais visado por políticas de repressão e controle dentro do modelo de guerra às drogas.

Aqui, tanto a substância, quanto a forma de uso e a visibilidade do consumo se somam à dimensão da vulnerabilidade econômica para construir um enquadramento moral extremamente negativo.

Entre esses dois extremos, ocupando áreas intermediárias, estão os tipos mapeados com combinações híbridas de atributos sociais. O usuário de crack funcional (limítrofe) mantém alguns vínculos sociais e certa estabilidade, mas permanece fortemente marcado pelo estigma da substância, caso seja visto/descoberto, o que o coloca em risco constante de queda para posições mais baixas na escala de funcionalidade e status. A iminência de deterioração não garante estabilidade social, já que seus recursos costumavam ser escassos. De modo semelhante, percebemos o consumidor de virado pobre, não tão frequente, mas existente nos discursos. Este se posicionaria na zona inferior do status social e em níveis moderados de funcionalidade, representando uma situação ambígua, que oscila entre a distinção frente ao crack e a vulnerabilidade econômica.

Já o consumidor de virado recreativo/eventual ocupa uma posição intermediária, tanto em funcionalidade quanto em status social, refletindo que seu consumo é um uso contextual e de baixa frequência, geralmente atrelado a ocasiões festivas ou à indisponibilidade de cocaína em pó de qualidade. Embora o virado carregue associações com o crack em alguns discursos, a sua utilização em contextos de sociabilidade e entre indivíduos com maior capital social tende a mitigar parte do estigma. O tipo social vinculado ao consumo de virado é representado, portanto, como alguém que transita entre espaços de experimentação e vulnerabilidade. Os tipos sociais atrelados ao virado parecem refletir uma combinação de resistência e adaptação às condições de vida tanto nos centros quanto nas periferias urbanas, mas também, vez ou outra, está atrelado à ideais de vulnerabilidade econômica e social .

Os discursos também revelam a noção de consumidor de cocaína em pó problemático, que nem mesmo atrelado a uma substância socialmente mais aceita estaria isento de um rebaixamento simbólico/deterioração quando o uso chega a comprometer suas responsabilidades sociais. Sua posição no diagrama, mais próxima ao centro, reforça que a funcionalidade perdida ou prejudicada é um critério central de julgamento moral, independentemente do status social inicial do indivíduo. Ser produtivo é o que parece mais importar na maneira como estes tipos são valorados.

A disposição destes tipos no diagrama mostra, portanto, que as hierarquias de consumo operam num espaço relacional, onde a substância utilizada, a funcionalidade percebida e o status social interagem para definir a legitimidade ou a condenação moral do usuário. Essa representação gráfica reforça a tese de que o manejo identitário no consumo de drogas é profundamente condicionado por desigualdades sociais e por normas morais que regulam a aceitabilidade de cada prática.

6.4. Estratégias de Manejo Identitário e Estigma

O estigma associado ao consumo de cocaínas, sobretudo em suas formas mais desvalorizadas socialmente, impõe aos usuários a necessidade de desenvolver estratégias de manejo identitário voltadas à proteção e manutenção das aparências. Essas estratégias não se restringem a negar ou ocultar o uso, mas envolvem um conjunto mais amplo de práticas, que incluem o controle da visibilidade, a seleção de espaços e interlocutores, a modulação de comportamentos e a construção de narrativas capazes de preservar a respeitabilidade perante determinados públicos.

Trata-se, portanto, de um processo no qual o usuário negocia constantemente sua posição social, ajustando sua conduta aos códigos morais vigentes nos diferentes contextos de circulação. Ao observar essas práticas, é possível compreender como as hierarquias simbólicas que atravessam as substâncias e seus consumidores são incorporadas às rotinas de vida, moldando a forma como se lida com a vigilância moral e com a ameaça de ser identificado como pertencente a um grupo socialmente depreciado. Trechos como o de CP11 evidenciam essa tentativa de distanciamento das aparências e paradoxalmente a disponibilidade para o consumo.

Eu não gosto. Não vou. Digo “vai a alguém que eu não vou não comprar não”. Dou o dinheiro, mas não vou comprar. Por que né, você ser vista por aí assim é uó. (...)

B: como é que tu acha que é visto assim, essa coisa de comprar?

Daí pra pior, né? Tem um lugar aqui, assim, subindo ali naquela rua. Não tem aquela ladeira ali? Só subir e entrar ali a pessoa já fica olhando para você meio estranha, porque ali é onde vende, né? Às vezes eu vou por ali porque eu quero passar, não quero ser visto nessa rua. Ai vou pelo outro lado. Aí já percebo a senhora na rua olhando pro feio assim, por que deve pensar “aí vai comprar crack”, porque é aquela entrada onde fica ali, só em passar por ali eu já fico pensando “Meu Deus, vão pensar isso de mim aqui” (...) Quando as pessoas veem minhas tatuagens, a pessoa assim largada aí pensa “lá vai ele comprar na

favela, vai comprar maconha ou vai comprar crack". Eu acho, na minha cabeça eu acho que pode estar pensando isso, né? (...) Acha que é uma pessoa vagabunda que não trabalha. Vê o dia todinho de shortinho andando na rua "Ah, esse menino não trabalha". Passa o dia andando de bicicleta por aqui. (...) Eu tenho (preocupação).. de não parecer. Existe assim. Mas só para as pessoas mais de fora. As pessoas do meio eu nem me importo. (CP11, 2022)

Ao afirmar que “dá o dinheiro (pra alguém comprar pra mim), mas não vai comprar (crack)”, além de afirmar que “tem preocupação com as pessoas de fora” fica evidente neste discurso a tentativa de controle da exposição pública ao estigma. Tendo em vista que no consumo há tolerância para o uso após a compra, mas o consumidor evita ser visto comprando crack, mesmo que após transformar a substância em forma de virado, não existe tal problema em relação à substância, agora transformada. Neste caso, o tipo de consumidor maneja a visibilidade, já que é a compra direta que é colocada como moralmente mais condenável que o consumo, porque envolve um contato mais explícito com um universo já estigmatizado.

Fica evidente que há uma preocupação clara com o olhar do outro, tendo em vista que a vigilância moral das ruas e os códigos de circulação em determinados territórios, principalmente aqueles que podem afetar diretamente a identidade do sujeito.

Neste caso, a preocupação estava em ser visto pelas “vizinhas fofoqueiras”, já que por ser morador do mesmo bairro, a informação poderia acabar chegando “na família” - que é uma instituição que precisa ser protegida, onde seus integrantes têm importante relevância no reconhecimento dos sujeitos. O trecho também ilustra como o espaço urbano é moralmente hierarquizado, já que certas ruas, pontos no bairro, gestos e rotinas estão saturados de sentidos compartilhados. Desta maneira, tais elementos poderiam ser atrelados aos sujeitos, configurando interpretações negativas e rejeitados por quem tenta manter uma autoimagem menos deteriorada.

O usuário é, portanto, um tipo de estrategista das aparências. Ao transformar a pedra em 'virado', fica evidente que o sujeito realiza quase que uma operação alquímico-moral, ou seja, ele dilui a “marca” do crack para tentar permanecer na categoria de “desacreditável”, evitando o destino social do “desacreditado” que habita as ruas e os espaços mais degradados da vida social.

Além disso, outro aspecto destacado nos discursos dos interlocutores é a noção de que os locais onde as substâncias são consumidas influenciam diretamente em como o

usuário é percebido. Os espaços de uso e outros marcadores sociais afetam diretamente a produção de sentidos e a equação que resulta nos processos de representação da substância, mas principalmente de quem a usa.

O usuário de pó, por exemplo, é mais tolerado em ambientes de festa e até de trabalho, enquanto o consumidor de crack é marginalizado ao ponto de ser desumanizado, na grande maioria dos discursos. O pó é frequentemente consumido em ambientes sociais valorizados, enquanto o crack e o virado são associados a espaços marginais, como ruas e "a cracolândia" (CP8). No imaginário, quem usa pó é capaz de manter empregos e vidas sociais, mesmo com o uso frequente. Há um entendimento de que a cocaína pode "potencializar" a produtividade e o desempenho profissional, como afirma CP6:

Pessoas quem usam crack perde tudo mesmo, fica tipo doido, um doido assim... não fica com vida normal, estabilizada. Não é feito a cocaína não. A galera que usa cocaína é super normal, super tranquila, muito assim, muito difícil, a não ser que a pessoa comece na cocaína e caia pro crack, e aí realmente vai ser mais complicado. Mas eu conheço várias pessoas que usam... Médico também. O médico usa muito por conta da rotina de trabalho. Os médicos usam muito. Eu conheço alguns médicos que usam justamente por conta da rotina de plantão, por conta do sono, para poder aguentar uma pernoite de show e depois ir trabalhar e não sei o quê. Então você vê que são as pessoas que têm profissões, mais relevantes, né? Na sociedade. Não são pessoas, tipo.. Sábado agora mesmo a gente vai para um evento, eu tenho um amigo da gente que ele é médico, aí ele vai fazer plantão. Aí ele já disse já "eu só vou se eu cheirar, porque se não, não vou conseguir não, porque eu vou, vou largar, vou para o show e de noite eu já vou ter plantão de novo, então eu vou precisar de algo para me animar e tal, não sei o quê", entendeu? Geralmente a cocaína é uma droga, mais nesse sentido, mais recreativa, nesse sentido de diversão mesmo, sabe? Não da bad e tal, claro que deve ter um nicho ali da galera que usa quando tá triste ou quando tá mal, mas é mais da diversão mesmo, de ficar pra cima. (CP6, 2022)

Noutro trecho, o interlocutor CP3 afirma que acha que já usou virado. Mas descreve que a possibilidades, ou certa flexibilidade nas preferências estabelecidas dentro do grupo estão atreladas a situação de consumo, já que numa festa:

"Não tem como saber, né? Tipo, você imagina que pelo preço, tem uma grande chance de ser virado, né? Virado assim de crack, é pó misturado com outras coisas... sei lá, remédio... mas afirma que nunca comprou a pedra pra virar. Já que "com certeza não é... a substância é pior, assim, não sei diferenciar, mas acho que deve ser pior e, esse negócio de não ter a necessidade de, sabe, fazer esse uso. Nem frequento, circulo, eu acho, nesses espaços que isso é declaradamente virado, né? Se eu peguei foi nessa coisa, tipo... Pelo preço, na festa... tem virado, tem cocaína, tem braite (bright), sabe? Você não sabe o que é, mas pode ter sido, pelo valor, mas é... também não frequento os espaços que isso vai tá posto, né? Tão facilmente." (CP3, 2022)

Isso evidencia como as representações sociais se tornam mecanismos de divisão e exclusão, mesmo entre grupos com práticas “semelhantes” (do ponto de vista do “problema da droga”), de maneira em que há possibilidade de consumo e há espaço para certo grau de normalização, mas que geralmente não ocorre. O consumo é normalizado, mas não é para todos.

6.4.1 O olhar do outro e a vigilância moral das ruas

Neste sentido, as categorias mapeadas não se limitam a classificações descritivas ou a meras tipologias. Elas expressam fronteiras simbólicas e mecanismos de manejo que refletem uma hierarquia moral, regulando tanto a forma como os consumidores se percebem quanto a maneira como são percebidos pelos outros. Tais percepções são alimentadas por representações cristalizadas no imaginário social, reproduzindo e legitimando estigmas que atravessam as práticas de consumo e reforçam desigualdades estruturais. O estigma, nesse contexto, atua como um filtro interpretativo que antecede e molda o julgamento sobre quem consome, sobre qual substância é utilizada e sobre o contexto em que o uso ocorre.

O preconceito que tem para quem usa cocaína é grande para caralho [...] é atrelado a uma pessoa viciada. [...] O cara que vai roubar, vai vender tudo que tem dentro de casa para usar a droga. (CP5, 2022)

A cocaína, nos relatos analisados, aparece como uma substância ambivalente, capaz de projetar tanto prestígio quanto degradação, dependendo do espaço, do momento e do controle atribuído ao uso. Em determinados contextos, especialmente entre consumidores com maior escolaridade ou inserção profissional consolidada, a cocaína em pó pode operar como marcador de distinção, sinalizando pertencimento a determinados circuitos sociais. Em outros, quando associada à perda de controle ou a ambientes estigmatizados, converte-se em sinal de risco moral e social. Essa ambivalência se torna mais evidente nas situações em que o consumo ocorre em ambientes formais, como o trabalho, e exige um manejo cuidadoso para evitar a exposição.

O entrevistado CP5 exemplifica essa tensão ao relatar seu incômodo com o olhar alheio no ambiente profissional:

Você fica com a sensação de que tá todo mundo te olhando, que todo mundo sabe. Aí você começa a mexer no nariz, aí dá aquelas fungadas, aí na fungada você percebe que a pessoa tá te olhando, sei lá. Você fica com essa neura de que tá todo mundo sabendo que você tá cheirando cocaína, tá ligado? Uma vez aconteceu isso no escritório, por exemplo: Tava cheirando aí, eu tava indo no banheiro direto com o nariz escorrendo, aí eu dava mais um tequinho pra me manter ligado né? E voltava a trabalhar de boa lá. Só que você fica naquela de que tá todo mundo achando... Sei lá. Está todo mundo olhando para mim e tal. E, além disso, até para falar também.. Às vezes, quando você tá cheirando assim num ambiente de trabalho, por exemplo, você fica meio dormente a garganta, tá ligado? Aí você acha que tá falando estranho, coçando a garganta. Não sei se a galera percebe.” (CP5, 2022)

O trecho evidencia como o controle da visibilidade e o manejo dos sinais corporais tornam-se centrais para a manutenção de uma imagem socialmente aceitável. O usuário recorre a estratégias para reduzir indícios perceptíveis do consumo, como evitar determinados gestos, administrar a frequência de idas ao banheiro e monitorar a própria fala. Tais práticas se tornam mais sofisticadas entre consumidores com maior capital cultural ou econômico, que reconhecem a necessidade de proteger sua reputação profissional e social.

Esse controle da visibilidade é articulado à rejeição de substâncias de “baixo prestígio” e à preferência por aquelas capazes de comunicar status e distinção. A cocaína em pó, por exemplo, pode ser escolhida não apenas por seus efeitos, mas também pela imagem que projeta, diferenciando o usuário de consumidores de crack, cujas marcas corporais e estéticas (como olhos fundos, boca ressecada ou perda de peso acentuada) funcionam como signos visíveis de degradação e de pertencimento a uma camada social fortemente estigmatizada.

Ser visto ou associado a determinados espaços e tipos de substância pode ter efeitos diretos sobre a imagem pública, particularmente no que se refere ao papel social de trabalhador. Dessa forma, recursos como o ocultamento do uso, a escolha criteriosa dos locais de consumo, a seleção do tipo de substância e a regulação da frequência aparecem como elementos centrais para legitimar-se diante dos outros e de si mesmo. Ao gerir cuidadosamente esses aspectos, os consumidores constroem uma performance estética e corporal alinhada às expectativas de respeitabilidade, afastando-se de sinais que possam evocar narrativas de marginalidade e improdutividade.

6.5. Interação com a Polícia e Desigualdades Estruturais

Ainda que a discussão sobre aspectos do consumo normalizado tenha sido feita, reiteramos que este não é para todos. Aquele que usa publicamente parece já ter perdido o senso de respeito e por isso será rotulado mais negativamente do que aqueles que escondem; é semelhante ao mecanismo de acordo com a polícia. Ilustrado também no trecho de CC1 ao afirmar que a polícia pode ser violenta, cortar o cabelo e bater.

Antigamente, eu tinha (medo da polícia). Hoje, eu não tenho tanto. Graças a Deus eu nunca fui abordada pela Polícia, assim, questão de apanhar. Já vi amigas minhas mesmo, já cortarem, policiais cortarem cabelo delas. Pegar fazendo uso na rua (...) Aqui, eu nunca vi isso. Policial daqui, eles são muito mais... Não, aí é usuário, usuário não vai conseguir nada com usuário. Usuário, a gente vai bater e vai tá ali de novo na rua, fumando. O usuário, se tomar o cachimbo, ele vai estar ali fumando de novo. E eles conseguem só, assim... Por favor, quando a gente passar respeitem a gente, pra não ta fazendo uso na frente da gente, tá entendendo? Pra não bater, aquele negócio todo. (CC1, 2022)

Ao atentarmos para alguns discursos sobre a ação do estado frente aos consumidores, identificamos que a categoria “polícia” nos possibilitou analisar como estes grupos de consumidores experienciam diferenças na relação com estes atores institucionais.

Os resultados mostram que existem diferenças na maneira que os grupos de consumidores sentem medos/preocupações/tensões em relação à instituição policial, e grande parte destas percepções parecem ser uma reprodução dos discursos valorativos sobre o que é permitido e proibido na atuação policial em relação às práticas de consumo.

Os discursos sobre a polícia evidenciaram a existência do que chamamos de “um acordo pragmático” entre usuários e policiais, especialmente no contexto urbano de Recife. Desta maneira, a relação de respeito deve ser construída a partir da visibilidade do uso no espaço público, onde a reação é negociada em troca de minimizar conflitos e violência - que aparecem categorizados como trabalho, ou mais trabalho. Assim, a busca por tranquilidade de ambas as partes consistiria na invisibilidade do uso na presença da instituição.

“Geralmente, os que chegam perto de mim, pergunta: é usuário? Sou. Usa cachimbo? Uso. Tá aqui, tá aqui, tá aqui. Eu peço, por favor, que não leve, porque senão vai ser 1 hora, 2 horas a mais, eu andando pra cima e pra baixo atrás de todo esse material pra poder fazer esse uso, tá entendendo? Aí tem uns que entende, e diz: é melhor esse povo tá aqui sentado, fazendo uso, do que tá pra cima e pra baixo andando, quem sabe se vai furtar, fazer alguma coisa de errado por causa da droga. (...) É melhor do que tá em busca. Porque aí você encontra alguma outra coisa que é muito mais fácil de... você vai fumar muito mais e acaba atrapalhando um dia de serviço de um policial, que ele quer que a noite seja tranquilo.... do que tá correndo atrás de bandido porque roubou

um telefone pra poder fazer uso de crack. Que quando você vai pra delegacia e vai pro presídio, o juiz já diz logo: é dependente químico, roubou pra poder fazer uso. Se não fosse pra fazer isso, não tinha roubado. Aí a juíza acaba liberando e, pra eles, só foi um tempo perdido. Perde de fazer outras coisas muito mais importantes que tem, coisas piores, né?” (CC1, 2022)

Quando perguntada se teria medo da polícia, a interlocutora (CC1) afirma: “antigamente, eu tinha. Hoje, eu não tenho tanto.(...) Graças a Deus eu nunca fui abordada, assim, questão de apanhar” mas “já vi amigas minhas mesmo que... já cortarem, os policiais cortarem o cabelo delas. Pegarem (elas) fazendo uso na rua.... Lá em Caruaru, que a BIESP (Batalhão Integrado Especializado-PMPE)”. Em paralelo, outro consumidor de classe média - usuário de cocaína, afirma que não tem medo e nem viveu nenhuma experiência de repressão. CP3 justifica:

Eu não me arrisco tanto (...) mas eles não tão atrás de mim não. A não ser que eu faça uma merda muito grande, né? Que eu incomode alguém e alguém que faça uma denúncia ou que eu faça na frente da polícia. Mas eu sei fazer essa gestão da aparência... e de não me expor, né? Afinal de contas, eu não comecei a usar substâncias ilícitas agora. Quando era novo, já cheguei a me arriscar, levar baculejo fumando maconha, né? É mais difícil disfarçar, né? E aí hoje eu consigo lidar. Nunca tive nada assim, nem de ninguém assim. Tem os ambientes que eu frequento também. Eu não vou em um ambiente totalmente careta. (CP3, 2022)

A polícia, portanto, representa o agente de moralidade seletivo. A sua ação é percebida como reguladora da moral social, distinguindo quem é relevante ser abordado e como, a partir do critério usuários x traficantes, ou daqueles que apresentam maior ou menor ameaça ao "sistema" quando não respeitam sua presença. O uso da força não é aplicado de maneira uniforme. Ele é a tradução prática da percepção das desigualdades. E, por essa razão, as narrativas expressam o medo da polícia de diferentes maneiras. A percepção de ter medo é transformada e relativizada ao longo das experiências vividas e da clareza de acordos de respeito pactuados. Assim, as experiências narradas em relação à ideia de controle são diferenciadas pelos próprios usuários com base em critérios como raça, classe e tipo de substância consumida.

Neste sentido, as desigualdades estruturais dos policiais ficam evidentes a partir dos discursos que identificam também os fatores raciais e de classe social como os que moldam as experiências de interação com a polícia. Estes consumidores seriam classificados/distinguidos entre “ameaçadores” e “não-ameaçadores” baseados em estereótipos de classe e raça. Há, portanto, uma tensão clara entre estar ou não vulnerável à violência policial - como estratégia de prevenção da própria “violência urbana”. As

próprias consumidoras descrevem processos distintos em relação ao “risco” de terem seus direitos violados por parte da polícia, já que o consumo não é criminoso.

O caso relatado sobre Caruaru, em comparação com a PM que atua em Recife são importantes marcadores da vulnerabilidade extrema a que certos grupos são submetidos, como ter o cabelo cortado por policiais enquanto estratégia de punição, em comparação à interlocutora, consumidora de cocaína, que diz que não achar que permaneceria presa porque tem o privilégio de ter quem pague a fiança:

Acho que eu gosto menos, tipo.. não gosto, mas... não tenho alguma coisa contra. Eles podem até fazer - não é que não existe essa possibilidade “nunca” - mas, os meios de eu me recuperar disso assim, legalmente e fisicamente também, eu acho que isso assegura um pouco a pessoa também. (...) Numa situação do policial me levar presa, tipo eu não acho que eu vou permanecer presa. (...) Por que eu acho que eu tenho quem pagaria minha fiança, por exemplo. Ou o policial me ameaça também. Eu acho, primeiro que eles nem acham que a gente é uma ameaça também. (...) Por ser branca, classe média, estar em certos lugares, e as pessoas que a gente convive...E de ser mais ou menos informado sobre até onde eles (podem) podem ir. (CP9.2, 2022)

A narrativa de CP9.2 revela como o controle policial é estruturado a partir de categorias de classe e raça. A interlocutora descreve que, por ser branca e de classe média, acredita que não será vista como uma ameaça pela polícia. Essa percepção reflete a seletividade racial e social na aplicação do controle policial, que reforça estereótipos de criminalidade associados a corpos negros e pobres. Ao mesmo tempo, CP9.1 corrobora e evidencia uma sensação de segurança que não deriva da confiança na polícia, mas do privilégio associado à posição social e racial da entrevistada, permitindo que ela vivencie a criminalização de maneira distante e menos impactante. Junto a ela, que

Parece que o olhar da polícia é um olhar muito treinado para gente preta, gente pobre. Enfim, é muito treinado para esse estereótipo marginal, do bandido, esse imaginário coletivo, do que é o bandido, do que é a pessoa que oferece algum risco, e a pessoa que não oferece nenhum risco. É a coisa suja, é a coisa limpa. Coisa higienizada... E aí eu acho que.. Eu me sinto quase não vista por esses agentes. Assim, eu acho que eles têm um olhar muito focado nessa coisa do racismo e na coisa da classe. E assim recordar isso, eu me sinto mais segura, não porque eu confio na polícia, só vai ser mais seguro porque literalmente eles não me veem, não me miram. (CP9.1, 2022)

O interlocutor CP11, consumidor de virado, ressalta acreditar que o grupo de consumidores que integra também tem medo da polícia. Além de estar sempre

acompanhado de tensão em relação à presença da polícia, já que receia a possível percepção dos agentes sobre como podem interpretá-lo aparentemente.

Às vezes é porque eu tenho isso para mim assim comigo mesmo, que às vezes eu estou aqui sem nada, mas se eu estiver... se eu lembrar que eu estou com um isqueiro no bolso aí pronto, eu já fico desesperado "meu deus eles vão dar em mim" "vai acontecer alguma coisa". (...) É exatamente essa violência. Porque por quantidade, eu já não me preocupo porque isso aí ele vai fazer jogar fora.. Acabou, não vai ter prejuízo. Não posso ser preso. É mais por ele chegar e ver que eu sou uma maconheiro ou ver que eu cheirei... porque eu já, meu deus, já assustei tanto por isso. (CP11, 2022)

O usuário de crack não é útil para uma atuação efetiva no trabalho da polícia. A interlocutora descreve que na concepção dos policiais a busca ostensiva pode ser interrompida quando são julgados como usuários, já que não valeriam à pena, expondo uma percepção pragmática da própria polícia quanto aos esforços desempenhados de sua atuação no contexto da "guerra às drogas". "Não, aí é usuário. Não vai conseguir nada com usuário. Usuário a gente vai bater e vai tá ali de novo na rua, fumando (crack). O usuário, se tomar o cachimbo, ele vai estar ali fumando de novo" (CC1). E isso é reforçado quando CP3 diz: mas eles não tão atrás de mim não.

A lógica do "tempo perdido" também evidencia como os agentes reconhecem a ineeficácia de deter usuários, reforçando uma abordagem cíclica e superficial que não trata das causas estruturais do consumo. No entanto, culturalmente, a criminalização de indivíduos em situação de vulnerabilidade persiste como forma de reafirmação do controle social, priorizando uma atuação seletiva que reforça desigualdades em vez de solucioná-las. Estas desigualdades ficam evidentes quando comparamos ao discurso de uma consumidora de cocaína de classe média.

Estas dinâmicas revelam desde o acordo e a adaptação por parte dos usuários na relação de poder, mas também a moralidade pragmática por parte dos agentes de segurança. A priorização de certos comportamentos para redução do trabalho policial imediato, reforçam principalmente o papel da polícia como mediadora de condutas que são consideradas aceitáveis ou problemáticas dentro da moralidade urbana.

Neste sentido, a diferença espacial contribui para a construção de imagens quase que opostas entre os consumidores, como podemos ver nos relatos como o de CP3, que

indicam que o pó está normalizado ("todo mundo usa"). Enquanto isso, o crack é relegado a espaços de exclusão, reforçando a invisibilidade e o desprezo por seus usuários.

"De espaço, todo mundo usa. Hoje em dia, inclusive, uma pessoa de SP aqui e aí... ela comentou que em Recife, hoje em dia, quase todo mundo usa. Comparado a outros lugares, né? SP, inclusive. Ela deu rolê, conheceu algumas pessoas e fez, realmente, todo mundo usa aqui. No sentido que, comparativamente, todo mundo usa cocaína. E acho também que isso é algo novo aqui, das pessoas que não usavam e começaram a usar. Eu não sei porque, a equação desses processos aí né? Pra muita gente é um processo social maior que tá facilitando essa adesão, né? Talvez até maior oferta, né? Provavelmente, tem um ganho de oferta. Tem menor oferta de maconha também, sei lá. Não sei, tipo, nunca parei pra pensar porque. Pode ser causas desconhecidas, né? Po, muita gente não usava, feito eu inclusive, hoje em dia usa. Do nada, você tá chegando pra alguém que você achava que era careta, né? [??] Quando todo mundo usa, né?" (CP3, 2022)

Aparentemente, importa mais *parecer ser* viciado. Está na ordem do julgamento, antecipado, a junção de vários elementos que compõem a imagem social do viciado. E a construção social do "viciado" depende mais da percepção que se tem do usuário do que dos efeitos da substância em si. Ainda que o crack esteja constantemente associado a imagens de degradação e perda de controle, relatos como o de CP7 mostram que o pó também poderia gerar dependência e se tornar um problema.

De outro modo, símbolos de funcionalidade e estruturação da vida garantem a normalização e naturalização do consumo: CP9 "Mas sei lá, eu acho que eu venho sabendo ao longo do tempo que é uma droga que todo mundo usa, todo mundo cheira pó, eu acho. Tipo, meu chefe sempre cheirava pó e tem uma família estruturada."

Nos discursos, a maioria dos interlocutores ilustram a ideia de usuário de crack a partir de rótulos como "noiado", "descontrolado" ou "mendigo", sem rumo na vida, desocupado (não trabalha/não tem profissão), não tem casa, enquanto o usuário de pó é visto como alguém que, mesmo com sinais de "vício", mantém seu valor social. Essa diferença, portanto, revela como a moralização é seletiva, fundamentada na premissa de que não é só o vício que gera o estigma, mas o contexto social do usuário interfere fortemente no julgamento.

6.6. Corpo e Efeitos: A Experiência como Valoração Moral

Ao mergulharmos nas camadas de significado que o consumo de substâncias como cocaína, crack e virado assume na sociedade, é necessário considerarmos que o consumo de substâncias, assim como outros, não é uma prática puramente individual. Ao evidenciá-lo como um fenômeno socialmente estruturado, torna-se indissociável pensá-lo somente a partir da ótica dos efeitos bioquímicos (sensações no corpo), sendo igualmente necessário considerar o que podemos chamar de efeitos “biopsicossociais”, atravessados por elementos centrais como a percepção e os processo de estigmatização. Como defendido por Reinarman e Levine, “os efeitos do uso de drogas dependem, em grande parte, do contexto social e cultural em que ocorrem” (1997, p. 9), e por esta razão, estes efeitos devem ser pensados de maneira complexa, já que articulam dimensões não só corporais mas também sociais em torno das substâncias, e principalmente sobre seus consumidores.

A figura do “cracudo” ocupa posição extrema nessa hierarquia, funcionando como “antimodelo” de cidadania, estética e comportamento. Segundo Veríssimo (2015, p. 304), esse personagem aglutina todos os marcadores negativos possíveis: é o símbolo do fracasso individual, da sujeira urbana e da ameaça pública. Trata-se de uma representação moralmente carregada, que justifica discursos de tutela, higienização ou expulsão, sob o disfarce de cuidado ou de controle. A imagem do cracudo opera como limite simbólico da aceitabilidade social, sendo aquele que "deu errado", que precisa ser salvo ou contido, independentemente de sua vontade.

No plano corporal, esse julgamento se materializa no que Rui (2012) denomina corpo abjeto: um corpo percebido como degradado, ofensivo, fora das normas sociais de aparência, higiene e autocontrole. O corpo do usuário de crack, com marcas físicas visíveis, expressões de sofrimento e desorganização, torna-se, não apenas alvo de sanção simbólica, mas também de rejeição sensível, objetivada. O estigma, nesse sentido, não é apenas uma marca social (Goffman, 1988), mas uma forma de desvalorização moral que interdita o reconhecimento do outro como sujeito legítimo de direitos.

Como é sabido, o consumo de substâncias como o crack, a cocaína e o virado produz efeitos fisiológicos em razão da quantidade e da forma de uso em que são administradas. Já a dimensão corporal do consumo é mobilizada em relação àquilo que o discurso apresenta sobre as percepções em parte individuais, em parte coletivas, em função de noções de certo e errado, adequado/inadequada, a partir das sensações físicas. Estas são responsáveis por construir sentidos de valor atribuídos a essas práticas. Tal

dimensão evidencia, portanto, como os discursos moralizantes sobre os consumos estão enraizados na própria experiência, e são capazes de reforçar ou contestar - ainda que não totalmente- as ideias massivamente compartilhadas sobre as substâncias.

Dessa maneira, as experiências com as substâncias podem ser interpretadas também como responsáveis em moldar comportamentos e emoções. Onde o corpo é, aqui, funciona enquanto mediador da prática e dos discursos. É através das experiências que os interlocutores justificam e negociam suas percepções morais, pautados quase sempre no critério de hierarquia das preferências. As escolhas de quantidade, forma de administração e momento do consumo são frequentemente determinadas pelo universo de possibilidades em correspondência ao grau de tolerância sobre eles. Quando questionados em relação ao que sentiam, os interlocutores trouxeram relatos que dão conta de efeitos físicos e emocionais.

As sensações imediatas “durante” o consumo dão conta de alterações no funcionamento fisiológico do corpo como dormência, dores, batimentos cardíacos acelerados, melhora da atenção, euforia. E a partir da dimensão fisiológica, os sentidos da experiência foram construídos. CP5 relatou que o consumo de cocaína “pode ser acelerar seu batimento cardíaco e isso, aquilo outro. (...) Acho que estraga um pouquinho, dá uma sequelada na pessoa. (...) acho que depois de um tempo de uso constante, você percebe que a memória está uma merda”. Noutro relato a interlocutora (CC7) diz

Para tu ter noção, quando eu usava (crack), eu sentia dor, no dente, na boca. Eu sentia muitas dores no meu dente por conta da química, que é muito forte. Aí eles quebravam, que a gente quando puxa a fumaça, a gente traga e fica com ele. Ai fechou aqui, prendeu. A fumaça fica toda dentro da boca, que é para poder ir para o céu, né? A mente. Aí ele quebra todos os dentes (...) Da química que é muito forte. Ai com o tempo eles ficam muito frágeis, até eu comendo besteira, coisa normal, feijão, arroz... Ele quebrava. Quando eu via, ele caia. Então perdi todos os dentes, esses daqui da frente já é tudo já feito em tratamento. Por conta da fraqueza. (CC7, 2022)

“O que já chama minha atenção, por exemplo, é ficar com o braço dormente. Aí eu, porra.. Será que eu vou infartar aqui agora? Eu já fiquei assim. Aí eu espero passar haha Se eu cheirar de noite, eu passo a madrugada toda em claro, vê. Chega de manhã, você está destruído. Quer cheirar mais para poder passar o dia acordado, tá ligado? Eu prefiro, sei lá, 2 horas da tarde começo a dar uns tequinho, ficar de boa. Isso se for uso recreativo, né?” (CP5, 2022)

Com outros sintéticos que eu não tenho uma parada tão legal. É que às vezes me dá mal, enjo.. e com cocaína não tenho isso, entendeu? Eu uso, me estimula, mas também, tipo assim, eu não passo mal, eu não fico com vontade de vomitar, eu não fico enjoada, é só o estímulo mesmo.(CP10, 2022)

P: Como é que tu sente no corpo essa diferença?

Por exemplo, as mais sujas, de má qualidade, deixa o nariz congestionado, ardendo.. Não dá o efeito que a gente busca realmente na cocaína mesmo, né? Que é... Deixar a pessoa mais ativa, mais esperta. (...) Depois eu parei de cheirar pó virado e comecei a cheirar o próprio, que é o da pasta base da cocaína, ele é 5 vezes mais caro. É parecido, só que é mais forte, melhor. Não escorre nariz, não ficar a nojeira que ficava com o virado. Ele é melhor e você não... porque você cheirando o crack é parecido com você fumando. Então, você fica com o olho muito arregalado, você fica com tiques na boca, se mordendo, sabe? Que é coisas que quando você fuma também, você fica assim. O próprio, ele não deixa você assim. Ele deixa você mais sério, deixa você... adormece também, sabe? você consegue beber sem ficar bêbado. (CP11, 2022)

Eu sinto... o maxilar, os dentes batendo às vezes se eu cheiro muito pó. (...) O uso traz isso, mas depende do pó. Ai tem uma coriza horrorosa. Aí tem... Eu me tremo muito normalmente, mas quando eu cheiro pó, eu tenho mais assim, tipo meio.. minha coordenação motora não fica muito legal. E eu fico salivando muito também, não sei por que. (CP9.1, 2022)

(O virado) entope o nariz, o corpo sente de forma diferente, o rosto... Cansaço também. O gosto é ruim, o corpo fica mal. O nariz entope tudo. Acho que são os principais fatores, não bate da mesma forma. (CP8, 2022)

Os relatos apontam diferenças nas sensações corporais provocadas pelo pó “puro” e pelo virado. Enquanto o pó é descrito como uma substância de efeitos mais suaves e previsíveis, o virado é associado a desconfortos físicos, como ardência e congestão nasal (CC7). O interlocutor CP11 destaca que o virado é percebido como mais agressivo e menos prazeroso em relação a cocaína em pó. Esta percepção que estaria associada não apenas às diferenças químicas, mas também aos significados sociais da substância, já que o virado para muitos é um derivado do crack e carrega consigo grande parte das representações. O corpo, neste caso, torna-se um campo onde as hierarquias sociais e simbólicas das drogas se tornam manifestas.

Os efeitos pós consumo também repercutem na dimensão emocional e transformam a reação a como o sujeito pode estar sendo visto pelos outros. A partir dos relatos de prazer e repercussões buscadas no consumo, há também sofrimento, constituindo uma dualidade moral. Por um lado, há a busca pelas sensações prazerosas e intencionais, como a euforia, o aumento da libido; por outro, emergem dos relatos as repercussões de sofrimentos como ressacas, paranoias e “baixa” (tristeza). E é neste espaço de dualidade e oscilações entre os desconfortos e as sensações que é possível

analisar o processo de julgamento dos comportamentos a partir das atribuições fincadas na moralidade.

Acho que não é euforia, mas fico animado, estigado assim. Inclusive, eu comecei a usar por causa disso também, tinha a ver com processo, passei muito tempo deprimido, né? Ainda lido com essa sensação, e uma das coisas que bate da depressão é se fechar, né? Quanto mais grave, no momento, que você tá aqui.... E é uma das substâncias que faz você ficar mais pra cima é essa, né? A bala, o MD e cocaína, né? (CP3, 2022)

Uma agitação muito grande. Não no corpo, na mente. Na mente, um prazer, é muito prazeroso.. Você esquece tudo ali, daquele momento, você esquece. Para ali, só tem você e aquilo ali. Só tem você e aquilo ali. Assim você dá um primeiro tiro, você quer outro. Tiro significa que a gente vai fumar outra vez no palavreado. Aí você dá um, você quer dar mais outro porque as lembranças... os problemas, volta tudo. (...) Você só faz rir, fica rindo tanto. Eu ria tanto que as meninas diziam “Mainha você está chorando?” “Não, filha, estou rindo”. De tanto que eu ria, ia embora na risada que a lágrima descia. (CC7, 2022)

É, a sensação de se manter ali acordado e tal, realmente é a pasta base, né? Que é a cocaína, que realmente qualquer pouquinho que você consuma já lhe dá uma disposição, uma energia. Você consegue beber mais, dançar mais e ficar mais tempo acordada. Aí o intuito é só nesse sentido mesmo. (...) Fica todo mundo mais acelerado, querendo escutar músicas mais aceleradas, dançando. Todo mundo se anima muito. Todo mundo é muito elétrico quando usa. (CP6, 2022)

A cocaína... é uma agonia. Cocaína é isso, lhe dá uma agonia, mas que vicia. Geralmente, agonia não é algo bom, né? Tô agoniado, não é algo bom. Mas ela é algo vicia, que você quer ter aquela agonia de novo. Você quer beber muito. Dá vontade de você escutar um som alto. Você fala sem parar, quando você tá... na maioria das vezes. Ou então você cala e fica sério, travado, como diz a gíria. Travado que eu cheirei tanto que eu não quero nem me mexer, eu fico aqui... sabe? Dá uma... trava mesmo. Você fica só ali na fissura. Na fissura não, mas tem vezes que você nem tá cheirando, você tá ali travado, parado, trincado. São gírias que fala quem de cheira cocaína e sabe que... é uma agonia. É uma agonia boa. (CP2, 2022)

Às vezes, quando você tá cheirando assim num ambiente de trabalho, por exemplo, você fica meio dormente a garganta, tá ligado? Aí você acha que tá falando estranho, coçando a garganta. Não sei se a galera percebe. (CP5, 2022)

Gostava da adrenalina (do crack). Me fazia bem. Eu me sentia por tá ali, naquela, naquela adrenalina... aquilo me dava uma sensação enorme de prazer. (...) A sensação, o prazer é bem melhor. Você só faz rir, fica rindo tanto. Eu ria tanto que as meninas diziam “Mainha você está chorando?” “Não, filha, estou rindo”. De tanto que eu ria, ia embora na risada que a lágrima descia. (CC7, 2022)

Tanto a cocaína em pó quanto o crack estiveram ligados ao desejo de sexo e aumento da libido. No crack, a interlocutora afirmou que os efeitos do consumo da substância são próximos a excitação sexual, além de gerarem um nível alto de adrenalina.

Crack dá vontade de fazer sexo e... é como se eu ficasse, eu gostasse do medo, adrenalina, do medo. Porque dá medo, dá aquele negócio... como se tivesse numa montanha-russa, como se você tivesse num brinquedo que levasse você bem tranquilo e quando lhe jogasse, o coração acelerasse, batesse todo tipo de pânico. Como se você fosse morrer, se eu fosse cair, se fosse quebrar um braço, alguma coisa. Até chegar no final e você vê que não aconteceu nada. mas é por vários estágios naquela queda. Quando a droga...quando você puxa, vem aquela tranquilidade. E quando você solta e a droga entra no pulmão e vai pro cérebro, aí começa aquela queda, aquele sistema... até o... como fosse uma queda, até passar o efeito. E você imagina a polícia atrás de você, alguém lhe dando uma facada, alguém lhe dando um tiro. E o estágio ia diminuindo, até que vai passando, diminuindo até aquela sensação de medo e de perigo passar. Aí você tem que tomar uma outra dose para poder... gostou daquilo e quer mais. Quer sentir mais. É por isso que o povo, tem vez que usa, usa, usa, quer o tempo todo, quer sentir aquela sensação de perigo, de nervosismo, de ter alguém correndo atrás. É bom. (...) Eu já saí com um cara que ele, pra poder transar, tem que cheirar. Pra o pênis dele ficar ereto. (...) pra eu transar, eu também preciso... Eu tenho que dá tiro na pedra, senão não consigo transar com ninguém. (...) Eu posso passar 6 meses, um ano, 2 anos, quantos anos for sem, sem, sem movimento nenhum de sexo. Mas se eu der um tiro, eu fico com vontade de dar, um apetite sexual abre em mim. (CC1, 2022)

Já no caso do pó, o efeito sob a libido também é característico, mas o interlocutor (CP5) adiciona ao discurso a necessidade de que o uso “precisa ser controlado”, senão compromete desempenho, ao mesmo tempo que o orgasmo funcionaria como alternativa para aliviar o excesso de sensações provocadas pelo consumo de pó. Ele descreve, neste sentido, a necessidade de conhecer a substância, ter clareza sobre os efeitos esperados e as alternativas para gerenciamento de certas sensações.

(...) A cocaína, tanto dá um.. aumenta a libido, mas também pode chegar no momento que você cheirou tanto que você vai ficar broxa ali e não vai conseguir transar, fazer nada.. então.. (...) Tem cocaína que eu cheiro e durmo velho, tem outra que eu cheiro e faz.. Esse que eu falo que é 100 reais 1 g.. Eu compro 1 g, passo de hoje até amanhã de noite cheirando, é uns tequinho bem pequenininho. Se eu cheirar demais... tinha que induzir um orgasmo pra aliviar, porque alivia, tá ligado? (CP5, 2022)

Assim como CC1, o relato de CP5 revela, portanto, certo percurso de conhecimento em torno da prática em relação aos efeitos e manejos da cocaína em pó, ao indicar um saber experiencial acumulado que ultrapassaria o uso esporádico, inscrito na lógica de um aprendizado progressivo sobre a substância e seus efeitos no corpo. As

menções ao impacto do pó sobre a libido, ora como estímulo, ora como impedimento do desempenho sexual, também são acompanhadas de estratégias desenvolvidas para lidar com essas variações, como o uso do orgasmo como forma de "alívio" diante do excesso de excitação provocado pelo consumo.

O ponto de inflexão do discurso de CP5, no entanto, reside na ênfase sobre a necessidade de controle e conhecimento da substância: saber “qual pó é qual”, dosar a quantidade, conhecer os limites do corpo e manejar os efeitos indesejados são apresentados como atributos do consumidor experiente, funcional e moralmente legítimo.

Esse tipo de narrativa remete diretamente ao conceito de “carreira moral de consumo” proposto por Becker (2008), no qual o uso de uma substância psicoativa não é algo aleatório, mas parte de um processo de aprendizado socialmente situado, em que o sujeito desenvolve competências, ajusta expectativas e integra a prática do uso à sua vida cotidiana, quando possível. No caso em questão, a ideia de “progressão da carreira” de consumo pode ser traduzida na capacidade de elaborar distinções entre diferentes “tipos” de cocaína, além da previsão de reações fisiológicas, dos ajustes na frequência de uso - em função das finalidades, e conhecimento prévio sobre mecanismos para reequilibrar certas sensações no corpo.

Estes consumos evidenciam a dimensão de um saber prático incorporado, fruto de experiências anteriores e mediado por contextos sociais específicos. Tendo em vista as diferenças contextuais dos dois entrevistados, fica evidente que as situações de classe também garantem possibilidades de manejo dos recursos em relação aos consumos.

Alguns relatos também conectam a dimensão da autorregulação do controle a uma dimensão física, onde a vontade de usar seria uma sensação no corpo, quase que uma vontade em função da necessidade orgânica.

Neste sentido, o corpo torna-se uma evidência social e moral. E a partir das sensações do uso, os interlocutores atribuem sentidos às experiências físicas. Onde as marcas corporais do consumo funcionam como possíveis evidências que influenciam a percepção moral dos usuários por parte da sociedade. Onde sinais como “olhos arregalados, tiques, nariz entupido ou dentes enfraquecidos” tornam-se marcas identificáveis que podem ser associadas aos estigmas da droga. E estas estão condicionadas ao contexto em que ocorrem a partir de outros na interpretação das consequências.

[B: Tipo, vocês buscam estar em alerta? É uma estratégia?]

Depende se tipo, eu to numa festa e ai eu to meio cansada, eu quero cheirar pó por que eu quero reviver, sabe? (...) Hoje em dia é muito a coisa do contexto que eu to usando a droga. Já teve situações no passado, de eu usar droga num contexto, tipo, beber na casa de alguém, num sei o que, e eu sentia que ficava um clima meio desconfortável, tipo, em algum momento tipo, eu cheirava com os meninos e a gente passava o dia bebendo e cheirando e a noite era o momento em que os ânimos ficavam meio alterados. (...) Tipo, de todo mundo que está num lugar cheirar e ter o teu corpo estimulado e não estava fazendo nada com esse estímulo. E aí eu acho que pode gerar... Eu já fiquei mais agressiva algumas vezes quando cheirei pó assim, tipo, não agressiva fisicamente, mas agressiva de querer dar muito minha opinião. Lutar muito por ela. E aí rola muito isso quando eu cheirava pó nesses contextos, aí hoje eu prefiro inclusive cheirar em festa, porque aí eu acho que você libera a coisa e não fica tão mental assim, então. (CP9.2, 2022)

É a partir deste jogo entre aparências e sentidos que estão moldados os conceitos sobre os usos e a construção das hierarquias de valor sobre o que é mais ou menos tolerado. Vale ressaltar que o critério da exposição figura como determinante para as atribuições dadas às substâncias e aos consumidores destas.

O corpo como evidência social e moral

O playboy gosta de cocaína. Eu acho que o Virado tem certos traços que se assemelham a quem fuma (crack), quem fuma sofre preconceito. O olho arregalado de quem fumava, a boca assim..." (CP14,2022)

Numa dimensão estética, o virado é identificado como portador de traços que remetem ao uso de crack, ou seja, na aparência e nos efeitos corporais visíveis (olhos arregalados, boca marcada). A ênfase no corpo como marcador de uso e como indício de desvio é central no processo de estigmatização (Goffman, 1981; Rui, 2012).

O consumo do virado, embora diferente na forma de uso, é contaminado por esses marcadores simbólicos e visuais associados ao crack. A imputação de um "ar de cracudo" ao usuário de virado demonstra como o estigma não está apenas no produto, mas no conjunto de signos corporais e sociais que remetem à marginalidade. A performance corporal, neste caso, torna-se um dispositivo de distinção (Bourdieu, 2007) e de rejeição social.

O perfil da pessoa que fuma crack, geralmente ela é magra. Geralmente, tá? Ela é magra, ela é, fisicamente, ela é... acabada, né? Como se dizem. Você vê a pele ruim, ruga. Você vê a pessoa muito fissurada. O cara chega, ela já tá ali: tem? tem? tem? Tem? O cara que só cheira, ele não tá tão... Ele não é tão assim, sabe? Ele é uma pessoa mais apresentável. (CP2,2022)

B - Tu acha que essa galera tem medo de quem usa crack?

Medo? Acho que não. Pelo menos com quem eu falo, não. É uma galera que já tem minimamente entendimento assim do que isso representa. Sabe que é uma coisa muito fantasiosa assim, do que a galera pinta, sabe? Aí eu acho que medo não seria a palavra não. Daí de repente estranhamento, sabe? Pela pessoa, nunca aconteceu. Não é de chegar lá uma pessoa assim, mas talvez um certo estranhamento. Pela figura, pelo menos, sabe, pelos, sei lá, os gestos, até pode ser, né? Mas no geral, não. Acredito que não, vai ter um mínimo de esclarecimento assim, né? (CP8, 2022)

6.7. Conclusão

Ao consolidar as análises apresentadas neste capítulo, fica evidente que a compreensão do consumo de cocaínas exige olhar para além da substância em si, situando o fenômeno em sua dimensão biopsicossocial e relacional. O mapeamento das tipologias e das estratégias de manejo identitário revelou que, embora a materialidade das drogas e seus efeitos fisiológicos desempenhem papel importante, são as construções simbólicas e morais que, em última instância, orientam as classificações, as interações e as trajetórias dos consumidores.

A funcionalidade emergiu como critério moral central na distinção entre usos legítimos e usos condenáveis. Essa funcionalidade não é apenas medida pela capacidade física ou cognitiva de manter rotinas de trabalho e sociabilidade, mas também pela forma como o consumo se harmoniza (ou entra em conflito) com os valores e expectativas sociais de determinado grupo. Nesse sentido, a figura do “consumidor funcional” ocupa posição privilegiada, enquanto o “consumidor problemático” é relegado à esfera da perda de controle, da improdutividade e da marginalidade.

A tipologia social dos consumidores permitiu identificar a coexistência de múltiplos perfis que combinam critérios sociais, econômicos e comportamentais, evidenciando que as fronteiras entre eles são fluidas e negociadas. Esses tipos sociais não apenas descrevem comportamentos, mas também expressam posições relativas na hierarquia moral do consumo, reforçando ou atenuando estigmas.

As estratégias de manejo identitário desempenham papel decisivo nesse processo. Ao redefinir publicamente seu consumo, evitar associações com determinados contextos, selecionar cuidadosamente a companhia ou até modificar a forma de uso, os

consumidores não apenas protegem a própria reputação, mas também constroem narrativas que os posicionam de forma mais favorável dentro da escala moral. Essas estratégias se mostram ainda mais significativas diante das interações com a polícia, onde desigualdades estruturais se sobrepõem às práticas de policiamento seletivo, produzindo efeitos concretos sobre quem é visado, abordado e criminalizado.

Por fim, a dimensão corpórea e experiencial do consumo se revelou como elemento central para a valoração moral. Os efeitos percebidos, as alterações na performance física, o cuidado com a aparência e a preservação de uma “imagem social aceitável” atravessam os discursos e práticas, reafirmando que o corpo é não apenas suporte biológico, mas também vitrine social onde se inscrevem marcas de distinção e de estigma.

Dessa forma, o capítulo demonstrou que a tipologia e o manejo identitário não são apenas reflexos da hierarquia simbólica das cocaínas discutida no capítulo anterior, mas também instrumentos ativos de sua manutenção e reprodução. Ao situar os consumidores em posições diferenciadas de reconhecimento e desprestígio, esses mecanismos reforçam as fronteiras morais e sociais que estruturam o campo do consumo de drogas.

Essa compreensão integrada nos prepara para, nas considerações finais, discutir de que maneira as hierarquias simbólicas, as tipologias sociais e as estratégias de gestão do estigma se entrelaçam na construção de políticas públicas, na formulação de discursos midiáticos e nas práticas cotidianas de exclusão e resistência.

O capítulo também caracterizou como as operacionalizações na ponta, das políticas de drogas, através da regulação da polícia também consolidaram e reforçaram essas hierarquias morais das substâncias. Já que há evidente discricionariedade na diferenciação de usuários e traficantes. Sua aplicação abre margem para que operadores da segurança pública reforcem processos que resultam em seletividade penal, ao incidirem desproporcionalmente sobre populações vulneráveis. As narrativas sobre a polícia revelaram como estereótipos de classe e raça influenciam abordagens policiais, com a polícia atuando como um "agente de moralidade seletivo".

Consumidores de classe média, por exemplo, sentem-se mais protegidos e menos visados, enquanto usuários de crack vivenciam a violência e o estigma diretamente em suas interações com as forças de segurança. A "moralidade urbana pragmática" da polícia,

que muitas vezes prioriza a tranquilidade imediata em vez da repressão "inútil" de usuários "não ameaçadores", reforça essa seletividade.

A influência dos espaços e contextos de uso no julgamento moral é igualmente significativa. O consumo de pó em ambientes de festa ou trabalho é tolerado e até normalizado, associado a estilos de vida "funcionais", enquanto o crack é relegado a espaços marginais, reforçando o estigma e a desumanização. O "problema" não é apenas a substância ou o vício em si, mas a percepção social do "viciado", que é construída a partir de rótulos como "noiado" ou "mendigo", contrastando com a capacidade de "manter uma vida estruturada" dos usuários de pó.

Em síntese, este capítulo buscou consolidar a tese de que o consumo de drogas é um fenômeno eminentemente moral, e que sua compreensão exige uma análise profunda dos complexos sistemas de valoração e julgamento que o estruturam. As hierarquias entre as cocaínas (pó, virado, crack) não são apenas descrições químicas, mas o resultado de disputas morais, políticas e sociais que operam tanto no nível macroestrutural dos discursos públicos e das leis quanto no nível microinteracional das percepções e estratégias de manejo do estigma.

Ao articular as estruturas disposicionais de Bourdieu (habitus, distinção, capitais simbólicos), as orientações valorativas de Taylor (identidade moral, autenticidade, reconhecimento) e as dinâmicas relacionais do estigma de Goffman (identidade deteriorada, manejo de informação), este capítulo demonstrou como a moralidade é incorporada, negociada e performada no cotidiano do consumo de cocaína. Os sujeitos, mesmo em contextos de uso de substâncias ilícitas, são profundamente engajados em um esforço contínuo de autodefinição e busca por validação, operando significados e construindo suas identidades morais diante do estigma e das expectativas sociais. A articulação entre uma "economia moral" e as "fronteiras morais" (Lamont, 2000) reforçou como valores e emoções regulam práticas sociais, definindo regimes de legitimidade e condenação para cada forma de uso, e como os grupos traçam distinções para se diferenciar dos "outros".

Concluímos, portanto, que as percepções sobre as formas de uso das cocaínas são atravessadas por julgamentos morais que variam, principalmente, de acordo com o contexto, as posições sociais dos sujeitos e as interações com instituições de repressão. Esta dinâmica de consumo é, portanto, um "campo de disputa moral" onde as normas

sociais, as estratégias de controle estatal e as desigualdades estruturais históricas definem quem pode usar diferentes formas de apresentação de maneira mais ou menos marginalizada.

Em última instância, o que está em jogo não é apenas o uso de uma substância, mas a complexa teia de valores, relações e autopercepções que definem o lugar simbólico que esse consumo ocupa na vida moral dos sujeitos e nos regimes sociais que os qualificam e desqualificam, legitimando e retroalimentando os discursos e as práticas de exclusão social, por essência. Reiteramos que compreender essa complexidade é um passo fundamental para repensarmos o "problema das drogas" para além de enquadramentos criminalizantes, dando conta destas nuances subjetivas e historicamente postas, com o objetivo compromissado na construção de estratégias mais sensíveis às realidades sociais situadas e às inerentes desigualdades que as estruturam.



Aquarela 7 – Fronteiras
(Clara Félix, 2025)

CAPÍTULO 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando concluir e sintetizar este trabalho, reiteramos que a presente tese realizou uma análise aprofundada das percepções de consumidores de pó, virado e crack sobre seus próprios usos, com o objetivo central de compreender como se estruturam as distinções morais entre diferentes formas de apresentação da cocaína na Região Metropolitana do Recife. Para além de mapear classificações entre substâncias, buscou-se evidenciar de que modo tais distinções produzem classificações simbólicas sobre os sujeitos, por meio de discursos e práticas cotidianas. Ao atribuírem sentido aos seus consumos, os entrevistados também elaboram estratégias para manejar estigmas e negociar fronteiras morais que diferenciam usos percebidos como legítimos e ilegítimos.

A principal contribuição do trabalho reside em demonstrar que a hierarquia moral das cocaínas em Recife espelha, em certa medida, dimensões estruturantes das desigualdades brasileiras. Ao deslocar o foco da substância para os sistemas de valoração, evidencia-se que o chamado “problema das drogas” opera como um regime de classificação moral que distribui reconhecimento, tolerância e punição segundo critérios variáveis de julgamento. Tal regime, quando visto na prática, parece ser a balia que decide quem é “viciado” e quem é “recreativo”, mas não de forma simplória. Esse paralelo não se explica pelo que “entra no corpo”, mas pelo lugar social que esse corpo ocupa e pelos capitais que mobiliza na estrutura social.

Para sustentar esse objetivo, a investigação mobilizou uma abordagem qualitativa fundamentada em entrevistas semiestruturadas com consumidores de cocaínas, estabelecendo um diálogo contínuo entre material empírico e interpretações teóricas. A lente analítica foi construída a partir das contribuições de Pierre Bourdieu (habitus, distinção, capitais simbólicos e violência simbólica), Charles Taylor (identidade moral, autenticidade e luta por reconhecimento) e Erving Goffman (estigma e manejo da identidade deteriorada). Essa combinação permitiu compreender a constituição de uma hierarquia moral das cocaínas, expressa tanto nas classificações atribuídas às substâncias quanto nos sentidos socialmente produzidos sobre seus usos e consumidores.

A proposta original desta tese consistiu, assim, em articular três tradições sociológicas e filosóficas para interpretar o consumo de cocaína como prática social entrelaçada a processos de valoração simbólica, reconhecimento moral e classificação

social. Em Bourdieu, o conceito de habitus permitiu compreender como percepções, gostos, julgamentos e estratégias práticas são moldados por disposições socialmente inculcadas, evidenciando que o consumo não se reduz a uma escolha individual isolada. A distinção e o capital simbólico explicam por que certos estilos de uso podem ser socialmente legitimados, enquanto outros são desqualificados, reproduzindo hierarquias de classe. A violência simbólica, por sua vez, atua na naturalização dessas diferenças como se fossem evidências “naturais” do mundo social. Nessa chave, o “privilegio da indiferença à própria maneira” pode ser lido como uma forma de proteção moral, onde o capital simbólico neutraliza parte da condenação social para grupos mais bem posicionados.

Em Taylor, a noção de “fontes do self” e de “avaliações fortes” forneceu ferramentas para analisar como os sujeitos atribuem sentido às suas práticas, formulam justificativas e constroem narrativas identitárias ancoradas em valores compartilhados. A luta por reconhecimento aparece como elemento decisivo para o florescimento individual e coletivo: sua ausência ou distorção pode ferir a identidade, constituindo uma forma de violência moral. O consumo, nessa perspectiva, torna-se espaço de disputa simbólica, no qual os indivíduos buscam alinhar suas práticas a modelos de autenticidade culturalmente legitimados. Tais modelos de autenticidade nem sempre são coerentes. Os discursos mostram como, ainda que de forma contraditória, ambivalente ou socialmente condenada as ideias são organizadas para dar sentido e minimizar, por vezes, os impactos do consumo na vida cotidiana.

Goffman contribuiu neste trabalho com a dimensão interacional do julgamento moral, permitindo compreender o estigma como mecanismo que desvaloriza sujeitos a partir de atributos socialmente lidos como desviantes. A distinção entre “desacreditado” e “desacreditável” iluminou estratégias recorrentes de manejo identitário, sejam elas de ocultamento, revelação controlada, encobrimento e/ou ressignificação. Vimos que estas estratégias são mobilizadas por consumidores de cocaínas principalmente em contextos de exposição pública ou risco de julgamento. Dessa forma, mostrou-se que a violência simbólica atua não apenas em estruturas abstratas, mas também no contato direto, no olhar do outro e nas situações concretas em que se afirma ou se nega o valor social de alguém.

A integração desses autores permitiu compreender o consumo de cocaínas como uma prática situada em campos morais. Essa leitura foi complementada pelas noções de “economia moral” (Fassin), que evidencia como valores e emoções regulam práticas

sociais e regimes de legitimidade e condenação, e de “fronteiras morais” (Lamont), que mostra como grupos constroem distinções para se diferenciar de “outros”. Desse modo, entende-se que, nesses campos, cruzam-se disposições sociais, avaliações valorativas e relações de reconhecimento, estabelecendo hierarquias e legitimidades que estruturam a percepção dos usos.

O percurso analítico buscou demonstrar, portanto, que o consumo de drogas constitui um fenômeno social eminentemente moral, atravessado por normas sociais, controle estatal e desigualdades estruturais que definem experiências e trajetórias. O estatuto das substâncias psicoativas não é inerente à sua composição química, mas resulta de processos históricos e culturais de construção social e moral sobre seus efeitos e, sobretudo, sobre seus sujeitos.

Embora o uso de substâncias acompanhe a humanidade há milênios, a categorização de algumas delas como “drogas” e seu tratamento como “problema público” é relativamente recente. Esse processo configurou uma cruzada moral contra determinados consumos, em especial os associados às cocaínas, protagonizada por “empreendedores morais” responsáveis por produzir “demônios populares” e alimentar “pânicos morais”, reforçando desproporcionalmente a ideia de sujeitos ameaçadores enquanto as causas de parte dos problemas se situam em dimensões estruturais mais amplas.

Nesse quadro, também se destaca o peso histórico de ideologias que retratam certas drogas e usuários como ameaça ao status quo, produzindo justificativas morais e institucionais para controle e exclusão para além do consumo em si. No Brasil, como discutido ao longo do trabalho, categorias como “nóia” e “cracudo” emergiram no início dos anos 1990 como figuras públicas associadas ao crack e passaram a compor processos de criminalização seletiva. Nesse enquadramento, a substância é convertida em um “fantasma” justificatório: um signo mobilizado para legitimar intervenções punitivas e políticas de exclusão que atualizam dinâmicas mais amplas de estigmatização social e racial. Assim, a associação ao consumo opera como recurso moralizado para justificar desigualdades e violências que não se explicam pela substância, mas por relações sociais e estruturas históricas.

Apesar de compartilharem o mesmo princípio ativo, pó, virado e crack são carregados de valorações morais distintivas, que ultrapassam suas características

farmacológicas e se articulam a processos de diferenciação social marcados por classe, território e capitais simbólicos. Essas percepções posicionam as substâncias de maneira desigual no interior de uma hierarquia moral das cocaínas, profundamente enraizada em construções sociais e em estratégias de distinção mais amplas do que as próprias formas de apresentação da droga. Ao longo do material empírico, critérios como prestígio, funcionalidade, pureza e autocontrole foram recorrentemente mobilizados para valorar substâncias e usuários.

Nesse cenário, os consumidores elaboram estratégias de manejo identitário que expressam tanto resistência quanto adaptação às classificações dominantes. O controle da visibilidade, a diferenciação discursiva e a preservação de signos de normalidade (estabilidade profissional, rotinas familiares e autocontrole) emergiram como táticas para reduzir o impacto do estigma e sustentar posições mais reconhecíveis como respeitáveis.

Os resultados evidenciam que o pó, com atributos associados à pureza e procedência, é frequentemente vinculado a um estilo de vida cosmopolita, recreativo e socialmente tolerado, sobretudo quando articulado a contextos de sociabilidade de classe média e alta. Em tais cenários, o consumo pode ser normalizado e até tornar-se visível, desde que o usuário seja percebido como “funcional”, produtivo e capaz de manter uma vida estruturada. Em contrapartida, o crack concentra uma densidade estigmatizante intensa, associada a ideias de degeneração, abandono, periculosidade e desvio extremo. A figura do “cracudo” opera como antimodelo de cidadania, estética e comportamento, legitimando discursos de tutela, higienização ou expulsão. Nessa gramática moral, o corpo do usuário de crack é frequentemente percebido como “corpo abjeto”, alvo de rejeição sensível e desvalorização que interdita seu reconhecimento como sujeito de direitos.

Já o virado, classificado como uma forma intermediária, ocupa o que chamamos de zona cinzenta de ambiguidade moral. Nos discursos, ele aparece como aproximação da potência da pedra, mas preservando algum “controle” e um estigma percebido como menor. A pesquisa mostrou ainda que a necessidade de comprar crack para transformá-lo em pó (“virado”) pode, em certos casos, aproximar usuários de circuitos e culturas de uso associados ao crack, sendo vista como problemática por setores da saúde pública.

Para os próprios consumidores, contudo, a diferenciação verbalizada “eu não uso crack, eu uso virado” funciona como estratégia de gestão do estigma e de distanciamento

identitário. A dimensão econômica também medeia essa moralidade: o virado surge como alternativa quando o custo do pó se torna inviável, podendo operar como marcador de declínio relativo de capital econômico e simbólico, mas ainda permitindo distinção frente ao crack, ao ocupar posição intermediária entre respeitabilidade e marginalização.

Essa graduação interna evidencia que, mais do que a química, é a posição social do consumidor e o enquadramento moral de sua prática que definem os sentidos atribuídos ao consumo. A noção de “pureza”, por exemplo, mostrou-se crucial: não se limita ao teor químico, mas se estende ao julgamento moral dos sujeitos. Preferir o “limpo” aparece como forma de “não se sujar socialmente”, isto é, como estratégia de distinção e manutenção de respeitabilidade. A impureza atribuída ao virado reforça sua marginalização simbólica, associando-o a espaços e sujeitos estigmatizados. O próprio ato de “virar” a pedra foi descrito com constrangimento e repulsa, evidenciando a carga moral da prática.

De maneira mais geral, as formas de consumo (*cheirar versus fumar*) configuram performances sociais carregadas de sentido, capazes de produzir e reproduzir desigualdades simbólicas. Diante disso, a habilidade e a possibilidade de gerir visibilidade, de manejar estigmas e de negociar significados está profundamente atravessada pela posição social, domínio de códigos legitimados e posse de capital simbólico. Assim, muitas vezes, a forma de consumo importa mais do que a substância em si, sendo a transformação do crack em pó virado mobilizada como recurso de apaziguamento do estigma, pois “fumar” tende a ser percebido como mais degradante do que “cheirar”.

Ao explorar tipologias nativas e estratégias de manejo identitário, evidenciou-se um espectro que oscila entre ocultamento, justificativa e busca por reconhecimento. Tipos como o consumidor “funcional” que “sabe dosar”, o “problemático” que “perde o controle” e o “marginalizado” que “não tem escolha” revelam como os sujeitos constroem práticas e discursos de diferenciação moral. Nesse processo, o controle da informação e o gerenciamento do “olhar do outro” tornaram-se centrais. Muitos afirmaram evitar locais explícitos de compra de crack, ainda que consumam o virado, percebido como relativamente mais aceitável.

Outra dimensão fundamental é a internalização de crenças depreciativas: a experiência do estigma pode produzir vergonha e autodepreciação, quando o sujeito

percebe ter “ficado abaixo do que deveria ser”, incorporando parcialmente o discurso externo. Ainda assim, isso não impede a busca por aceitação e estratégias de compensação do “defeito”. O estigma, nesse sentido, molda uma “carreira moral”, na qual a identidade do eu é continuamente renegociada em resposta às interações. Reinterpretar o próprio percurso e projetar um self coerente constitui, muitas vezes, uma forma de resistência à identidade deteriorada.

A moralidade do consumo é, portanto, performada e negociada no cotidiano. Usuários recorrem a diferentes fontes morais para legitimar escolhas e estilos de vida. A busca por autenticidade (Taylor) não se reduz à espontaneidade: ela exige enraizamento em significados compartilhados e horizonte ético. Ser autêntico implicaria o comprometimento com valores que ressoam no mundo social, tensionando limites normativos. Desse modo, o “uso funcional” do pó é frequentemente descrito como coerente com um estilo de vida produtivo, enquanto a perda de controle ligada ao crack compromete essa coerência.

Para ilustrar e sustentar o argumento construído, este trabalho também ressaltou dimensões relativas à política de drogas, entendida como campo em que se entrelaçam moralidade, história e política na construção e sustentação das hierarquias entre substâncias. As políticas de regulação, em nível internacional e nacional, consolidaram um paradigma proibicionista que, na prática, tende a reproduzir e aprofundar desigualdades sociais e orientar a maneira como a realidade do consumo é interpretada. No caso brasileiro, marcos legais formalizaram a entrada do país nesse regime e consolidaram a repressão como eixo histórico. Embora a Lei de Drogas tenha buscado diferenciar usuário e traficante, sua aplicação abriu margem para a discricionariedade de operadores da justiça penal, perpetuando seletividade penal que incide desproporcionalmente sobre jovens negros e pobres.

Os relatos analisados evidenciam como estereótipos de classe e raça atravessam decisões judiciais e dosimetria da pena. A subjetividade do julgador mobiliza flexibilidade ou rigidez, frequentemente ultrapassando fundamentos dogmáticos. De modo convergente, a polícia atua como agente de moralidade seletiva ao tipificar fatos e orientar abordagens, funcionando como porta de entrada do sistema criminal. As narrativas dos entrevistados indicam que a força policial não é acionada de forma uniforme: consumidores de classe média sentem-se menos visados, enquanto usuários de crack vivenciam maior exposição à violência e ao estigma. A moralidade urbana

pragmática, que prioriza “tranquilidade” e produtividade em detrimento de repressões consideradas “inúteis”, reforça seletividades e hierarquias.

Os espaços e contextos de uso também influenciam diretamente o julgamento moral. O consumo de pó em ambientes de festa ou trabalho tende a ser tolerado e normalizado, associado a estilos de vida funcionais, ao passo que o crack é frequentemente relegado a espaços marginais reforçando estigma e desumanização. A aparência do usuário e sua capacidade de manter vida estruturada convertem-se em símbolos de funcionalidade que garantem normalização de certos consumos, em contraste com rótulos degradantes como “noiado” ou “mendigo” atribuídos a outros.

Do ponto de vista empírico, esta pesquisa pretendeu contribuir para uma lacuna na literatura sobre moralidades e consumos ao oferecer dados qualitativos detalhados sobre percepções e práticas em torno das cocaínas, com recorte comparativo entre posições sociais. A metodologia qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e técnica de cadeia de referências, mostrou-se eficaz para acessar populações vulneráveis e contextos sensíveis, permitindo explorar dimensões subjetivas que, ao mesmo tempo, refletem processos estruturantes mais amplos.

A compreensão de que imperativos como autenticidade, autonomia, saúde, bem-estar e produtividade estruturam julgamentos morais sobre o consumo, incidindo com maior peso sobre sujeitos em condição de desigualdade. Esse fator nos parece constituir um elemento relevante para pensar intervenções mais justas e equitativas. Cientes da impossibilidade de abarcar o tema em sua totalidade, indicamos como agenda futura estudos qualitativos que aprofundem outras formas de consumo em diferentes contextos, bem como análises longitudinais sobre trajetórias morais e identitárias, processos de adesão e descontinuidade e mudanças nos padrões de uso. Também se mostram relevantes investigações que explorem interseccionalidades de marcadores sociais nas experiências do estigma e da criminalização, assim como os mecanismos de resistência e reinscrição identitária mobilizados por consumidores diante de violências simbólicas e institucionais.

Em última instância, o que está em jogo na compreensão do consumo de drogas não é apenas o uso de uma substância, mas a complexa teia de valores, relações e autoperccepções que define o lugar simbólico do consumo na vida moral dos sujeitos e nos regimes sociais que os qualificam ou desqualificam. Esta tese reafirma que o “problema das drogas” é, em sua essência, um problema moral. Junto a isso, evidencia que sua

desconstrução exige o esforço constante de reflexão sobre as moralidades que nos atravessam e sobre as hierarquias e práticas que separam sujeitos reconhecíveis como legítimos daqueles produzidos como indesejáveis.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, M. *The New Jim Crow: mass incarceration in the age of colorblindness.* New York: The New Press, 2012.
- ALMEIDA, R. B. F. D. et al. El uso de “virado” como estrategia de reducción de daños entre los usuarios de crack del estado de Pernambuco, Brasil. *Salud Colectiva*, Lanús, v. 16, p. e2528, 2020.
- ALVAREZ, M. C.; FRAGA, P. C. P.; CAMPOS, M. S. Apresentação: perspectivas atuais sobre políticas, produção, comércio e uso de drogas. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-14, 2017.
- ALVES, Y.; PEREIRA, P. Antropologia e a questão das drogas: um século de embates políticos e teóricos. *BIB*, São Paulo, n. 90, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/485/463>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- ANVIL. [Sem informações complementares para referência – necessário título completo, local e editora]. 1979.
- ARAÚJO, T. *Almanaque das drogas: um guia informal para o debate racional.* 2. ed. São Paulo: Leya, 2014.
- ARIAS, E. D.; GRISAFFI, T. (org.). *Cocaine: from coca fields to the streets.* Durham: Duke University Press, 2021.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco.* Trad. Antonio de Castro Caeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo.* São Paulo: Edições 70, 2011.
- BASTOS, F. et al. (org.). *III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017.
- BAUDRILLARD, J. Função-signo e lógica de classe. In: BAUDRILLARD, J. *A economia política dos signos.* São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 9-49.
- BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia dos desvios.* Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963].

- BECKER, H. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BERRIDGE, V.; EDWARDS, G. *Opium and the people: opiate use and drug control policy in nineteenth and early twentieth century England*. London: Free Association Books, 1982.
- BERTOLOTE, J. M. *Problemas sociais relacionados ao consumo de álcool*. In: RAMOS, S. P.; BERTOLOTE, J. M. (Org.). *Alcoolismo hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 131-138.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.
- BOITEUX, L. A nova lei de drogas e o aumento do encarceramento. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 73, 2008.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- BORGES, D. *Drogas e sistema penal: desigualdades e seletividades*. São Paulo: IBCCRIM, 2018.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, P. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- BOURGOIS, P. *In search of respect: selling crack in El Barrio*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BOURGOIS, P. The moral economies of homeless heroin addicts: confronting ethnography, HIV risk, and everyday violence in San Francisco shooting encampments. *Substance Use and Misuse*, v. 33, n. 1, p. 2323–2351, 1998.

BRANDÃO, C. Poder e seletividade: os processos de criminalização na América Latina e os seus impactos na crise do discurso penal. *Caderno de Relações Internacionais*, v. 10, n. 18, jan./jun. 2019.

BRÁS, J. G. V. A higiene e o governo das almas: o despertar de uma nova relação. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 12, p. 113–138, 2008.

CAMARGO, R. et al. *Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano*. Saúde & Transformação Social / Health & Social Change, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4-13, abr./jun. 2013.

CAMPOS, M. M. *Políticas de drogas no Brasil: a mudança legislativa de 2006*. São Paulo: FGV, 2015.

CAMPOS, M. Pela metade: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAMPOS, M. S. O novo nem sempre vem: Lei de Drogas e encarceramento no Brasil. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, n. 18, p. 31-38, dez. 2018. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/181206_bapi_18.pdf.

CARLINI, E. A. et al. Revisão: perfil de uso da cocaína no Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, p. 287-303, 1995.

CARNEIRO, H. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: CARNEIRO, H.; VENÂNCIO, R. P. (org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2005. p. 11-27.

CARVALHO, S. de. A seletividade penal e o problema das drogas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 103, p. 237-254, 2013.

CASTRO-NETO, A. G. et al. Avaliação da composição química de pastas-base de cocaína apreendidas em Recife-PE. *Revista Brasileira de Criminalística*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 24-30, 2019.

CASTRO-NETO, A. G. et al. Cocaine and its variations in forms of presentation and addiction. In: WOOLFOLK, R. (ed.). *Psychopathology – An international and interdisciplinary perspective*. London: InTech, 2020. p. 1-19.

CHARMAZ, K. *Constructing grounded theory*. London: Sage, 2006.

COHEN, S. *Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers*. Abingdon: Routledge, 2011.

COHEN, S. Moral panics as cultural politics. In: CRITICALLY reading the theory and practice of cultural studies. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.

COURTWRIGHT, D. *Forces of habit: drugs and the making of the modern world*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

COURTWRIGHT, David T. *Forces of habit: drugs and the making of the modern world*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

DARWALL, S. Two kinds of respect. *Ethics*, v. 88, n. 1, p. 36-49, 1977.

DAUDELIN, J.; RATTON, J. L. *Illegal markets, violence, and inequality: evidence from a Brazilian metropolis*. Cham: Springer, 2018.

DAUDELIN, J.; RATTON, J. L. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, p. 115-134, 2017.

DEL OLMO, R. *A face oculta da droga*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

DIAS, N. C. Uma dose de “Paraty”: estudo de caso sobre a reinvenção dos significados da cachaça. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

DUAILIBI, L. B.; RIBEIRO, M.; LARANJEIRA, R. Profile of cocaine and crack users in Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, supl. 4, p. s545-s557, 2008.

DUARTE, B. *Doce e bala no varejo: o funcionamento do mercado de drogas sintéticas no Recife*. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

DURKHEIM, É. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1912].

DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1893].

DURKHEIM, É. *Sociologia, educação e moral*. Porto: Rés, 1984.

ECKSCHMIDT, F.; ANDRADE, A. G.; OLIVEIRA, L. G. Comparação do uso de drogas entre universitários brasileiros, norte-americanos e jovens da população geral brasileira. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 62, p. 199-207, 2013.

ELIAS, N. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. v. 2. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

ESCOHOTADO, A. *Historia general de las drogas*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

FASSIN, Didier. *Humanitarian Reason. A Moral History of the Present*. Berkeley: University of California Press. 2012.

FASSIN, Didier; LEZÉ, Samuel. *Moral Anthropology: A Critical Reader*. Rou-tledge, 2013.

FERREIRA FILHO, O. F.; TURCHI, M. D.; LARANJEIRA, R.; CASTELO, A. *Perfil sociodemográfico e padrões de uso entre dependentes de cocaína hospitalizados*. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 37, p. 751-759, 2003.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. *Estrutura de posições de classe no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FIOCRUZ. “Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?” Edited by Francisco Inácio Bastos and Neilane Bertoni. Rio de Janeiro: Editora icict/fiocruz. 2014.

FOIRE, M. Escolhas morais e evidências científicas no debate sobre política de drogas. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, n. 18, p. 47-52, dez. 2018. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/181206_bapi_18.pdf.

FIORI, M. Algumas reflexões a respeito dos discursos médicos sobre uso de “drogas”. In: ANPOCS. *Anais...* Caxambu, 2002. Disponível em: https://www.neip.info/upd_blob/0000/675.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

FIORI, M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 31, n. 92, p. 9-21, 2012.

FIORI, M. *Uso de “drogas”: controvérsias médicas e debate público*. Campinas: Mercado de Letras/Fapesp, 2007.

FLORES-YEFFAL, N. Y.; SPARGER, K. The shifting morals of moral entrepreneurs. *Social Media + Society*, v. 8, n. 2, 2022. <https://doi.org/10.1177/20563051221095444>.

FORERO, J. Epidemia de crack no Brasil lembra os EUA. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 dez. 2012. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,epidemia-de-crack-no-brasil-lembra-os-eua-imp-978290>. Acesso em: 14 ago. 2025.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. *O cuidado de si*. História da sexualidade, v. 3. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2005.

FOX, Fiona E.; MORRIS, Marianne; RUMSEY, Nichola. Doing synchronous online focus groups with young people: methodological reflections. *Qualitative Health Research*, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 539-547, 2007.

FREIRE, A. Epidemia de crack está fora de controle, adverte especialista. *G1*, Rio de Janeiro, 29 jun. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/06/epidemia-de-crack-esta-fora-de-controle-adverte-especialista.html>. Acesso em: 14 ago. 2025.

FREIRE, S. D. et al. Intensidade de uso de crack de acordo com a classe econômica de usuários internados na cidade de Porto Alegre/Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 61, p. 221-226, 2012.

GALDURÓZ, J. C. F. A epidemiologia da cocaína no Brasil. In: CARLINI, E. A. (org.). *Epidemiologia do uso de drogas no Brasil*. Brasília: SENAD, 2006.

GALDURÓZ, J. C. F. et al. Uso de drogas psicotrópicas no Brasil: pesquisa domiciliar envolvendo as 107 maiores cidades do país – 2001. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 13, p. 888-895, 2005.

GALDURÓZ, J. C. F. et al. *V Levantamento sobre o uso de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras*. São Paulo: CEBRID, 2005.

GAMBARO, D. Bourdieu, Baudrillard e Bauman: o consumo como estratégia de distinção. *Novos Olhares*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 19-26, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51444>. Acesso em: 14 ago. 2025.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIACOMOZZI, A. I. et al. Levantamento sobre uso de álcool e outras drogas e vulnerabilidades relacionadas de estudantes de escolas públicas participantes do Programa Saúde do Escolar/ Saúde e Prevenção nas Escolas no município de Florianópolis. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, p. 612-622, 2012.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOLDSTEIN, P. The drugs/violence nexus: a tripartite conceptual framework. *Journal of Drug Issues*, v. 15, n. 4, p. 143-174, 1985.

GOOD, E.; BEN-YEHUDA, N. *Moral panics: the social construction of deviance*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2009.

GOOTEBERG, P. Andean cocaine: the making of a global drug, The University of North Carolina Press, Chapel Hill. 2008.

GORDON, D. Tenacious assumptions in Western medicine about addictions. *The Lancet*, v. 341, n. 8850, p. 573-575, 1993.

GRILLO, C. C.; POLICARPO, F.; VERÍSSIMO, M. A “dura” e o “desenrolo”: efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, p. 135-148, 2011.

GRILLO, C. O “morro” e a “pista”: um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2008.

HARI, J. *Na fissura: uma história do fracasso no combate às drogas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HART, C. L.; KSIR, C.; RAY, O. *Drugs, society and human behavior*. 13. ed. New York: McGraw-Hill, 2009.

HITLIN, Steven; VAISEY, Stephen. *Handbook of the Sociology of Morality*. Springer, 2010.

HITLIN, S. *Moral selves, evil selves: the social psychology of conscience*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

HONNETH, A. *A luta pelo reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*. Lisboa: Edições 70, 2011.

HUME, D. *Uma investigação sobre os princípios da moral*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

IPEA- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Critérios objetivos no processamento criminal por tráfico de drogas: natureza e quantidade de drogas apreendidas nos processos dos tribunais estaduais de justiça comum. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/6433-ricriteriosobjetivos.pdf>.

JEFFRIES, Vincent. *The Palgrave Handbook of Altruism, Morality, and Social Solidarity: Formulating a Field of Study*. Palgrave Macmillan, 2014.

JODELET, D. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KARAM, M. L. Pela abolição do sistema penal. In: PASSETTI, E. (coord.). *Curso livre de abolicionismo penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

KOHLBERG, L. *Essays on moral development: the philosophy of moral development*. San Francisco: Harper & Row, 1981.

LAMONT, M. *Money, morals, and manners: the culture of the French and the American upper-middle class*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

LAMONT, M. *The dignity of working men: morality and the boundaries of race, class, and immigration*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P. et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106.

LESSA, S.; TONET, I. *Introdução à filosofia de Marx*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, R. C. C. Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relação Brasil–Estados Unidos e os organismos internacionais. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LUCAS, A. C. S. et al. Uso de psicotrópicos entre universitários da área da saúde da Universidade Federal do Amazonas, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 663-671, 2006.

MACHADO, R. et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados. In: BAPTISTA, M. et al. (org.). *Drogas e pós-modernidade*. v. 2. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio Assis. Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Salvador: EDUFBA, 2000

MALHEIRO, L.; MACRAE, E. Trabalho de campo e a construção de políticas para usuários de drogas: a questão dos usos de crack na atualidade. In: MORAES, M.; CASTRO, R.; PETUCO, D. (org.). *Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde*. Recife: Instituto Papai, 2011.

MANSO, B. P. [Falta título completo da obra]. 2012. p. 228. [Necessário completar dados].

MARQUES, L. et al. *Saberes, territórios e uso de drogas: modos de vida na rua e reinvenção do cuidado*. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 123-132, 2022. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2022.v27n1/123-132/pt>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MARX, K. *O capital*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

MCDONALD, C. *Drugs in perspective*. Belmont: Wadsworth Publishing, 1994.

MEDEIROS, D.; TÓFOLI, L. F. Mitos e evidências na construção das políticas sobre drogas. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, n. 18, p. 53-62, dez. 2018. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/181206_bapi_18.pdf.

MEDEIROS, R. Construção social das drogas e do crack e as respostas institucionais e terapêuticas instituídas. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 105-117, 2014.

MERTON, R. K. The self-fulfilling prophecy. *The Antioch Review*, v. 8, n. 2, p. 193-210, 1948.

MILL, J. S. *O utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MILL, J. S. *O utilitarismo*. Tradução de Pedro Elói Klug. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MONTEIRO, et al. *Grau de pureza de cocaína em quatro estados*. Brasília: Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (CDESC); Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023.

MORAES, P.; PIMENTEL, P.; UCHÔA, R. Drogas e políticas públicas: uma análise dos planos de enfrentamento à problemática do crack no Brasil. *Estudos Universitários: revista de cultura*, v. 1, n. 1, p. 175-196, 2011.

MOREIRA, M. R. et al. A review of Brazilian scientific output on crack: contributions to the political agenda. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, p. 1047-1062, 2015.

MORRISSY-SWAN, T. The resurgence of cocaine shows that, for millennials, ethics are a pick and mix. *The Telegraph*, 14 jun. 2018. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/health-fitness/body/resurgence-cocaine-indicates-millennials-ethics-pick-mix/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MUSTO, D. *The American disease: origins of narcotic control*. New York: Oxford University Press, 1999.

NAPPO, S. A. Crack cocaine in Brazil: a review of trends, patterns and policies. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 34, supl. 2, p. S45-S53, 2012.

NAPPO, S. A. et al. Virado: a new method of crack consumption in Brazil. *The American Journal on Addictions*, v. 21, n. 6, p. 574-575, 2012.

NAPPO, S. A.; GALDURÓZ, J. C. F.; CARLINI, E. A. O uso de cocaína: relatório informante-chave (IC) de São Paulo-Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, 2000.

NASCIMENTO, M. B. Criminalização das drogas e controle social: o papel da medicina na formação da moralidade burguesa. *Áskesis*, v. 8, n. 2, p. 65-84, 2019. DOI: <https://doi.org/10.46269/8219.439>.

NUTT, D. *Drugs without the hot air*. Cambridge: UIT Cambridge Ltd., 2012.

O'ROURKE, P.J. *Parliament of Whores*. Picador, Londres. (1991).

PAIVA, L. G. M. Panorama internacional das políticas sobre drogas. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, n. 18, p. 99-106, dez. 2018. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/181206_bapi_18.pdf.

PATTON, M. Q. Purposeful sampling. In: *Qualitative research & evaluation methods: integrating theory and practice*. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2015.

PENIDO, C. A. F. O. et al. Identification of different forms of cocaine and substances used in adulteration using near-infrared Raman spectroscopy and infrared absorption spectroscopy. *Journal of Forensic Sciences*, v. 60, n. 1, p. 171-178, 2015.

PETUCO, D. R. S. Pra não dizer que não falei de drogas: o cuidado de pessoas que usam drogas e a luta antimanicomial. In: SANTOS, L. M. D. B. (org.). *Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas*. Porto Alegre: Ideograf; Conselho Regional de Psicologia do RS, 2010. p. 53-64.

POLICARPO, F. O consumo de drogas e seus controles. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, n. 18, p. 39-46, dez. 2018. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/181206_bapi_18.pdf.

- RAMOS, A. *Introdução à psicologia social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- RANGEL, V. C. T. M. *Os cinco sentidos da cocaína: saberes, hierarquias e controles sobre o uso e a manipulação do pó entre consumidores e peritos criminais*. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.
- REINARMAN, C.; LEVINE, H. *Crack in America: demon drugs and social justice*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- REINARMAN, C.; LEVINE, H. Crack in the rearview mirror: deconstructing drug war mythology. *Social Justice*, v. 31, p. 182-199, 2004.
- RESENDE, B. *Cocaína: literatura e outros companheiros de ilusão*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.
- RICOEUR, P. *Si mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.
- RODRIGUES, Thiago. *Drogas e proibição: um empreendedorismo moral*. In: FIGUEIREDO, Regina; Feffermann, Marisa; Adorno, Rubens (orgs.). *Drogas e violência: novas perspectivas*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- ROSSI, C. C. S.; TUCCI, A. M. Acesso ao tratamento para dependentes de crack em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, e021.
- RUI, T. 2014. *Nas tramas do crack: Etnografia da abjeção*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- RUI, T. C. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- RUI, T. *Visible and invisible “cracklands” in Brazil*. In ARIAS E GRISAFFI, Cocaine: from coca fields to the streets. Durham: Duke University Press, 2021.
- SANTOS, M. P. G. Comunidades terapêuticas e a disputa entre modelos de atenção e cuidado a usuários de drogas. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, n. 18, 2018.

SANTOS, N. T. V. Vulnerabilidade e prevalência de HIV e sífilis em usuários de drogas no Recife: resultados de um estudo respondent-driven sampling. 2013. Tese (Doutorado) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Recife, 2013.

SAYER, A. *The moral significance of class*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SENNETT, R. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SENNETT, R.; COBB, J. *The hidden injuries of class*. New York: W.W. Norton & Company, 1972.

SIEGEL, Ronald K. "The history of cocaine smoking". *Journal of Psychoactive Drugs*, 14(3), 205-218. 1982.

SILVA, D. S. da. Ricoeur, Paul. O si-mesmo como um outro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 103-104, 2008.

SILVA, E. D. F. et al. Prevalência do uso de drogas entre escolares do ensino médio do município de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, p. 1151-1158, 2006.

SKEGGS, B. *Class, self and culture*. London: Routledge, 2004.

SKEGGS, B. Exchange, value and affect: Bourdieu and ‘the self’. *The Sociological Review*, v. 52, p. 75-95, 2004.

SKEGGS, B. The making of class and gender through visualizing moral subject formation. *Sociology*, v. 39, n. 5, p. 965-982, 2005.

SOMOZA, A. *Coca, cocaína e narcotráfico*. São Paulo: Ícone, 1990.

SOUZA, Y. S. O.; SANTOS, M. F. S.; ACIOLI NETO, M. L. A psicologia social e os fenômenos relacionados ao “mundo das drogas”. In: MORAIS, E. R. C. et al. (org.). *Interação social e desenvolvimento humano*. Recife: EdUFP, 2019. p. 349-379.

SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SZASZ, T. *O mito da doença mental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

TAYLOR, C. *A ética da autenticidade*. São Paulo: Loyola, 1997.

TAYLOR, C. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1997.

TAYLOR, C. *Multiculturalism and the politics of recognition*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

UNODC. *Cocaine: a spectrum of products*. Vienna: United Nations, 2021a.

UNODC. *World drug report 2020*. Vienna: United Nations, 2020.

UNODC. *World drug report 2021*. Vienna: United Nations, 2021b.

UNODC. *World drug report 2022*. Vienna: United Nations, 2022.

VALENÇA, M. A.; FREITAS, F. S. Temas emergentes de uma agenda necessária: direitos fundamentais, processo penal e polícias. *Revista de Direito Público*, Brasília, v. 18, n. 99, p. 3-17, 2021.

VALLIM, D. *Os passos dos indesejáveis: um estudo do contexto sociocultural do uso e usuários de crack nas cidades do Rio de Janeiro e Nova Iorque*. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VARGENS, R. W.; CRUZ, M. S.; SANTOS, M. A. D. Comparação entre usuários de crack e de outras drogas em serviço ambulatorial especializado de hospital universitário. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 19, p. 804-812, 2011.

VELHO, G. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

VENTURI, G. Democracia e autonomia moral: universalismo moral e relativismo ético em teorias normativas da democracia. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

VERÍSSIMO, M. Quem são os “cracudos”? Apontamentos para o estudo antropológico de um “problema social”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 8, n. 2, 2015.

- WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- WACQUANT, L. *Corpo e alma: notas etnográficas de um boxeador aprendiz*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WEBER, M. A política como vocação. In: WEBER, M. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- WEISS, Raquel; ROSATI, Massimo (orgs.). Dossiê “Sociologia e Moral”. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 17, n. 39, 2015
- WILLIAMS, Sarah et al. *Methodological reflections on the use of asynchronous online focus groups in health research*. International Journal of Qualitative Methods, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 368-383, set. 2012.
- ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; SLOKAR, A.; ALAGIA, A. *Direito penal brasileiro: primeiro volume – teoria geral do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de entrevista

1. Como foi sua **primeira experiência** de consumo? O que, onde e com quem usou pela primeira vez? Como você comprava?
2. Você continua usando? Quais são as substâncias que você consome **atualmente**? Com que frequência você usa? Em que espaços? Sozinho, em grupo?
3. Se eu quiser **comprar**, como eu faço para conseguir? É fácil acessar esse fornecedor? Quais são os preços habituais? Você sabe a origem do que consome?
4. Qual a **finalidade/efeito** que você busca ao usar essa substância?
5. Com **quem você fala** sobre seu consumo? É tranquilo tocar nesse assunto?
6. Sua **família** sabe que você consome? (Se sim, o que pensam sobre o assunto? / Se não, por que não sabem? O que pensam sobre o assunto?)
7. Você acha que quem consome crack é **diferente** de quem consome cocaína? O que vem à sua cabeça quando você pensa em crack? E sobre a cocaína, o que vem à sua cabeça? E o virado, tem alguma diferença?
8. Como você acha que as **pessoas veem quem consome** (cocaína/crack/virado)? Existem diferenças entre as substâncias?
9. Na sua opinião, qual tem **maior estigma**? Você já viveu alguma situação de preconceito ou discriminação em relação a substância que consome?
10. Já viveu alguma experiência relacionada a **repressão/proibição** dessas substâncias?
11. Você já pensou em **não usar** mais? Por quê?
12. O que seria o **consumo problemático** dessas substâncias?
13. Tem mais alguma coisa que eu não perguntei e você gostaria de falar? *
14. Você teria alguém para sugerir que conversasse comigo?*

Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Programa de
Pós-Graduação
em Sociologia



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você foi convidado(a) a participar voluntariamente desta pesquisa qualitativa, conduzida por mim, Bárbara Duarte, aluna do Curso de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco.

Todas as informações serão obtidas através de entrevista composta por perguntas e respostas objetivas.

Nos termos da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, lhe é garantido no Art. 9º:

- a) desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- b) ter sua privacidade respeitada;
- c) ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- d) ter a garantia de que as informações prestadas por você durante a pesquisa não implicarão em riscos ou benefícios;
- e) decidir quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;

Como a participação nesta pesquisa é voluntária, não haverá nenhum compromisso financeiro com o Departamento de Sociologia/PPGS/UFPE;

AUTORIZAÇÃO

Em vista dos esclarecimentos prestados, eu, _____ manifesto a minha concordância em participar voluntariamente desta pesquisa nos termos acima apresentados.

Por ser verdade,

(Participante voluntário)

Doutoranda no PPGS/UFPE
(Pesquisadora Responsável)

José Luiz Ratton
Professor e Pesquisador PPGS/UFPE
(Orientador Responsável)

Recife, ____ de ____ de ____

Ax. Acadêmico Hélio Ramos, S/N
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 12º andar
Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50.760-001
www.sociologia.ufpe.br • ppgs.ufpe@gmail.com